Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas:
funções e significados entre moradores de rua**

Walter Varanda

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção
do título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Materno-Infantil
Orientador: Prof. Dr. Rubens de C. F. Adorno

São Paulo
2009

Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua *

Walter Varanda

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública da
Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Saúde Pública.

Área de Concentração: Saúde Materno-Infantil
Orientador: Prof. Dr. Rubens de C. F. Adorno

São Paulo

2009

* Esta versão inclui correções e reformatação da versão original que se encontra na biblioteca da
Faculdade de Saúde Pública / USP.

Àqueles que mergulham nas sombras mas acreditam na luz.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo suporte, incentivo e compreensão.

Ao meu orientador, uma mente brilhante.

Aos mestres que me confiaram segredos.

Aos agentes sociais que compartilharam suas experiências.

Aos agentes de saúde que me mostraram sanidades possíveis.

Aos amigos do poder público que nutrem a sensibilidade e a razão.

Aos colegas que explicitam os desafios da modernidade.

Às freiras beneditinas que me abriram portas para ruas.

Aos colaboradores, que trazem na memória da alma o conhecimento da dignidade que se revela na própria vida e na vida dos outros, independentemente do local e do estado em que se encontram.

Àqueles que me mostraram a paciência e a resistência no testemunho do sofrimento encontrado nas ruas e no mundo das drogas, e dão pistas para a reformulação de políticas públicas que considerem o direito à sanidade.

Aos amigos da Ayahuasca e do Santo Daime que me mostraram as portas de um universo visível aos olhos da alma, que pulsa e irradia uma luz que incendeia o coração com o fogo de Deus. Especialmente àqueles que me mostraram suas interseções com o uso das drogas.

À Ashoka, OAF e AMRMC que possibilitaram minha inserção na rua e o aprimoramento de tecnologias de intervenções sociais, despertando o interesse pelos registros e reflexões sobre as experiências dos moradores de rua.

À FSP/USP que acolheu este estudo.

À FAPESP que o viabilizou.

... aqueles que podem ser nominados pelo incentivo, pareceres, ajuda técnica, acadêmica, emocional e espiritual, eu incluo em minhas preces, um pouco por dia, já que são tantos.

Varanda, W. **Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua.** Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo; 2009.

RESUMO

O uso de bebidas alcoólicas e outras drogas atinge a maioria dos moradores de rua na cidade de São Paulo e assume funções e significados inerentes à situação de rua, entendida como situação de liminaridade social. A etnografia revelou trajetórias individuais, dinâmicas de grupos de moradores de rua e sua interação com as redes públicas de assistência, caracterizando o álcool e drogas nos circuitos da rua enquanto recursos de sobrevivência e operadores de processos reativos diante da situação de apartação social. Utilizamos análise documental, observação participante, e entrevistas com moradores de rua, coordenadores de instituições sociais e informantes de outros contextos sociais. O uso de álcool e drogas reforça estigmas de culpabilidade e penalização das pessoas pela situação em que se encontram, reproduzidos nas relações com as instituições públicas de apoio, referências midiáticas e nas justificativas das lacunas das políticas públicas. Este uso, abusivo ou não, atua de forma preponderante na mediação das relações sociais e de sobrevivência na rua e, além disso, permite o alívio do sofrimento físico e psíquico, além da navegabilidade nas memórias emocionais através de processos regressivos e experiências de si em estados alterados de consciência. Entender este uso sob a perspectiva da liminaridade permite o deslocamento analítico do agente patogênico e da vulnerabilidade individual para o “drama social” que o sujeito vivencia. Tendo em vista os dramas vividos, o uso de drogas é construído sob o sistema de crenças e representações do sujeito, passível de ressignificações nos processos de autoconhecimento, desenvolvimento da autonomia e do autocontrole.

Palavras chave: Álcool. Drogas. Liminaridade. Moradores de rua. Estados alterados de Consciência.

Varanda, W. **Liminality, alcohol and other drugs: functions and meanings among the homeless.** Doctoral thesis. Faculty of Public Health of the University of São Paulo, Brazil. São Paulo; 2009.

SUMMARY

The use of alcohol and other drugs affect the majority of the residents of the streets in the city of São Paulo and assume functions and meanings inherent to the situation in which they are, understood as situation of social liminality. The ethnography showed individual trajectories, dynamics of groups of homeless and their interaction with the networks of assistance, characterizing the alcohol and drugs on the street circuits as resources for survival and operators of reactive process against the social apartheid. We used documental analysis, participant observation, and interviews with residents of the streets, coordinators of social institutions and informants from other social contexts. The use of alcohol and drugs increases the stigma of guilt and punishment of people for their situation. These appear in relations with help public institutions, references in the media and justifications of the shortcomings of public policies. This use, abusive or not, serves mainly in the mediation of social and survival relationships on the street and, moreover, allows the navigability in emotional memories through regressive processes, relief of suffering, both physical and mental, and experiences with the *self* in altered states of consciousness. Understanding this use from the perspective of liminality allows the displacement analysis of pathogen and the vulnerability of the subject to the “social drama” experienced. In view of these dramas, drug use is built under the system of beliefs and representations of the subject, which can be reconfigured by the development of consciousness, autonomy and self-control.

Keywords: Alcohol, drugs, liminality, homeless, consciousness.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
	MÉTODOS DA INVESTIGAÇÃO.....	13
	OS ESTADOS ALTERADOS DE CONSCIÊNCIA	22
	O ENCANTO E O DESENCANTO DA RUA	29
2	A ESTIGMATIZAÇÃO	45
	A SITUAÇÃO DE DESVIO	51
	EXPERIÊNCIAS DESESTRUTURANTES	55
	DOENÇA OU CONFORTO	60
3	AS MEMÓRIAS	68
	A MEMÓRIA INDIVIDUAL	71
	A MEMÓRIA COLETIVA	79
	IDENTIDADES E SEXUALIDADES	85
4	OS CIRCUITOS DA RUA	92
	CÓDIGOS E PRINCÍPIOS	103
	RITUAIS DE USO E FUNCIONALIDADE.....	113
	SACRAMENTOS E SIGNIFICÂNCIA	125
5	A EXPANSÃO DE SI	134
	Os (CURTOS) CIRCUITOS DA DROGA	139
	O CIRCUITO RELIGIOSO	148
	O CAMINHO INICIÁTICO DO SANTO DAIME	152
6	OS ENFRENTAMENTOS	164
	INTERVENÇÕES E CONTROLE SOCIAIS.....	169
	DO CENTRO COMUNITÁRIO AO EGO	176
	A SAÍDA PELOS PRINCÍPIOS.....	182
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
8	REFERÊNCIAS	188
9	DADOS CURRICULARES	195

APRESENTAÇÃO

Antes de tudo devo confessar que sou um engenheiro, psicólogo, que se arriscou a fazer um estudo com as contribuições da antropologia da performance, o que explica certo distanciamento dos cânones acadêmicos e o referencial teórico difuso.

O objetivo foi justamente descolar a questão álcool e drogas da esfera individual e da materialidade pragmática à qual eu me acostumara como coordenador de programas sociais, procurando entendê-la como um fenômeno coletivo de interesse da saúde pública, estudando a ambigüidade liminar de seus significados no nível mais elementar da anti-estrutura: a população de rua.

Aí o sujeito se liberta e se autonomiza no uso. A transformação da auto imagem de decaído na busca do sentido de si no mundo, na economia da carência e contextos de cidadania e solidariedade, é por si só um drama.

Este foi o nosso esforço, disso trata este texto ¹.

---

¹ O texto apresentado à banca examinadora em abril de 2009 foi acrescido de notas de rodapé que atualizam alguns dados com o resultado do censo da população de rua da cidade de São Paulo realizado entre setembro de 2009 e abril de 2010.

1 INTRODUÇÃO

Nas noites de inverno mais rigorosas de 1991, uma fila de moradores de rua se formava na descida da ladeira da Rua Riachuelo e embicava numa pesada porta de madeira, que um dia fora a entrada dos fundos do anfiteatro do mosteiro dos franciscanos. Subiam-se alguns lances de escada e dava-se no palco, que servia então como guarda volumes para as sacolas dos moradores de rua que iam chegando para fugir do frio. Do palco via-se todo o salão à frente, vazio, com duas lâmpadas improvisadas pendentes do teto. Por uma escadinha de madeira descia-se do palco ao salão que antes fora platéia e naquele momento servia de assoalho para dezenas de colchões que eram espalhados no chão. Um chá quente com bolachas aquecia o estomago. Apesar da precariedade, eventualmente alguns ficavam de fora, por chegarem muito tarde ou ainda devido a brigas. O Luizão chegou a colocar fogo na porta, certa vez. Alguns ficavam mais agressivos com a bebida, mas havia códigos através dos quais se podia negociar uma convivência pacífica. Conhecer estes códigos, oriundos de diferentes linhagens regionais, econômicas, educacionais, religiosas e prisionais, era um desafio para os cuidadores de plantão. Os voluntários da noite deitavam-se perto das bagagens e os despachavam pela manhã, estes voltavam às suas casas e os outros às ruas. Eu estava no primeiro grupo.

Nesta introdução procuraremos contextualizar e delinear nosso objeto de estudo nos referindo ao álcool, às drogas e à liminaridade, orientando-nos pelo alinhamento cronológico que se iniciou a partir de meus primeiros contatos com moradores de rua de São Paulo, passando pelas experiências com psicoativos e apresentando ao final a estruturação temática do texto.

Reportando-nos à Antropologia da Performance, a cena acima evoca a representação da trajetória de vida típica do morador de rua. À porta, recebia um crachá que havia sido feito desde a primeira vez que ele havia ido ao local e que garantia o acesso ao abrigo. Como um dia fora rotina na sua vida, tinha um nome,

era reconhecido pela sua história. Uma vez no recinto, subir as escadas, evocava sua trajetória de desenvolvimento intelectual, profissional e social. Alguns como o Rui, que ainda hoje transita pelo Largo São Bento, subiam com um grande saco pendurado nas costas. Havia os que precisavam de ajuda para vencer as escadas e os que ajudavam os colegas na subida. Outrora, brilharam no palco da vida: como filho, mãe, marido, amante, profissional... A maioria já havia passado pelo papel de provedor ou por períodos de sobrevivência autônoma. As rupturas com o contexto familiar e profissional os tornaram dependentes. O cenário Franciscano e a linguagem Beneditina das freiras que coordenavam o trabalho indicavam o contexto religioso, precursor à assistência social em suas vidas. Sair do palco para a platéia, descer alguns degraus, evocava, ainda dentro desta leitura simbólica, a transição entre uma posição ativa com alguma representatividade na sociedade a uma posição passiva. Ou reativa, na medida em que isto seja possível na situação de liminaridade social.

A trajetória para a situação de rua, na vida de cada um, é um processo complexo que comumente envolve o uso de bebidas alcoólicas antes, durante ou depois do movimento para as ruas, entre a maioria da população de rua. No salão da Rua Riachuelo, os mais alcoolizados precisavam ser ajudados para não cair da escada. Ao longo dos anos seguintes, os serviços de apoio desenvolvidos através da iniciativa de instituições religiosas e sociedade civil foram se transformando numa rede de albergues e casas de convivência, parcial ou integralmente mantidos com recursos municipais. Havia uma ameaça permanente de mortes de moradores de rua, principalmente nas noites mais rigorosas do inverno, que indicavam a vulnerabilidade desta população. A população de rua saltou de 3.392 em 1991 para 10.394 em 2003 (VIEIRA et al, 2004; SAS, 2003), e hoje é estimada em mais de 12.000 pessoas², onde o uso de álcool e outras drogas vem sendo tratado como problema comportamental, de ordem moral ou como doença.

Os dados subsidiários para as políticas públicas nesta área, segundo as fontes oficiais, são preponderantemente estatísticos não revelando a natureza e complexidade do problema. Segundo o Estudo dos Usuários dos Albergues

---

² O censo da população de rua da cidade de São Paulo, realizado pela FIPE em 2009 a pedido da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal, revelou 13.666 pessoas nesta situação: 6587 vivendo nas ruas e 7079 em abrigos públicos.

Conveniados com a Prefeitura “50% dos albergados declararam ter feito uso continuado de álcool durante a vida” e “24% afirmam ter usado drogas” (SMADS/FIPE, 2006). O estudo indica que o uso de droga está associado com o estrato mais jovem. Entre os que afirmam fazer ou ter feito uso contínuo de droga, 40% são jovens (de 18 a 29 anos), 26% são adultos e 9% são adultos mais velhos. Já o uso do álcool é associado aos mais velhos: 52% dos adultos (de 30 a 54 anos); 49% dos adultos mais velhos (55 anos ou mais); e 34% dos jovens. Estes números são mais elevados, quando se considera a população de rua não albergada ³. A pesquisa nacional sobre a população em situação de rua (MDS/META, 2008) sugere maior incidência do uso abusivo de álcool e drogas entre 35,5 % dos entrevistados da pesquisa nacional de 2007, que alegaram este como o principal motivo pelo qual passaram a viver e morar na rua. Os outros motivos citados: desemprego e desavenças familiares situam-se entre 29,8 % e 29,1 % respectivamente.

Nestes documentos não se questiona até que ponto estes dados refletem diferentes representações sociais e estigmas em relação ao uso, reforçando o paradigma biologizante da intoxicação. A perspectiva medicalizante se evidencia em abordagens oficiais da Secretaria Nacional Antidrogas, segundo a qual, entre os brasileiros, de maneira geral, “52 % podem ser classificados como bebedores” (SENAD, 2007), mas “praticamente metade dos bebedores (27%) faz uso na classe “ocasional” ou “raro” e a outra metade (25%) faz uso de pelo menos 1 vez por semana” (p.72). “Do total da população com 18 anos ou mais, 3% disse ter problemas de uso nocivo ⁴ e 9% de dependência ⁵ [notas do texto]” (p.75). Ainda segundo o texto do SENAD, “uma das implicações dessa prevalência de 12 % é que

---

³ Como parte do estudo solicitado pela prefeitura de São Paulo à FIPE em 2009 (concluído em abril de 2010), a “Caracterização Socioeconômica da População de Moradores de Rua da Área Central de São Paulo” revelou que “o consumo de álcool e/ou drogas é bastante significativo, pois 74,4% fazem uso de um ou de ambos. Foram discriminados os tipos de substâncias consumidas: bebida alcoólica, 65%; crack, 27,3%; maconha, 21% e cocaína, 11,8%. Muitos já faziam uso de algumas dessas substâncias antes mesmo de chegar à situação de rua, o que pode ter sido também um fator desencadeador dos problemas subsequentes de desestruturação familiar, perda de emprego, perda da moradia. Independentemente das causas, é alta a proporção dos que estão nas ruas atualmente e que declaram sem qualquer constrangimento, que fazem uso de álcool e drogas como algo incorporado em seus hábitos” (p.8).

⁴ Segundo a nota do texto “Uso nocivo é um padrão de consumo de álcool considerado prejudicial do ponto de vista físico, psicológico ou social e que não preenche os critérios de dependência”.

⁵ Segundo a nota do texto “Dependência é um padrão de consumo de álcool onde além do consumo excessivo existam adaptações neurofisiológicas ao álcool significativas. Apresenta várias manifestações como sintomas de abstinência do álcool e necessidade de beber apesar das consequências negativas”.

parte substancial dessas pessoas necessita de alguma forma de tratamento. Elas apresentam um diagnóstico médico de uso nocivo ou dependência e portanto, já padecem de uma condição mórbida, que requer ação do sistema de saúde” (p.75). A vinculação de ações do sistema de saúde a uma morbididade autoreferida e não à pessoa e seu contexto de vulnerabilidade nos parece um equívoco, e no caso da população de rua pode servir ainda para escamotear os mecanismos de reprodução da miséria associados à intensificação do uso abusivo destas substancias.

Entre as pessoas em situação de rua, os mecanismos de controle social responsáveis pela limitação do consumo destas substâncias compreendem ações policiais para a remoção das pessoas de lugares estratégicos, do ponto de vista da gestão pública, ou se restringem aos critérios de utilização dos abrigos públicos, instituições sociais e religiosas. “Os 35 albergues e abrigos especiais e 11 moradias provisórias atendem juntos 8.000 pessoas todos os dias”⁶, as demais pessoas tem acesso livre aos núcleos de serviço que funcionam somente durante o dia. Equivale dizer que a rede municipal comporta aproximadamente dois terços desta população enquanto um terço vive literalmente nas ruas. Via de regra, exigem a abstinência, tratando o problema de forma higienista, medicalizante ou disciplinadora (GIORGETTI, 2006; _ 2007). As formas tradicionais de suporte aos moradores de rua compreendem clínicas religiosas, terapias ocupacionais nas instituições sociais, reuniões dos Alcoólicos Anônimos e unidades de saúde mental abertas à população em geral. As instituições tecnicamente mais qualificadas para o enfrentamento do problema do uso abusivo trabalham com processos de longo prazo e raramente são acessíveis às pessoas sem domicílio.

As pessoas que dormem nas ruas ou que transitam entre a rua e as vagas temporárias de pernoite dos albergues ficam mais próximas do contexto de uso desregrado de drogas de maneira geral, mas ainda assim contam com as intervenções sócio-educativas em ‘Núcleos de Serviço’ com atendimento público diurno, que

---

⁶ Declaração do secretário da Assistência Social de São Paulo. Folhapress. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo: 29.01.2007.

A pesquisa solicitada por esta mesma secretaria em 2009 aponta 7.079 pessoas abrigadas (ver nota 1). Como parte desta pesquisa, o centro de Estudos Rurais e Urbanos (FFLCH/USP) considerou um universo de 47 instituições que incluíam 44 Centros de Acolhida de 24 e 16 horas, Centros de Acolhida Especial, Repúblicas e Hotéis Sociais, abrigando 5.993 indivíduos.

Diante das diferenças entre os totais de abrigados, deve-se considerar a existência de abrigos fora da rede conveniada com a prefeitura, diferenças entre metodologias de pesquisa e a possível diminuição de vagas ou de seus ocupantes na rede de assistência considerada.

desenvolvem algum tipo de controle social em relação ao uso. A título ilustrativo, apresento outra cena que evoca a intensidade do uso e a limitação destas intervenções, me reportando à condição de coordenador de um destes núcleos entre 1996 e 2005⁷: enquanto eu recepcionava uma visita da Ashoka no pátio da instituição, rodeado por dezenas de frequentadores, um usuário se aproximou bastante alcoolizado, tentou participar da conversa e desabou na nossa frente, perdendo a consciência por alguns instantes. Aparentemente não se podia fazer nada quando o uso da bebida provocava este tipo de ‘apagamento’. Quando desperto, ele voltaria a beber. Esta forma de uso o mantinha permanentemente alcoolizado e com um contato dissonante com a realidade. Suas palavras e atitudes assumiam um significado particular para ele, nem sempre compreensível para os profissionais com quem lidava.

A impotência da rede de serviços para lidar com estas questões vem sendo enfrentada através da atuação interdisciplinar de assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, agentes de saúde e educadores. De maneira geral, estas ações são direcionadas para reverter as trajetórias de perdas do sujeito e para a manutenção da abstinência, visando a saída das ruas e a conquista de uma vida mais saudável. Entretanto, as intervenções mais qualificadas são personalizadas e devido ao reduzido número de educadores, atingem uma pequena parcela de usuários das instituições sociais, requerendo certo potencial e motivação para a mudança. Na ausência da vontade e persistência para se abandonar o uso espontaneamente, as intervenções externas exigem a compreensão dos mecanismos do uso de drogas em geral e na especificidade da situação de rua.

O espaço individualizante da rua se contrapõe à visão tradicional da família e do corpo social onde o todo é mais importante do que o indivíduo. Indo para a rua, o indivíduo perde o seu status, suas conexões e fica à deriva. Estas questões nos possibilitaram relacionar a situação de rua à situação de liminaridade, no sentido

---

⁷ A Associação Minha Rua Minha Casa é um centro de atenção a moradores de rua, situada sob o Viaduto do Glicério – Interligação Leste-Oeste, na área central de São Paulo, com recepção diária de aproximadamente 150 pessoas. A organização se consolidou através de parcerias entre o terceiro setor, empresários e o poder público. Enquanto empreendedor social, eu contava com o apoio da Ashoka, uma *fellowship* que aglutina uma rede de empreendedores vinculados a projetos sociais em vários países.

proposto por Victor Turner. Turner resgatou o conceito de liminaridade apresentado inicialmente por Arnold Van Gennep em *Les Rites de Passage* em 1909.

Van Gennep usou o termo para identificar a fase fronteira entre a separação e a reagregação dos ritos de passagens. Pela análise sociológica de R. DaMatta, ele “rompe pioneiramente com a universalidade da fisiologia como característica dos chamados ‘ritos de puberdade’, resgata os ritos de passagem do seu plano de estudo individual e descobre, um tanto surpreso, que ‘dentro de uma multiplicidade de formas conscientemente expressas ou meramente implícitas, há um padrão típico sempre recorrente: o padrão dos ritos de passagem’” (Van GENNEP, 1978, apud DaMATTA, 2000, p.10). Victor TURNER (1974), avança da concepção da transição para a noção de processo estendendo a liminaridade a *tudo o que está nas margens*. Para ele a liminaridade “significa o afastamento do indivíduo de um grupo, quer do ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um “estado”) ou ainda ambos” (p.116). “Estado”, segundo ele, inclui os conceitos de “status” ou “função”, referindo-se a “qualquer tipo de condição estável ou recorrente, culturalmente reconhecida”. Os indivíduos, enquanto *entidades liminares*, “não possuem *status*, propriedade, insígnias, roupa mundana indicativa de classe ou papel social, posição em um sistema de parentesco, em suma, nada que as possa distinguir de seus colegas neófitos ou em processo de iniciação” (p.117). Ainda segundo Turner:

“o que parece ter acontecido é que, com o incremento da especialização da sociedade e da cultura, com a progressiva complexidade na divisão social do trabalho, aquilo que era na sociedade tribal principalmente um conjunto de qualidades transitórias “entre” estados definidos da cultura e da sociedade, transformou-se num estado institucionalizado” (1974, p.131).

O sujeito liminar “não está aqui nem ali; está entre [*betwixt and between*] as posições atribuídas e organizadas pela lei, pelo costume, pela convenção ou pelo cerimonial” (apud CABRAL, 1996, p.31). Este paradoxo é geralmente percebido negativamente, como critica DaMATTA (2000). Ele associa a liminaridade ao exercício da individualidade: “a reclusão engendra um nicho no qual todos os elos diários perdem a força, deixando vir à tona a vivência do isolamento e da solidão”.

Para ele, “o traço distintivo da liminaridade é a segregação de uma pessoa (ou de uma categoria de pessoas, tratadas como corporação social ou mística) dos seus laços sociais imperativos, liberando-a temporariamente das suas obrigações de família, linhagem, clã ou aldeia, o que a transforma temporariamente em indivíduo fora-do-mundo” (p.20). Da Mata reconhece sociedades de *espaços múltiplos*, como a brasileira, na qual ocorre “uma verdadeira *institucionalização do intermediário* como um modo fundamental e ainda incompreendido de sociabilidade” (p.14).

O rompimento com as hierarquias externas e com a previsibilidade da estrutura social conduz à construção de novas hierarquias que surgem nos interstícios sociais: *communitas* consolidadas como antiestrutura mediante modelos relacionais alternativos, constituindo grupos com valores e objetivos comuns. Sob esta perspectiva podemos nos aproximar das malocas⁸ e identificar as relações de pertencimento, princípios, afinidades e distanciamento do corpo social estabelecido. Como no modelo de constituição da *communitas* existencial “essencialmente oposta à estrutura, como a antimatéria é hipoteticamente oposta à matéria” (TURNER, 1994, p.243), o “povo da rua” se organiza nos interstícios sociais, se agrupando em malocas e constituindo redes de sobrevivência. O que observamos na rua é uma dinâmica particular que possibilita as relações e o exercício da alteridade.

Outra característica da ambigüidade liminar é o “encantamento, quando tudo pode, e deveria acontecer (...). A Liminaridade é repleta de potência e potencialidade. Ela pode também ser repleta de experiências e representações. Pode ser a representação de idéias, de palavras, de símbolos, e de metáforas”⁹ (TURNER, 1979, p.465). Desta forma, o autor retira a vivência liminar da rigidez do enquadre ritualístico percebendo-o através da multiplicidade de gêneros performáticos. Por um lado, o processo ritual “estabelece e articula a sequência de fases e episódios que o compõem”, mas por outro, “expressa a suposição, o desejo e a possibilidade” e pode

---

⁸ Lugares usados por indivíduos ou pequenos grupos de moradores de rua durante o dia ou para o pernoite, onde normalmente se encontra alguma mobília, como caixotes ou outros objetos para se sentar, colchões ou espumas reaproveitadas, caixas ou sacolas para os pertences pessoais, roupas e documentos, e às vezes utensílios de cozinha.

⁹ No original: “Since liminal time is not controlled by the clock it is a time of enchantment when anything might, even should, happen (...). Liminality is full of potency and potentiality. It may also be full of experiment and play. There may be a play of ideas, a play of words, a play of symbols, a play of metaphors. In it, play's the thing. Liminality is not confined in its expression to ritual and the performative arts”.

ser descrito, “especialmente na fase liminar central” por termos como “carismático”, “numinoso”, “realidade sagrada” (p. 469).

Neste ponto vou introduzir minha experiência em rituais iniciáticos com o psicoativo Ayahuasca, incorporado deste o início do século XX à doutrina religiosa do Santo Daime. A partir das referências analíticas de Turner fizemos uma releitura destas experiências com as quais tivemos contato ainda na década de 90. Uma série de experiências e técnicas meditativas me conduziram às sessões xamânicas na Amazônia Peruana. Até então eu estava imerso no contexto da situação de rua, porém ainda restava a imersão nos estados alterados de consciência como forma de compreensão daqueles experimentados pelos moradores de rua sob o efeito de substâncias como o álcool e outras drogas.

Em minha primeira visita ao Peru em 1996 conheci a clínica Takiwasi na cidade de Tarapoto, onde se realizam sessões com ingestão de plantas medicinais e psicoativas para o tratamento da drogadição, principalmente bebidas alcoólicas e pasta base de cocaína. Em 1998, voltei para uma dieta de 11 dias, aproximando-me do curandeirismo Peruano no centro de terapias tradicionais Rinquia¹⁰. A imagem harmoniosa dos igarapés era quebrada pelos caboclos, descendo os rios com água pela cintura, conduzindo longas esteiras de troncos amarrados uns aos outros que iam boiando rio abaixo. O confronto entre o poder anti-ecológico de um inimigo invisível e a imagem da carência estampada nos casebres desmobiados e crianças desnudas à beira do Rio Aguaytia não deixavam dúvidas de que a realidade da pobreza e das diferenças sociais não se restringia ao contexto urbano e iam fornecendo os elementos para a decodificação das imagens e sensações que seriam vivenciadas nos rituais xamânicos, induzidas pelas plantas medicinais, isolamento e alimentação restrita. Nestes estados de consciência a percepção da realidade se desdobra em diferentes planos nas esferas fisiológica, emocional, racional e espiritual, como tem sido abordada pela Psicologia Transpessoal, da qual faremos uso adiante.

---

¹⁰ Centros de “terapias tradicionais” localizado próximo ao Distrito de Curimanã, Cidade de Pucallpa, Peru.

Foi nesta época, num “tambo”¹¹ de folhas de palmeira cercado pelas árvores poupadas pelas madeiras ilegais e riachos paradisíacos, nas franjas da Floresta Amazônica, que eu decidi pela pós graduação. Encerrava-se a etapa de imersão no problema. Um problema que não se restringia às ruas de São Paulo, ou a casos isolados de uso crônico de bebida ou drogas, mas que hipoteticamente se configurava como busca de sentido e conforto para a sobrevivência em situações de extrema precariedade. Mas ainda me faltava o respaldo acadêmico para a sua compreensão.

A partir daí passei a olhar para a rua de forma analítica, registrando eventos e coletando materiais para um estudo mais amplo de pesquisa. De 2001 a 2003 desenvolvemos o tema da saúde dos moradores de rua enquanto direito, no curso de Mestrado (FSP-USP). Por um período de pouco menos de um ano, trabalhei junto ao poder público municipal como coordenador do programa de Proteção Social Especial, dedicado à manutenção da rede de Assistência Social para moradores de rua. A partir daí também tive oportunidade de estreitar o contato com usuários de álcool e drogas através da participação na pesquisa sobre a tuberculose na população de rua, realizada pelo LIESP - Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sociais em Saúde Pública da FSP, com apoio do Decit-Ministério da Saúde.

O período deste Doutorado inclui, portanto: o período de trabalho com contato indireto com a população de rua, na gestão da política pública, em 2005; contato direto através da pesquisa sobre a tuberculose nesta população; o período dedicado ao trabalho de campo e à realização de disciplinas; e um período de afastamento do campo e análise do material colhido. Considerando o caminho motivacional percorrido até o doutorado, como pano de fundo e experiência indispensável à compreensão do problema, apresentamos neste texto, a trajetória e os resultados da pesquisa consolidada metodologicamente a partir do vínculo com a Faculdade de Saúde Pública e apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. O período coberto pela bolsa FAPESP, a partir de 2007, possibilitou o afastamento de vínculos empregatícios e maior dedicação à

---

¹¹ Nome dado aos abrigos individuais feitos com materiais encontrados na floresta, destinados basicamente à proteção contra as chuvas, com espaço suficiente para um catre e um mosquito que impedia a entrada de insetos.

tarefa investigativa. O estudo, situado entre as questões de saúde priorizadas pela linha de pesquisa Saúde Pública: Ciências Sociais e Sociedade Contemporânea do Programa de Pós Graduação da FSP-USP foi delineado a partir dos recortes fundamentais: adultos que vivem nas ruas da área central da cidade, vinculados ou não a albergues e outras instituições públicas e a utilização de bebidas alcoólicas e outras drogas por esta população.

As duas questões centrais: o uso de drogas e a situação de rua nos remetem aos estados alterados de consciência e aos estados de liminaridade social. Este campo temático requer uma abordagem qualitativa e interpretativa sobre a qual faremos algumas considerações no próximo subcapítulo. Utilizaremos o termo *droga* no seu sentido genérico, para nos referirmos ao uso de bebidas alcoólicas, crack, cocaína, maconha e outras drogas de menor incidência entre os moradores de rua adultos, quando quisermos nos referir à natureza deste uso, ou seja, a relação entre o usuário e a substância, mais do que a substância em si. Num sentido ainda mais amplo, incluindo-se o uso de outras substâncias e outros contextos sociais, utilizaremos o termo psicoativo¹². Nos subcapítulos seguintes aprofundaremos estes temas circunscrevendo termos e conceitos utilizados. O entendimento do uso de drogas dentro do processo reativo à situação de rua nos permite aproximar desta realidade e da complexidade das questões sociais que a população de rua apresenta e que são mais amplas que a própria sobrevivência. O extremo da precariedade que enfrentam salienta estratégias que viabilizam a permanência na situação de rua e a continuidade do uso das drogas. Entendemos estratégia no sentido explicitado por CABRAL (1996, p.46) de “práticas sociais que surgem como o resultado agregado do fato que diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de ação semelhantes. A similitude desses contextos de opção individual redundam no surgimento de padrões de comportamento agregado a que chamamos *estratégias*”. Procuramos delimitar a Introdução à contextualização do problema, antecipando resultados do estudo e apresentando uma visão cronológica da população de rua e da institucionalização da assistência social nas últimas duas décadas.

---

¹² Substâncias ou drogas psicoativas são aquelas capazes de promover alterações da consciência individual, humor ou do pensamento (OMS, 2004).

Os estudos de comportamentos desviantes iniciados por BECKER (1973) com usuários de maconha deslocam o foco do sujeito vitimizado pelo estigma da drogadição para os mecanismos sociais responsáveis por este problema. Zinberg (1984) também distingue a influência do *setting* físico e social no qual o uso de drogas pode ocorrer dos outros dois determinantes: a droga em si e o *set*, ou seja, a atitude da pessoa no momento do uso e sua estrutura de personalidade. Verificamos que o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas entre moradores de rua ocorrem de forma distinta das regras de uso socialmente aceitável do ponto de vista biomédico e distante dos padrões institucionalmente estabelecidos, seja no contexto familiar ou em agremiações e eventos sociais, seguindo padrões de liberdade e autonomia possíveis na rua. Como hipótese central deste trabalho, estes padrões de uso podem assumir funções sociais e significados para o próprio sujeito, como um recurso que viabiliza a situação de rua e, portanto seria inerente à condição de sujeito liminar. Este uso se coaduna, no universo da rua, a um cenário anti-estrutural (TURNER, 1974; _1994), regulado pelas estratégias de sobrevivência e resiliência desenvolvidas (ALVAREZ, 2003). Tais questões são aprofundadas no segundo capítulo, onde tratamos do processo da estigmatização e culpabilização do sujeito.

O terceiro capítulo trata dos cenários internos das memórias individuais por onde navegam as pessoas que passaram por experiências desestruturantes. Através dos estados alterados de consciência tais registros são acessados recorrentemente proporcionando oscilações motivacionais e de humor conforme os conteúdos emocionais vinculados a estas memórias. As memórias coletivas ou arquetípicas permeiam os estados alterados proporcionando a transição entre a realidade concreta do meio onde vive e a realidade não menos verdadeira do seu universo subjetivo constituindo identidades e sexualidades possíveis.

Ao tratarmos dos circuitos da rua no quarto capítulo, nos aproximamos das estratégias de sobrevivência desenvolvidas na rua. Os materiais descartáveis que afetam a estética urbana e entopem os bueiros provocando alagamentos se confundem com os humanos descartados dos circuitos produtivos, tornando-os igualmente alvo das medidas de requalificação urbana. Enquanto resistem à remoção encampada pelo poder público, se aliam a instituições e comunidades locais, desenvolvendo códigos e princípios de convivência, conferindo uma funcionalidade

e significância particular ao uso de bebidas alcoólicas e outras drogas neste contexto, enquanto circulam nos seus próprios dramas pessoais.

No quinto capítulo abordamos os mergulhos nas esferas de prazer e conforto como recursos que se ajustam a uma realidade que reproduz experiências de carência e insegurança e reeditam sentimentos e sensações disfuncionais do passado. A impossibilidade de sustentação dos estados alterados de consciência o conduz ao uso recorrente que mina a capacidade do indivíduo para conviver com suas dificuldades rotineiras fazendo-o oscilar entre a embriaguês e estados depressivos de insatisfação consigo mesmo e com suas relações com o meio onde se encontra. A oposição e a ruptura com uma dada ordem social ocorrem em paralelo com rupturas internas, operando de forma disfuncional na vida do sujeito e comprometendo sua capacidade de autoafirmação e possibilidade de reinserção social. Procuramos estabelecer um paralelo deste processo com os processos iniciáticos que buscam nas rupturas a libertação dos vínculos externos em direção ao autoconhecimento. Analisamos experiências de alteração da consciência pelo psicoativo ayahuasca, que tem sido utilizado em contextos religiosos e terapêuticos focalizando ainda sua utilização e funcionalidade por ex-usuários de drogas e moradores de rua.

As alternativas terapêuticas tradicionais requerem recursos incompatíveis com a situação marginal de carência do indivíduo e com as prioridades da gestão municipal. No sexto capítulo tratamos das formas de enfrentamento do problema. A introjeção de mecanismos disciplinatórios e auto reguladores dos Alcoólicos Anônimos fortalecem o autocontrole mas atuam na contramão da trajetória de busca de novas experiências de sociabilidade no contexto da rua. Os mecanismos de desenvolvimento do autocontrole são abordados a partir das alternativas de enfrentamento possíveis. A expectativa de contribuição para o melhor entendimento do problema e contribuição para as políticas públicas de saúde em relação ao consumo abusivo de álcool e drogas entre moradores de rua nos motivou a rever experiências concretas e como elas refletem as discussões encampadas neste estudo. As primeiras experiências comunitárias que deram visibilidade à população de rua em São Paulo no anos 80 e 90 e a experiência do Espoir Goutte d'Or nas ruas de Paris nos dias de hoje, nos remetem finalmente a princípios que identificamos entre grupos e malocas de moradores de rua na busca de autoconhecimento, autonomia e

autocontrole.

Reservamos o sétimo capítulo às considerações finais. Acreditamos que a busca das funções e significados para a liminaridade e para o uso de álcool e drogas se complementam, bem como se relaciona com a busca de sentido para o curso da própria vida em cada morador de rua. Tratar a questão do uso abusivo como um problema exclusivamente biomédico implica na valorização da patologização sujeita a intervenções externas incapazes de absorver a complexidade própria das transformações sociais da modernidade que deram origem ao número vertiginoso de pessoas em situação de rua nos grandes centros. Diante desta limitação, defendemos o estudo das redes sociais construídas na rua e valorização da trajetória de vida do sujeito, compatíveis com o processo de autoconhecimento e com possibilidades de desenvolvimento do autocontrole.

Acreditamos ainda que a relação entre o uso abusivo e processos liminares amplia a perspectiva de compreensão do problema em outras categorias sociais e aponta para a necessidade de políticas públicas que considerem o desdobramento dos dramas sociais desencadeados pelas experiências individuais e coletivas.

Métodos da investigação

“Você me chamou de Joel, meu nome é Hugo”. Enquanto ele tecia uma toalha de fios, continuou explicando quem era o Joel, muito diferente dele, o Hugo. O Joel é “raivoso, fechado, não gosta de conversa e quando fica bravo, ele fica violento”. Hugo, ao contrário era sociável, alegre, amigo e adaptado ao contexto terapêutico. Entre todos, Moacir era o que mais falava e aproveitava todos os argumentos para justificar porque ele estava ali, inclusive porque estava fazendo um tapete de amarradinho, já que “não era paciente”. Alguns ainda não haviam entendido o que eu fazia: “é jornalista da Globo”, comentou em voz baixa, outro rapaz. Continuando, Hugo dizia que o Joel não seria receptivo à conversa que estávamos tendo. Ele não se abriria facilmente: “teria

que confiar muito” para se abrir. De certa forma era o porta voz de todos ali. ¹³

Diante da profusão de possibilidades num campo de pesquisa tão vasto procuramos, nesta parte, identificar como o sujeito se apresenta, mesmo que ele recorra à fala institucional assimilada na sua passagem por organizações sociais e religiosas. A utilização de métodos qualitativos nas recentes pesquisas acadêmicas sobre a população de rua demonstra certo engajamento dos pesquisadores no aprofundamento de questões que viabilizem a construção de políticas públicas com procedimentos mais efetivos na promoção social e da saúde. Na perspectiva de Denzin e Lincoln se busca “relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” (2006, p.17).

Os recenseamentos e levantamentos quantitativos desta população, patrocinados pela prefeitura, são espaçados em até cinco anos, como é o caso no momento atual, mas tem utilizado métodos estatísticos criteriosos que permitiram conhecer a sua extensão e perfil sócio-demográfico e estão entre as principais referências para o estudo de necessidades básicas e planejamento de serviços públicos. A primeira pesquisa em nível nacional foi realizada em 2007 sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e é o principal argumento da política nacional de inclusão social da população em situação de rua. Uma vez que deixemos de lado a perspectiva catastrófica dos problemas sociais e abramos espaço para o protagonismo do sujeito, como observado por Paulo FREIRE (1999), a solução de questões complexas como alternativas de trabalho e renda, uso abusivo de drogas e outras questões de saúde requerem investigações de aspectos específicos que possam orientar os gastos públicos, justificá-los e otimizá-los. Estudos epidemiológicos da tuberculose, por exemplo, revelaram a dificuldade de penetração das intervenções de saúde nos interstícios da rua, acessados principalmente por grupos voluntários itinerantes que eventualmente contam com profissionais de saúde e pelo ainda insuficiente programa “A gente na rua” vinculado ao PSF – Programa de Saúde da Família.

---

¹³ Campo - Reunião da Associação Vida Ativa em 22.12.06, programa para usuários de álcool e drogas desenvolvido pelo CRATOD – Centro de Referência do uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas, situado no Bairro bom Retiro, mantido pelo Governo do Estado.

“A pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudos de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevistas; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.17). Os poemas de Elisabete (MOTA, 1986; 1987), por exemplo, refletem situações de rua na sua ótica particular. São em grande parte sofridos, mas apresentam suas reflexões sobre o próprio sofrimento e os sofrimentos que assistiu enquanto morou na rua. Benedito conta suas histórias na sua música, explicitando os altos e baixos de sua trajetória de morador de rua em CDs de edição limitada, produzidos com a ajuda de amigos. Xester se apresenta através de suas esculturas “expostas na USP, na São Marcos, etc...”. Cada um deles apresenta uma identidade social criteriosamente construída e se reservam ao direito de ocultar traços de personalidade e histórias de vida que não lhes convêm divulgar. Portanto, cabe ao pesquisador ajuntar fragmentos e buscar na interação com o indivíduo as informações necessárias para o entendimento das questões investigadas em toda a sua complexidade.

Na medida em que nos aproximamos da pessoa, a percebemos como sujeito de sua história e com um posicionamento histórico consciente. Adotamos preferencialmente o termo *sujeito* em vários lugares do texto utilizando o conceito familiar à rede de articulação social da população de rua. Com a ajuda de intervenções articuladoras de organizações e indivíduos que incentivam o desenvolvimento de uma consciência crítica diante da realidade, a população de rua vem se organizando coletivamente. Pequenos grupos de catadores se agrupam em espaços compartilhados a exemplo das cooperativas organizadas com o suporte de organizações sociais da sociedade civil e que hoje contam com recursos federais para projetos de interesse coletivo. Na população de rua observamos a formação de grupos reivindicatórios que constituíram um movimento social com penetração na esfera federal e atuação concreta no processo de criação de uma política nacional para sua inclusão social.

No contato individual, a interação proporcionada por este estudo revela este protagonismo na autorização das entrevistas ao justificarem sua concordância: um de nossos informantes, 45 anos, concedeu suas entrevistas acreditando que sua

contribuição pode ajudar a melhorar a vida de outras pessoas; ele se refere com orgulho à sua militância em Recife nos períodos da ditadura militar quando ainda era uma criança de aproximadamente 12 anos: “o movimento todo gostava de criança, tudo que é olheiro”. Ele percebe o papel ativo de quem contribui com um conhecimento acumulado não somente pelas próprias experiências, mas tecendo comentários críticos sobre a fala de psiquiatras, religiosos e terapeutas de instituições que o atendem ou atenderam devido ao histórico de bebedor abusivo com severos comprometimentos da saúde. Outro entrevistado, 40 anos, falou de aspectos de sua história e apresentou um recorte de jornal que divulgava um livro autobiográfico de um jogador de futebol que passara dificuldades semelhantes às suas na infância e juventude. Sua história daria um livro e ele queria se certificar que ela não seria usada para este fim sem que ele recebesse os devidos créditos: “autorizo se for a fim de ajudar outras pessoas, se for com fins lucrativos, eu não autorizo”. Ele participava de um grupo de geração de renda com fins terapêuticos e tinha plena consciência que os ganhos auferidos com o trabalho artesanal eram demasiadamente inferiores ao ganho que ele teria com o fornecimento de cocaína a antigos clientes. A participação em um livro poderia ser uma saída para a questão econômica.

O tema da exploração da imagem do morador de rua também foi trabalhado pelo cineasta Evaldo Mocarzel com o filme “À Margem da Imagem” dando visibilidade a moradores de rua que olham para si mesmos e olham para a cidade à sua volta se posicionando diante do abismo entre os dois contextos, às vezes, intransponível.

As pessoas entrevistadas concordaram com a pesquisa através de registro de voz ou assinatura do termo de consentimento. Quando nos referimos a declarações públicas, como o caso de Anderson, líder do movimento dos moradores de rua, mantivemos o nome verdadeiro conferindo-lhe o crédito da fala. Quando nos referimos a declarações do sujeito enquanto objeto de pesquisa, usamos nomes e referências fictícias visando proteger sua identidade. Quando, no trabalho de campo, observamos a dinâmica de malocas ou grupos de moradores de rua, nos apresentamos enquanto pesquisadores a todas as pessoas que espontaneamente fizeram algum relato, nos abstendo porem de perguntas e direcionamento investigativo a priori. Nestes momentos mantivemos a interação com uma postura

empática, deixando o sujeito livre para se expressar ou se afastar quando lhe fosse mais conveniente. Esta espontaneidade nos convida a reconhecer suas experiências e conhecimentos e eventualmente citá-los.

Denzin e Lincoln associam o pesquisador qualitativo ao *bricoleur*, ou seja, ele é como “um confeccionador de colchas ou um improvisador de *jazz*. Esse confeccionador costura, edita, reúne pedaços da realidade, um processo que gera e traz uma unidade psicológica e emocional para uma experiência interpretativa” (ibidem, p.19). O processo interativo na pesquisa qualitativa revela a preocupação do sujeito com os processos interpretativos e com a verdade veiculada sobre ele e sobre as suas representações. A validação da pesquisa é dada pelo próprio sujeito e cabe ao pesquisador utilizar os recursos disponíveis e adequados para conferir-lhe credibilidade. Anderson critica o rótulo atribuído por pesquisadores: “eu não sou objeto de pesquisa”, mas menciona com certo orgulho: “faço parte de 6 mestrados”, se referindo às pesquisas que exploraram suas experiências e suas idéias ¹⁴.

Depois de algumas vezes que estávamos indo ao Pátio do Colégio no final da tarde, os agentes sociais da prefeitura se aproximaram suspeitando que estivessem sendo vigiados. Quando compreenderam que não era esse o nosso intuito, sentiram-se à vontade para externar seus sentimentos. Uma de suas colocações se relacionava à pressão da própria prefeitura e das pessoas que os telefonam, identificadas como *contribuintes*, para tirar os moradores de rua de lugares públicos de grande circulação e áreas residenciais sem ter vagas suficientes para todos os atendimentos realizados. De fato o grupo de agentes sociais estava estacionado no local. Suas informações contrariavam o discurso oficial do poder público, que transfere o problema para o morador de rua salientando o índice de recusa por albergamento, recorrentemente utilizado para amenizar a pressão da imprensa: “as pessoas que ainda resistem e insistem em permanecer nas ruas acabam sendo vitimadas todos os dias por violência das mais diversas. Por essa razão, temos feito um trabalho articulado para não permitir que as pessoas durmam embaixo dos viadutos, em praças nem utilizem espaços públicos de forma indevida” ¹⁵. Os agentes, ao contrário, mostravam

---

¹⁴ Representante do Movimento Nacional dos Moradores de Rua, morador do albergue Lar de Nazaré, discursando como convidado no Seminário Nacional População em Situação de Rua, na Universidade Federal de São Carlos em 14.12.08.

¹⁵ Nota da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Folhapress. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo: 29.01.2007.

respeito com o morador de rua, demonstrando conhecê-lo e especificamente, naquele dia, preocupados com o plano de utilização de força policial para a transferência de moradores de rua do centro para a periferia da cidade, na semana seguinte ¹⁶.

Do ponto de vista interpretativista, “para que uma determinada ação social seja entendida (...), o investigador deve compreender o significado que constitui esta ação (...) com o sistema de significados ao qual esta pertence” (SCHWANDT, 2006, p.193). Segundo Schwandt, a compreensão interpretativa é tradicionalmente definida pela *identificação empática*, pela *sociologia fenomenológica* e pelos *jogos de linguagem*, que “têm em comum os seguintes aspectos: a) consideram a ação humana significativa; b) evidenciam um compromisso ético na forma de respeito e de fidelidade em relação à experiência de vida; e c) a partir de um ponto de vista epistemológico, compartilham do desejo neokantista de enfatizar a contribuição da subjetividade humana (ou seja, da intenção) em relação ao conhecimento sem sacrificar, desse modo, a objetividade do conhecimento” (p.197).

Revisamos os referenciais teóricos a partir das primeiras leituras etnográficas da rua e voltamos ao campo com um novo olhar, criando novos contextos relacionais. O trabalho de campo realizado compreendeu: visitas à “baixada do Glicério” no bairro da Liberdade, Pátio do Colégio no centro, atual “cracolândia” no bairro da Luz e regiões circunvizinhas; entrevistas em profundidade e acompanhamento de pelo menos uma dezena de moradores de rua ao longo do período da pesquisa; visitas a instituições sociais da região central da cidade; e depoimentos de informantes de outros contextos como igrejas, clínicas e estabelecimentos comerciais. Através da participação de eventos envolvendo moradores de rua e uso de psicoativos, estreitamos o relacionamento com ex-usuários de drogas de outras categorias sociais e com adeptos do uso ritualístico de psicoativos no contexto xamânico e religioso, de forma complementar ao plano de pesquisa original.

Nas observações de campo levantamos a dinâmica interna de grupos de moradores de rua, prioritariamente aqueles que se instalaram sob o viaduto do

---

¹⁶ Acompanhamos o processo de utilização de força policial para a remoção de moradores de rua da área central da cidade nas Operações Cracolândia de 2005 e em operações do ‘Rapa’ durante o recolhimento de pertences encontrados nos agrupamentos onde vivem. Outros episódios desta natureza também foram relatados durante as entrevistas.

Glicério. Os grupos de moradores de rua que fazem uso de bebidas alcoólicas ou drogas se reúnem em espaços degradados, preferencialmente em áreas protegidas das intempéries, e se fixam temporariamente nestes espaços, alternando-os com outros que sejam mais convenientes em cada momento. O termo “maloca” que identifica este tipo de espaço, normalmente é seguido de alguma denominação que distingue uma maloca da outra, como referências ao local ou às pessoas que a compõem.

O trabalho de campo incluiu a aproximação de pessoas alcoolizadas, o que requer uma análise interpretativa do conteúdo simbólico e reações emocionais do sujeito, em relação à ressignificação de sua trajetória de vida ou fixação em determinados papéis, orientados a partir das relações institucionais ou com a sociedade em geral. Quanto ao uso de drogas ilícitas principalmente, nos defrontamos com grupos e pessoas que evitam os questionários e entrevistas, ou como afirma Romaní: “que se resisten a ser penetradas por los métodos clásicos de la encuesta epidemiológica o sociológica” (ROMANÍ, 1999, p. 155), sendo necessário uma relação empática com os sujeitos, com a postura de “pesquisador camarada” (SNOW e ANDERSON, 1998).

Na constituição da amostra da população pesquisada, buscamos contemplar diferentes faixas etárias, relações de gênero, diferentes formas de vinculação com a bebida ou drogas e diferentes tipos de relacionamento e dependência institucional. Estes critérios foram utilizados nos momentos de priorizar alguns indivíduos quando encontrávamos diante de agrupamentos com maior número de pessoas. Em relação às diferentes formas de vinculação com as bebidas ou drogas, abordamos usuários permanentes, usuários esporádicos, ex-usuários e não usuários. Identificamos como usuários, aquelas pessoas fazem o uso regular, de forma a comprometer ou não suas relações de sociabilidade, sua disponibilidade para o trabalho e sua saúde. Estas pessoas costumam se identificar como alcoólatras, como dependentes, como viciadas ou simplesmente como “tendo a substância como um problema na sua vida”. Outras fazem uso regular, mas não apreendem este uso como problemático. O segundo grupo que referimos como usuários esporádicos, constituem aqueles indivíduos que desenvolveram algum tipo de controle sobre o uso. Os ex-usuários são aqueles que já beberam ou usaram outras drogas em algum momento da sua vida, mas não o fazem há mais de um ano, requerendo alguma estratégia para garantir o autocontrole.

Não usuários são aqueles que não fazem uso e não reportam nenhuma estratégia específica para manter o autocontrole.

Procuramos ainda explorar a opinião de não moradores de rua, que ocupam papéis sociais definidos no cenário da população de rua, como religiosos, assistentes sociais, técnicos do poder público, profissionais de saúde, polícia militar, empresários, voluntários e catadores de materiais recicláveis organizados. Não pretendemos abordar o uso de todos os psicoativos usados entre moradores de rua, mas tão somente estudar as funções e significados do uso de bebidas alcoólicas e outras drogas que apareceram nos depoimentos, mesmo que não seja usado pelo informante, mas do qual ele tenha conhecimento.

Através das entrevistas procuramos identificar as formas de uso de bebidas alcoólicas e/ou drogas, motivações, perdas e ganhos com o uso, e as funções e significados do uso individual e coletivo, explorando de maneira geral, as seguintes questões: intensidade e caráter cumulativo de experiências desestruturantes; trajetórias para a situação de rua e para o uso; estratégias de sobrevivência na rua; ritualidade e circuitos no uso; mecanismos de controle do uso; relações de sociabilidade e dependência; aproximações e distanciamentos da estrutura social através do trabalho e do uso; posição identitária do sujeito e do grupo em que se encontra; e reatividade do sujeito e do grupo em relação ao seu status social.

As perdas e rupturas no âmbito das relações familiares e sociais geram lacunas afetivas ou conduzem a perdas de vínculos trabalhistas que marcam igualmente a trajetória de vida por abalar a sustentação econômica do indivíduo. Vão delineando carências e um distanciamento da estrutura social. As pessoas que estão nas ruas são categorizadas como mais ou menos “caídos”. Os mais “caídos” são assim, aqueles que estão permanentes sujos, alcoolizados, que apresentam alterações comportamentais e que por isso mesmo são rejeitados nas mesmas instituições públicas destinadas ao atendimento deste público.

Trabalhamos com indivíduos que estão fixados em malocas e com pessoas que circulam mais livremente na rua em torno de um ponto de encontro ou de serviços itinerantes como a distribuição de alimentação por grupos caritativos e a oferta de vagas em albergues públicos. As experiências de imersão no meio social que está sob investigação permitem maior aproximação ao sujeito. No

acompanhamento de malocas do Glicério, aprofundamos o contato com sujeitos historicamente estabelecidos na rua, e sobre os quais temos registros documentais anterior ao período desta pesquisa, o que nos permitiu ampliar a leitura longitudinal dos significados do uso das bebidas alcoólicas e drogas. São pessoas com vínculos antigos com organizações sociais, que passaram por vários padrões de consumo destas substâncias ao longo do tempo e ainda moram na rua. O trabalho de campo também nos conduziu a indivíduos mais jovens recém chegados à rua e com perfil de maior intinerância.

Como contra referência às entrevistas com coordenadores e freqüentadores de albergues, organizações de catadores de materiais recicláveis, profissionais de saúde, usuários ou ex-usuários de drogas, consideramos os depoimentos de pessoas de outros contextos sociais: empresários, estudantes e religiosos que tiveram ou têm contato com as drogas ou com usuários. Não nos detivemos na ampliação ou sistematização destes depoimentos, mas buscamos tão somente identificar diferentes representações dos usos e dos usuários procurando ultrapassar os discursos construídos sob o enquadramento biomédico que o sujeito reproduz para quem os assediam em troca de respostas óbvias, como o rol de perdas em consequência das drogas ou identificações com rotulações externas.

A observação participante implica, como elemento indissociável da etnografia, na aproximação do objeto de estudo captando a experiência do sujeito no exercício da alteridade. Valorizamos mergulhos em situações do cotidiano do sujeito como as repetidas tentativas de Vieira para o emboço de uma parede em construção. O seu esforço para se igualar a outros profissionais da construção civil ocultava suas limitações individuais. A frustração repetida por não concluir a tarefa num tempo satisfatório indicava naquele momento uma variável adicional ao stress que precedia acessos de fúria e uso de bebidas alcoólicas. O acesso de fúria observado após o uso de cocaína ou crack em outras pessoas, depois de algum período de abstinência, revelava a transição entre estados de humor associados a dificuldades de relacionamento e adaptação a um estilo de vida no qual se sentiam inferiorizados. Nestes casos, observamos que as variações dos estados de humor apresentam alguma semelhança na sua expressividade independentemente da droga utilizada e das formas de utilização, e podem estar associadas às relações cotidianas no habitat

natural do sujeito.

A utilização de métodos qualitativos permite, portanto, a apreensão de processos complexos através da concatenação de diferentes contribuições do campo e de registros documentais. A busca de significados a que este estudo se propõe procurou ampliar a manifestação de necessidades individuais e coletivas, às vezes não compreendidas ou adequadamente verbalizadas. Os relatos de seis usuários de outras categorias sociais, com recursos de formação acadêmica consolidada, também serviram de referência para uma melhor compreensão de estados performáticos revelados na etnografia.

Ao procurar avançar nesta área, lançamos mão da multi e interdisciplinaridade, articulando recursos da psicologia para aprofundar nas funções dos estados alterados de consciência e na sua relação com as situações de liminaridade reveladas pelo viés antropológico.

Os estados alterados de consciência

Ademir, homem, por volta de 50 anos, distinguia entre períodos que ficava na maloca e bebia permanentemente, e períodos em que ficava sóbrio, circulava pela cidade, cuidava da saúde e se vinculava a programas institucionais de assistência como albergues e núcleos de serviços. Uma vez distanciado da maloca e vinculado a instituições de assistência, costumava dizer: “lá é um outro planeta, às vezes eu estou aqui, às vezes eu estou lá”. Acabou morrendo lá, em consequência da degradação da saúde¹⁷.

O trabalho etnográfico revela que o ‘aqui e agora’ do sujeito que vive nas ruas suscita dinâmicas específicas na suas relações consigo mesmo e com a sociedade, segundo parâmetros econômicos, morais, religiosos, políticos, emocionais. As análises macro sociais da complexidade e dinamismo dos fenômenos urbanos nos leva a pensar “a realidade em geral, mas particularmente a sociocultural, como composta de *múltiplos domínios ou realidades*” (VELHO,

---

¹⁷ Morador da maloca do Glicério.

1995). Sob a perspectiva do estilo de vida urbano e da modernidade, marcados pela “não linearidade e multidimensionalidade”, Gilberto Velho considera os *estados alterados de consciência* como “modalidades possíveis de consciência, produtos e produtoras de conjuntos de significado singulares”.

De maneira geral, as pessoas transitam por diferentes estados de percepção da realidade e de si mesmos, em diferentes momentos da vida, que podem ou não estar associados ao uso de substâncias aditivas, mas no caso da população de rua, este uso é inerente à situação em que vivem. Quando se liberam de compromissos familiares e obrigações sociais, podem vagar livremente no anonimato da rua e imergir em bolhas emocionais ou lembranças fixadas na memória, adotando posturas psicologicamente regredidas e padrões comportamentais alterados em relação ao contexto do presente.

Consideremos as alterações comportamentais de Márcia, hoje com mais de trinta anos. Enquanto estávamos num grupo de moradores de rua, ela observava o Roberto, vindo de um grupo que fazia doações na rua, com um novo par de tênis nos pés e outro na mão. Comentou: “é muito exibido”. Com o mesmo senso crítico que a permitia distinguir traços de personalidade nos colegas, ela avaliava seu próprio comportamento de alguns anos antes. Lembrou-se de quando “aprontava” nas ruas e instituições sociais que freqüentava. Naquela época não tinha acesso ao marido preso, seus filhos estavam em instituições públicas de tutela judicial, e ela mesma havia passado vários meses num presídio feminino. Costumava morar em cortiços da baixada do Glicério e conseguia o mínimo para a subsistência com as doações e atividades ilícitas como o envolvimento com batedores de carteira da Praça da Sé e com os policiais que lhe cobravam propina: “ficavam com a maior parte do dinheiro!”, afirmava.

No passado, vivera uma revolta generalizada, como se estivesse num confronto permanente contra forças internas e externas que lhe oprimiam. Oscilava entre momentos de compreensão da configuração e dinâmica destas forças, quando se dispunha ao diálogo e participação de atividades comunitárias; e outros momentos de intolerância contra todos à sua volta. Protagonizara e sofrera muitas violências no cenário da rua. Ameaçava as pessoas e as instituições com pedras, facas e com as acusações verbais. Acalmava-se com as intervenções psicopedagógicas e espirituais

de instituições religiosas e com a cola de sapateiro que usava por longos períodos. Costumava manter um recipiente de “cola” sob a roupa que aspirava de tempos em tempos, independente de onde estivesse. Circulava pelas ruas, mas sua mente transitava em outras esferas.

No ano de 2007, seus filhos continuavam em instituições públicas que ela visitava com certa frequência. Continuava morando em cortiços e convivendo no circuito da rua. Passou a ter outra idéia das instituições sociais, demonstrando nova consciência da realidade, com uma ponta de orgulho: “Não venho muito aqui. Isso vai afundando a gente. Vir aqui só para comer? tenho que me virar, né!”. Para ela, o que “afunda a gente”, não é a instituição em si, mas a dependência que ela pode alimentar. Ela distinguia a postura que adotara no passado, em que “se afundava” e a postura que adotava nesse momento da vida, em que “se virava”. De fato, ainda frequentava as instituições públicas para tomar banho quente, para se alimentar eventualmente e falava com orgulho da psicóloga voluntária que a atendia. Tinha consciência e se sentia agradecida pela ajuda que recebia e a reproduzia com os outros: segundo o seu relato, comprou um tênis de um colega, por um real ¹⁸ com a intenção de presentear o filho da sua vizinha: “a gente recebe, tem que ajudar os outros também, né!”.

As mudanças comportamentais neste caso, segundo o próprio sujeito, ocorreram devido a mudanças nas maneiras de perceber a realidade. Os relatos indicam diferentes estados de consciência relacionados à sensação de opressão em situações de carência material e emocional, e ao uso de drogas.

Considerando um histórico emocional disfuncional e representando toda a vida do sujeito ao longo de um eixo cronológico desde o seu nascimento, sua personalidade é constituída por uma sucessão de planos onde se projetam as relações estabelecidas com as pessoas e com o meio em que vive. Desta forma, a mobilidade da consciência do sujeito através de suas memórias pode conduzi-lo a perceber a si mesmo e o mundo à sua volta com as referências de um passado que já foi ou das expectativas de um futuro inacessível. Antônio, por exemplo, costumava repetir: “eu sou neutro, eu me sinto neutro”, o que provavelmente se relaciona com relatos de adoção precoce, rejeição familiar e auto estima comprometida, que se mantiveram

---

¹⁸ É uma prática comum redistribuírem os produtos de doações recebidas, às vezes vendendo-os a preços simbólicos. As instituições sociais também o fazem através dos “brechós”.

como referenciais difíceis de serem superados. Por outro lado, Evaldo vive há anos na expectativa de uma vida abastada com os “milhões” que “ganhará” com seus inventos ¹⁹. Outro exemplo deste deslocamento longitudinal no eixo cronológico da vida vem de Orlando ao rejeitar uma vaga num abrigo considerado de boa qualidade, para ficar na rua: “não gostei, (...) me lembra a Febem!”.

Deslocando a abordagem desta questão para o campo dos estudos dos fenômenos psíquicos, o termo “estado alterado de consciência” se refere principalmente às alterações decorrentes da ação psicoativa de certas substâncias em áreas específicas do cérebro, cujo uso se encontra disseminado em praticamente todas as culturas ao longo de toda a história da humanidade, como a iboga na África, o peyote na América do Norte, o cacto São Pedro nos Andes, a ayahuasca na Amazônia, o ópio no oriente, o cogumelo na Ásia, e outros menos exóticos, facilmente cultiváveis ou produzidos como a cannabis, o tabaco, o vinho e o álcool (JAMES, 2002; HUXLEY, 1983; OTT, 1998). O isolamento de princípios ativos em laboratórios reduz a complexa combinação de alcalóides das substâncias naturais, permitindo direcionar sua funcionalidade para a regulação do humor. Por outro lado, trouxe as substâncias alteradoras da consciência para dentro da ciência, permitindo estudos criteriosos sobre o comportamento humano. Desde que Albert Hoffman descobriu o ácido lisérgico LSD, vários pesquisadores puderam estudá-lo antes que fosse proscrito como droga. GROFF (1985) ampliou a perspectiva da psicologia transpessoal demonstrando que as visões decorrentes do uso deste psicoativo se relacionam a padrões comportamentais constituídos desde as experiências perinatais ²⁰. Os estudos dos efeitos da ayahuasca, substância obtida do cozimento de duas espécies vegetais da Amazônia, tradicionalmente utilizada por várias etnias da região e incorporada em rituais religiosos surgidos no início do século XX, mostraram através de registros eletroencefalográficos (HOFFMAN et al, 2001), o aumento de frequências cerebrais alpha (8-13 Hz) e theta (4-8 Hz). Neste caso, os

---

¹⁹ Evaldo carrega consigo os registros de patentes de inventos como o “tênis carro”, um tênis infantil com luzes acionadas pelo peso do corpo, reproduzido por empresas calçadistas sem a sua autorização (sic). Comenta que acionou a promotoria pública, mas sente o descaso do advogado. Teme que ele tenha sido subornado pela fábrica para não indenizá-lo. Com a ajuda de amigos e com seus próprios recursos também construiu uma panela de pressão com alarme sonoro, visual e manômetro embutidos, dentre outros inventos.

²⁰ Para Stanislav Grof, as quatro matrizes emocionais perinatais, ou seja, vivenciadas em torno do nascimento, na gestação, pré-parto, parto e pós parto se relacionam com padrões comportamentais que tendem a se reproduzir ao longo da vida.

estados de consciência alterada se assemelham a estados de meditação profunda. O indivíduo “pode ter profundos insights sobre seus padrões comportamentais e aprender a integrar conteúdos inconscientes a um nível mais elevado da consciência”. Em termos neurológicos, isto significa trazê-los ao “nível neocortical, onde os problemas podem ser processados, entendidos e integrados” (ibidem).

Falar de conteúdos inconscientes implica também entrar num universo pessoal constituído de memórias e representações de fatores externos internalizados através das relações familiares, de trabalho, relações de assistência, vínculos religiosos e outros contatos diretos ou indiretos com a sociedade. A possibilidade de indução a estados alterados de consciência oferece, portanto, certa navegabilidade nos conteúdos de memória e mudanças na percepção da realidade, conferindo significados diferenciados para determinadas experiências ou para toda a vida da pessoa. Não obstante a interação química proporcionada por substâncias alteradoras dos estados de consciência, focalizaremos principalmente o que esta possibilidade significa para o sujeito. Este assunto tem sido tratado pela psicologia desde Willian James em 1902, e tem sido amplamente discutida por cientistas sociais a partir do uso de psicoativos culturalmente integrados em diversas sociedades.

Os estudos de alterações da consciência incorporam ainda fenômenos explicitamente vinculados ao contexto religioso, como a possessão de espíritos. Reportamo-nos a estes estudos, sob a égide da Antropologia da Consciência e da Psicologia Transpessoal, como alternativa ao enquadramento de experiências desta natureza ao rol dos transtornos psíquicos. Independentemente da precisão dos diagnósticos médicos, sintomas considerados como delírios e alucinações produzidas pelo uso ou crises de abstinência de drogas podem revelar aspectos da vida do sujeito que atribuem novos sentidos ao uso destas substâncias. Julio, por exemplo, descrevia o terror do ataque de demônios e ele próprio se auto flagelava com queimaduras e cortes que se transformavam em ferimentos crônicos. Uma investigação mais aprofundada de sua vida revelou que ele foi gerado a partir do incesto entre pai e filha, respectivamente seu pai/avô e sua mãe. Uma intervenção psicoterapêutica revelou que sua infância foi marcada pela internalização de julgamentos culpabilizantes que culminaram com a saída do ambiente familiar e outras experiências de liminaridade que o conduziram à situação de rua e às drogas.

Em situações protegidas ritualisticamente, como observado nas práticas religiosas ou com fins terapêuticos, os estados alterados de consciência permitem que o sujeito transite pelos domínios arquetípicos, pelo inconsciente coletivo e no terreno numinoso da metafísica. O senso comum, endossado pela biomedicina, classificaria como alucinações a maioria dos efeitos provocados por psicoativos como a iboga, o peyote, a mescalina e a ayahuasca, tradicionalmente utilizados em rituais religiosos. Como cita Escohotado “cuando estos fármacos intervinen en ceremonias dirigidas por chamanes, otros hechiceros y sacerdotes en sentido estricto, constituyen sustancias con virtud “enteogénica””. O termo vem de em-theos-genos: “engendrar dentro de si al dios”, “generar lo divino” (ESCOHOTADO, 1995, p. 40; ver também WASSON, 1996, p. 100).

Também encontramos a referência ao “divino” e ao “paraíso” para caracterizar os estados alterados induzidos pelo álcool e crack em depoimentos de moradores de rua e não moradores de rua, significando experiências de êxtase. Os padrões ritualísticos encontrados entre usuários de substâncias psicoativas em contextos destituídos da sacralidade do contexto religioso podem privar o sujeito dos conteúdos simbólicos enteogênicos, entretanto não os privam da experiência noética, conduzindo-a a outras finalidades como as de sociabilidade, amplamente referida entre os usuários de drogas na rua e igualmente de outras categorias sociais. A iniciação alcoólica e canábica entre jovens que tiveram contato com estas substâncias na transição entre o ambiente familiar e o de bares e amigos costuma ser referida pela apropriação de sensações até então desconhecidas associadas ao processo da própria individuação, quando rompem os ‘cordões umbilicais’ que os mantinham conectados aos pais e familiares, conferindo-lhes autonomia e capacidade de perceber a genuinidade de si, do outro e das relações que é capaz de estabelecer na “mesa do bar” ou na “roda de fumo”.

A alteração orgânica e comportamental e as alterações na percepção da realidade e das realidades internas acontecem em diferentes configurações conforme a droga utilizada. Não faremos distinções analíticas entre as categorias lícitas e ilícitas, razão pela qual preferimos utilizar o termo *droga* de forma genérica em algumas partes do texto. Usuários de crack são comumente discriminados pelos usuários de álcool justificando-se o uso legal da bebida, mas a violência e os roubos

associados ao crack são motivos mais realistas que justificam esta separação. Cabe salientar que observamos malocas igualmente freqüentadas por usuários de ambas as substâncias. Como o uso drogas ilícitas como o crack e a maconha se tornaram comuns na rua, raramente geram prisões, mas são desestimulados com posturas ameaçadoras e demonstrações de hostilidade da polícia. Desta forma, evita-se o uso individual de forma ostensiva, mas criam-se redutos como a ‘cracolândia’, onde o artifício de uso coletivo funciona como ritual de sociabilidade e como estratégia para se proteger do controle policial. Quando os policiais se aproximam, os grupos de usuários se espalham ou se deslocam em ‘bandos’, às vezes apenas mudando para ruas próximas²¹. No contexto do estudo etnográfico realizado, utilizamos os termos álcool ou bebidas alcoólicas, maconha ou cannabis, crack e cocaína, conforme a significância que apareceram em cada caso em particular.

Os conceitos que se referem à patologização do uso vêm sendo confrontados com o seu entendimento como um “fenômeno socialmente construído”, como se refere NEVES (2004) em relação ao alcoolismo. “Cada sociedade tem colocado em relevo os padrões institucionalizados de uso das bebidas alcoólicas, a variedade dos modos de produção, de motivos e de oportunidades construídas para o ato social de beber” (p.8). Em relação ao uso em situações liminares, SOUZA e GARNELO (2006) também buscam a desconstrução do alcoolismo em suas “notas a partir da construção do objeto de pesquisa no contexto indígena”. Citando Langdon (LANGDON, 2001), assume-se o “compromisso teórico, ético e político de desconstruir a categoria “alcoolismo”, evitando utilizá-la no sentido do senso comum, e tendo o cuidado de não fornecer argumentos a setores da sociedade nacional que se utilizam desta categoria para acentuar a discriminação dos grupos indígenas” (p.280).

Ao nos desvestirmos de conceitos como alcoolismo, dependência química e doença incurável, a imersão em estados induzidos pelo uso contínuo de álcool, maconha e crack entre moradores de rua indicam em primeiro lugar, a preferência

---

²¹ Observamos esta dinâmica em pequenos grupos, em torno de até 6 pessoas, em lugares como baixios de viadutos na baixada do Glicério, Parque D. Pedro, Vale do Anhangabaú, Praça da Sé, principalmente para o uso de maconha e eventualmente para o uso de crack. A formação de grupos maiores de usuários de crack de até 30 pessoas estão limitados a redutos específicos como as ruas em torno da Praça Princesa Isabel, na região da crackolândia. Pequenos grupos de usuários de crack ou maconha aglutinados em torno de uma maloca evitam se expor protegendo-se dos olhares externos com caixas e outros aparatos da própria maloca.

pelos estados alterados ao invés dos estados ordinários de consciência. Partindo desta possibilidade que a rua oferece, abordaremos a seguir os principais conceitos que nos ajudarão a compreender a situação de rua.

O encanto e o desencanto da rua

Como marco da fundação da cidade, em 1554 o local “situava-se numa colina alta e plana, cercada por dois rios, o Tamanduateí e o Anhangabaú”. Agora, com um rio a menos, o museu e a capela ainda lembram o Colégio dos Jesuítas, hoje, Pátio do Colégio ²². Neste cenário uma “roda de pinga” alimentava o batuque nos largos degraus do monumento em honra à “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo”. Um jovem, negro, literalmente descamisado, abreviava a parábola do filho pródigo ²³: “o filho saiu de casa e foi pro mundo, comia a bolotas dos porcos, ...você sabe o que é ‘bolotas dos porcos’... é o resto, ele comia o resto, ... quando ele voltou o pai dele preparou uma festa...” ²⁴.

Os termos moradores de rua e população de rua, que denominam o segmento populacional referenciado nesta investigação, encontram-se incorporados nas recentes publicações sobre este tema na cidade de São Paulo (GIORGETTI, 2006; _ 2007; ROSA, 2005; VIEIRA e col., 2004; VARANDA e ADORNO, 2004; ALVAREZ, 2003; LOSCHIAVO, 2003; SAS/FIPE, 2003a, 2003b). A identidade social da população de rua emerge a partir dos levantamentos sócio-demográficos, de suas histórias, de suas expressões na cidade sob distintas perspectivas pelas quais são percebidos: da biomédica e demográfica, da assistência social, da religiosa e da ética e cidadania.

Estaremos nos referindo, portanto, às pessoas sem moradia fixa, sem renda definida e suficiente à sobrevivência, que vivem nas ruas com doações, renda de

---

²² Encontramos a referência geográfica no site da prefeitura (PMSP, 2008) e referências à herança cultural e religiosa dos jesuítas em Gambini (2000).

²³ Evangelho de São Lucas da Bíblia Cristã – capítulo 11, versículo 11 e seguintes.

²⁴ Campo - Relatório da visita ao Pátio do Colégio em 11.01.08.

trabalhos esporádicos ou que se vinculam a organizações e grupos que viabilizam o abrigo e as necessidades básicas de higiene e alimentação.

A interseção deste segmento com outros grupos populacionais se estende a diversas ocupações profissionais e estratégias de moradia, como se verifica nas ocupações de imóveis não utilizados articuladas pelos grupos dos “sem teto”. Um dos trabalhos mais próximos e acessíveis ao morador de rua é a coleta seletiva. O catador de materiais recicláveis, enquanto uma categoria profissional reconhecida, com projetos de capacitação e desenvolvimento da reciclagem e gestão, também é constituído por trabalhadores que vivem com suas famílias em moradia própria. Os trecheiros são as pessoas em situação de rua que circulam entre cidades alternando entre trabalhos temporários fora de São Paulo, utilizando a rede de abrigo (VIEIRA, 1999).

Aproximadamente um terço das pessoas que usam albergues sistematicamente, nunca viveram literalmente nas ruas (SAS/FIPE, 2003). Entre elas, algumas não se identificam como moradores de rua ou com a população de rua como também acontece entre aqueles que usam das mesmas estratégias de sobrevivência dos moradores de rua, mas se distinguem deles por transitarem entre os catadores de recicláveis, entre os sem-teto, entre os trecheiros ou em circuitos similares. Esta complexidade permite considerar que os limites que demarcam esta população dependem de fatores objetivos e subjetivos e são dinâmicos ao longo do tempo, permitindo certa mobilidade de alguns indivíduos entre a situação de rua e outras situações.

Viver na rua “é como viver em qualquer outro lugar”, como afirma Daniel, 45, há mais de 20 na rua²⁵. Ele se refere a diferentes estratégias de sobrevivência, mas salienta que cada uma destas pessoas tem sua história particular, vive com suas tristezas e alegrias, se agrupa ou se recolhe e procura reproduzir o ambiente doméstico no espaço público. São encontrados em diversos pontos da cidade, mas principalmente em aglomerações nas zonas comerciais e em pontos estratégicos na área central da cidade, evitando o confronto com moradores e comerciantes, como registramos no relatório de campo de 11.01.08:

O monumento que sinaliza o marco zero da história de São Paulo, erguido no

---

²⁵ Relatório de campo – 26.01.08.

Pátio do Colégio, é um ponto de encontro entre eles, com os agentes sociais da prefeitura e para o achaque entre os clientes e funcionários dos serviços públicos e comerciais do centro. Sentam-se nos largos degraus do monumento, sob os painéis em baixo relevo, em honra à “Glória Imortal aos Fundadores de São Paulo”, dezenas de metros acima, enquanto esperam a “comida” que chega à noite.

O quarto degrau, o mais alto, também servia de cama para um jovem, negro, que levantou para partilhar a garrafa de pinga que encomendara ao amigo. Este, mais jovem, roupas limpas, alegre e descontraidamente, saiu duas vezes do grupo e foi buscar a bebida no boteco da “ladeira”. Um deles tomava vinho: “desta pinga, eu não tomo”. Também se diferenciava dos outros pelas roupas limpas, passadas e bem conservadas. O jovem, sem camisa, começou a cantar, e animado com o ‘happy hour’, tamborilava um samba num engradado de madeira, seguido por outros do grupo. Em cada um dos quatro lados havia de 6 a 10 pessoas. Mas somente no lado que se confronta com a Secretaria da Justiça, passaram umas vinte pessoas no período de uma hora. Brancos, negros, jovens, de meia idade, homens na sua maioria. Às seis da tarde, alguns começaram a estender cobertores e papelões rentes às paredes do museu ao lado. Muitos preferem dormir em lugares mais protegidos da chuva ou do frio, mas costumam ficar até a passagem da janta - lanches, sopas, quentinhas, distribuídas por grupos de benemerência, no início da noite, mas que neste dia não haviam aparecido até as vinte e uma horas. Os agentes sociais da prefeitura anunciam as vagas de pernoite em albergues por volta deste horário. A perua caracterizada com silhuetas estampadas em azul chegou por volta das 18 horas, subiu no passeio e antes de estacionar em local bem visível, em frente ao museu, desembarcou seis jovens “azulzinhos”, como são chamados pelos potenciais clientes. Circulavam pelo pátio, com o imperativo “Dê mais que esmola, dê futuro” estampado em várias partes do uniforme. Convenceram um bêbado a deixar a entrada da Secretaria da Justiça e se alojar na lateral do museu. Alguns moradores de rua ainda insistiam em solicitar vaga em albergues, mas a maioria contentava-se com um bate papo. Comentam que não há vagas. Para pessoas “com menos de quarenta anos, então, não adianta insistir”. “Se não tiver documentos, nem pensar”. Um deles solicitava ajuda para tirar o RG, outro precisava de ajuda para pagar a certidão negativa de antecedentes criminais. Passou pela cadeia em

99, e agora precisava regularizar os documentos e conseguir trabalho. Hoje mora num quartinho no Glicério com a mulher e uma filha, mas tem que “correr atrás de alimentos para a família e fraudas para a criança”: “não está fácil”, dizia mostrando o timbre institucional na solicitação do documento. O jovem cantador, bastante alcoolizado, começou a narrar a parábola do filho pródigo (acima). A única mulher que havia se aproximado do grupo momentos antes, comendo um espetinho de carne, retrucou: “se você for para a casa do seu pai, ele aceita você de volta? ... tem muito pai que não quer o filho de volta!”. Lembrava o próprio pai que falava que ela “não tem competência para trabalhar na cozinha, não tem competência para arranjar marido, as irmãs não gostam dela...”.

Um negro, sem camisa, alcoolizado, batucando uma caixa de madeira no miolo de São Paulo, entre a Secretaria da Justiça e o quadrilátero financeiro da capital, apresenta por si só uma performance com significados peculiares. No final da tarde, num dia de semana típico, o local é tomado pelo movimento de funcionários públicos e trabalhadores de escritórios comerciais que deixam o trabalho em direção aos estacionamento privados e ônibus fretados que param perto do monumento. Eles se destacam pelos trajes sociais, conversas nos celulares e circulação em pequenos grupos. Florestan Fernandes (BASTIDE E FERNANDES, 2008) relacionou papéis sociais, condição social e cor na sociedade escravocrata:

“Negro equivalia a “indivíduo privado de autonomia e liberdade”, escravo correspondia (em particular do século XVIII em diante), a “indivíduo de cor”. Daí a dupla proibição, que pesava sobre o negro e o mulato: o acesso a papéis sociais que pressupunham regalias e direitos lhes era simultaneamente vedado pela “condição social” e pela “cor”. (...) A representação social da personalidade-*status* do negro e do mulato e a autoconcepção que estes possuíam de seus papéis sociais tendiam, em geral, a orientar univocamente as expectativas de comportamento nessa direção” (p.119).

Conforme atesta a historiografia brasileira, “os mecanismos de acomodação social entre negros e brancos se formaram no regime senhorial escravocrata,

modificaram-se à medida que ruiu a antiga ordem senhorial, dando lugar a uma sociedade capitalista-competitiva baseada no trabalho livre” (p.11).

Conforme registramos no dia 11.01.08, às seis da tarde, já havia muitos moradores de rua no pátio do colégio. Enquanto os funcionários públicos, bancários, trabalhadores do comércio deixam o centro em direção às suas casas, os “sem domicílio” vão se instalando sob as marquises dos prédios vizinhos, ocupando as soleiras onde podem sentar sem serem incomodados ou reservando os lugares onde passarão a noite.

Uma variada fauna humana circula pela praça em direção aos estacionamentos e pontos de ônibus: gordos, magros, altos, baixos, jovens, de meia idade, trajes sociais, roupas despojadas. Mulheres belas e elegantes atravessam o pátio eventualmente, seguidas dos olhares dos admiradores mais atentos que meneiam a cabeça sem diminuir o passo. Um jovem skatista de bermudas, chegou, fez uma rápida demonstração de suas habilidades no que parecia ser um exercício rotineiro e foi embora. Os moradores de rua, por sua vez, chegam e estacionam nos degraus do monumento, no meio da praça. Enquanto os catadores separam o material reciclado das pilhas de sacos pretos que foram amontoados em locais menos movimentados nas imediações e carregam suas carroças, um ou outro morador de rua esparrama umas poucas latinhas pelo chão e as amassa enquanto conversa com os parceiros da rua. Num dia quente como este, alguns circulam sem camisa prolongando o tempo que podem ficar com a mesma roupa sem ter que lavá-la ou descartá-la.

Um casal parou perto da pirâmide multicolorida, que enfeitou o natal e resistiu à passagem do dia de Reis. Checam as embalagens coloridas de amaciante e saponáceos que cobrem as laterais da estrutura metálica, sacam uma máquina fotográfica e posam ao lado da pirâmide com a Igreja dos Jesuítas ao fundo. Nem sequer olham o monumento no meio da praça, apesar de estarem a poucos metros dele. O alto relevo na parte mais alta do pedestal e a estátua, dezenas de metros acima, plantada no meio da praça, parecem tão imperceptíveis como as pessoas que compartilham a pinga nos largos degraus da base do monumento.

O batuque chamaria a atenção em outra situação, mas não passava de um som abafado de mãos nas tábuas de madeira, sem ressonância no espaço aberto do pátio.

O samba era acompanhado pelo pequeno grupo que bebia no local, mas os transeuntes não olhavam diretamente para eles. É comum que outras pessoas evitem ser achacadas com pedidos de dinheiro, através da indiferença e de certo distanciamento destes grupos. A sua presença permanente próxima a condomínios residenciais ou estabelecimentos comerciais provocaria as reclamações rotineiras e pedidos de remoção para as subprefeituras e secretaria de assistência social, mas sua presença temporária no Pátio do Colégio é acompanhada pelo posto permanente de polícia e pelos agentes sociais que circulam pelo local, evitando excessos que possam constranger os outros cidadãos, considerados contribuintes. Seguranças uniformizados nas entradas dos órgãos de governo como a Secretaria da Justiça e Comissão de Direitos Humanos restringem a permanência dos moradores de rua ao monumento que fica no meio da praça, onde passam o entardecer de um dia que começou antes do sol nascer falando de seus problemas e seus sonhos enquanto não chegam as doações de comida. O jovem cantador exercia certo fascínio entre os colegas, com sua cantoria, cantando alto e afinado. Tinha desenvoltura para puxar os sambas, sabia melhor as letras e os ritmos das músicas e no princípio era acompanhado pelos colegas. Com igual desenvoltura ele bebia a pinga servida continuamente em copinhos de café descartáveis. Ele se apresentava do degrau mais alto, sem demonstrar constrangimentos em animar o ‘happy-hour’, a exemplo do que frequentemente se observa em bares das ruas vizinhas, nas imediações dos escritórios da prefeitura e bolsa de valores. O que para os integrantes do grupo parece ajustado, não se ajusta ao cenário turístico, financeiro e jurídico que delineiam a praça. A cena denuncia diferenças, reflete sentimentos e exhibe sintomas de uma anomalia urbana cronificada, atemporal, que extrapola a circunscrição do sujeito (VARANDA e ADORNO, 2008).

No sentido discutido por DOUGLAS (1976), “uma anomalia é um elemento que não se ajusta a um dado conjunto ou série” (p.52). “Há várias maneiras de tratar as anomalias. Negativamente, podemos ignorá-las, não percebê-las, ou, percebendo-as, condená-las. Positivamente podemos, deliberadamente, confrontar as anomalias e tentar criar um novo padrão de realidade onde elas tenham lugar” (p.54). No nosso caso, delega-se à gestão pública e à força policial a responsabilidade de lidar com o que poderia ser um problema. A convivência entre poder público, visível com a

presença de agentes sociais e equipes de segurança dos prédios vizinhos aos lugares ocupados por moradores de rua no centro da cidade, eleva o cenário a uma suposta integração destes grupos ao ambiente urbano, a ponto dele poder ser ignorado pelo cidadão comum. Do ponto de vista do sujeito que está na rua, a “sujeira” de sua aparência e a “impureza” do seu comportamento o torna invisível, porque não podem ser integradas ao padrão da urbanidade socialmente aceita. Esta ambigüidade é referida por Mary Douglas no seu sentido funcional em rituais para “enriquecer o significado ou para chamar a atenção a outros níveis de existência” (p.55).

Entre as referências literárias que abordam a sedução do ‘universo da rua’, em contrapartida às situações de desconforto e inadequação no contexto familiar, a parábola do filho pródigo é a mais conhecida. Na narração abreviada do morador de rua, distinguimos três momentos: a saída de casa, a sobrevivência no mundo e o retorno. Os ritos de passagem estudados por Van Gennep e Victor Turner também se desencadeiam numa performance previsível de “separação, margem e agregação” (TURNER, 1974, p.116).

A permanência dos moradores de rua no estado liminar de apartação social, evoca performances que explicitam os arranjos sociais dos quais se valem para organizarem suas vidas no contexto em que se encontram. A visão estática da situação de rua impediria a compreensão dos fluxos de mudanças que a tornam um campo fértil para intensos processos de transformações individuais e das relações sociais, situadas entre a separação e a reagregação (não necessariamente retorno).

Os *dramas sociais*, bem como outros tipos de unidades processuais, para TURNER (1994, p.35), “representam seqüências de eventos sociais”, que numa visão retrospectiva podem revelar uma estrutura temporal. Tais estruturas estão incompletas, não consumadas. “São unidades de processos harmônicos ou desarmônicos, que vem à tona em situações de conflito” e apresentam quatro fases acessíveis à observação (p.37): 1 – *Breach* - ruptura das relações sociais regulares e normalizadas entre pessoas ou grupos dentro do mesmo sistema de relações sociais. 2 – *Crisis* – crise, durante a qual, existe a tendência de que a ruptura aumente e se estenda culminando com o antagonismo entre as partes. 3 – *Redressive action* – mecanismos reparadores que limitam a extensão da crise. 4 – *Reintegration* – reintegração do grupo social ou reconhecimento e legitimação da cisão irreparável

entre as partes destoantes.

Os motivos que levam as pessoas às ruas têm sido amplamente discutidos nos últimos anos. Consideramos o cenário de transformações sociais no contexto urbano, entretanto, procuramos aprofundar questões sub-reptícias aos processos de desfiliação e degradação sócio econômica, evitando assim a ótica da vitimização, justamente para encontrarmos o poder decisório do indivíduo que se relaciona ao uso das drogas ou a perda do autocontrole em relação a este uso. Enquanto fenômeno coletivo, na perspectiva da performance social, esta realidade denuncia injustiças sociais concretas como tem sido veiculado pela imprensa (ROSA, 2005) e expostas à sociedade através das manifestações públicas organizadas pelos movimentos sociais associados aos moradores de rua. Sob a questão do estigma e das relações de dependência, a violência gratuita contra moradores de rua, eventualmente noticiada, também revela a intolerância neste meio.

Entre os fatores que concorreram para o aumento vertiginoso da população de rua nos grandes centros a partir da década de 80, encontramos circunstâncias irreversíveis geradas com os processos de globalização e modernização das estratégias de gestão governamentais que implicaram na “dissolução do consenso do welfare” (GIDDENS, 1999). O trabalhador desqualificado passou a concorrer com a valorização especulativa do capital, a robotização e ‘tecnologização’ do processo produtivo, a supervalorização dos processos de industrialização e distribuição de alimentos em detrimento do trabalhador rural e com a aparição de intermediários responsáveis para a terceirização de serviços. A este cenário, acrescenta-se a veiculação de novos conceitos de moralidade, com a expansão da mídia televisiva e mudanças nos mecanismos de regulação das relações de trabalho e relações sociais, como o fortalecimento de movimentos trabalhistas e surgimento de movimentos sociais reivindicatórios. O surgimento do morador de rua enquanto sujeito de direitos ocorreu ao longo da década de 90, culminando com a regulamentação da política de atenção ao morador de rua na cidade de São Paulo e avanços na construção de uma política nacional para esta população, que se encontra em curso.

Apesar do substrato das transformações sociais, econômicas e políticas das décadas que antecederam a virada do milênio explicar as trajetórias de desqualificação social e da natureza multifatorial e coletiva deste processo

(PAUGAM, 1999, _ 1996), geralmente observamos, como na imagem do filho pródigo, uma ‘intenção’ do sujeito em ‘ir para o mundo’. Nos estudos dos circuitos transitórios de meninos de rua, o afastamento intencional de seus domicílios se relaciona com relações familiares frouxas ou hostis à criança. A rua também convida ao lazer, ao aprendizado e a experiências dificilmente acessíveis com o confinamento em cortiços, favelas ou bairros pobres da periferia (ADORNO, 1999). Entre os adultos, a busca de alternativas de sobrevivência fora do seu contexto de origem se relaciona, entre outros fatores com a perda do papel de provedor, numa “recorrência da ética do trabalhador e não do trabalho, definida pela ética do provedor. O desempenho desse papel de provedor confere atributos de respeito, autoestima, dignidade pessoal. A impossibilidade prolongada de desempenho do papel de provedor implica a perda de autoridade” ²⁶. NASSER (2001) observou que a dinâmica de ‘sair para o mundo’ implica no rearranjo entre as dimensões família, trabalho e lazer, e no distanciamento dos mecanismos regulatórios do ambiente familiar e do trabalho.

Nossa análise revela fatores específicos que dentro da diversidade da população de rua impede generalizações, mas abre o leque dos motivos que leva o sujeito a deixar um ambiente doméstico conhecido e sair em busca do incerto que pode resultar na situação de rua. A liberdade de expressão sexual, por exemplo, dificilmente seria mencionada num inquérito impessoal, mas para algumas pessoas a dificuldade de vivenciar padrões de sexualidade não aceitos no ambiente doméstico os levou a buscar outros lugares e relações que os livram dos julgamentos externos. Quando o próprio sujeito convive com conflitos culpabilizantes internalizados como a dificuldade de adaptação a uma sexualidade polarizada entre padrões de masculinidade e feminilidade hermeticamente estabelecidos ou o abandono de filhos daí resultante, isto compromete sua adaptação em quaisquer lugares que esteja e o consequente nomadismo acaba por conduzi-lo ao anonimato da rua.

Alguns entrevistados oscilam entre a rua e a família enquanto não constroem um novo estilo de vida, mas a invisibilidade das ruas pode oferecer algum alívio e servir de escape da pressão familiar, enquanto a família, por sua vez pode servir como mecanismo de controle na regulação do uso de drogas (SILVA, 2000).

---

²⁶ Comentário de Delma P Neves sobre o perfil da população de rua, apresentado no Primeiro Seminário Nacional sobre População de Rua, realizado em São Paulo em 1992 (ROSA, 1995, p.65).

O anonimato oferece, de forma contraditória, a segurança que o sujeito pode não encontrar em lugares conhecidos, como indica os relatos de egressos do sistema penitenciário e pessoas envolvidas com a delinquência nos seus locais de origem: Rodrigo fugiu de uma gangue da qual havia participado e subtraído uma quantia de valores roubados; José Luis, trocou de nome depois de ter cometido crimes passionais; Alexandre queria se livrar do assédio do PCC (crime organizado com raízes no sistema prisional da capital); Tiago, fugia da cobrança de dívidas e da acusação de roubos na vizinhança de seus familiares para subsidiar a compra de drogas.

Algumas pessoas estão simplesmente fugindo de algum parente que as hostilizam. Pessoas com transtornos psíquicos, deficiências físicas ou cognitivas, podem encontrar mais solidariedade na rua que no ambiente doméstico, como o jovem Elias, com déficit cognitivo e coordenação motora fina comprometida. Na rua, ele era adotado intermitentemente por diversas mulheres que o tratavam ora como namorado ora como filho. O status de namoradas ainda lhes facilitavam se livrar do assédio de outros homens conforme os códigos de convivência da rua.

A hostilização familiar pode ser explicitada quando o sujeito não contribui financeiramente para o orçamento doméstico, devido ao uso de bebidas ou drogas, pela não concordância com regras de convivência ou disciplinas impostas autoritariamente ou pode ser percebida subjetivamente devido a incompatibilidade com outros membros da família e perdurar por muitos anos somando-se a outros fatores na transição para a situação de rua. Em plena adolescência, após a morte do pai, Marcelo trocou a nova configuração familiar comandada pelo padrasto, pela companhia de “parques de diversões”, ou seja, grupos de trabalhadores nômades que circulam entre uma cidade e outra. Há famílias muito coesas que se fragilizaram com a morte de um dos pais, como ele relatou: “meu pai era o esteio da família”. Ele aprendeu a beber desde criança com adultos que bebiam para colher arroz em terrenos pantanosos. Consolidou este aprendizado nas aventuras deste nomadismo, substituindo a carência afetiva pela proteção dos amigos cuja proximidade era imposta pelo estilo de trabalho e vida comunitária. Mergulhou na bebida somente depois de alguns anos, quando já havia deixado de acompanhar os parques itinerantes, estava casado e tinha um filho. Mais difícil que superar a morte do pai,

foi superar a morte do filho num acidente doméstico quando este completou um ano de vida. As quebras de vínculos significativos, como neste caso, em relação às principais referências de ascendente ou descendente masculino o desestabilizou emocionalmente. Nesta fase, perambulava pelas ruas e instituições sociais, oscilando entre períodos de sobriedade e ‘recaídas’ que duravam semanas, durante as quais se mantinha permanentemente alcoolizado. Ao pedir ajuda, recorria a uma autoimagem de impotência e fragilidade emocional: “sou como uma criança, ... é preciso pegar na minha mão...”.

A saída do filho pródigo envolve um desejo de conhecer e gozar o mundo, que sofre o julgamento moral dos que ficam, mas é envolto por uma necessidade de expansão de si e ultrapassagem dos limites de contenção do ambiente familiar. Através do recurso didático da parábola, o texto bíblico aponta ainda para o processo de transformação de uma matriz psicológica e amadurecimento do sujeito. Pela perspectiva antropológica, os trabalhadores que saem em busca de melhores condições de vida estariam buscando uma mudança de status através da ascensão social conduzida por sua própria iniciativa.

Turner identificou processos de transição entre status sociais através de rituais comunitários dos nativos Ndembu da África Central: a escolha de um líder envolvia a perda de status de forma socialmente programada e a sua reintegração com outro status social. Entre estas fases, a fase da liminaridade era marcada pela anulação moral do sujeito, que perdia totalmente suas insígnias sociais sob hostilidades do restante da comunidade manifestadas concreta e explicitamente. A superação da fase liminar aparece dentro do processo ritualístico como uma condição para a conquista do novo status. Na população de rua, identificamos a perda de status de trabalhador socialmente integrado e a condição de liminaridade, traduzida pela “queda” numa condição social marginal. Por se tratar de uma questão coletiva socialmente incômoda, a reintegração da população que vive nesta condição passou a ser alvo de políticas públicas. Considerando a insalubridade da condição liminar, este problema passou a se relacionar às políticas públicas de saúde tornando-se uma questão de saúde pública, como já ocorre de fato em outros países.

A teoria do desvio de Becker nos ajuda a compreender a constituição deste modo de vida que se reveste de algum encanto, na medida em que se trata de um

estilo alternativo e ainda regado pelo uso de substâncias alteradoras de consciência, entretanto a aparente reequilíbrio emocional, satisfação de desejos, expansão de si e auto superação são encobertos pela precariedade da pobreza que os atingem em cheio. O desencanto advém da confrontação com meios adversos de subsistência, conforme o jovem cantador do Pátio do Colégio, e para muitos, com a sensação de impotência para o retorno a uma situação perdida ou para uma reintegração social fundamentada em outros critérios de ganhos e convivência. A intolerância com a própria situação conduz a uma banalização da vida e acirra a violência entre as pessoas do próprio meio tornando comum atentados que vitimaram pessoas como Julio e Jorge, que acordaram com fogo alastrando pelo corpo criminosamente encharcado de álcool. Esta intolerância extrapola os limites circunscritos aos moradores de rua, como a arquitetura anti-mendigo ²⁷ que também priva outras pessoas de acesso a praças e jardins. A chacina de 2004 no centro da cidade tem sido referida como a violência premeditada que afrontou a justiça instituída, matando 6 moradores de rua e deixando 9 gravemente feridos, nas noites de 19 e 22 de agosto daquele ano.

O acolhimento na rede de assistência é estimulado pelo marketing da assistência social sob lemas como “dê mais que esmola, dê futuro”, enquanto isso os agentes sociais responsáveis pelos encaminhamentos aos albergues endossam os relatos colhidos entre a população de rua e instituições de abrigo afirmando que o seu maior problema ainda é a falta de vagas. Ainda assim os discursos oficiais do poder público afirmam o contrário, baseados na recusa de albergamento por parte de algumas pessoas fixadas há muitos anos na rua.

Com o passar dos anos e depois de muitas passeatas reivindicatórias pelo centro desde que a população de rua passou a ser percebida como um problema da cidade, no início dos anos noventa o cenário do anfiteatro da Rua Riachuelo, com a qual iniciamos a introdução, já estava repleto de cartazes, faixas e lemas como “a vida é mais forte que a morte”, apontando para as políticas públicas como uma

---

²⁷ “A *arquitetura antimendigo*, como passou a ser denominada pela imprensa desde a década de 80, inclui artefatos que impedem a permanência de moradores de rua em certos locais dificultando o pernoite em locais mais abrigados e isoladamente. Estes artefatos incluem tubos de água que mantêm as calçadas molhadas, ferragens pontiagudas, gradis que cercam espaços desocupados sob marquises, pisos irregulares, superfícies inclinadas, luzes fortes que se aliam a estratégias menos camufladas como guardas noturnos e ameaças explícitas” (Varanda, 2003, p.53).

bandeira a ser conquistada. O nome do programa conduzido de forma ecumênica para proporcionar o alojamento nas noites de inverno era a “A casa Acolhe A Rua”²⁸, onde também podemos encontrar uma relação alegórica com acolhimento do filho pródigo. O programa era tido como uma bandeira de reconhecimento dos direitos de cidadania desta população através do desejo coletivo de que estas pessoas pudessem transitar da situação de liminaridade para uma condição socialmente participativa. Nas tardes de domingos havia atividades de lazer, estudo e oração. Enquanto para alguns o vínculo institucional era utilitarista, para outros, tais vínculos eram intensos: trocavam experiências de vida, falava-se dos direitos, do respeito, das trajetórias do passado e alternativas para o futuro. Até então os programas dedicados aos moradores de rua eram desenvolvidos por organizações religiosas e naquela época, algumas delas começaram a se articular com o poder público para o custeio de suas atividades, sob os auspícios de uma gestão municipal de esquerda, presente no poder público entre 1989 e 1993, que iniciou um amplo programa de criação de albergues, casas de convivência e apoio a catadores de materiais recicláveis (ROSA, 1995).

Nos anos seguintes os albergues destinados a imigrantes regionais foram multiplicados. Colchões espalhados pelo chão à custa do trabalho voluntário do programas não governamentais de diversas instituições sociais foram substituídos por camas e beliches, com roupas e cobertores limpos, o chá com bolachas foi substituído pela sopa quente e os plantonistas voluntários foram substituídos por profissionais qualificados. Dez anos depois, numa segunda gestão de esquerda, de 2001 a 2004, houve um incremento significativo na qualidade e quantidade destes serviços. “A Lei municipal nº 12.316/97, regulamentada pelo decreto 40.232/01, estabeleceu uma política de atenção à população em situação de rua. Em Maio/02, a SAS lançou o Programa ACOLHER: Reconstruindo Vidas que criou novas modalidades de serviços, ampliou a rede existente e desenvolveu estratégias articuladas com organizações da sociedade civil para a constituição de uma rede de segurança social orientada à população em situação de rua” (SAS, 2002). Aldaiza SPOSATI (2002), autora da lei enquanto vereadora e então Secretaria Municipal de Assistência Social naquele governo, trabalhou com a perspectiva da transformação

---

²⁸ Programa coordenado pela OAF – Organização de Auxílio Fraternal no início dos anos 90.

da assistência numa política de direitos. Como a população de rua cresceu numa proporção maior que a criação de vagas de abrigo, existe hoje, em valores absolutos, mais adultos desabrigados em São Paulo do que havia antes da criação dos albergues públicos municipais, por outro lado outras experiências de intervenção social foram feitas, visando sempre o suporte para a superação deste ‘desencanto da rua’ e buscando a chamada ‘reintegração social’ destas pessoas.

Nesta fase de requalificação dos abrigos públicos, a legenda “A casa acolhe a rua” foi atribuída ao programa de inserção de moradores de rua em casas alugadas nas imediações da Rua dos Estudantes. O modelo de casa construído para abrigar os estudantes de direito do início do séc. XX, era ideal para as Repúblicas de moradores de rua instaladas em 4 casas e um centro comunitário para aproximadamente 40 pessoas. Estas repúblicas foram uma decorrência natural das primeiras experiências de moradias coletivas na região, como informa Ivete de Jesus numa palestra do primeiro seminário nacional sobre população de rua em 1992: “...começamos nossas reuniões com três bêbados. E ela cresceu, nós começamos a fazer ocupação de casas abandonadas, deu certíssimo. Existe até hoje. Surgiu a cooperativa dos catadores, do próprio homem da rua que pertenceu à comunidade”²⁹. O programa foi precursor do programa de moradias provisórias, que hoje somam 352 vagas em 9 programas de moradias (SMADS, 2006). Utilizando-se um modelo de co-gestão com os moradores o uso de drogas era proibido, mas a manutenção da abstinência era assunto tão recorrente como a manutenção coletiva das casas. Eram comuns as *recaídas* com a bebida e eventualmente, *recaídas* no uso do crack ou cocaína. Para alguns usuários não havia recaídas, havia um uso rotineiro e lapsos de abstinência em troca dos benefícios da moradia.

Incentivos mais efetivos que os albergues e serviços diurnos, que proporcionam a saída imediata das ruas, como o programa bolsa aluguel, que garante 300 reais mensais por 36 meses ou o financiamento de moradias populares de baixo custo, foram estendidos da população de baixa renda, domiciliada em cortiços e moradias precárias, mas até a última gestão municipal ainda se limitavam a algumas dezenas de beneficiários, comumente selecionados dos albergues públicos. A

---

²⁹ Exposição de Dalva Ivete de Jesus apresentada na mesa A questão da Moradia e do Alojamento no Primeiro Seminário Nacional sobre População de Rua, realizado em São Paulo em 1992 (ROSA, 1995, p.159)

efetividade destes conceitos de suporte habitacional é referida em experiências internacionais e experiências anteriores no município, se comparado aos serviços de assistência tradicionais, para um determinado perfil de pessoas que se encontra na situação de rua, como no caso de Gilson.

Encontramos Gilson, Cristina e as duas filhas do jovem casal morando num quarto com dois beliches, um berço e banheiro privativo de um abrigo para famílias (08.12.06). Eles faziam planos para se mudarem para um apartamento do CDHU³⁰ na Avenida Sapopemba dentro de alguns meses no início de 2007. Esta era a fase da recuperação. Ele disse que veio do Paraná há seis anos. Conheceu Cristina, faxineira “com carteira assinada” com sua primeira filha na favela do Brás. Ficou trabalhando 5 anos no depósito de gás da Rua da Alfândega. As crianças ficavam numa creche por perto. Para melhorar a vida, se mudaram para um local “de um cômodo só”, onde pagavam 300 reais de aluguel. Como era no final da Av. Celso Garcia, não dava para levar as crianças para a creche a pé. Ele ganhava uns 500,00, mas com os descontos e as conduções não recebia mais do que 200,00 por mês (sic). Chegava ao trabalho tarde demais: “o patrão não segurou”. A despesa com a condução e mais o aluguel era “puxado” para o orçamento familiar e voltaram para a favela do Brás. Quando o local foi interditado, “desestabilizou tudo (...) “...levaram as coisas para a prefeitura e falaram: quando você puder buscar, você busca”. Foram encaminhados para um albergue público onde ficaram 9 meses. Enfrentaram um período de transição e dificuldades na administração do abrigo: “jogaram eu no quarto dos homens, (...) ela e as crianças colocaram num galpão (...) o banheiro era uma nojeira ... tinha vômito no chão ... dava pra sentir aquele bafo...”. Gilson, ressaltava as dificuldades que passou, dizendo que estiveram a ponto de se separar, enquanto Cristina mostrava as marcas de muquiranas (uma espécie de piolho) no corpo do marido, apontando para pequenas manchas na pele na região do peito e do abdômen, na altura da gola da camisa e cós da calça.

Assim como o encanto da rua é percebido por critérios subjetivos, os desencantos também o são. A percepção da qualidade de albergue como observado

---

³⁰ CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo. Um apartamento pequeno destinado a família de baixa renda poderia ser financiado sem entrada por 150 reais mensais: “50 de condomínio e 100 de prestação”, segundo Cristina. Quando a tuberculose de Gilson detectada num exame de escarro não foi confirmada num exame posterior, suspeitou-se que a suposta doença havia sido resultado de uma estratégia para conseguirem o apartamento.

nesta narrativa valoriza aspectos negativos, mas por outro lado, comparando o teor desta declaração com declarações de agentes sociais e de saúde, identificamos a intenção estratégica do sujeito entrevistado que procurava naquele momento ressaltar sua vulnerabilidade, justificar e garantir uma vaga no CDHU. As percepções da realidade e a postura do sujeito são orientadas por suas experiências pessoais e por uma memória coletiva, através da qual o individuo tem acesso a estratégias de sobrevivência e conquista de novos patamares sociais. Quando não tem acesso a estes recursos ou quando permanece fixado nos dramas pessoais, as expectativas de mudança vão ficando cada vez mais distantes levando-o à desesperança. Na tentativa de recuperação do encanto perdido, as sensações dos estados alterados se apresentam como recursos mais viáveis.

2 A ESTIGMATIZAÇÃO

Jorge, 44 anos, nasceu numa favela da Vila Maria. Ao tirar a camisa, exibiu a cicatriz de uma extensa queimadura na lateral do corpo, do tórax ao abdômen: “por causa de 2,50”. “Foi nóia, na Vila Mariana”. “...eu havia dados uns tapas nele, ele jogou álcool e colocou fogo, ... fizeram uma reportagem comigo, sai na Band”. Mostrou sua identidade, sem o nome do pai: “não conheci”. “Meu irmão foi morto a tiro”. Era “caranguejo”: “arrastava qualquer carro”. Ele mesmo fora preso algumas vezes: “12, 155, 121 (...) me pegaram com droga, ... o 155 é furto ³¹”. O 121 se referia a um homicídio: “eu não matei. O cara amanheceu morto ao meu lado, fizeram eu assinar a culpa”. Exibiu num papel amassado a condicional carimbada com referência a datas atuais e recomendação para a apresentação no próximo mês. Naquela noite ele iria dormir ali mesmo, por enquanto estava esperando a comida que “passa todos os dias” ³².

A percepção da população de rua como um conjunto de pessoas, que vive à margem das estruturas sociais nos remeteu inicialmente aos estudos de Howard BECKER (1973) e Victor TURNER (1974). A teoria do desvio e a antropologia da performance são marcos teóricos fundamentais para se entender o surgimento do crescente contingente de moradores de rua no contexto urbano. As transições estudadas por Turner identificam interstícios historicamente bem localizados na trajetória das biografias. Do ponto de vista do sujeito que se encontra destituído de todas as insígnias sociais do passado e ainda não possui o status social que lhe

---

³¹ É comum que as pessoas com histórico prisional se refiram aos artigos do código penal e legislações especiais. Os números citados se referem ao crime de tráfico de entorpecentes, tipificado na antiga lei 6368-1976 (artigo 12), e aos crimes de furto (artigo 155) e homicídio (artigo 121) do código penal brasileiro vigente.

³² Relatório de campo – Pátio do Colégio 07.03.08.

confere novos direitos e responsabilidades, ele perde sua identidade social e não se reconhece por não ser percebido como um membro de valor entre iguais. A perda do reconhecimento pelas pessoas que o cercam se distingue dos modos de vida comuns na sociedade e daqueles mesmos já vivenciados pelo indivíduo, em outro momento e contexto de sua vida.

Estas situações são revestidas de sentido enquanto transição, do ponto de vista externo, principalmente em trajetórias de ascensão social e em contextos ritualísticos. Na rua, as pessoas experimentam as perdas: perda de patrimônio e perda de relações. De certa forma, também perderam o que poderiam ter sido e não foram. São consideradas perdedoras e internalizam estas referências de si. Vivem a condição e a “acusação” de não serem “contribuintes”, e pela bebida, incapazes de exercer sua cidadania. É a imagem de uma situação vivida num mundo egóico particular, diferente das situações de autonomia compartilhadas pelos membros da sociedade.

Antes de experimentarem a desesperança, as pessoas alimentam sonhos de evolução profissional, mudança de situação de vida, de transformação interna e conquista de reconhecimento externo. A permanência na situação liminar traz em si mesma possibilidades de autoconhecimento e de transformação ou para nos referirmos a outras áreas do conhecimento, de *metamorfoses*, no sentido aplicado por Rudolf Steiner à antroposofia (BURKHARD, 2002), mas na situação de rua, trata-se de condições anômalas pois implica em queda da qualidade de vida do indivíduo (VARANDA, 2003; VARANDA e ADORNO, 2004). Da mesma forma que a situação liminar demarca limites comportamentais, ela o condiciona a reproduzir padrões de comportamento erroneamente assimilados ou indevidamente projetados sobre eles.

A referência a uma criminalidade preconceituosamente generalizada na população de rua é referida pelos próprios moradores de rua, considerando a maneira que acham que são percebidos, em função da incapacidade do cidadão comum em distinguir quem realmente representa alguma ameaça no contexto da violência urbana. O próprio sujeito pode se julgar duplamente perigoso e inofensivo, se referindo a desvios de comportamento justificados por circunstâncias específicas e distintas do seu caráter, segundo o seu ponto de vista. Jose Luis relatou um crime

passional que o obrigou a mudar de nome e abandonar sua identidade original, mas ele se considerava um homem bom. Chorava copiosamente cada vez que se apresentava como fracassado na vida, quando estava alcoolizado, porém quando estava sóbrio se orgulhava do trabalho que fazia para conseguir algum dinheiro. Os amigos o tinham em grande estima pela solidariedade demonstrada com as roupas, cobertores e comida que trazia para a maloca. Rodrigo relatou roubos e o assassinato de um “inimigo” quando integrava uma gangue de periferia, mas relatou o esforço feito para adquirir uma profissão, para deixar a droga e se integrar em outro contexto social. As experiências como michê e como estelionatário eram consideradas recursos temporariamente viáveis para a falta de alternativas de trabalho.

Josimar intercalava as referências de honestidade com a descrição de roubos e assaltos. Falou de um assalto que participou, onde houve perseguição policial motorizada e cobertura da televisão: “quando meu pai viu já sabia que era eu”. Um amigo levou um tiro que atravessou a barriga, Josimar levou um tiro na perna e foi preso, apenas levemente ferido. Segundo o seu relato, trabalhava de dia e à noite participava dos assaltos por causa da “diversão”. Dizia ter conhecido a mãe depois de 15 anos e que hoje tinha 23. Sob a nossa percepção, ele parecia mais velho, pelo gingado de malandro, experiências acumuladas e liderança sobre o grupo que o circundava. Ao falar de princípios comportamentais, diz que é honesto, que não tira nada dos outros, referindo-se sempre aos conselhos do pai “que lhe ensinou tudo o que é certo”. O pai era traficante, mas “é um homem bom” e sempre se preocupou com sua “educação”: chegou a cursar o segundo grau e começou a trabalhar como office boy em uma gráfica, de onde passou a especialista requisitado em diversas empresas (citando os nomes das empresas e das pessoas que seriam os seus proprietários). Mergulhou no uso da cocaína e crack na pensão onde foi morar. Perdeu o emprego, suas economias e foi parar na rua onde o encontramos na roda de pinga numa maloca onde exerce alguma liderança. A partir do segundo encontro, Josimar passou a relatar as suas atuais tentativas para conseguir trabalho e dinheiro para tirar o registro de identidade. A mudança da situação em que se encontrava era performaticamente assinalada como uma necessidade.

É difícil precisar se narrativas de criminalidade como estas representam uma

parcela estatisticamente significativa na população de rua ou se são exceções. A maioria das pessoas que contactamos na rua, como também indicam as pesquisas que trabalharam amostragens populacionais mais ampliadas, não fez referência à criminalidade. A permanência na rua é geralmente associada às questões econômicas, problemas familiares e de saúde, entretanto a ocorrência de históricos como o citado acima operam como reforço estigmatizante sobre as pessoas que não tem histórico de violência, mas se sentem merecedores do infortúnio pela própria condição de liminaridade que passaram a viver a partir de rupturas sociais e do uso abusivo de bebidas ou drogas. Os eventos desta natureza costumam ser referidos como erros ou sob a ótica da culpa. A liminaridade começa antes de o sujeito ir para a rua, revelando a situação de rua como uma consequência da condição liminar onde ele é desqualificado como provedor e como cidadão – usando aqui a referência ao processo de desqualificação explicitado por Paugam.

A estigmatização que permeia os riscos e danos sociais em condições subumanas estende-se a instituições sociais que ingenuamente reproduzem as relações de poder e se reproduzem nos subgrupos de moradores de rua influenciando sua aderência ou não às políticas públicas vigentes, revelando pessoas que se situam no limiar da sobrevivência, anônimas e desconectadas dos últimos recursos de saúde e assistência que o município oferece. Por outro lado, reserva-se aos moradores de rua a possibilidade de competir por vagas de abrigo mediante critérios comportamentais, à razão de 2 vagas para cada 3 moradores de rua (considerando menos que 8000 vagas em albergues e mais de 12.000 ³³ moradores de rua, conforme estimativas da prefeitura, e nenhum serviço de saúde voltado exclusivamente para a questão do uso de álcool e drogas nesta população). Os usuários de álcool ou drogas tem livre acesso aos CAPS AD ³⁴ mantidos com recursos federais e ao CRATOD ³⁵, mantido com recursos estaduais. Acredita-se que os critérios para a entrada nos serviços sociais, como seguir as regras institucionais e abster-se da bebida, seria um

---

³³ Conforme nota anterior, o censo realizado pela FIPE em 2009 a pedido da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal, revelou 13.666 pessoas nesta situação: 6587 vivendo nas ruas e 7079 em abrigos públicos.

³⁴ Os CAPS AD - Centros de atenção psicossocial – álcool e drogas são propostos pelo Ministério da Saúde à razão de uma unidade para cada 500.000 habitantes segundo a portaria 816, lei 10.216.

³⁵ O CRATOD - Centro de Referência do uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas, situado no Bairro Bom Retiro é uma unidade saúde aberta a toda a população e possui oficinas terapêuticas e tratamento ambulatorial qualificados para tratamento de moradores de rua que se referem positivamente ao acolhimento da instituição.

caminho que conduziria à reinserção social e a deixar a situação de rua, mesmo que seja nas fímbrias da ordem social, onde ocorrem outros embates, a exemplo da luta dos catadores de materiais recicláveis e trabalhadores do comércio ambulante que lutam pela utilização dos espaços públicos nas suas atividades profissionais.

Individualmente cada pessoa que se encontra em situação de rua pode viver este drama e caminhar para um *desfecho* que compreenda alternativas como a reintegração familiar ou a construção de novas relações sociais que assegurem domicílio e renda de forma autônoma. Enquanto grupo social constituído de pessoas que estão na rua há até mais de vinte anos, o drama da situação de rua tornou-se visível nas últimas três décadas e ainda não encontrou seu *desfecho*, alargando-se no tempo, sem solução e tão pouco sem legitimação. Enquanto o plano de assistência social do município (SMADS, 2006) prevê que os albergues públicos sejam temporários, algumas pessoas consideram-se moradoras de destes serviços, alternando entre eles e prolongando esta condição por anos a fio. A declaração do secretário da assistência social ³⁶ de que “pelo menos 30 % dos moradores de rua que recebem apoio de ONGs e órgãos do governo conseguem se recuperar e levar uma vida normal, com casa e trabalho” é destoante dos resultados das pesquisas realizadas pela FIPE sob encomenda da mesma secretaria municipal nos últimos anos. Conforme relatório de campo de 11.01.08, já citado, as pessoas que solicitavam abrigo aos agentes sociais do CAPE comentaram que não havia vagas: para pessoas “com menos de quarenta anos, então, não adianta insistir (...). Se não tiver documentos, nem pensar”, como já foi dito. As políticas públicas neste contexto assumem a figuração performática que expressa as relações de poder constitutivas da sociedade, escamoteamento da situação, confinamento em instituições sociais e reprodução de soluções alternativas temporárias também observadas em grupos estigmatizados em outros momentos e situações históricas.

Conforme citamos no artigo sobre violência e a rua produzido nesta fase da pesquisa (no prelo): “a estratégia de confinamento de moradores de rua em antigos galpões de fábricas e oficinas desativadas ou mesmo baixios de viadutos ilhados, a propósito do isolamento acústico, guarda alguma similaridade com o processo de

---

³⁶ Jornal O Globo. Matéria publicada em 24.02.08. Disponível in: [http://oglobo.globo.com/sp/mat/2008/02/24/com_ajuda_cerca_de_30_dos_moradores_de_rua_se_recuperam_em_sp-425932907.asp]

“guetificação” dos judeus na Veneza do séc. XV, associado a um apartheid (étnico, religioso, social e econômico). O termo italiano *getarre* – que significava, originalmente, fundir, deu origem a guetto:

“velhos distritos de fundição, [que] situavam-se numa ilha ao norte da cidade(...). Abandonados pela indústria e pouco populosos, verdadeiras ilhas de pobreza, permaneceram tal como sempre (...). A partir de 1516, transferidos de todas as regiões da cidade; particularmente de Giudecca, onde residiam desde 1090, os judeus foram alojados no gueto. (...) As pontes levadiças baixavam pela manhã e alguns judeus dirigiam-se à cidade, (...) onde circulavam no meio da multidão comum. Os cristãos costumavam ir ao gueto quando queriam tomar dinheiro emprestado, vender gêneros alimentícios, etc. Ao cair da tarde, todos os que haviam se ausentado retornavam, enquanto os venezianos se retiravam. Cerravam-se as janelas que abriam para o exterior e os balcões eram removidos; as paredes perpendiculares aos canais transformavam-se em algo parecido às muralhas de um castelo” (SENNETT, 2001, p.196).

Situações de estigmatização semelhante também são encontradas na história de São Paulo. O trajeto da escravidão traçado por Roger BASTIDE e Florestan FERNANDES (2008) explicitam a situação encontrada pelos negros libertos da escravidão. O confinamento das senzalas foi transferido para o confinamento em estratos sociais marginais, limitados pela qualificação profissional exigida pelo desenvolvimento urbano que ora se iniciava. Os negros não estavam qualificados para competir com o imigrante europeu, dificultando-lhes a consolidação de uma nova identidade social. A libertação dos negros não estendeu sua integração ao um contexto de direitos com liberdade e autonomia, mas pelo contrário havia uma intenção segregadora que visava impedir o acesso dos negros ao convívio dos brancos, perpetuando esquemas do processo de colonização e a demarcação de fronteiras sociais.

A situação de desvio

“Quarenta e sete dias e eu caí aqui, dentro da praça da Sé. Mas andei menino! Dia, noite... Só que quando eu parava, descansava um pouquinho pra beber uma água assim. Pedia comida na beira da estrada porque era uma vergonha, mas eles lá em casa eles não deixaram ninguém me dar dinheiro. Foram nos meus patrão e falou: “- *Não dá dinheiro pra ele ir embora que ele vai, não duvida dele*”. E eu falei: “- *É, mas eu vou assim mesmo, nem que eu vou a pé*”. Porque São Paulo, ninguém conhece eu, entendeu? Não, eles não gostam que eu saia de perto. Eles não gostam de mim, mas não gostam que eu fique longe. (...) Porque aqui, aqui eu me abro, converso com as pessoas. Lá eu já, parece que eu vivo assim dentro de uma prisão, através das coisas que aconteceu comigo ali. Eu vejo a minha vida é toda de novo, entende como é que é? Voltar lá atrás, e quando eu caio lá eu volto aquela criança, que sofre, que não pensa, entendeu (...) eu nunca consigo ver essas pessoas como boas pessoas, que gostam de mim. Eu vejo eles como pessoas que vão sempre tá me julgando, que eu sou ruim, cê entendeu como é que é? Eu não consigo desviar, eu não consigo. A não ser que, eu chego, eu tenho a minha casinha minha e tô tranqüilo, não vou depender deles, porque..., porque eu não vou depender, entende? Eles vão falar, mas não vão ter onde falar: “- *Ele foi embora, mas virou outra pessoa, olha só*””³⁷.

A avaliação histórica das relações de poder e determinantes da pobreza no Brasil conduzem aos primeiros tempos da colonização, passando pelas relações escravagistas em São Paulo. Entretanto, não se trata de um fenômeno local, diferentes vias de empobrecimento tem feito da população de rua um problema de ordem mundial, o que nos permite considerar o empobrecimento até este nível como consequência de outras trajetórias de desvinculação das estruturas sociais.

As regras socialmente instituídas visam o fortalecimento de grupos sociais. Uma pessoa que rompe com elas “pode ser visto como um tipo especial de pessoa,

---

³⁷ Catador de materiais recicláveis, 29 anos, migrante do interior de Minas Gerais, vive com a mulher e dois filhos.

alguém que não possa viver segundo as regras aceitas no grupo. Ela é vista como *outsider* por “permanecer fora do círculo de membros ‘normais’ do grupo” (BECKER, 1973, p. 2 e 15). Encontramos aí uma questão valorativa em relação à adoção de um padrão comportamental diferente do grupo. O conceito de desvio, do ponto de vista estatístico, como lembra Becker, aponta para aquilo que varia demasiadamente em relação à média. As conceituações compartimentalizadas, seja do ponto de vista médico, que o “identifica como algo essencialmente patológico, revelando a presença de uma ‘doença’” (p.7), ou ponto de vista político, que envolvem conflitos corporativo organizacionais, não se prestam ao entendimento da complexidade dos fenômenos sociais. A noção de desvio é criada pela sociedade, ou seja, “o desvio, não é uma qualidade do ato da pessoa, mas a consequência da aplicação de normas e sanções por outros(...)” (p. 9) que a rotulam como desviante. Para Becker, não podemos categorizar um determinado ato como desviante enquanto a resposta de outros não tenha ocorrido (p.14).

Em *Outsiders*, BECKER (1973) publicou seus primeiros estudos sobre os grupos desviantes, iniciados no mestrado em sociologia, no início da década de 50, concluindo com a revisão da teoria do rótulo, em 73. Estudou usuários de maconha como desviantes e com a maturação de suas idéias aprofundou as questões relativas às rotulações, confrontando comportamentos desviantes com pobreza e injustiça social, invocando a ética e a responsabilidade dos pesquisadores para o entendimento de fenômenos que envolvem as pessoas e a ordem social.

Os termos “morador de rua” ou “de rua”, já trazem implícito o desvio em relação às formas de moradia. Morar na rua é uma contradição. O espaço público da rua se opõe ao espaço privado da moradia. Os cadastros populacionais associam as pessoas a um CPF e a um endereço. O termo “em situação de rua” acrescenta certa temporalidade a uma condição desviante, desvinculando-a da pessoa em si, entretanto a pessoa sempre será a depositária do estigma projetado. Citando GIORGETTI (2006), o texto da Política Nacional de Inclusão da População de Rua³⁸ esclarece que este termo “situação de rua” visa ressaltar o caráter processual da vida nas ruas “...para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a idéia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra

---

³⁸ Em consulta pública no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em dezembro de 2008.

característica senão o fato de pertencer às ruas da cidade”. Ainda que a imprensa e o poder público tenham desenvolvido certa condescendência em relação ao incômodo que estas pessoas provocam e tenham reconhecido esta população a partir de seus direitos na última década (ROSA, 2005), os registros de reclamações dos eleitores e “contribuintes”³⁹ junto às subprefeituras e secretaria de assistência social atestam a intolerância e repulsa às pessoas que vivem com suas “tralhas”⁴⁰ nas proximidades dos portões de suas residências, em praças e pontos comerciais. O Centro de Atenção Permanente e de Emergência – Cape, da prefeitura, procura atender às solicitações destes munícipes numa cumplicidade solidária para a remoção de pessoas da rua para abrigos públicos e é ao mesmo tempo uma resposta do poder público à percepção do desvio do ato de “morar na rua”.

ELIAS e SCOTSON (2000) opõe os *outsiders* ao establishment dos “grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder” (p.7). Aprofunda as relações de poder e a influência dos padrões de normalidade construídos socialmente a partir daqueles que se consideram estabelecidos e responsáveis pela manutenção das estruturas sociais. Outsiders é um termo genérico, que perpassa os estudos sociais das últimas décadas, mas nos poupa do vício de focalizar os processos de exclusão social sem a perspectiva de responsabilização do sujeito pela situação em que se encontra. Mesmo que esta responsabilização seja relativa, os estudos das trajetórias de vida dos moradores de rua têm revelado a forte influência da dinâmica de relações emocionais do contexto familiar nos rompimentos vinculares com os grupos sociais de origem. Estes rompimentos e processos de culpabilização são associados individualmente a: desemprego, “vícios”, prisão, uso de álcool ou drogas, homossexualismo, transtorno mental, “mente fraca”⁴¹ ou “traço que pode impor-se à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos” (GOFFMAN, 1982, p.14), culminando com o processo de

---

³⁹ Termo adotado pelos profissionais de assistência social do poder público para se referir aos não moradores de rua.

⁴⁰ Termo extraído de “operação cata tralha”, realizada nas ruas da cidade do Rio de Janeiro de forma similar ao “rapa” em São Paulo.

⁴¹ Termo que se refere ao sistema de representações do sujeito: Marilene tinha filhas casadas e lugar para morar junto da família, mas preferia ficar na rua com o companheiro de 23 anos. Ela falava pouco e se mantinha um pouco afastada do grupo, como também observamos com outras mulheres em outras ocasiões. Dizia beber eventualmente, justificando que como o companheiro bebia, ela tinha que ficar sem a bebida. Ao perguntar-lhe porque as pessoas bebem tanto ela foi incisiva: “mente fraca”.

estigmatização e deterioração da identidade, como referido por Goffman.

Os diferentes tipos de comportamentos desviantes estruturados por Becker nos permitem captar diferentes categorias dentro da população de rua, que se diferenciam umas das outras, como se observa entre os freqüentadores de albergues que bebem ou usam drogas e procuram ocultar este comportamento aos olhos da instituição, e aqueles que assumem o uso abertamente, e entre eles, os “bêbados” - usuários de bebidas alcoólicas e os “nóia” – usuários de crack principalmente. Os depoimentos de usuários de maconha estudados por Becker revelaram que as “motivações desviantes” foram assimiladas na interação com outros desviantes para “participar em uma subcultura organizada em torno de uma atividade desviante particular” (BECKER, 1973, p.31). Desta forma, o padrão comportamental de uso da maconha nestes grupos seria retroalimentado pela própria *subcultura* do grupo. Entre moradores de rua, é possível que isto ocorra, não somente em relação ao uso de drogas, mas também em relação à suposta escolha de alguns em ficar fora dos abrigos públicos e permanecer na rua.

As rotulações e enquadramento do indivíduo numa dada condição reforçam sua condição pela força do processo de estigmatização, mas também porque podem empurrá-lo para um contato mais assíduo com o grupo rejeitado enquanto desviante. Na situação de rua, isto implicaria em reforçar as vinculações do indivíduo com o universo da rua e com os usuários de bebida, maconha, crack ou outras drogas. Ao reavaliar seus conceitos, Becker considera as motivações e dinâmicas de ordem pessoal. “...Os mecanismos sociais que operam no sentido de limitar a disponibilidade da droga, limitam o seu uso” (p. 66), entretanto a indisponibilidade da substância provoca mudanças das relações vinculares para facilitar a aproximação com ela. A rua oferece o espaço de uso ilimitado, onde a legalidade e a moralidade que geralmente atuam como mecanismos de controle dentro das estruturas sociais, são afrouxadas e ressignificadas.

Experiências desestruturantes

Os traços quase imperceptíveis de uma cicatriz que o acompanhava há uns trinta anos formavam a “tatuagem” que lhe lembrava sua filha: “fiz ela com dezesseis anos, a mãe dela tinha dezessete e engravidou”. Saiu de casa para estudar num colégio agrícola, onde encontrou com a moça que foi estudar a “mesma coisa... até o 3º de monitor, equivalente a 7ª”. Transavam num canavial. O pai da moça “era um gauchão”: “quero te levar para...”. Era para trabalhar em “coisa de pedreira”. No caminho falou: “vai casar com minha filha?” e ele: “eu gostei da sua filha, ...casar agora, não tem jeito, eu não gosto do mato, ...vou casar, mas vou voltar para [minha cidade]. Vou morar com minha mãe e pai. Eu caso com sua filha mas vou levar ela para lá”. O pai da moça retrucou: “daqui você não tira minha filha”. Ele voltou a morar com o pai até que ele morreu. A mãe morreu 4 meses depois do pai: “aí eu sai pro mundão”⁴².

A liminaridade da situação de rua reedita, do ponto de vista da experiência subjetiva individual e da experiência de pertencimento à população de rua, estados emocionais liminares ou experiências desestruturantes do passado. Identificamos como “desestruturantes”, as experiências cumulativas ao longo da vida, que “em vez de fortalecer os recursos pessoais que capacitam o indivíduo para enfrentar os desafios que a vida lhe oferece, minam seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua autoimagem, autoestima e sua identidade dentro do grupo” (VARANDA e ADORNO, 2004, p.62).

Ao retornarmos a este conceito, pretendemos abordar a importância de questões como a violência infantil, porém focalizando o encadeamento de situações que levam o adulto a se afastar das configurações relacionais complexas e voltar-se aos pequenos grupos e para as relações de dependência com o conforto limitado proporcionado pela assistência social.

O rompimento de vínculos entre os indivíduos e seus grupos sociais e o mundo do trabalho, com a conseqüente perda de status econômico e social é

---

⁴² Relatório de campo 09.08.07.

percebido como um longo processo, ao invés de uma consequência de eventos catastróficos e isolados como perda de um emprego ou quebra da relação com uma pessoa querida, como refere Paugam. De antemão, avaliamos que não existe um determinismo neste processo. Neste sentido, Paulo FREIRE (1999) reconheceu uma dinâmica que pode ser intensificada ou revertida. Segundo a sua Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1997), “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível (...) é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo” (p.85). “Tenho afirmado e reafirmado o quanto realmente me alegra saber-me um ser condicionado mas capaz de ultrapassar o próprio condicionamento” (p.146). Os movimentos nos interstícios sociais de miserabilidade têm sido estudados por inúmeros pesquisadores nas últimas décadas, alguns deles focalizando a situação de rua, o morador de rua e as instituições que servem de ponte e tentam substituir as lacunas do seu isolamento.

Evocando a antropologia da performance, podemos entender melhor o “drama” que culmina ou que se desdobra com as experiências na rua. Na etnografia em canaviais e caminhões de turma, DAWSEY (2005, p.22) sugere que “o cotidiano de certos grupos, tal como o dos “bóias-frias”, apresenta os traços de um estado performático”. Sob esta perspectiva, os moradores de rua ridicularizam sua história, externando de forma espetacular sua condição de vida e de socialização ou encenando as memórias do contexto familiar e do trabalho. Assim como Dawsey demonstrou com o teatro dos bóias frias que dramatizam o “pasma” e “susto” no cotidiano da “luta com os pés-de-cana”, o comportamento dos moradores de rua também expressa uma reflexividade em relação à luta pela sobrevivência diária. Na relação com o cotidiano de uso abusivo de álcool e drogas, verificamos também uma reflexividade em relação às suas experiências pregressas.

Os estados alterados induzidos por este uso são, ainda que não exclusivamente, fatores determinantes para que o indivíduo abdique da competição pelas vagas de trabalho desqualificado e até mesmo por vagas em serviços sociais e de saúde e invista nos efeitos do álcool e das drogas, esperando por ajuda externa que, independente de sua iniciativa, promova alguma mudança neste quadro. Outras representações revelam suas potencialidades, vulnerabilidades, afinidades, padrões

reativos. Estes padrões podem ser observados em posturas diante das relações com o poder, a disciplina, a afetividade e são padrões que reproduzem representações construídas nas suas trajetórias de vida. A criança que passa por algum tipo de violência física ou emocional não tem a quem recorrer enquanto não tem consciência da vitimização. Joel afirma que com treze anos começou a perceber que a vida estava sendo “cruel” com ele. Quando os violentadores são o pai, a mãe, irmãos ou pessoas próximas, a situação costuma ser acobertada dentro da própria família, cristalizando as referências de menos valia e aviltamento que podem permanecer durante anos: Robson tem mais de quarenta anos e afirmou que “não tem mais problema com a bebida”, quando o reencontrei, depois de vários anos num evento festivo de um programa terapêutico para usuários de bebidas e drogas: “vou te falar uma coisa que só falei para a ... [psicóloga e coordenadora de outra instituição]”. Valorizando nossa conversa e aparentemente sem se importar muito com pessoas que circulavam por perto, repetiu várias vezes: “... fui violentado duas vezes, sou traumatizado. Estou fazendo tratamento”. Disse que fez até o quarto ano de direito, tentou um exame para continuar o curso, mas não passou. Para tentar uma vaga subsidiada precisaria estar matriculado e para se matricular teria que ter uma bolsa.

Ao tratarem da violência sexual incestuosa pela perspectiva psicanalista, PIZÁ e BARBOSA (2004), organizaram artigos relevantes de especialistas sobre a prática clínica que revelam a alarmante situação do abuso sexual em todos os estratos sociais, pelas conseqüências transitórias ou permanentes na vida da pessoa e pelo ocultamento do que identificam como “afetos emparedados”. Pizá se inspira em *Antígona* de Sófocles, associando “incesto e desterro”: “incesto e morte estão muito próximos porque a criança é condenada a ficar no lugar do trágico, isolada da sociedade, sozinha, no escuro da casa-sepultura. É condenada a permanecer viva em uma relação ausente de amor com aqueles que deveriam ser suas referências amorosas fundamentais. Está emparedada entre afetos ambivalentes, destrutivos” (p.23).

Neste estudo, a violência infantil apareceu de diversas formas. Os relatos de trabalhos forçados, insalubres ou inadequados para a idade infantil nem sempre surgem com uma conotação negativa. Roberto fala que trabalhava no ferro velho para ajudar a comprar a “mistura” para a “marmita do pai”, que precisava estar bem

alimentado para sustentar doze filhos. Evaldo menciona o trabalho em carvoarias do interior e maus tratos na família depois da morte do pai. Odilene era forçada a pedir ajuda na vizinhança para complementar os mantimentos da família, tendo também relatado a iniciação sexual precoce com o irmão mais velho. O uso abusivo de bebidas alcoólicas pelos pais é comumente associado com maus tratos na infância e com a violência doméstica, vitimando principalmente a mãe.

O caráter desestruturante nas relações enquanto criança também apareceu em situações socialmente aceitas ou ocultadas como tratamento diferenciado entre os filhos, crianças “adotadas” que prestavam serviços domésticos em troca da adoção, crianças separadas de irmãos precocemente, que transitaram entre casas de parentes ou abrigos institucionais sem criar referências permanentes, privações de comida impostas como castigo ou castigos que as privaram de contatos com outras crianças ou com os próprios pais. Privações desta natureza podem inclusive não se relacionar com castigos, mas com a ausência constante de pais por motivos como relacionamentos extraconjugais, abandono da família ou excesso de trabalho.

Os padrões vinculares desde a infância na vida de algumas pessoas se relacionam a trajetórias de vulnerabilização que perpassam outras fases de sua vida. Quando a experiência negativa é um reflexo das relações sociais injustas ou desrespeitosas, como a desqualificação profissional ou desemprego dos pais, discriminação na escola e trabalho infantil, o sujeito pode permanecer numa trajetória onde estas experiências se sucedem numa frequência maior do que sua capacidade para suportá-las ou superá-las. A vulnerabilidade a determinadas situações o fragilizam, deixando seus próprios recursos inoperantes e contribuindo para o desenvolvimento de uma autoimagem negativa.

Elilton, 47 anos, vive na rua e enfrenta vários problemas de saúde devido ao uso de bebidas, que se tornou mais intenso depois dos vinte e cinco anos. Até então já havia deixado os pais em Recife e trabalhava no Rio de Janeiro. Lembra do reconhecimento de colegas e patrões, e da mobilização para reunir colegas de trabalho e incentivar paralisações para reivindicar direitos trabalhistas. Perdeu esse e outros empregos porque se sentia explorado. Recusou ou abandonou outros empregos por causa da bebida e porque não gosta de “ficar parado, sentado num lugar só”. Ao falar de sua história de vida relata: “... minha mãe prendia eu muito

dentro de casa, não queria que eu fosse para a rua brincar nem nada, ela amarrava eu, amarrava pelo pé, pela mão, uma vez ela amarrou minhas duas mãos, eu queria me coçar, não podia, ficava me roçando no chão rolando, me deixava agoniado. Me amarrava sempre em objetos pesados, guarda roupa, me amarrava nos pés do guarda roupa, dava um nó que eu não conseguia desatar. ... Eu era miudinho, já estudava já, na escolinha, particular aprendendo a ler. Ela não queria que eu saísse pra rua. (...) Meu pai gostava muito... obrigava a levantar cedo, antes do sol nascer, dizia que se o sol passasse por cima ficava preguiçoso (...). Aí ia fazer alguma coisa, trabalhar, andar, mas sempre dava moleza no corpo, não dormia direito...”.

O reflexo mais elementar da estrutura social é percebido em primeiro lugar na família ou contexto equivalente, enquanto núcleo elementar de sociabilidade. Sendo esta, uma experiência negativa, a própria experiência conduzirá a pessoa a transcendê-la, buscando uma aproximação de possibilidades de inserção em uma estrutura social onde a vida seja mais confortável e prazerosa, oferecendo-lhe condições de desenvolvimento pessoal através de uma dinâmica de auto superação.

Entretanto, a postura do sujeito reflete o aprendizado comportamental e as memórias da ambientação desestruturante de suas experiências. No processo de busca de novas experiências sociais, o sujeito vive o conflito identitário que o remete à constituição da personalidade no ambiente anterior e de quem almeja uma evolução com autonomia e autocontrole para reencontrar um novo sentido para a sua existência. Neste sentido ele vive a liminaridade desta transição.

As posturas aprendidas o tornam sensível aos aspectos desestruturantes da sociedade que o envolve. As pesquisas mais recentes indicam a influência dos fatores sócio-político-econômicos na constituição da população de rua nas últimas décadas da globalização, como também tratamos na dissertação de mestrado. Ao chegar à “rua”, o sujeito ocupa o papel social reservado aos excedentes, montando seu habitat com a bricolagem dos materiais descartáveis (LOSCHIAVO, 1999). Ele revive a experiência do não reconhecimento no descarte social e se identifica como descartado. Os processos estigmatizantes reforçam as representações do que ele era, reativando a memória e a identidade social primária. Ele percebe a realidade excludente à sua volta pela destituição, dificuldade de acesso aos bens de consumo e limitações para utilização de seus potenciais de forma individual e socialmente

produtiva. Desta forma sente-se fixado na liminaridade, sem poder recuperar o status perdido e sem perspectiva de alcançar um novo status. Como afirma Turner, “a antiestrutura não é ausência de estrutura”. A possibilidade de inserção em malocas ou comunidades solidárias ao “povo da rua” abre espaço para o que costuma ser referido como uma segunda família, às vezes mais significativa que a primeira.

Doença ou conforto⁴³

“Ela falou: ... eu queria saber de uma coisa, você... você bebe, não bebe. E eu falei: *Eu bebo*. Não menti pra ela, não. E ela: *Você bebe bastante ou pouco?* Eu falei: *Por quê que tá perguntando?* Ela falou: *Não, porque eu percebi que você, aqui... você... vem alcoolizado, não vem?* Eu falei: *Venho*. Falou: *Por quê?* Falei: *Eu não sei; porque eu fico mais... mais à vontade... Se eu vindo são, eu vou ser um cavalo...* Ela falou: *E... e o que que você acha melhor; ser mais à vontade, ou ser um cavalo?* Eu falei: *Não, eu prefiro ser assim, mais à vontade*”.

“(...) Você sabe que a bebida pra mim é calmante, é um remédio pra mim”.

Em 1786, surgiu “o primeiro tratado científico norte americano consagrado aos estados de embriaguez crônica” (CERCLÉ, 2001, p.14), redigido por Benjamin Rush, político e médico de renome, que avançou além da percepção da embriaguez como desvio social e moral. “Primeiro, identificou o agente causal – os licores e bebidas alcoólicas; segundo, descreveu claramente a condição do ébrio como uma perda de controle do ato de beber – como uma atividade compulsiva; terceiro, definiu esta condição como enfermidade; quarto, prescreveu a abstinência total como único meio de curar o bebedor intemperante” (p.14).

A noção de dependência alcoólica “forjada em fins do século 18” coadunava-se inicialmente com a corrente proibicionista. O proibicionismo se fundamentava na demonização da substância em si e nas idéias que asseguravam a ameaça de progressão patológica do consumo danoso ao indivíduo, atribuindo ao ser humano

---

⁴³ Este sub capítulo foi integralmente utilizado na produção do artigo **Alcohol, crack and therapeutic effects of Santo Daime in homelessness** (Varanda e Adorno, 2008).

uma incapacidade de se manter no controle depois do contato com a bebida.

Para CARNEIRO (2002), “a concepção de embriaguês como doença pode ser datada de 1804, quando Thomas Trotter publicou o *Essay Medical Philosophical and Chemical on Drunkenness*, que seria considerado um marco na “descoberta” (ou na criação?) de uma nova entidade nosográfica na medicina. Para Trotter, o hábito da embriaguez seria “uma doença da mente” (p.3). Na Europa de 1849, o médico sueco Magnus Huss circunscreveu o uso repetido de álcool ao campo das manifestações patológicas, forjando o termo “alcoolismo crônico” que passou a se referir as “disfunções que operam de modo permanente ao nível das funções psíquicas ou físicas e que são produzidas pelo abuso continuo do álcool” (p.18). O termo se refere aos efeitos tóxicos da substância (o sufixo “ismo”, como usado em ergotismo, saturnismo, denotam intoxicação) e à noção de cronicidade que discrimina o consumo excessivo como prejudicial. Cercle situa em fins do século XIX, a noção, “mais ideológica que científica” de “alcoolismo hereditário”.

Em meados dos anos trinta, há uma revisão paradigmática fomentada pelos estudos realizados pelos Alcoólicos Anônimos - AA e pelo Centro de Estudos sobre o Álcool de Yale: “o álcool passou a ser considerado como droga socialmente aceitável, domesticada e que, por razões desconhecidas, provocava dependência somente em algumas pessoas” (p.16). Este modelo médico postula que a “enfermidade alcoólica resulta de uma associação patogênica específica entre um déficit genético ou psicológico individual desigualmente distribuído em uma população dada e um produto de consumo comum e sem risco para a maioria” (p.16). Em 1954, os AA publicaram o Big Book em consonância com este modelo. Analisando as representações construídas sobre o alcoolismo dentro da irmandade AA, CAMPOS (2005, p.271) salienta que:

“no plano doutrinário, os AA constroem um modelo de interpretação do alcoolismo, no qual as “causas” da *dependência do álcool* estão “situadas” no plano “físico” e “espiritual” do indivíduo e não no exterior” (271). “Para o membro de AA, ser alcoólatra significa, sobretudo, ser *dependente* do álcool, isto é, ser “dominado” pela bebida, que deixou de ser fonte de prazer para tornar-se uma necessidade *física*, que constrange a *vontade* do doente, impedindo-o

de *escolher* entre beber e não beber” (p.271).

Para Campos, “no modelo terapêutico AA, a equação álcool/doença é fundamental na construção de uma ordem de sentido, na qual a experiência do alcoolismo adquire uma unidade” (p.276). Mesmo que o indivíduo não seja responsável pela aquisição da doença, ele o é por sua recuperação.

Cerclé propõe o procedimento multidisciplinar para o entendimento do alcoolismo, repassando as contribuições predominantes do século XX em relação aos processos neuroquímicos associados ao uso e excesso alcoólico, às teorias genéticas, teorias psicodinâmicas, psicanalíticas e místicas. As explicações sociológicas e culturais ampliam esta perspectiva, inserindo o indivíduo que bebe no contexto da coletividade, associando, por exemplo, “um alto nível de angústia coletiva com um consumo excessivo de álcool, quando este é reconhecido como um redutor da ansiedade” (p.39). Os fatores externos ao sujeito variam desde as questões de gênero, passando pelas questões sócio-econômicas e referências de uso familiar e social da bebida, até a influência dos meios de comunicação que induzem o uso de bebida explicitamente.

No estudo comparativo entre a população de rua de São Paulo e Paris, GIORGETTI (2006), demonstra as representações sociais associadas à população de rua em São Paulo e Paris: “em Paris, o problema dos moradores de rua se transformou numa questão social – isto é, em algo que fere a dignidade humana e que, portanto, merece ser alvo de políticas sociais e de todo tipo de iniciativa que garanta a cidadania desta população, ao passo que em São Paulo, essa questão ainda permanece restrita às explicações inerentes a ela” (p.250). Segundo a pesquisa, para os funcionários das instituições sociais, médicos e policiais de São Paulo, o alcoolismo aparece em primeiro lugar como fator desencadeante do processo que culmina com a situação de rua, seguido pela ruptura familiar e desemprego. Predomina a idéia de fatores endógenos causais da situação de rua. Para os franceses, predomina a aceção de que “o indivíduo rompe com a família, fica desempregado a começa a beber” (p. 190).

Esta oposição remete aos conceitos de cidadania e higienismo. No primeiro caso, “a sociedade deve criar condições para resolver o problema do morador de rua para dissipar a ameaça que pesa sobre os valores sociais que tal problema põe em

xeque pelo simples fato de existir”. Por outro lado, no higienismo, “o fato de viver nas ruas, está associado a uma escolha pessoal” e a responsabilidade por esta situação é transferida ao indivíduo, desconsiderando-se os fatores de natureza sócio-econômica. Neste caso, “o morador de rua constitui uma ameaça e não um valor ameaçado” (p.251).

A investigação de BOURGOIS (1995) com vendedores e usuários de crack no East Harlem em New York, apresenta conjunções específicas e determinantes das relações sociais e de poder que são estabelecidas entre seus habitantes, permitindo a necessária complexificação do fenômeno para que possamos percebê-lo para além das visões enciclopédicas, no microcosmo cotidiano das pessoas. O seu universo de pesquisa era constituído pela segunda e terceira geração de porto-riquenhos, cujos avós atravessaram uma história colonial opressiva de dominação espanhola, seguida pela dominação americana na exploração de monocultura da cana-de-açúcar. Com as migrações maciças nos anos que se seguiram à segunda guerra, “uma média de 40.000 pessoas/ano deixaram Porto Rico em quinze anos” (p.48).

Somente 1/3 das famílias do East Harlem tinha acesso a assistência pública e com as mudanças das relações de trabalho passaram a recorrer a trabalhos desqualificados como babás, arrumadeiras, garçonetes, prostitutas, ou, no caso dos homens, a reparo de carros, serviços de demolição e nas décadas de 80 e 90, ao comércio de cocaína e crack. A partir de meados dos anos 90, surgiu também a heroína. “Em 89 a taxa de pobreza (38 %) era o dobro da cidade de Nova York (19 %). Em 93, sua renda familiar era U\$ 18.999, inferior à dos brancos em mais de 14.000 e inferior à dos outros latinos em mais de 4.000. Os índices epidemiológicos indicavam as mais altas taxas de infecção por HIV, transtornos de mobilidade, mortes por cirrose hepática, e tentativas de suicídio” (p.53). “Para a maioria, as condições de vida marginais eram atribuídas às suas próprias falhas morais e psicológicas. Raramente responsabilizando a sociedade” (p.54). Esta complexidade explica o fenômeno de uma “cultura de rua (...) tão brutalmente autodestrutiva” fornecendo os elementos para a desconstrução da drogadição enquanto patologia circunscrita ao campo biomédico.

Assim como observado por Bourgois em New York, os bolsões de pobreza da cidade de São Paulo se mostraram bastante receptivos ao crack, e entre as populações

socialmente mais vulneráveis, a situação de rua explicita a relação entre a permeabilidade ao uso da droga e fatores socioeconômicos. Roberto, 36 anos, relata uma trajetória fragmentada desde a infância, quando já trabalhava na coleta de ferro velho com o pai. Usou maconha pela primeira vez aos 7 anos e passou a infância “em trânsito”⁴⁴ pelas casas de parentes. Quando jovem, sem qualificações profissionais, conheceu as drogas e o dinheiro fácil dos assaltos. Encontrou a tábua de salvação em um relacionamento amoroso e em experiências religiosas numa igreja pentecostal, que o manteve longe das drogas por um determinado período. Perdeu a mulher, foi parar na prisão, saiu com a expectativa de mudança. Deixou o circuito do crime enquanto estava em liberdade condicional e foi parar na rua, onde sobrevivia com a ajuda de serviços públicos. Quando o uso do crack passou a ocupar suas noites, o dia era reservado para as brigas e os atritos com as instituições que freqüentava. Uma vez impedido de freqüentá-las, transformava o portão de entrada em palco de xingamentos, agressões a outros freqüentadores destes locais e insultos aos seus coordenadores. Essas *performances* levaram-no a se confrontar novamente com a polícia, que neste caso atuava como mecanismo de controle social quanto ao uso de drogas.

Assim como o tráfico oferece a possibilidade de reconfiguração das relações econômicas e de poder na sociedade, o uso abusivo na rua também incorpora o processo reativo à exclusão social. As dificuldades de mobilização coletiva de grupos que vivem em extrema pobreza e os limites para a expressão da sua indignação, os impedem de revoltas sociais capazes de lhes garantir o direito a uma sobrevivência digna. O contexto sócio-cultural de origem e estigmas cristalizados os deixam à margem das estruturas sociais e à mercê de diferentes orientações ideológicas estampadas nos serviços sociais públicos e na beneficência institucionalizada. Estas questões emergem em diferentes estudos da população de rua (GIORGETTI, 2007; ROSA, 2005; SNOW e ANDERSON, 1998) que atribuem um novo sentido para o uso abusivo nas representações da própria subjetividade. Considerando o “papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social” (GOFFMAN, 1975, p.24), os deveres em relação

---

⁴⁴ O conceito “em trânsito” foi desenvolvido com o estudo sobre crianças de rua, configurando o circuito que engloba simultaneamente a vida nas ruas e períodos de circulação no ambiente doméstico (ADORNO, 1998).

aos padrões do uso se esvaem na ausência de direitos, tornando-o desregrado, como também foi observado entre outras populações liminares onde se percebe a bebida alcoólica inserida nas representações da própria exclusão, como em grupos indígenas, cortadores de cana e escravos do período colonial. No estudo da aguardente nas Minas Coloniais, GUIMARÃES (2005) identifica o seu papel na interação de diferentes categorias sociais onde se registra o seu uso como mais um elemento histórico. Naquela realidade o uso abusivo era reconhecido como uma ameaça à produção e economia local.

Alguns moradores de rua se esforçam para manter a autonomia que um dia já tiveram, reconstruindo o ambiente doméstico na rua, fazendo a própria comida em fogareiros improvisados nos baixios de pontes e viadutos. A passagem do tempo os levou a desenvolver outras estratégias de sobrevivência, na trajetória de degradação sócio-econômica e apartação social. A identidade social de provedor é deixada para trás quando se tornam dependentes de instituições sociais ou grupos que distribuem roupas e comida nas ruas. Quando não escolhem a comida que comem e a roupa que vestem, o exercício da vontade fica bastante comprometido.

As posições de dependente e de adulto autônomo se conflitam, sendo ao mesmo tempo desejadas e temidas. Como dependente o sujeito garante a subsistência, mas experimenta a desqualificação, a inferioridade, a impotência. Entretanto, a consciência desta situação permite enxergar e se comparar ao outro: “depois que os usuários saem, os irmãos pedem pizzas para eles...”. Ezequiel, 41, que “bebe desde os 11”, prefere a rua a dormir na casa da ex-mulher. Rompeu o casamento por causa da “maldita” (cachaça) e acrescenta que ele e a mulher são uns “ignorante (...) e um arrogante”. Gaba-se de levar a filha para passear pela cidade, lembrando o que não pode comprar para ela: “Um lanche do Mac Donalds custa oito reais; almoço por kilo, prato comercial, ... em torno de cinco a seis reais, com variedade de saladas e três tipos de carnes, ovos...”.

NASSER (2001) analisou 26 históricos de uso de bebidas alcoólicas entre 28 entrevistados, num estudo em um dos albergues públicos de São Paulo. Para ela “a bebida se introduziu na vida de todos eles como um hábito familiar cultivado desde a tenra idade, e que, com o passar dos anos, foi se intensificando, até intermediar, na fase adulta, a relação entre o trabalho e a vida doméstica, estabelecendo uma forma

de lazer que podia se realizar em curto tempo, com poucos recursos financeiros” (NASSER, 2001, p. 186).

O que podemos identificar genericamente como lazer, assume outras conotações conforme a história de vida das pessoas. Odilene aprendeu a beber com a avó. A avó e a mãe bebiam muito. A mãe continua viva e nunca deixou de beber. A bebida é, portanto, algo incorporado à sua vida, desde a infância, bem como seu histórico de sofrimento: discriminação nos primeiros anos da escola por ser mais pobre que os outros alunos, iniciação sexual com um irmão mais velho e violência física do padrasto e da própria mãe que, entre outros castigos, deixavam-na sem comer. O uso da bebida para ela foi um aprendizado, tanto quanto o foi a prática da prostituição. O que poderia ter de anormal, fazer aquilo que sempre foi feito dentro de sua própria casa pelas pessoas tidas como referência, tal como sua mãe e avó? O abuso sexual pelo irmão só fez reforçar a imagem da mulher objeto, na qual se transformou nas mãos dos dois maridos e vários amantes que teve ao longo da vida.

Uma vez que a afirmação da identidade social esteja comprometida por questões de ordem sócio-econômicas, como a perda de status, o indivíduo penetra no terreno da liminaridade social. A primeira fase deste processo demarca a ruptura de relações sociais normatizadas. Na trajetória para a rua as pessoas passam por rupturas cumulativas, tanto no âmbito familiar e social quando nas relações de trabalho, que vão distanciando-as das estruturas socialmente aceitas, reforçando vulnerabilidades e estigmas. O rompimento com as estruturas sociais demarca não somente a perda do acesso aos bens de consumo e benesses da sociedade moderna, mas também desafia a sobreviver em locais extremamente insalubres. A falta de banheiros públicos, por exemplo, obriga-os a negligenciar os ritmos biológicos gerando constipações gastrointestinais e desconfortos físicos, que não aparecem nas pesquisas oficiais; a muquirana invade as roupas, os cobertores, os pedaços de espumas utilizados como colchões e transitam entre os corpos que resvalam uns nos outros em busca de algum carinho e conforto.

Ao retrucar o colega que lembrara a parábola do filho pródigo, referido anteriormente, a mulher que esperava pela vaga de albergue lembrava que seu pai dizia que ela não tinha “competência para trabalhar na cozinha” nem “competência para arranjar marido”. O questionamento da própria competência para o trabalho não

aparece tanto quanto a referencia à falta de oportunidades para trabalhar. As frentes de trabalho oferecidas pelo estado e prefeitura empregaram um grande percentual desta população em diferentes momentos por períodos de alguns meses, com remuneração de até um salário mínimo. Muitos só permaneceram nestas ocupações por terem como empregadores as próprias instituições sociais e pela alta tolerância a faltas e inabilidades para o trabalho desenvolvido. Por outro lado a desistência nestes programas indica que profissionais experientes em suas ocupações profissionais preferidas apresentam certa indisponibilidade para o trabalho geralmente precarizado, desqualificado e com baixa remuneração das frentes de trabalho. Isto não significa que os candidatos para estes programas de geração de renda sejam sempre profissionalmente desqualificados, pelo contrário, alguns são políglotas, artistas, ou profissionais humildes como o poceiro que descrevia os cuidados com o parto de vacas como se fosse um veterinário e no qual também se reconheciam as excelentes qualificações de um caseiro.

Um dos grandes desafios das instituições sociais que intermediam a concessão de vagas para as frentes de trabalho é o uso de bebidas alcoólicas. O sujeito internaliza a exclusão e se exclui. O *antagonismo entre as partes rompidas*, na perspectiva dos dramas sociais tratados por Turner, tende a se instalar na percepção de si, na esfera pessoal do sujeito. Neste caso, a bebida ou a droga pode se consolidar como um mecanismo para negar, suportar ou reparar o *drama* vivido. Nesta perspectiva, a reparação é a terceira fase. Ao compreender este mecanismo, o sujeito pode romper com o estigma e se emancipar da atribuição de papéis que o outro lhe impõe, percebendo sua vulnerabilidade como defeitos de personalidade possíveis de serem corrigidos com a consciência de si. Não o compreendendo na sua totalidade, pode estacionar no próprio drama, fixando-se na situação de *crise*.

Em nosso estudo, reparamos outro aspecto até hoje pouco referido na produção brasileira a respeito do circuito da rua, trata-se da expressão da sexualidade. Fator pouco explorado pelas pesquisas censitárias, os conflitos de identidade sexual tornam-se transtornos emocionais e a rua pode ser uma porta de escape dos circuitos familiares. A homossexualidade, enquanto expressão sexual, é um campo fértil de informações neste sentido, como trataremos adiante.

3 AS MEMÓRIAS

Sabia mexer com plantação e animais: “Quando uma vaca está pronta para parir e a cria está entalada, (...) tem que pegar uma corda, enrolar na mão assim, enfiar a mão na vagina da vaca e amarrar no pé do bezerro e puxar, (...) é o jeito de salvar a vaca e o bezerro”. Descrevia suas habilidades para lidar com horta e jardim, detalhando suas qualificações e qualidades morais: “os outros gostam de mim”. Poderia tomar conta de um sítio: “eu cuido de tudo para você!”. Lembrava de quando trabalhava na construção civil, como “poceiro”: “quem cuida do poço dos elevadores”, explica. Lamentava não ter juntado dinheiro, poderia ter seguido carreira: “hoje seria um engenheiro”. Mas era “muito jovem” na época.

Considerando a fixação regressiva em eventos passados, presente em discursos de bebedores, observamos a contraposição entre estes mergulhos interiores e a conquista de uma nova posição na sociedade através da inserção produtiva. Não pretendemos aprofundar na análise psicológica dos dramas individuais, entretanto, dedicamos este capítulo a realçar o substrato das memórias que compõem a historicidade de cada indivíduo e as influências da historicidade coletiva da qual faz parte e é herdeiro, para ampliar a análise deste processo de navegabilidade no universo subjetivo que o senso comum identifica sumariamente como fuga da realidade.

O sujeito que apresentamos nesta parte do texto tornou-se um homem de meia idade, velho se considerarmos que a meia idade na rua vai até os quarenta, quando já “não se encontra mais trabalho”. Depois dos cinquenta, sessenta..., uma das opções é trabalhar como plaqueiro, anunciando a compra e venda de jóias nas proximidades do teatro municipal. Poucos são os aposentados, considerando o tempo de trabalho sem registro na área rural, a intinerância entre inúmeras empresas e a ausência de

comprovação de vínculo empregatício em algumas delas. Manoel usava roupas encardidas, sapatos amarrados por um barbante que dava a volta pela sola e, alcoolizado, tentou entrar na perua do CAPE, esperando por uma nova vaga de albergue. Os “azulzinhos” não permitiram, dizendo que ainda não tinham a confirmação de vagas nos albergues. Ele disse que estava num albergue há um ano, mas a assistente social lhe deu um ultimato: o seu prazo havia se esgotado e ele teria que arranjar outro local para ficar.

Veio do interior de São Paulo. Lembrava de uma mulher que gostara muito. Viveu perto dela desde a infância: “tava sempre perto”. Mas não casou. Passou por várias empresas. Perdeu o trabalho várias vezes: “é a cachaça”. Quando se referia à bebida, repetia de vez em quando: “vou falar a verdade, ... vou falar a verdade...”, como se estivesse em confissão ou reconhecendo coisas que não costuma dizer com frequência. Mostrou os documentos, deixando-os em minhas mãos: o registro de identidade, uma carteira profissional sem anotações de vínculos trabalhistas e outras papéis dentro dela. Mesmo quando eu fazia menção de devolvê-los, ele colocava a mão sobre os documentos sem pegá-los, deixando-os ainda comigo. No final da conversa eu precisei insistir: guarde o documento do senhor aí no bolso! Ele procurava um local para ficar, mas dizia que precisava de trabalho: “eu paro de beber, eu paro. Se você arranjar um trabalho para mim, eu paro, eu paro...”. Havia um misto de desespero e esperança em suas palavras. Mostrava-se disposto a fazer qualquer coisa, falando de renascimento, plantio, jardins. Mantinha o pensamento positivo, disposto a começar algo novo e assumir mudanças na vida, aí estava a esperança. Mas demonstrava claramente que uso da bebida era um problema, ela era parte da sua vida há muito tempo. Certamente a bebida não comprometia suas relações, pois já estava num mesmo albergue há um ano e os bebedores contumazes ou pessoas que apresentam transtornos no comportamento nunca permanecem tanto tempo vinculados à mesma instituição. Mesmo que um usuário de albergue perca sua vaga, a passividade e sujeição às regras institucionais garantem o seu retorno quando surgem novas vagas. Mas o ultimato para deixar o albergue, o avanço da idade e a dificuldade crescente em arranjar uma nova vaga se encarregam de tornar o indivíduo consciente de sua vulnerabilidade. As suas qualificações profissionais e

disposição para o trabalho contrastam com as dificuldades de recolocação e exigências no mercado de trabalho, o que alimenta a desesperança.

Neste diálogo, aparecem vários elementos elucidativos em relação ao uso de bebidas alcoólicas. Neste momento nos interessam principalmente, as memórias do sujeito. Mais do que lembranças que ele possa acessar conforme a demanda do momento, suas recordações são registros de eventos e sensações que lhe trazem alegrias, entusiasmo ou sentimentos irreparáveis que o mantém emocionalmente regredido em fases da vida que não podem mais ser recuperadas. Um grande amor perdido, como ele configura a imagem da mulher retida na memória, é recorrentemente relatado entre os homens.

Na vida de Manoel, existe uma lacuna entre o real: era “poceiro” e o possível não realizado: poderia ser um “engenheiro”. A carteira profissional vazia indica não somente a renovação dos documentos originais, comum entre moradores de rua, mas também indica a perda da identidade enquanto trabalhador. A procura de ocupação trabalhista em sítios significa não somente um lugar para morar, mas o desejo de recuperar uma condição em que se sentira reconhecido no passado, diante da impossibilidade tardiamente reconhecida de prosperidade profissional, no meio urbano.

No passado a bebida pode ter significado afirmação da masculinidade entre vaqueiros, consolo para relações amorosas não consolidadas, uma porta para o mundo, ou simplesmente um fator coadjuvante aos movimentos migratórios que trouxeram milhares de trabalhadores rurais do campo para a construção civil no meio urbano. No presente, atualizar os desejos e os projetos de vida exige esforços tão incompatíveis com as condições e circunstâncias do momento, quando a bebida, entre outras funções, permite o retorno a um passado mais estável e interessante, no nível imaginário, pelo menos.

As drogas de maneira geral, independentemente das diferenças de atuação química na regulação do humor, permitem o acesso a sensações do repertório do próprio sujeito ativadas pelos conteúdos de sua memória ou da memória e anseios coletivos. O sujeito mergulha em bolhas emocionais que o mantém próximo ao passado reeditado no estado de consciência induzido pelos psicoativos. A cada vez que determinadas cenas do passado ou situações arquetípicas são reeditadas vão se

consolidando realidades alternativas, deslocadas em relação ao presente, mas presentes no universo abstrato construído internamente.

A memória individual

“... eu tenho um problema de padrasto, que faleceu. Mas é, na época dele eu saí de casa, fui morar com a minha avó, mãe do meu pai. ... nove anos de idade. Fugi de casa porque ele me espancava, ele tinha dó da comida que eu comia dentro de casa, sabe? A verdade era essa, já morreu, eu quero que sirva de peso pra ele. Então a gente não combinava, aí eu ficava na rua sem precisar. Porque a família é tudo bem, a família é tudo bem”.

Neste depoimento deste sujeito, homem, 29 anos, ele apresentou um discurso coerente, cronologicamente organizado, com pontuações precisas de fragilização física e emocional. Seu depoimento também incluía suas alegrias, o conhecimento da mulher e a primeira filha dela na Praça da Sé, os acordos do casamento, o novo filho do casal, o trabalho com a reciclagem, a utilização da rede de suporte assistencial e de saúde e os planos para um trabalho onde pudesse ganhar mais e para a conquista de moradia. Fizera uso do álcool eventualmente, até o último tratamento de saúde, quando parou de beber. Este uso não se configurava como uso abusivo de acordo com o seu relato. Mesmo entre as pessoas que não associam a ida para a rua ao uso do álcool ou de drogas, as rupturas vivenciadas e as trajetórias de saída da rua são revestidas de diferentes nuances conforme as configurações familiares de origem.

O contato repetido com os mesmos indivíduos durante a pesquisa indica o uso recorrente de algumas lembranças revelando fragmentos de memória mais significativos que outros. Estas memórias são constituídas de dados objetivos de eventos ou processos vividos e impressões subjetivas correspondentes a estas vivências. São tão significativos quanto o são as relações com personagens de referência como o pai, mãe, cônjuge e filhos, a ponto de explicarem a reprodução de padrões comportamentais, como relações de dependência e comprometimento da autonomia e autocontrole. Não obstante todas as questões sociais e econômicas que

favorecem o surgimento e o crescimento da população de rua, a recorrência a determinadas memórias se relaciona com a reprodução de sentimentos e posturas e até mesmo com a permanência na rua “sem precisar”. Nestes casos, a orientação e intervenção terapêutica em projetos sociais ajudam o sujeito a refazer o caminho da autonomia, isolando ou ressignificando as experiências negativas e valorizando suas experiências positivas e qualificações. Considerando que estes recursos terapêuticos são limitados ou inexistentes para a maioria dos moradores de rua o sujeito conta somente com os seus próprios recursos, o que dificulta sair do círculo vicioso das próprias memórias.

Observamos que o uso de bebidas alcoólicas, principalmente, se relaciona com relatos de eventos significativos e seus desdobramentos, favorecendo a permanência em processos emocionais desencadeados a partir deles. Estados alterados de consciência facilitam o acesso a estes conteúdos da memória emocional e a fixação regressiva em alguns destes conteúdos se relaciona à fixação do comportamento de uso, caracterizando-o como abusivo. O caso a seguir ilustra esta observação.

Sempre que Gilberto aparecia alcoolizado na instituição social, ele manifestava o interesse em escrever e entrar em contato com o pai. A situação o deixava agitado e performaticamente ele sempre arranjava um pretexto para exibir seu registro de identidade. Observando o documento com atenção podia-se perceber o vazio no espaço do nome do pai. A rejeição do pai constituía uma bolha emocional na qual ele mergulhava e com a qual ele mergulhava nas memórias da rejeição paterna. O desejo de ser reconhecido como filho foi ficando pendente e se atualizando permanentemente nos estados alterados proporcionados pela bebida. Quando sóbrio, o mesmo sujeito censurava seu próprio discurso, através de pedidos de desculpas, falando de assuntos mais amenos e iniciativas para conseguir trabalho, como era esperado no espaço institucional.

A relação entre a paternidade negada e uso de bebidas nem sempre é tão óbvia, mas aparece em várias situações, podendo também estar relacionada à ausência do autocontrole em relação ao uso, como mecanismo de afirmação da própria masculinidade ou com o uso abusivo desenvolvido reativamente diante da ausência paterna. No primeiro caso, verificamos em certos indivíduos, a ausência de

parâmetros regulatórios tradicionalmente associados à figura paterna e que o conduz à permissividade. A aderência às regras institucionais por parte de alguns indivíduos é um bom exemplo da regulação comportamental buscada fora de si, isentando-se da responsabilidade do autocuidado. Da mesma forma que o indivíduo se infantiliza nesta relação, ele pode se rebelar e expressar insatisfações com a autoridade institucional representada pelos agentes sociais que a conduzem.

Recorrer à bebida para mergulhar em dramas vividos no passado significa que estes processos não foram concluídos. A paternidade inconclusa não significa necessariamente ausência do pai, pois o próprio sujeito pode buscar a ressignificação desta relação como o caso de Pedro que guarda boas lembranças de quando ficava perto do pai, quando era criança. O pai fazia gaiolas de taquara e vendia. Ele aprimorou a capacidade artesanal aprendida com o pai, exercitando-se com a escultura artística. Porém as lembranças do pai incluíam também descompensações emocionais com castigos físicos violentos e injustos, segundo seus relatos. Quando sóbrio, descontraído e bem humorado, falava de suas memórias de forma nítida e concatenada. Entretanto, as lembranças desagradáveis não se restringiam aos momentos de “bebedeira”, da mesma forma que a “bebedeira” não o conduzia somente às memórias mais sombrias. Mas lhe era impossível estabelecer a síntese de representações tão dissociadas, reeditando esta dissociação através de reações emocionais contraditórias similares às vividas no passado.

A incidência de famílias disfuncionais em todos os níveis sócio-econômicos, como tem sido registrado desde o berço da psicanálise até os contornos envolvidos pela psicologia social dos dias de hoje, justifica o desenvolvimento de redes de apoio que as sustentem. Estas redes são constituídas através de clubes, associações, movimentos sociais, religiões, e círculos familiares secundários. A operacionalização deste suporte requer, via de regra, respaldo financeiro ou planos previdenciários que são praticamente inexistentes nas camadas populares mais atingidas pela pobreza. Nestas situações, resta ao indivíduo o apoio das redes de sociabilidade que encontra na sua trajetória. As intervenções coletivas e solidárias para os usuários de substâncias químicas mobilizaram a constituição de grupos como os alcoólicos anônimos ou narcóticos anônimos, a articulação de missões religiosas e

a formação de organizações da sociedade civil que atuam como mecanismos reparadores.

Edilson se sentia oprimido por doloridas lembranças de maus tratos. Justificava o uso bebida como uma espécie de anestésico: “bebia para esquecer”. Com a bebida ele abaixava o volume dos “barulhos” que ocupavam sua mente. Quando ficava sóbrio e estas lembranças voltavam a incomodá-lo ele bebia novamente, desejando estar, em determinados períodos, permanentemente alcoolizado.

A observação da oscilação de comportamentos e estados de humor indica que a transição da sobriedade para o estado alterado, mesmo que ele seja referido simplesmente como embriaguez ou intoxicação, indica em alguns casos, a alternância para as sensações de tranquilidade, sossego, prazer e alegria. As rodas de pinga proporcionam ambientes descontraídos de muita conversa, piadas, bom humor e música. Os casos contados revelam aventuras, conquistas, aquisições, períodos de prosperidade, parentes e amigos queridos. Aqueles que não acumularam muitas lembranças positivas ou não conseguem acessá-las costumam ficar mais quietos nestes momentos, parecendo embriagar-se também com as memórias dos outros.

O trajeto inverso, de sensações de alegria a sensações opressivas também podem ocorrer muito rapidamente sem surpreender outros participantes do mesmo grupo, indicando que esta dinâmica de alternância entre distintos estados de humor lhes é familiar. Para visualizar uma cena típica desta transição, voltemos à roda de pinga que cantarolava sambas sob o batuque improvisado no caixote de madeira no Pátio do Colégio, referida anteriormente. Algumas pessoas deixaram o local, outras chegaram, mantendo o consumo de pinga. O jovem que bebia e cantava, já bastante alcoolizado, mal conseguia articular as palavras, sem conseguir se levantar, enquanto o restante do grupo continuava a conversar ao lado. Ele urinou ali mesmo, onde estava sentado, deixando a urina escorrer pelos degraus abaixo. Outro homem há alguns metros de distância, ficou furioso quando percebeu o que estava acontecendo, chamou-lhe a atenção, empurrando-o violentamente degraus abaixo. “Agora senta aí, onde você molhou”. Passado o incidente as pessoas continuaram a conversar, deixando o jovem que voltou ao lugar onde estava sem reagir.

Drogas como o crack e a cocaína ativam estados comportamentais de coragem tanto quanto de revolta que são compartilhados de formas diferentes do usuário de álcool, mas a quebra do véu da consciência permite igualmente o mergulho no plano das memórias. No caso destas drogas observamos serem mais significativas as sensações de empoderamento e experiências que funcionam como antídoto ao mal estar da solidão, como aparece no relato seguinte de um homem, 38 anos (ele alerta que as datas e idades são aproximadas):

“... o fim de semana é cruel, é onde vem o vazio e a falta de alguém, sou só eu e o meu Deus, não tenho mais ninguém, não tenho mulher, não tenho filho, não tenho mãe, não tenho pai. Eu sou órfão de mãe viva, de pai e mãe vivos, vivos mas sou órfão, não a vejo há 16 anos, nem um nem outro, (...) não tenho nem a foto deles. A solidão tem a ver com a droga, porque eu acabo com a solidão usando droga, o que afasta a solidão é a droga. Quando a solidão me aperta muito eu corro para a boca. Lá na boca eu tenho o tapinha nas costas, do traficante, tenho a moça que senta perto de mim, ... bonita, tem a traficante que me beija, tem a outra que vai para o hotel lá comigo, só para usar a droga. Só que lá a solidão vai para o espaço”.

Assim como a *transitoriedade* foi referida por William James em relação aos estados místicos de consciência (JAMES, 1902), os estados alterados desejáveis não se sustentam por muito tempo. Ainda que permaneça a embriaguez, o sujeito costuma oscilar involuntariamente de estados confortáveis para estados desconfortáveis reativando memórias, às vezes indesejadas. Apesar do desconforto pode haver um ganho na re-experimentação de uma vivência do passado, por permiti-lo se confrontar com alguma questão emocional pendente do ponto de vista do desenvolvimento emocional: “...só que após a droga, vem a depressão, vem o desespero, vem a mágoa, vem a raiva de mim, vem o ódio e vem a vontade de desistir de viver”.

Tanto a solidão quando a depressão relatadas se misturam com as memórias de um ambiente familiar hostil de descuidos que explicam a situação de orfandade: “...comecei a perceber que a vida estava sendo cruel demais para mim, (...) andava com os pés no chão até treze anos e a terra era quente... e queimava (...). Merecia um chinelo. Minha mãe era uma santa, (...) benzedeira, (...) uma médica da roça, (...) me ensinava a fazer o bem. (...) Meu pai ensinava a fazer o mal, bebia muito, (...)

considero meu pai um homem louco, sem beber e bebendo, mas geralmente ele só vivia bêbado. (...) Cenas terríveis... (...) Ninguém vive só do mal, ninguém pratica só o mau, só o mau, aí tinha vez que ele tava bem, trazia comida, trabalhava, trazia pra casa, mas isto era contado as vezes”.

Neste caso, através do crack e cocaína, o sujeito atualiza sentimentos contraditórios e escapa da impossibilidade de fazer a síntese de percepções tão díspares de si mesmo e da sua origem: uma mãe santa e um pai louco, aspectos de uma mesma realidade. Mesmo distanciando-se do ambiente familiar ele carrega na memória as variáveis de uma equação insolúvel, que “vai para o espaço”, dando lugar ao empoderamento que também era uma referência conhecida e desejada desde que mantivera contato com fazendeiros vizinhos, que viviam, sob o seu olhar, a antítese do sofrimento que experimentara: durante curtas experiências ele tinha fartura de alimentação, boa acomodação e a referência de ter como patrão um fazendeiro reconhecido, que “conquistava as mulheres”. Quando veio para São Paulo, perdido, levou o primeiro tombo na escada rolante, fato que ele narra como um preâmbulo para uma série de dificuldades que enfrentou na medida em que se confrontava com uma sociedade tão diferente da que ele estava acostumado: “Com 18 anos cheguei na cidade, quando cheguei aqui comecei a passar fome... Ai eu falei, meu deus do céu, ... passando fome no nordeste, passando fome na cidade grande, sem conhecer nada, batendo com a cara na parede, os vidros era transparente, eu enfiava a cara nos vidros (...) totalmente perdido na escuridão”. No primeiro emprego ficou dois anos e meio: “sem vício, eu não era viciado (...), não era viciado em bebida, mas já bebia”.

Foi parar entre os irmãos e primos: “eu morava com dois irmãos de sangue, perto dos primos..., mas era briga todo dia. A minha família, a maioria dela vivia em conflito, é igual uma guerra, ...Palestina e Israel”. Permaneceu trabalhando, conhecendo os bailes, os bares, começou a beber cerveja: “mas percebi que não era minha praia, a bebida me fazia muito mal, era ruim, tinha uma ressaca terrível, doía a cabeça...”. Mudou de emprego, deixou os irmãos e foi morar sozinho. Deixou de ser ajudante de cozinha e, a convite de um amigo, aceitou um novo emprego numa padaria para atender as pessoas, mas chegando lá a conversa era outra: “ele tava sujo com os traficantes e, fazia os pedidos da droga em meu nome, ele fez uma amizade

comigo, quer dizer, ele me deu, mas ele pediu em troca, e no mundo do crime você dá mas você quer em troca (...), “vamos experimentar, é bom rapaz”, ele falou pra mim. Ai foi que eu experimentei a maconha. “Eu trabalhava de dia e zuava a noite todinha”. “Infelizmente o filho de um advogado se juntou com nós, esse já era de crack, mas..., ele falou pra mim, rapaz você num quer experimentar a cocaína, é muito melhor. Tava na padaria ainda. “Com vinte e cinco anos ainda tinha condição de trabalhar”.

Começou a praticar furtos: “todo serviço que eu arrumava o patrão tomava prejuízo”. Quando “não tinha jeito” pedia pra sair. O fundo de garantia e o seguro desemprego era “uma dose de droga a mais”. “... Era um dependente, mas não tava viciado porque tava trabalhando, mas eu usava demais”. Com 28, conheceu uma mulher na noite, com quem ficou cinco anos: “outra droga pra mim, em vez de uma, arranjei outra droga, ai tinha duas drogas, (...) viciada em álcool, (...) tinha uns dez anos mais velha do que eu, era uma briga terrível, ...conflitos, ai eu fui fazer o que o meu pai fazia, bater nela, (...) espancando”.

“De emprego pra emprego aí eu fui pra rua, aí não deu mais pra segurar (...). Perdi o último emprego em 2001 e cai em situação de rua, hoje eu tenho trinta e oito”. Ele conta que ainda trabalhou mais um ano numa padaria que faliu, porque “todo mundo era viciado”, inclusive “o patrão”.

Encontramos também indícios de ativação de memórias antigas espontânea e conscientemente, como o porte de fotografias, endereços, números de telefones, bilhetes, cartas, que podem sinalizar vínculos significativos que ficaram congelados no tempo. O sujeito acima ainda relata ter sido preso por porte de arma, lembrando que na sua cidade de origem era comum que as pessoas andassem armadas.

As memórias emocionais também costumam ser relatadas dentro de uma moldura atemporal, sendo associadas, por exemplo, ao desejo de reencontros com filhos que já cresceram. No caso de José Carlos, ele se divertia com os amigos nas rodas de pinga mas não conseguia deixar de pensar no filho que não via há muito tempo. Durante alguns anos pensava no reencontro com ele e quando o encontrou não foi bem recebido, ele estava adulto e despejou no pai as mágoas pela irresponsabilidade da ausência de muitos anos. Era o que o pai temia, mas não o que ele esperava. Sem acesso a outros familiares, exceto uma irmã que via com alguma

freqüência, voltou a beber sem deixar de lembrar-se do filho. Sentia-se culpado pela ausência do ambiente doméstico e impotente para reparar a situação. Ele já havia passado dos quarenta anos, quando o trabalho desqualificado fica mais escasso e, além disso, tinha limitações de saúde devido a um acidente vascular que deixara seqüelas na fala. A incomunicabilidade com o filho se atualizaria com a dificuldade de comunicação com quaisquer outras pessoas. Ao beber, perdia quase completamente a capacidade de pronuncia inteligível. Passou a beber permanentemente, contraiu tuberculose e morreu numa cirurgia pulmonar.

A navegabilidade entre diferentes conteúdos de memória possibilitam regulações do humor e de sensações conforme as demandas emocionais. Orlando, homem adulto, com alta hospitalar forçada devido ao uso de bebida no ambiente hospitalar, ao ser questionado porque preferia a rua ao albergue, respondeu cantarolando um samba parafraseando o hino à Proclamação da República: *“liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós...”*. No seu caso, a bebida o ajudava a se manter no universo descontraído e sem regras da rua que se opunha ao ambiente disciplinado e ascético do hospital que acabara de deixar, e que também se opunha à instituição para menores onde viveu a infância e adolescência. A liberdade da rua o remetia ao uso da bebida e esta o remetia às sensações de liberdade.

A cronologia da vida de qualquer individuo revelaria uma seqüência de vivências mais ou menos significativas conforme a intensidade de sensações, emoções ou desdobramentos que ela tenha provocado. Desta forma podemos representar cada um destes elementos como vetores positivos ou negativos que compõem o arcabouço da memória emocional do sujeito com reverberações em momentos sucessivos até o momento presente.

Ao longo da sua trajetória cronológica o sujeito também recebe novas informações e elabora novos conceitos e referências que por um lado podem estimular o seu desenvolvimento, ou por outro, contribuir para o desenvolvimento de estigmas e transtornos na autoestima. Assim como o passado influencia o presente, de maneira inversa, as referências do presente servem para releituras sucessivas do passado, reforçando suas memórias com novas significações para experiências já vividas. Conforme a quantidade de significados atribuídos a vivências passadas, estas experiências são superdimensionadas, a ponto de envolvê-lo, podendo ser

rememoradas continuamente, projetadas e revividas nas vivências subseqüentes. Com o estímulo à culpabilização, às vezes provenientes do meio externo, o sujeito se julga e se condena, justificando estes julgamentos com os próprios comportamentos e com as significações negativas a eles atribuídos. Estas ressignificações vão projetando novos vetores emocionais negativos, tornando-se equivalente àqueles gerados pelas experiências realmente vividas e contribuindo para a somatória de informações, sentimentos, sensações e emoções que o constitui. Neste sentido, ocorre uma continuidade na trajetória de perdas que passa a ser uma referência continua e comprometedora do equilíbrio entre a esfera emocional e a percepção racional e objetiva de si mesmo e da realidade.

Na medida em que transporta estas representações e distorções na percepção de si mesmo para a vida cotidiana, o sujeito se fragmenta, perdendo a noção do todo em sua personalidade e história. A possibilidade de sociabilidade nas rodas de pinga oferece ao sujeito uma alternativa de reconhecimento pelo grupo e integração à *communitas* constituída. Antonio, por exemplo, reproduzia as representações da rejeição da infância através de um comportamento contido. Ele fazia certo mistério de acontecimentos da vida adulta que incluíam supostas acusações de violência sexual das quais ele se dizia inocente. Era negro e sempre usava roupas escuras. Falava pouco e costumava se manter a certa distancia das rodas de conversa mais animadas. Trabalhava assiduamente na coleta de materiais recicláveis, mas preferia trabalhar depois que escurecia, porque sentia vergonha de vasculhar lixo em busca de latinhas. Mantinha o espaço de sociabilidade conquistado com a fidelidade a um grupo restrito de amigos, para os quais sempre tinha dinheiro para a bebida, defendendo o seu uso com convicção e sem apresentar alterações comportamentais significativas, mesmo com o uso constante: “eu bebo porque gosto! ... eu bebo e fico normal”.

A memória coletiva

“...antes de vim para São Paulo, (...) com dezoito anos, praticamente, ela contou pra mim, minha mãe, né. Contou pra mim que casou com o meu pai, ela

não queria casar, porque já percebeu que ele não era boa coisa, não ia ser boa coisa, mas a minha vó pegou ele beijando ela, ... no rosto e achou que já havia entre eles alguma coisa, e foi obrigado a casar forçado. Com quinze anos, a minha mãe casou (...). Não queria mais casar, tinha desistido pelas atitudes dele que já tava sendo muito cruel, ele já, rapaizão, isso meu pai. Quer dizer o fruto dele já tava vendo que não ia ser coisa..., ele ia por fruto no mundo, mas não ia ser lá essas coisas, já tava sendo visto né (...). Tem muita coisa que ela não contou, aí (...) o primeiro filho morreu , o segundo morreu , o terceiro morreu. Ela falou pra mim que nasceu nove filho, ficou cinco, morreu quatro. Os primeiros morreram, foram ficando os outros”.

Ao trabalharmos com a realidade subjetiva do sujeito nos deparamos com contradições da seguinte natureza: o sujeito tem consciência do seu valor, de suas qualificações, suas habilidades profissionais e qualidades morais; por outro lado experimenta a incapacidade de se relacionar produtivamente e se inserir no contexto do trabalho. Percebe a rejeição de si mesmo ou do mundo. É levado a rever todo o seu passado na tentativa de corrigir sua trajetória. Entretanto o que encontra são decisões e percursos dos quais ele não se arrepende e nem sempre entende o que o fez sair da linha da segurança, autonomia e autocontrole e perder-se nos desdobramentos de certos eventos do passado. Lida com as próprias memórias e com as atitudes e comportamentos das outras pessoas que se orientam por memórias e pressupostos de menos valia que o próprio sujeito nem sempre entende, mas que se coaduna com sua história. A este conjunto de informações do qual ele não se apropria inteiramente, a não ser por fragmentos, denominamos memória coletiva.

O que outrora parecia ser um caminho seguro, como por exemplo, deixar de estudar para trabalhar e ganhar dinheiro, seguindo o aconselhamento e exemplo de amigos, como no caso do poceiro que queria ser engenheiro, pode se mostrar no fim das contas, um equívoco. Verificamos que a constatação destes equívocos nem sempre leva a mudanças. Nestes casos observamos matrizes de pensamento que o conduzem a autojulgamentos desfavoráveis a priori e sentimentos depreciativos que inviabilizam a síntese das experiências vividas. Apesar de não ser nosso objetivo tratar da herança cultural e religiosa constitutivas da autoimagem entre as classes

populares, percebemos a relevância deste tema e o abordamos tangencialmente na medida em que também amplia as memórias do sujeito do nível individual para o coletivo, no processo de constituição de sua identidade.

Ao tratarmos da memória coletiva podemos também ampliar a referência a uma autoimagem que traz reflexos das relações sociais constituídas ao longo dos últimos séculos, para nos atermos apenas à constituição de cidadania do brasileiro que passou por experiências da colonização, escravismo e movimentos migratórios que deram origem à população paulistana.

Roberto GAMBINI (2000) demonstra que o julgamento culpabilizante se encontra enraizado na alma brasileira, desde o cenário pós descobrimento do país, onde uma moral européia de aparências e contaminada pelos valores colonialistas se confrontava com a liberalidade regida pelos princípios ordenadores da sociedade, encontrados entre as nações indígenas locais que constituíam uma população de milhões de habitantes e grande diversidade étnica. A força da colonização propiciou o surgimento de extratos sociais desqualificados e a estruturação sócio-econômica sobre a polarização entre possuidores e despossuídos, atribuindo-se a esses a culpabilidade pelo desalinhamento moral em relação aos novos valores instituídos coercitivamente.

Os mecanismos de sujeição colonialista perpassam a transição pelo período escravocrata, quando “todas as ocupações de alguma representação social permaneciam como privilégios das pessoas *livres* e *brancas*, pois só excepcionalmente graças a certos mecanismos de atribuição de *status*, (...), é que “homens de cor” *livres* (“pardos” ou “negros”) conseguiam acesso a tais ocupações” (BASTIDE E FERNANDES, 2008, p.61).

“Definira-se no Brasil toda uma orientação que estabelecia nitidamente a responsabilidade do senhor e do governo na transformação do escravo em trabalhador livre. E mesmo até 1887, já no período agudo das agitações abolicionistas, vários fazendeiros paulistas e os seus intérpretes mais abalizados defendiam a necessidade de educar o liberto e transformá-lo em trabalhador livre. Não escapara à aguda percepção de alguns dos seus líderes intelectuais que o trabalhador negro, recém egresso da escravidão e

por ela *deformado*, não estava em condições de resistir à livre competição com o imigrante europeu” (p.66).

Os interesses econômicos dos fazendeiros paulistas e do governo imperial, no entanto, orientaram suas ações para a “eliminação parcial do negro do sistema de trabalho” (p.67). A sua “concentração nas cidades representava, naturalmente uma fonte de desajustamentos sociais e econômicos” (p.72).

Os estudos mais recentes se referem aos valores das classes populares como elementos agregadores e responsáveis pela consolidação das formas de inserção social atribuindo dignidade e validade às relações sociais estabelecidas. Conforme o pensamento de SARTI (2003), estes estudos “incorporam e ressaltam os valores tradicionais como marcas dos pobres urbanos e vão além do eixo explicativo da relação capital-trabalho” (p.49), ressaltando, como também o faz NEVES (1983), a “ética do provedor” dos trabalhadores urbanos. Sarti salienta a condição do migrante que traz “em sua bagagem traços rurais, tradicionais, patriarcais”, querendo “ser moderno, alimentando a idéia de melhorar de vida” (p.50).

A benemerência encontrada nas ruas carrega em si a contradição de viabilizar a sobrevivência dos moradores de rua e de atribuir-lhes a posição de recebedores, reforçando o estigma da impossibilidade de sobreviverem sem a caridade alheia. A comodidade da anulação do esforço compromete o desenvolvimento da autonomia, segundo o discurso de algumas pessoas que vivem na situação de rua há muitos anos. A qualificação do sujeito socialmente desqualificado é mais complexa, onerosa e demorada do que a distribuição de comida e roupa nas ruas. Salvo a presença de pessoas comprometidas com as questões educacionais, de saúde e renda nas redes de solidariedade existentes, a interação entre o doador e o beneficiário é determinada pela velocidade que anda a fila de doação. Observamos que a mobilidade de jovens como Junior e Paulo permitiam que em certas ocasiões, monitorassem a distribuição simultânea de alimentos em lugares próximos como o Pátio do Colégio e o Largo São Francisco, correndo de um lado para outro, nos horários previstos para a chegada dos grupos que trariam a melhor quentinha, ignorando qualquer outra possibilidade de vinculação além da provisão da alimentação.

A vinculação da oferta de serviços à oferta de programas religiosos catequizadores acompanha toda a nossa história e encontra um terreno fértil nesta

população constituída de pessoas oriundas de tradições religiosas extremamente arraigadas nos meios populares. A diversificação destas ofertas obriga o sujeito a conviver com orientações às vezes contraditórias entre espíritas, católicos, pentecostais e outros grupos que pregam moralidades muito distantes das rotinas destas pessoas. O uso de drogas pode ser demonizado, associado a supostos processos expiatórios e motivo de culpabilizações moralizantes que pode conduzir a sentimentos de penalizações do tipo “aqui se faz, aqui se paga”, à penitência da via religiosa ou irreversivelmente patologizado como doença incurável. Algumas religiões também atribuem o uso de drogas, em alguns casos, aos fenômenos de possessão. Tais fenômenos têm sido estudados em contexto religiosos (COHEN e BARRET, 2008), onde se discute a autonomia do sujeito. Nestas situações, o transe se caracteriza por um deslocamento da consciência do hospedeiro, dando lugar a atuação do agente possessor, pela fusão de ambos, ou pela oscilação entre tais estados.

Ao nos reportarmos aos serviços públicos, encontramos referências ideológicas que perpetuam as diferenças sociais desde o período escravagista que restringem o desenvolvimento da autonomia e a preservação da individualidade. Os albergues com dormitórios para centenas de pessoas localizados debaixo de viadutos como o Jacaré, Pedroso, Glicério, têm sido percebidos como precários e a necessidade de requalificação do centro da cidade tem conduzido os gestores públicos a propor a transferência destes albergues para a periferia da cidade (SMADS, 2006). A estratégia de confinamento é perceptível em ambos os casos, o que se justifica economicamente, pela ausência de investimentos na implantação de moradias coletivas ou pelo menos na utilização de albergues para no máximo cem pessoas como está previsto na Lei municipal 12.316-97. As acomodações sob o viaduto Jacaré ficam em frente à Câmara Municipal e curiosamente ambas as instituições públicas são mantidas com os recursos municipais. Os frequentadores do albergue se aglomeram nas redondezas da câmara ao final da tarde com sacolas, roupas surradas e garrafas de bebida, enquanto o expediente da câmara se encerra com o fluxo de saída dos legisladores da cidade e seus assessores, contrastando-se com o primeiro grupo pelas roupas, posturas e poderes atribuídos. Enquanto cada gabinete da câmara tem um orçamento suficientemente alto para a manutenção de

inúmeros funcionários, o que nos remete à imagem da “Casa Grande” das fazendas do sec. XIX, o custo do albergado de pernoite é suficiente para uma sopa, um cobertor usado e o café da manhã. A imagem da “Senzala” é inevitável ao notarmos o aproveitamento de espaços subterrâneos para a hospedagem. A presença de profissionais relativamente qualificados e a intenção caritativa criam a imagem do ambiente sócio-educativo, mas não impede que o sujeito se perceba inserido numa política pública ao estilo “Casa Grande e Senzala”, dentro da qual a subserviência é a contrapartida menos comprometedora.

Estas memórias são ativadas por ações similares como o “rapa”, remoções de áreas nobres das subprefeituras, presença ostensiva dos azulzinhos sem a correspondente oferta de vagas nos albergues, e o tratamento discriminatório de alguns profissionais. A contradição encontrada não nos permite generalizar este tipo de abordagem, senão apontá-la como parte do referencial que o indivíduo conta para construir o próprio sistema de representações.

Mesmo entre usuários de bebidas, encontramos casos de relações diametralmente opostas entre usuários de albergues e funcionários, como no relato de um cidadão que conversava sobre uma vaga de monitor no albergue Boracéia. Saiu de lá porque “não valia a pena”, ganhava muito pouco, falava ora de 600 e poucos reais e noutro momento de 400 e poucos reais, parecendo se referir a valores brutos e valores líquidos: “Sabe aquela Maria do [outro] albergue (...), eu comia ela!”. Falou das regalias que tinha no albergue e do conflito com o guarda da Metropolitana no mesmo local. Há muito tempo queria brigar com o guarda: “bebi, cheirei uma farinha e falei é hoje...”. Narrou como chegou perto dele e deu-lhe uma cabeçada. Deixou o guarda caído no chão. Logo na frente foi preso. De acordo com o sistema de crenças do sujeito, ter sido preso foi azar, o restante é apresentado de forma meritória. Enquanto usuário de drogas, ele se empodera, e circula nos círculos de poder, que sob sua perspectiva lhe possibilita ter relações sexuais com uma profissional da instituição. Com a investidura deste poder ele derruba a segurança. Ele se rebela contra a estrutura e assume posturas que não se esperam dele. A situação de rua não limita o circuito de pensamentos do sujeito, mesmo que isto aconteça, a droga o expande e o indivíduo passa a incorporar outros sistemas de crenças e valores com os quais já teve contato. É este mesmo potencial que o

habilita a seduzir os motoristas para vender coisas nos semáforos, consegue “10, 20 reais rapidinho”.

Identities e sexualidades

“... você disse que nós somos mendigo, eu não sou mendigo, (...) eu sou encharcador”. Luis era negro, em torno de 30 anos, magro, os dentes da frente recortados por cáries, de bermuda, duas camisas sobrepostas, sem banho, sem calçados e bastante alcoolizado. Um segurança havia pedido que saíssemos da frente do museu do Pátio do Colégio para o lançamento do Natal Iluminado pelo prefeito e dezenas de servidores públicos que chegavam enquanto escurecia. Enquanto conversávamos com seu amigo Carlos, Luis se afastou quatro vezes para abordar pessoas que passavam pelo local, conseguindo um real de um homem de terno de meia idade e mais algum dinheiro de outra pessoa que passava pela calçada. Ao ser questionado sobre seu futuro, respondeu: “não tem futuro”, dizendo que sua vida era “assim... no mundo!”, mas ficou emocionado ao lembrar-se do Rio de Janeiro, de São Cristovão, da mãe, dos irmãos e da filha que deixara por lá. O deixamos no auge do evento, com o acendimento das luzes e muitos fogos de artifício no terraço do primeiro prédio da rua Boa vista ⁴⁵.

No sistema de representações da população de rua, raramente alguém se identifica como mendigo, mas conseguem identificar o mendigo no outro. Ser mendigo significa ser passivo e incapaz de ganhar o próprio dinheiro. O achaque ⁴⁶, palavra de origem de conceitos correlatos como a autoreferência de “encharcador” do sujeito entrevistado, torna-se neste caso, uma arte que requer a habilidade de

⁴⁵ Relatório de campo – Pátio do Colégio 07.12.07.

⁴⁶ Achacar, acharcar – pedir dinheiro, roupa ou comida (VIEIRA et al, 2004). O Novo Dicionário da Língua Portuguesa traz o verbete *achacar* como extorquir dinheiro de. Este tipo de estratégia costuma ser referida também como “171”, numa referência ao código penal. Este artigo, que trata do crime de estelionato, se refere em seu caput a “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento”.

identificar as pessoas que serão abordadas e pela forma de abordá-las. Existem inúmeros artifícios para conseguir dinheiro de alguém, mas nem todos possuem esta habilidade. Enquanto assistíamos, Luis demonstrava a eficiência de seus métodos. Ele interagiu conosco, reagindo diante das perguntas: “tá me investigando? ...não vai me investigar não!”, mas falava espontaneamente que usava drogas e bebida, ressaltando as diferenças entre a “rocha” branca e a amarela, se referindo ao crack. Ele selecionava os assuntos sobre os quais queria conversar. Diante de uma pergunta sobre seu futuro, mostrou dificuldade de entender de qual futuro estávamos falando, mas falou de um possível retorno ao Rio de Janeiro, São Cristóvão, à mãe, à filha, demonstrando ternura e saudades no desejo de voltar lá. Havia conhecido várias cidades do país e perguntou se eu conhecia alguma delas. Implicitamente havia uma espécie de prova para avaliar se lhe era conveniente continuar o diálogo. Quando comentei que ele conhecia o Brasil todo, ele notou excesso no elogio e retrucou: “o Brasil todo, ninguém conhece!”.

A expressão da identidade se dá no entrecruzamento de suas memórias com as percepções do presente. GOFFMAN, diferencia “linguagem de comportamento informal ou de bastidores” de uma outra, “para ocasiões em que uma representação está sendo exibida”.

“A linguagem dos bastidores consiste no emprego recíproco do primeiro nome, nas decisões tomadas em comum, na irreverência, francas observações de ordem sexual, queixas minuciosas, fumar, trajes comuns grosseiros, postura “desleixada” no sentar e estar de pé, uso de linguagem dialetal ou abaixo do padrão, resmungos e gritos, agressividade e “caçoadas” jocosas, desconsideração pelos outros em atos de pouca importância mas potencialmente simbólicos, atitudes físicas menos importantes como zumbidos, assobios, mascar goma, dentadas, arrotos e flatulência. A linguagem do comportamento na região da fachada pode ser considerada como a ausência (e, de certa forma, o oposto) disto” (1975, p. 120).

Neste sentido, fachada “é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (p. 29). Ainda segundo Goffman, “é conveniente dividir os estímulos

que formam a fachada pessoal em “aparência” e “maneira”, de acordo com a função exercida pela informação que esses estímulos transmitem. Pode-se chamar de “aparência” aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator” (p. 31).

Do ponto de vista da psicologia social, CIAMPA (2001), fez um estudo longitudinal, analisando os processos transformadores da identidade de Severina, uma moradora de rua que passou por estágios com identidades bem delineadas até se tornar uma monja budista. Como acontece com o Severino no poema de João Cabral de Melo Neto, o seu sujeito vive vários personagens em transformação permanente no percurso de construção da identidade.

Nos limites da desclassificação social e pobreza, o que costuma ser referenciado recorrentemente como rebaixamento da auto estima e degradação social se confundem com estereótipos históricos do escravo ao trabalhador desqualificado. A condição individual de desvinculação seja como filho, cônjuge ou qualquer outra relação de pertencimento se transfere para a sua expressão e passa a definir a *maneira* como é percebido, também remetendo-o a outros estereótipos, conforme as referências do observador.

No caso de Luis, a identidade auto referenciada de “encharcador” se apóia numa imagem fisicamente desgastada pelo uso de álcool e crack. Mesmo considerando que para algumas pessoas estar “embriagado” é condição indispensável para a prática do acharque, ele não se relaciona exclusivamente com a droga, sendo portanto anterior a ela. Como tratamos na dissertação de mestrado (VARANDA, 2003), o termo *acharcar* se refere ao ato de “pedir alguma coisa de valor a um estranho, ou à estratégia de consegui-la através da simulação de uma situação de necessidade mais comovente do que a situação real em que o indivíduo se encontra. Este recurso é visto ora como qualidade, como uma capacidade que nem todos desenvolveram e que poucos conseguem usar com maestria e ora como uma atitude vergonhosa, reprovada pelos colegas. (...) Esta é uma das formas de se conseguir dinheiro sem a correspondente contrapartida de um produto ou serviço, dentro do que é considerado lícito segundo referenciais subjetivos do sujeito (...): “quando falta... corre atrás, corre atrás né, chega num bar, conta a situação, um paga, outro ali paga, mas eu nunca acharquei, eu nunca pedi nada a ninguém pra beber, eu digo eu não

quero dinheiro, eu quero que o senhor pague...”. Na mesma entrevista ele explica o que é o *acharque*: “O cara prá conseguir dinheiro na rua? (...) ele passa num posto médico pra pegar o que? pegar receita!. Com aquela receita ele sai, entendeu. Quando é no fim da tarde o cara tá com mais de que quando tá trabalhando. (...) Tem canto que é fácil, tem canto que não é muito fácil não, mas a gente vai indo, vai indo, cada um intera, daqui a pouco ele tá é oh! (...). Enfaixa o braço, chora pro médico. É a única solução... ou é catar latinha (...). Quando é no fim da tarde o cara tá com sessenta, setenta, oitenta conto, aí vai pra maloca”. Diante da pergunta: Você usa estes recursos também? Ele responde: “Só se for o caso de emergência, e minha mulher tiver junto, (...) precisando, ou uma passagem, tudo bem”” (p. 36).

Carlos, amigo de Luis, disse que bebe menos que ele, que nunca usou crack, mas somente pinga, cigarro e maconha. Ao chegar no Pátio do Colégio, nos encontramos primeiro com ele. Sua técnica de achaque era nitidamente menos eficiente naquele momento. Ao me apresentar ele disse que estava há dois dias sem comer e tinha muita fome. Mesmo que eu dissesse que não lhe daria dinheiro, ele continuou conversando, deixando a estratégia do achaque de lado. Considerando o circuito onde nos encontrávamos, onde há distribuição diária de alimentos, a referência a dois dias sem comer é um argumento primário para despertar a piedade do outro. Ele dissera que pedia sem constrangimentos, mas sua postura era diferente em relação ao amigo, demonstrando cumplicidade e certa dependência dele, naquele momento. Luis lhe trouxera comida e lhe dera dinheiro para comprar mais bebida.

Luis demonstrava mais autonomia. Chegou ao local com papelões debaixo do braço e um galão (em torno de 4 litros) envolvido num plástico: “trouxe comida, come aí”. Observei que estava pela metade. Perguntou pela bebida e Carlos respondeu que não tinha. Ele lhe deu algumas moedas e pediu para comprar uma garrafa. Pouco depois Carlos chegou com um saco de pipoca e uma garrafa de 500 ml. Segundo ele, os dois haviam tomado 7 garrafas naquele dia. Carlos fumava maconha sempre que “aparecia oportunidade”, naquele dia já teria fumado dois cigarros “grande assim”, mostrando um tamanho exagerado com as mãos.

No processo de afirmação identitária, o papel da droga assume diferentes conotações, relacionando-se com a obtenção de recursos à sobrevivência, relações de sociabilidade e expressão da sexualidade. Nas relações de amizade, verificamos a

tolerância e valorização da companhia do outro. Neste ajustamento evita-se o confronto direto com as figuras que exercem alguma liderança, demarcando-se posturas diferenciadas dentro do grupo. Os discursos e demonstração de virilidade são enfatizados em estados alterados de consciência. Com a desproporção entre homens e mulheres na rua, as mulheres quando acompanhadas geralmente se vinculam a homens mais viris ou que exercem liderança em seus grupos, e tem a capacidade de oferecer alguma proteção no contexto da rua. Quem dorme em albergue também utiliza a rua para o sexo: “...na rua, de dia, faz uma camaninha (sic), a noite também, as vezes nem vai dormir no albergue pra fazer sexo na rua, é assim que funciona, assim sim”.

O sexo fora da rua e com pessoas que não estão em situação de rua também é referido: “a pessoa, ela arruma dinheiro, tem namorada, vai para um hotel, ...barato, tem gente que faz sexo na rua também, entendeu, com lona, faz barraca. Barraco tipo favela aí. Faz sexo na rua, e... outros transa com prostituta mesmo, entendeu. Vai lá e paga. Hoje vou sair com uma mulher! Toma banho, chega no depósito de papelão troca de roupa, tá com um dinheirinho no bolso, vai lá com aquela mulher, usa ela, transa com ela e pronto, sai e volta. (...) Eu, com prostituta já, na rua, na rua mesmo já fiquei também com mulher. Até mulher sem ser de rua. Mas mulher de rua na rua mesmo nunca transei com mulher de rua na rua. Já transei na rua com mulher que não era de rua. No show de rock mesmo que teve no Pacaembu uma vez, eu tava dormindo no final da Alameda Barros, descendo o Pacaembu. Chegou uma menina lá, muito doida, agarrou eu, começou a me beijar, eu disse ah! vião, (sic) fiquei sem força, fiquei sentado, tive que transar com ela, ela queria”.

A homossexualidade é pouco estudada na população de rua, mas é sempre referida como muito presente neste meio, sendo geralmente observada entre homens. Conhecemos uma dupla de mulheres que moravam juntas em uma ocupação, que eram referidas como “sapatinho” e assumidamente viviam esta relação, mas esta situação não é muito comum. Os homossexuais masculinos assumidos costumam ficar próximos uns aos outros, formando grupos dentro das instituições. Roberto afirma: “eu percebo que o homossexual tá na rua também né, só que ele faz o papel bem enrustido, certo, porque tem maloca que ele não pode chegar, certo? ele é bem discriminado né, tem essa discriminação aí... do homossexual, certo, eu tenho esse

ponto aí com o homossexual sabe, de não estar perto da gente né, porque isto não foi trabalhado em mim, eu não trabalhei esse ponto, então eu tenho muito isso”.

Em relação ao uso de álcool e drogas, observamos a funcionalidade da alteração de consciência na vivência e expressão da sexualidade como um recurso de contraposição a posicionamentos morais e culturais conflitantes na esfera subjetiva e contexto familiar de origem. Vinício afirma: “quando a gente bebe fica mais fácil pegar mulher” (...) “quando tá bêbado dorme com qualquer maloqueira (...) até com homem tem gente que vai”.

Rogério dormia com o companheiro num colchão de casal sob o viaduto e não sofria nenhum constrangimento por parte dos amigos da maloca, mas no seu caso, levou vários anos para conquistar esta liberdade e sentir-se à vontade com este comportamento. Quando sóbrio, ocultava esta preferência sexual investia um esforço considerável para reatar o contato com os filhos e com a ex-mulher. Milton passava meses sem beber. Como é jovem, forte, inteligente e muito sociável, não lhe é difícil conseguir trabalho, mas é difícil explicar porque volta à bebida e perde as oportunidades de renda, e conseqüentemente os locais que aluga quando está trabalhando. Quando alcoolizado é violento e assustador, desempenhando um papel oposto à avidez por carinho e atenção no contato com alguns amigos. Francisco, fala das práticas homossexuais que ele não aceita, mas “não resiste”. Diz que começou na infância, quando um rapaz mais velho, o iniciou no sexo com homens. Saiu de casa para trabalhar, teve experiências sexuais com homens e mulheres, mas depois que voltou, dormiu com um amigo, que contou para outras pessoas, dificultando a sua permanência na cidade de origem. A coragem para as brigas e demonstrações de masculinidade que a bebida lhe trazia, também trazia sérios danos à saúde. A referência à bissexualidade apareceu em relatos confidenciais, quando tivemos a oportunidade fazer abordagens terapêuticas de alguns moradores de rua. Nestes casos, o desejo e a obtenção de prazer com a relação homossexual eram considerados problemas suficientes para que o sujeito procurasse ocultar esse lado de sua sexualidade.

Os relatos das pessoas costumam revelar os conflitos perceptíveis e aceitos no contexto das moralidades impregnadas em suas condutas e relações sociais, mas na medida em que expõem sua intimidade, encontramos conflitos internos que podem

estar relacionados ao uso de bebidas e drogas. Paulo, 25, por exemplo, nos falou de um pai extremamente religioso que o expulsou de casa porque “transou com a namorada antes do casamento”. Raros são os jovens desta idade, no contexto urbano, que se abstém do sexo, mas ele abomina o próprio desejo e adicionalmente demoniza o uso descontrolado do crack, que por sinal, é comprado com o dinheiro que ele e um amigo conseguem trabalhando em transportadoras ou tomando conta de carros nas imediações da Praça da Sé. Depois de 3 meses na situação de rua, ainda sem saber como resgatar o status de perfeição evangélica perdido, ou temido, ele afirmava: “A brecha para o demônio é a fornicação”.

A demonização do crack, largamente difundido pelo seu baixo custo e efeito contundente, pode, entretanto, ser compreendida de uma forma mais realista a partir de conjunções específicas e determinantes das relações sociais e de poder, permitindo a necessária complexificação do fenômeno para que possamos percebê-lo para além das visões unilaterais no microcosmo cotidiano das pessoas. Em relação à bebida, também ocorre uma personificação de um mal social invisível na sua relação com os bebedores, mas com a bebida é mais perceptível a função “confortante” e apaziguadora de conflitos originados no ambiente doméstico devido à inabilidade para se lidar com manifestações da sexualidade e na reconfiguração dos costumes familiares que foram inadequados enquanto processos educativos.

4 OS CIRCUITOS DA RUA

Um grupo de nove pessoas compartilhavam uma garrafa de pinga, uns sentados numa mureta de meio metro de altura e outros no chão. Pedro estava de cabelo cortado e barba feita: trabalho dos Franciscanos da Toca de Assis que haviam passado no local na noite anterior. Rogério enxugava as lágrimas dos olhos, havia voltado para a rua depois de um tempo com a mulher e os filhos de dezoito e dezenove anos, que moram em Santo André. Amilton relatava o recente despejo do quarto na Rua São Paulo onde morava, devido a brigas com sua mulher que naquele momento dividia a atenção entre o companheiro e outros a quem demonstrava nítida simpatia. Outro grupo de três homens, próximos aos seus colchões numa pequena ilha que dividia a ruela em duas, se referiram ao agravamento da doença de um deles, uma tuberculose recorrente, cujo tratamento havia sido interrompido mais uma vez: ele estava muito mal e bebendo, “colocando sangue direto”. Uma mulher na maloca a uns dez metros à frente, cuidando do fogareiro, panelas, latas, caixas e sacolas. Outro grupo de umas 10 pessoas do outro lado da rua foram os primeiros a receber as doações de um Van que estacionou ali. Roberto veio da outra extremidade do viaduto, passou perto de nós e foi direto até a fila de doações retornando com uma caixa de roupas ⁴⁷.

Este local situa-se sob dois vãos do complexo de rampas e vias elevadas paralelas que interligam a zona leste à zona oeste na área central da cidade, conhecido como viaduto do Glicério. O primeiro vão do viaduto, com aproximadamente 45 x 45 metros é delimitado numa extremidade por uma parede de concreto em toda a sua largura. O muro de arrimo de uma lateral começa na altura do viaduto e abaixa até o nível do solo, já no final do segundo vão, deixando-o mais claro e ventilado. O canto mais escuro, quase totalmente coberto, tem menor

---

⁴⁷ Relatório de campo – Baixada do Glicério 06.06.07.

circulação de pessoas e também serve como sanitário público, vez por outra, lavado pelos carros pipa da prefeitura. A limpeza é utilizada justamente para evitar a propagação de malocas e a utilização do local para a separação de materiais recicláveis pelos catadores.

As malocas ficam nas áreas mais claras. Algumas circundando as colunas onde há maior proteção contra a chuva e ventos e outras sob lâmpadas que iluminam alguns pontos à noite. Exceto pelas largas calçadas que margeiam as ruas laterais e a alça que interliga os dois lados da parte baixa do viaduto, o solo é pavimentado com asfalto, servindo de estacionamento para táxis de um lado desta ruela e dando acesso aos outros três vãos subseqüentes, do outro lado.

Um grande portão gradeado se abre para um pátio contornado por cozinha, salas e banheiros comunitários da ONG AMRMC, conveniada com a prefeitura, que presta atendimento diurno a moradores de rua. O local também é utilizado uma noite da semana por um grupo espírita AME que distribui lanches e eventualmente cestas básicas para famílias do entorno. Outra distribuição de lanches é feita aos domingos após um culto evangélico realizado por um grupo de Igreja Presbiteriana Coreana. Em outros dias da semana, há distribuição de alimentos nas ruas próximas por grupos que circulam pela cidade e eventualmente passam pelo local.

As pessoas do grupo observado também utilizam eventualmente os serviços de outras ONGs da vizinhança, que por sua vez desenvolvem programas sócio-educativos, oficinas de trabalho, moradias coletivas, albergamento, organização da coletiva seletiva de materiais recicláveis e prestam serviços de higiene e alimentação. Os programas que requerem assiduidade e a abstinência de seus freqüentadores são utilizados por grupos específicos. Grupos reduzidos de usuários almoçam nestas organizações, mediante a contrapartida de prestação de pequenos serviços e compromisso de não utilização de álcool ou drogas, o que os tornam moradores, no caso de albergues, ou membros das “comunidades” constituídas dentro das instituições diurnas. A distribuição de lanches e outros serviços abertos a todos os freqüentadores, como sanitários, banheiros e lavagem de roupas beneficiam centenas de pessoas diariamente em cada instituição.

Apesar dos dois primeiros vãos do Viaduto do Glicério serem separados apenas pelas colunas que sustentam as quatro vias do complexo viário, os “fundos” é

considerado pelos usuários de bebidas alcoólicas uma área mais perigosa devido à presença de usuários de crack e batidas policiais freqüentes. A territorialização entre grupos que se distinguem pelo uso de álcool ou drogas é bastante dinâmica, pois os grupos e localização das malocas se reconfiguram eventualmente com mudanças das relações vinculares e da intensidade destes vínculos.

A maloca com utensílios de cozinha oferece mais segurança à sua moradora, que dorme sozinha entre caixotes e panos, há alguns metros do portão da instituição. Observam que ali ninguém “mexe com ela”, se mexer, “ela grita”. A vulnerabilidade faz com que use estratégias de defesa. Ela acampa perto do portão, e fica do lado de fora, porém encostada a um dos lados do local onde fica o vigia noturno da instituição. O vigia está protegido pelos portões e tem acesso ao telefone público no pátio da instituição. Apesar de violência como brigas freqüentes e cobranças do tráfico que já resultou em assassinatos no local, diferentes grupos convivem com códigos de respeito comuns.

Os locais onde dormem podem ser tipificados pela precariedade e pela institucionalização, gerando assim pelo menos quatro categorias:

1 – Vagas fixas nos albergues que dão direito aos serviços de higiene, guarda de volumes e documentos, prestação de serviços assistenciais, café da manhã e alimentação noturna. Idosos e portadores de problemas de saúde podem ocupar vagas de 24 horas, restritas a uma fração da capacidade do albergue por questões orçamentárias. A institucionalização redundando em inconvenientes como as regras, que tolhem o sujeito na sua individualidade. O atendimento massivo implica na perda da privacidade. Por outro lado, oferecem segurança e a possibilidade de socialização, numa *communitas* possível.

2 – As vagas de pernoite respondem às flutuações da demanda dos albergues e tem um custo per capita menor, já que não existe vínculo, nem a obrigatoriedade da instituição em prestar os mesmos serviços destinados aos usuários assíduos. Além dos inconvenientes do serviço institucionalizado, o sujeito não tem garantia da vaga, o que gera longas filas nas portas das instituições. Serve como triagem para a conquista de uma vaga permanente e multiplicam-se para além da capacidade de cada instituição quando a temperatura cai abaixo de 10 °C, por força da Lei municipal 12.316-97.

3 – As habitações precárias incluem uma variedade de soluções como cortiços, quartos em pensões onde dormem até 6 pessoas, acampamentos em terrenos abandonados, favelas, depósitos de materiais recicláveis e oficinas. Existe uma interseção com as formas de moradia de pessoas vinculadas aos movimentos sociais dos sem-teto, mas no caso de pessoas não vinculadas a estes movimentos não há estabilidade na moradia e geralmente o acesso a água e luz é restrito ou inexistente.

4 – A rua também inclui soluções como acampamentos, buracos sob pontes e viadutos, imóveis desabitados e marquises. As malocas surgem e desaparecem de um dia para outro em função das forças repressivas, que impedem que elas se transformem em barracos e constituam favelas, mas dentro desta temporalidade alguns grupos de pessoas ocupam os mesmos lugares há dezenas de anos, às vezes apenas alternando lugares vizinhos.

A ação do “rapa”, como testemunhamos na visita de 17.10.06, revela a natureza das ações higienizadoras. Um caminhão da prefeitura, escoltado pela Guarda Civil metropolitana, passou pelas malocas recolhendo todas as roupas, cobertores, colchões e pertences dos moradores de rua. No momento havia quatro pessoas usando o local: Pedro, Jorge, Orlando e um quarto homem. Pouparam a área ao lado do portão da instituição social, onde outras pessoas dormiam. Orlando segurava um cobertor debaixo de um braço e uma garrafa de pinga de 600 ml na outra mão: “eu disse pra eles: esse cobertor é meu, esse não vai levar não”, entretanto lamentava o fato de ter ficado sem colchão: “eu com a minha doença, vou ter que achar papelão pra colocar aí”. Pedro ficou com uma bolsa a tiracolo, estava cabisbaixo e não falava nada. Jorge, de bermuda e uma blusa de moletom fino, permanecia sentado no chão. Falava consigo mesmo, se perguntando como ia dormir sem o seu colchão e o seu cobertor. Voltou a deitar-se na calçada sem nenhuma forração e nenhum cobertor, a uma temperatura de aproximadamente 15°C. A bebida lhe ajudaria a driblar a sensação térmica. Outros como o José Luis e o Milton, se aproximaram sem ter o que fazer, enquanto o Orlando saiu com Pedro para arrumarem papelões para forrarem o chão provisoriamente. O quarto homem falou que havia conseguido uma vaga de pernoite do Albergue Pedroso, se levantou e foi para lá.

As categorizações dos locais de dormida, de trabalho, de convivência e uso de drogas permitem a distinção de diferentes circuitos utilizados simultânea ou alternadamente. A análise de cada um deles remete a tipologias como utilizadas por David SNOW (1998) no estudo de *homeless* nos Estados Unidos e que costumam ser referidas pelo próprio sujeito. De fato algumas pessoas se encontram na mesma situação há mais de dez anos, mas por outro lado nos deparamos com o risco de caracterização de pessoas com modelos comportamentais que não resistem a análises longitudinais reveladoras de uma dinâmica de transformação permanente.

Marcelo, 35 anos, com quem encontramos em 23.08.06, apresentou um visão da rua como um observador atento que circula por todos estes circuitos. Relatou que não faz uso de bebidas nem drogas, que este é um problema dos moradores de rua “destruídos”, apresentando uma visão crítica da rua e dos elementos que atuam neste cenário. Aparentava uns 90 kg, branco, cabelo e barba aparados, bermuda, sandálias de caminhada e uma grande mochila nas costas. Durante os 30 minutos que conversamos, ele permaneceu em pé, com a mochila, sem demonstrar nenhum incômodo. Apresentou-se como trecheiro, pessoa que usa os serviços da rede de assistência social, mas não se fixa no meio urbano por muito tempo, exceto quando encontra uma fonte de renda, que utiliza temporariamente. Os trecheiros circulam com informações sobre lugares, pessoas e experiências diferentes. Marcelo falou de suas andanças em várias cidades, inclusive da dificuldade de trabalho e facilidades de ajuda: estava de passagem e aguardava o horário para procurar por uma vaga para passar a noite no “albergue do Glicério” e na manhã seguinte seguir para a Rodovia Régis Bittencourt em direção a Curitiba. Na sua avaliação, compara os diferentes tipos de usuários, os serviços oferecidos, a disponibilidade e capacidade técnica dos profissionais: um albergue que conheceu na Argentina é “o melhor”. Marcelo identifica os moradores de rua que vivem no meio urbano, como “pardais”, como também identifica VIEIRA (1999). Diz que não agüenta ficar muito tempo em São Paulo e mencionou outras cidades do interior, como o circuito da soja em Mato Grosso e Goiás, onde o desemprego é alto e tem um grande excedente de trabalhadores morando nas ruas: “...é difícil até de encontrar um lugar para estender o colchão, tem morador de rua amontoado para tudo quanto é lado”. Neste caso particular, atribuiu o fenômeno ao excesso de produção e barateamento da soja. Fala

sobre o “trecho” e cita um novo tipo de moradores de rua: pessoas que “caíram” na rua depois de perderem tudo no jogo do bicho.

Apresentamos a seguir alguns personagens do cenário que abre este capítulo cruzando relatos obtidos em visitas realizadas ao longo do segundo semestre de 2006, focalizando a interface com as instituições assistenciais, o uso abusivo, o trabalho e as relações de sociabilidade entre eles, que serão objeto das análises posteriores.

Daniel, usuário de bebidas alcoólicas “desde os treze anos” se refere a termos como “alcoólatra” e “dependência química”. Depois de mais de dois meses abstinente, o encontramos alcoolizado numa roda de pinga próxima à maloca onde dorme: “vamos ali na minha residência oficial”, se referindo ao local mais próximo à coluna do viaduto. Ele me ofereceu um lugar para sentar sobre um pedaço de carpete amarrotado estendido sobre o chão, com um cobertor embolado num canto. Havia pelo menos três espaços para dormir, com um fogareiro improvisado ao lado. O companheiro de maloca e amigo de muitos anos estava sóbrio e separava materiais da coleta que havia feito naquela manhã. Na apresentação da entrevista ele fala o nome, o registro de identidade e salienta: “o RG não está aqui comigo, mas eu tenho RG...”. Na semana seguinte, encontramos somente Daniel no meio de cobertores que cobriam um fino colchão sobre a calçada. Enquanto conversava ao lado dele, um carro que passava a um metro de distância jogou um jato de água em nós, ao passar sobre uma poça mais próxima. Em várias visitas observamos o local molhado pela água dos caminhões pipa usada para lavar o viaduto: “para não deixar as malocas”, segundo ele. Neste dia, apareceu um grupo de quatro jovens que vieram do fundo do viaduto e se sentaram no canto, atrás de Daniel. Ele não se virou em nenhum momento para encará-los, mas acompanhava todo o movimento deles com o canto dos olhos. Disse que “eram lá de cima”, uma rua conhecida pelos pontos de distribuição e uso de crack. Acenderam um cigarro e em seguida passou uma viatura policial bem devagar. O policial que a dirigia fixou o olhar neles, continuando a guiar lentamente até dobrar a esquina. Poucos minutos depois eles se levantaram e voltaram para o fundo do viaduto. Segundo Daniel a polícia “voltaria” e se eles ainda estivessem ali..., se referindo a alguma possível ação mais truculenta. “Eles [a polícia] sabem que só eu o e véio estamos aqui”. Disse que havia passado frio na

noite anterior, mas o amigo trouxera cobertores. Reclamou da artrose do joelho que o impede de longas caminhadas e da hepatite B. Estava há “oito dias sem beber” mas estava “fraco” e se “alimentando mal”. Naquele dia não iria entrar na “associação” porque não conseguiria comer. Nos dias anteriores ficara muito mal e pediu para chamarem o resgate que o levou ao hospital ⁴⁸, onde passou alguns dias internado.

José Luis também dormia ali, mas tinha expectativas de morar num quarto alugado por uma instituição social em troca da prestação de alguns serviços, programa este que já havia utilizado outras vezes. Mostrou uma tatuagem no braço com o verdadeiro nome, pelo qual, poucas pessoas o conhecem. Os documentos: registro de identidade, carteira profissional e uma certidão isentando-o de pendências judiciais eram recentes, de menos de um ano. Entre os documentos mais antigos, estavam os referentes ao tratamento de HIV, desde 2004, junto a duas caixas de medicamentos.

Alexandre estava morando num terreno baldio. Como tem um quarto, sem luz elétrica, mas com água, não se importa de não receber pelo trabalho de segurança do local contra invasões de terceiros. Mantinha estreitas relações com as pessoas das malocas do entorno e trabalhava com a coleta de materiais recicláveis. Ele estipulou um horário propício para encontrá-lo no local: terça, às 10:00 h. O encontrei em vários outros horários, mas a sua sugestão se devia a uma rotina que o ajudava a se organizar. Trabalhava na coleta de materiais desde o amanhecer do dia e neste horário já poderia me receber. Na maioria das vezes que nos encontramos ele estava na rua conversando com outras pessoas ou separando o material coletado. Circula entre os pontos de coleta, as malocas e o depósito da Rua Teixeira Leite. O comportamento agressivo no passado, quando relatava uso de drogas, passou a inviabilizar o seu acesso a instituições assistenciais, dificultando o seu acesso a serviços que distribuem alimentação à população de rua. Nos seus relatos, se orgulha de cuidar de sua vida sem a intervenção das instituições, mas em outras vezes expressa a dificuldade em conseguir um lugar para tomar banho quente nos dias frios e a falta de uma alimentação regular e balanceada. Pudemos observá-lo algumas vezes preparando a própria comida ou comprando lanches na rua. Relata boas

---

⁴⁸ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU atende a solicitações para o traslado a hospitais públicos.

relações com os grupos que fazem doações na rua ou que prestam atendimento semanal, como o “Café dos coreanos” da Igreja Presbiteriana Coreana, para o qual presta serviços eventuais mediante ajuda de custo, em torno de 10 reais, pela limpeza dos banheiros após as atividades de domingo. Numa das visitas, convidou para tomar o café que ele mesmo havia feito no local onde mora, protegido por um grande portão de ferro trancado com cadeado. Falou das dificuldades para banho quente no período de inverno e alimentação, considerando principalmente a proibição do seu acesso a instituições sociais. Encontrava-se em um tratamento de saúde que requeria cuidados especiais: “tá tudo abandonado..., não tenho condição financeira para suprir a necessidade... da minha doença, por assim dizer. (...) Trabalho na reciclagem (...) minha carroça é pequena. Se trabalhar um dia, o máximo é 20 reais, isto se eu trabalhar. Quando ganho esta quantia, faço economia. (...) Pego coisas na rua pra sobreviver..., um marmitex, ...pão”. Quanto ao uso dos serviços de albergues e casas de convivência, complementa: “Não uso, ... gostaria, não me dão a chance. Acho que tem que conversar com o CAPE. Agora que eu preciso..., se eu tivesse o encaminhamento, ... banho e almoço já me sustentaria”.

Enquanto eu aguardava Pedro, morador de uma das malocas do Glicério, para uma entrevista agendada, ele estava procurando um lugar para tomar banho. Havia ido com um amigo até o albergue mais próximo e retornou sem conseguir o banho, porque não tinha o “encaminhamento do CAPE” e porque a lotação do núcleo de serviços do albergue teria esgotado: “Aí a gente perguntou (...): “Olha, a gente tá querendo tomar um banho, tem jeito?” O cara falou: “*Só com ordem do Cape*” (...); entra vinte pessoas com encaminhamento do CAPE. Mais trinta pessoas lá com documento, assim. Quer dizer que se a gente estiver sem documento não entra então?”. Ele também comentou sobre as dificuldades para tomar banho em uma “casa de convivência” mais distante, onde costuma ir, com uma caminhada de meia hora: “Complicado lá, porque [para] tomar dez minutos de banho, você tem que falar um monte pra nego lá. Não pode baixar a orelha, se você der uma de coitadinho lá..., o cara te arranca do chuveiro, (...) os caras mesmo que é usuário. (...) É muita gente. Muita gente. (...) [São] quatro banheiros. Até um dia eu fui lá e (...) ele falou: “- *Ah, mas, cê não veio aqui pra tomar banho?*” Falei: “- *Tomar banho, tomar banho aonde?*” (...) Eu falei pra ele: “-*Banho de..., banho de três minutos é banho pra*

você? Na sua casa você leva..., cê leva quanto tempo embaixo do chuveiro? Três minutos?” Ele falou: “- *É Pedro, o problema é que é muita gente, né meu?*” Falei: “- *Ah, mas que é isso, meu? Muita gente não, é muitos albergados aqui, (...) é uma casa de convivência pra albergados, não pra povo de rua*”. Falei pra ele. Ele não gostou muito não, mas eu falei pra ele, eu falo mesmo. Tá errado”.

Na sua entrevista, ele também falou de facilidades e ajuda das organizações sociais, de sua passagem pelo cortiço e uma “ocupação” dos “sem-teto”, que ele deixou porque havia traficantes no local cobrando 50 reais para deixar ele lá. Ao comentar sobre as doenças e tratamentos na rua, exemplificou sobre o contágio e disseminação da tuberculose: “foi há uns quatro anos atrás assim, que eu contraí. E inclusive eu acho que foi assim, de uma pessoa que bebia muito e tinha o problema (...). Era no Pátio do Colégio. Então, como a gente convivia muito assim junto, eu e (...), enfim, é uns oito, e tinha um rapaz chamado Nelson que ele tava, que ele tava feio. Então como a gente participava todo mundo da mesma garrafa, sem um copo, sem nada, então eu calculo que peguei dele (...). Por causa que ele tossia, ele não conseguia dormir a noite de tanto tossir; e o catarro dele era amarelo, igualzinho o meu quando eu tava com o problema. (...) Aí eu perguntei pra ele se ele tava com problema assim, de tuberculose, e ele falou: “- *Ah, eu num sei, eu num sei, só sei que eu tô emagrecendo, tô...*” Aí eu acho que, ele tava. (...) Eu só sei que eu, eu contraí dele lá, viu? Tenho certeza que foi dele! E o véio contraiu depois foi de mim. (...) Pegou meu, mas eu encaminhei lá pra Campos do Jordão”. Ele relata que veio de Sorocaba, onde estava com parentes, quando soube que o amigo estava doente para ajudá-lo nos encaminhamentos a ambulatórios e hospitais.

Por ocasião da pesquisa conduzida pela Faculdade de Saúde Pública sobre a tuberculose com a população de rua, da qual também participamos, entramos em contato com Rômulo, com diagnóstico positivo da doença. Ele foi localizado por Pedro que o conhecia do Mercado Municipal. Inicialmente entramos em contato com ele num albergue da zona Norte, mas como freqüentava a região do Glicério, ele concordou com a entrevista agendada para a qual veio com roupas limpas e barba feita. Trabalha em São Paulo há muitos anos e já experimentou regressar a cidade de origem, mas lá o trabalho é mais difícil e o ganho reduzido. Com o uso da bebida “de vez em quando bebe e não vai ao trabalho”. Pequenas feridas que apresenta na

sobrancelha e ao lado do olho esquerdo, que ainda não estão completamente cicatrizadas, teriam sido por causa da bebida. “Foi pingaiada, dormi lá mesmo, quando acordei estava deste jeito e com sangue aqui na camisa... não lembro... acho que passei no rosto e ficou com sangue”. Fala que já saiu do albergue por causa da *pingaiada* e passou um tempo dormindo na rua, mas isto foi antes deste último acidente: “...quando acordei estava mal, fui para o Anhangabaú e fiquei lá o dia todo”. Quanto às drogas afirma que nunca usou: “nunca usei maconha, nem este negócio de crack... sou viciado só em cigarro, de manhã já tenho que fumar... essa tosse é por causa do cigarro”. Também mostrou a cicatriz na metade da perna esquerda. Relata que estava na Praça da Sé e havia uns cachorros brigando que se aproximaram dele. Quando se afastou bruscamente, bateu num banco, e um prego perfurou sua perna. Como se falasse de uma seqüela afirma: “não posso tomar a vacina de tétano por dez anos”. Resume sua situação dizendo que não teve outro problema de saúde a não ser este.

Os problemas de saúde podem conduzir o sujeito por sua própria iniciativa ou pela ajuda de outras pessoas a uma rede de solidariedade e assistência à saúde que mesmo insuficiente e desarticulada, oferece uma extensa gama de alternativas. As próprias malocas oferecem a proteção de grupos com os quais o indivíduo percebe afinidades. Em relação ao problema do uso abusivo de álcool e drogas, diversos grupos de solidariedade com alguma orientação religiosa oferecem locais de recuperação. Geralmente são sítios distantes do centro da cidade, com boas acomodações e possibilidades de trabalho artesanal ou na área rural. A perspectiva terapêutica e laborterapia em particular se mesclam a rituais religiosos disciplinadores de acordo com o relato de pessoas que passaram por estes locais.

Não existe um mapeamento preciso destas organizações e o acesso a elas nem sempre é fácil devido à falta de vagas e pontos de contato. Muitos moradores de rua expressam a vontade de utilizar estes locais temporariamente como alternativa à vida nas ruas e para recuperarem a saúde debilitada pela situação de rua, mas não necessariamente para abandonarem o uso de bebidas alcoólicas ou drogas. O abandono deste uso pode ser visto como uma condição e aceito temporariamente, o que não significa que o sujeito se motive a tratar do uso como uma questão de saúde. Como o recorte populacional desta pesquisa não inclui uma amostra significativa das

peessoas que passaram por este tipo de tratamento, cabe ressaltar que não estamos discutindo a sua eficácia, mas tão somente percebendo-o no circuito de moradores de rua que continuam a fazer uso de drogas. Tais recursos não esgotam a demanda e nem atendem as necessidades de todos que a procuram, mas são referidos positivamente e de qualquer forma são experiências que contribuem para esclarecimentos da situação e desenvolvimento do autocontrole que reproduzem em suas falas e comportamentos.

No âmbito da municipalidade, os hospitais públicos, as unidades de saúde e clínicas escola são utilizadas permanentemente por algumas pessoas e raramente por outras, mas se limitam a alguns serviços públicos que adotam procedimentos acolhedores. Pesquisas recentes, como a pesquisa da tuberculose acima citada, indicam as lacunas existentes entre a população de rua e a rede pública de saúde.

As formas de obtenção de renda apontam para outros circuitos que não são exclusivos da população de rua, mas por onde transitam rotineiramente. Os usuários de albergues e moradias provisórias estão mais propensos a conseguir trabalhos estáveis, mas as pessoas que vivem literalmente nas ruas raramente têm algum vínculo de trabalho permanentemente. Considerando nosso recorte populacional, encontramos carregadores do transporte de cargas terceirizado, carregadores do mercado municipal e da zona cerealista, ajudantes de feiras livres, artesãos, guardadores de carros e catadores de materiais recicláveis. O trabalho com a coleta seletiva aglutina moradores de rua através de cooperativas e associações de catadores, mas estas organizações geralmente atraem trabalhadores que tem famílias e locais de moradia permanentes. São atrativas aos catadores avulsos que vivem nas ruas pelo suporte social oferecido, mas eles contam com os depósitos particulares espalhados pela área central que são mais flexíveis quanto ao uso de bebidas e drogas e sem as regras institucionais dos grupos organizados coletivamente.

Atividades como a guarda ou distribuição de drogas se configuram como pequenos serviços prestados a traficantes ou usuários de drogas, às vezes em troca da participação no consumo da droga. O tráfico não emprega moradores de rua diretamente, mas ao contrário, alguns moradores de rua justificaram a situação de rua por que se transformaram em consumidores ou porque estavam tentando deixar este circuito. Rodrigo, por exemplo, se dizia consumidor de maconha e estava na rua

porque não queria se envolver novamente com a criminalidade, onde tinha muitos contatos. Depois que deixou a rua, outras pessoas que o conheciam informaram sua reaproximação com o tráfico, o que teria resultado no seu assassinato, meses depois.

Outro circuito profissional que se aproxima da rua é o da prostituição. A prostituição encontrada na rua se diferencia do circuito de profissionais do sexo, uma vez que não é praticada regularmente, mas eventualmente e em troca de pequenas quantias. Oziel relatou que sabia da frequência de colegas a uma casa de homossexuais e aceitou um convite deles, mas se sentiu incomodado com a experiência de manter relações sexuais com outro homem e não pretendia repeti-la. Odilene falava de seus parceiros sexuais como conquistas qualificando suas performances, mas de alguns recebia dinheiro. Num ambiente predominantemente masculino, as mulheres consideradas “viciadas” tem acesso a bebida ou drogas através de sexo, entretanto elas geralmente tem um companheiro fixo.

A completa caracterização destes circuitos envolveria outros procedimentos de pesquisa e foge ao escopo desta investigação e análise. Propomos-nos, entretanto a caracterizá-los a partir das relações e dinâmicas que os permeiam indistintamente como apresentamos a seguir.

Códigos e princípios

“...ele veio entrar em conflito comigo porque eu assumi o lugar dele, (...) ele já tinha se separado de mim, só que nossa amizade não tinha ainda sido cortada, e nem foi cortada, ele não existe mais, ele foi assassinado com 25 anos mais ou menos e nossa amizade continuou até o último dia de vida dele. Nós não cortamos nossa amizade porque era muito grande. No mundo das drogas, do álcool eu não sei, porque não tenho muita aproximação do álcool, mas das drogas, das drogas mesmo, da droga pesada, que é a cocaína e o crack e outras drogas pesadas, tem um código, ...porque um tem que respeitar o outro, ... porque senão a punição vem de imediato. Porque o veneno é grande e cada um sabe o veneno que o outro tem, então tem que ter o respeito pelo outro. Igual o sistema prisional, dentro de uma cadeia um tem que respeitar o outro. Tem que

ter um código de respeito se não você tem a cabeça decapitada e na rua quem usa droga e quem rouba também tem que ter o respeito pelo outro”⁴⁹.

O jogo da vida no mundo das drogas é um jogo de poder: “cada um sabe o veneno que o outro tem”. É preciso de regras e cada lance é decisivo. O sujeito traz para o microcosmo do universo pessoal o poder de potencializar seus recursos e se estimular para “zoar”, abstendo-se das censuras morais que já tenha internalizado. A droga permite romper com as amarras das limitações pessoais para que ele possa utilizar o lado mais vigoroso de si mesmo. O sujeito em questão aprendeu a violência com o pai, vivendo numa comunidade onde a virilidade era demonstrada através do porte de arma. A droga permitia silenciar dentro de si, a voz de uma mãe internalizada, que era “uma santa”. Neste mundo, todos participam do mesmo jogo, todos se empoderam, todos tem seus próprios recursos e a primeira regra é reconhecer o poder do outro antes de manifestar o próprio poder.

Reconhecer o outro e ser reconhecido garante todavia o retorno à sua humanidade. A amizade estabelecida atesta um reconhecimento que vai além do respeito do outro pelo poder que ele adquire, mas pelo que ele é e sempre foi, com ou sem a droga. A amizade relatada neste caso é anterior ao uso da droga e foi suficientemente forte para nortear esta fase da sua vida. O amigo lhe ofereceu um emprego com um salário melhor e depois de estar no emprego descobriu que o amigo lhe atribuíra a função de receptor da maconha que negociava. Foi o amigo que o iniciou no uso das drogas, abrindo-lhe as portas para um universo desconhecido. Observamos que quando o sujeito fala de respeito, está falando de duas coisas distintas: do reconhecimento do “veneno do outro” e reconhecimento do valor “muito grande” que outro tem para ele. O primeiro se relaciona à ameaça que outro representa e determinará códigos desenvolvidos conforme a natureza do grupo.

Entendemos que o aprofundamento dos códigos de convivência pode revelar elementos culturais significativos na constituição de grupos e circuitos da população de rua, que deveria ser objeto de outros estudos. Todavia, procuramos identificar elementos que sustentam estes códigos, e que enquanto princípios são transversais a todos os contextos da nossa investigação. A convivência entre os moradores de rua é

---

⁴⁹ Usuário de drogas, 38 anos, depois de perder vários empregos, encontrava-se morando em albergue e inserido em programas de recuperação.

pautada por princípios como respeito, verdade, justiça, lealdade, solidariedade sobre os quais se constroem vínculos suficientemente significativos para sustentar amizades criadas desde a chegada às ruas e que em alguns casos já duram há 10, 15 anos ou mais.

Relacionamos estes princípios aos grupos sociais de origem pela sua associação à moral cristã, ao companheirismo juvenil pregresso e mesmo às experiências em instituições para menores e sistema prisional. A população cuja idade oscila em torno dos quarenta anos, onde é mais comum o uso de bebidas alcoólicas é geralmente procedente de comunidades rurais ou bairros pobres, onde o contato com a religiosidade popular deixou heranças que se manifestam no comportamento rotineiro. Entre os mais jovens, onde se observa mais frequentemente o uso de maconha e do crack, há referências à religiosidade, porém de maneira menos arraigada. A influência dos códigos importado do sistema prisional se explica pela interface com o tráfico e pela presença de egressos das prisões que enfrentam maiores dificuldades para a regularização de documentos e para conseguir trabalho.

Ao abordar o que identificamos como “experiências desestruturantes”, trabalhamos com histórias de vida onde há desrespeito, violência infantil, trabalho precoce e conflitos emocionais marcantes. A amizade que resiste a conflitos e competições oferece a lealdade que não tiveram de pais, de irmãos, de cônjuges, ou que perderam antes que pudessem se estabelecer profissional e socialmente.

O princípio do **respeito** extrapola a orientação comportamental enquanto código de convivência. A situação de rua se revela como um espaço de sociabilidade ampliada propício à exposição das vulnerabilidades e dos potenciais do sujeito, revelando-o a si mesmo na sua individualidade, com características pessoais que o distingue ou aproxima dos demais. Através do longo tempo de convivência diária as pessoas podem se observar mais atentamente e assimilar a percepção dos que o rodeiam.

A individualidade é revelada nos cuidados consigo mesmo, conforme os vínculos e compromissos com a família, filhos e amigos anteriores à situação de rua, que determinam padrões relacionais também estabelecidos na rua. Comparam-se com os colegas, percebendo-se mais lento ou mais rápido, mais materialista ou

espiritualista, mais reflexivo ou mais passional, introspectivo ou extrovertido, superficial e de raciocínio amplo ou profundo e concentrado.

O respeito implica no reconhecimento do outro na sua individualidade. A sensação de menos valia faz com que o sujeito não tente se impor aos demais como modelo. Ao buscar um sentido existencial para a sua condição, Orlando dizia que estava aprendendo a ser “humilde”. A situação de rua promove o encontro de pessoas com experiências muito diferentes. Alguns passaram a infância em instituições de menores, outros passaram a infância em fazendas. Pessoas que começaram a trabalhar na infância se encontram com pessoas que praticamente nunca tiveram um trabalho formal. Pessoas extremamente erotizadas, que começaram a vida sexual precocemente se relacionam com pessoas que abstiveram de sexo até a idade adulta ou ainda com outras que mantêm padrões de repressão libidinal deslocados em relação à modernidade urbana.

Os códigos conhecidos e pré-estabelecidos são confrontados com os do outro. O usuário de crack que se aproxima de usuário de bebida desperta sua cautela, mas do ponto de vista daquele, este é muito passivo e conformista. Ao compartilhar os mesmos ambientes, se respeitam mesmo sabendo que obedecem a códigos de conduta diferentes, o que pode ser preservado observando os limites entre malocas separadas por apenas alguns metros. Devido à incompatibilidade entre as rotinas dos usuários de álcool e as dos usuários de outras drogas, uns visitam os outros, mas não se misturam por muito tempo.

O respeito à individualidade implica no rompimento do estigma, diferenciando o “universo da rua” do “outro universo”, ou seja, daqueles que os vêem segundo as categorias de fracassado, carente e impotente. As trajetórias de perdas implicam na perda da sua identidade social. Com o tratamento em grande escala das organizações sociais, o sujeito é identificado pelo número do leito que ele ocupa, mas diante dos olhares atentos dos amigos, o sujeito tem uma personalidade e quando se percebe distanciando-se de si mesmo, procura se reencontrar através deste olhar que o amigo lhe empresta.

Com a consciência alterada pela bebida ou pela droga ele se desprende do que não é e busca uma aproximação de si mesmo, na medida em que percebe o outro

mais verdadeiramente na condição em que ele vive ou com as sensações que ele aspira com a ajuda do imaginário.

Mesmo quando se refere ao respeito como um código importado do sistema prisional, fala-se da amizade. Uma amizade que resiste à perda do posto de trabalho para o amigo, como no relato citado. A crença neste tipo de relação permite ao sujeito ressignificar suas relações desastrosas com o pai e com parentes, conferindo sentido às suas relações. Mesmo tendo sido constituída sobre o uso da droga, condenada pelo próprio sujeito, a amizade purifica o uso, compensando sua ilicitude. O respeito vivenciado sobressai sobre as experiências institucionais, relativizando os estigmas e os prejuízos a ela atribuídos. A razão lógica dos aconselhamentos é substituída pela verdade das sensações de conforto que a relação com o outro pode proporcionar.

O respeito implica finalmente em respeitar o drama do outro, cuja complexidade pode ser avaliada a partir do drama da própria vida e do qual ele ainda não saiu.

O princípio da **verdade** pode ajudá-lo a se aprofundar na compreensão deste drama e desejar a saída dele. Quando os moradores de rua eram algumas dezenas, eles se escondiam nos cantos. A verdade do outro o questionava e o incomodava. Quando se “amontoam” em “todos os lados”, como referido pelo trecheiro na descrição da situação “em cidades do interior de Goiás”, busca-se a explicação para o grande contingente de moradores de rua nos fatores econômicos: “o excesso da produção e barateamento da soja”. Rômulo também se refere à falta de trabalho nos últimos três anos de sua vida, quando passou a dormir em albergues e na rua e ter problemas com a bebida: “Não tem mais construção civil (...) não contratam com mais de 35, 40 anos, (...) eu fiz 46 em agosto”. Na Bahia vivia na área rural: “lá a gente trabalha o dia todo, enquanto tem sol, só para de trabalhar quando começa a escurecer... e ganha 5 reais por dia”. Em São Paulo, sai cedo do albergue e trabalha na entrega de produtos do mercado central para bares e restaurantes de 5:00 às 10:30 h. Ganha 20 reais por dia mais um lanche, depois pega o dinheiro e costuma beber.

Cada individuo tem respostas prontas com motivos concretos que explicam como chegou a esta situação, mas diante das contradições que vive diariamente,

procura se orientar por uma verdade sobre si e sobre o mundo que não se revela facilmente. Sente-se desorientado e desconfiado das explicações e aconselhamentos que lhe oferecem, o que o faz procurar o isolamento ou se aproximar de grupos de pessoas confiáveis. Nas relações mais coesas e duradouras das malocas as pessoas se conhecem mais profundamente. As relações de aparências perdem o sentido na medida em que o sujeito se expõe ao grupo com suas fragilidades e defeitos. Quando o vínculo estabelecido é temporário o sujeito se utiliza de um arsenal para se apresentar com uma boa imagem, omitindo aspectos relevantes da sua vida, mas quando convive todo o tempo num mesmo grupo, pode falar das doenças, da sexualidade, das mágoas, dos desejos e encontrar no próprio grupo de rua alguém confiável perto do qual pode chorar, rever erros do passado ou alimentar os sonhos. Dividir a verdade sobre si mesmo e saber a verdade do outro o fortalece e sustenta.

A busca da verdade também aparece no inconformismo com o tratamento recebido nas organizações sociais. Mesmo entre pessoas que vivem o estigma da autoculpabilização, alguns se sentem enganados e usados por organizações que usariam os seus nomes para arrecadar fundos. Acreditam que as doações não são adequadamente distribuídas e que existem desvios de recursos. Os espaços reservados a funcionários, mantimentos e documentos representam o desconhecido. As visitas de monitoramento de técnicos do poder público e outros visitantes são percebidas com desconfiança. Passam por muitos cadastramentos e registros de participação de atividades que não lhes trazem ganhos concretos. Neste sentido ocorre uma aproximação maior daqueles que adotam procedimentos mais transparentes, mas por necessidade evitam os confrontos diretos que poderiam resultar em perda de vagas nestas instituições.

O comportamento passivo e a concordância sem reclamações são estimulados institucionalmente, gerando a subserviência em uns e a revolta em outros, tornando-os arredios em relação ao sistema instituído e revoltados contra procedimentos como a redução do tempo para o banho. O banheiro é um dos poucos lugares privativos que lhe é reservado. É onde pode se observar e ter contato com o próprio corpo sem ser observado pelo vizinho. A perda deste espaço tem um significado simbólico na sua trajetória de perdas que supera a lógica institucional de otimização dos recursos e atendimento da demanda.

Os sinais de uma hierarquia incompreensível aparece nas recusas, perdas de vagas de trabalho, diferenças na qualidade de atendimento recebido de profissionais de saúde, descrédito junto à polícia, afastamento forçado dos estabelecimentos comerciais e temor das pessoas que se desviam ao encontrá-lo mal vestido ou sem banho. O que ele conhece de si mesmo se choca com esta suposta hierarquia, tornando as relações entre os iguais mais verdadeiras e confiáveis.

O sujeito costuma se render à explicação de que a bebida ou droga pode ser a causa de todos os seus males, mas ela lhe proporciona um bem estar que outras pessoas conseguem de outras formas. O que é incompreensível em relação à compulsividade do uso se torna uma verdade oculta e inacessível, quando todos à sua volta abominam esta prática. Falar ou simplesmente sentir os ganhos proporcionados com o uso é uma verdade que só pode ser compartilhada dentro da própria maloca e mesmo assim imerso nos estados alterados proporcionados por este uso.

O princípio da **justiça** se reflete na lógica do julgamento e penalização incorporada pelo sujeito e se atualiza nas práticas solidárias vivenciadas rotineiramente na tentativa de reprodução de *communitas* em cada grupo.

A noção de direito foi desenvolvida pelas organizações que trabalham com a população ao longo das últimas duas décadas, formando-se parcerias com grupos da sociedade civil, políticos de partidos populares, grupos religiosos e sustentação da mídia. As lideranças e grupos de moradores de rua que tem articulado ações em defesa de seus direitos surgiram nos últimos anos a partir da organização dos catadores em defesa do direito à coleta seletiva na cidade.

A noção dos direitos da população de rua parece óbvia para os militantes que se posicionam politicamente diante das diferenças sociais e se fundamenta nos direitos constitucionais. Os programas de politização desta população encontram respaldo entre os usuários das instituições sociais, voluntários e grupos solidários, que se opõem à precariedade da vida nas ruas, configurando a Assistência Social como “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo” (YAZBEK, 2004, p.9). Por outro lado, os preconceitos resultantes do desconhecimento deste fenômeno enquanto uma questão populacional urbana geram generalizações a respeito da percepção da violência urbana, da vadiagem, dos transtornos mentais, e dos

transtornos de ordem moral associados ao abuso de drogas. Entre as pessoas que atuam profissionalmente na rede de solidariedade se encontram reflexos desta contradição e é comum que estes profissionais manifestem opiniões contraditórias às mensagens não verbais, expressadas em comportamentos repressivos ou discriminatórios. Esta contradição é permanentemente relatada pelos moradores de rua e pudemos comprová-la através de recusas à recepção de pesquisadores por ocasião da pesquisa da tuberculose.

Os interesses políticos em atender à demanda de setores econômica e socialmente fortalecidos como comerciantes e moradores da área central, como comprovam as solicitações da população em geral aos departamentos de assistência social da prefeitura e especialmente à CAPE e subprefeituras, geram ações higienistas como a remoção rotineira de grupos de moradores de rua de áreas específicas, como descrevemos ao mencionar a ação do *rapa*.

Esta contradição aparece nos relatos e comportamentos observados, configurando a internalização dos preconceitos e desenvolvimento de estigmas. Como mecanismo compensatório e auto defensivo, o movimento anti-estrutural aumenta as lacunas existentes entre os grupos de rua e o restante da população. O deslocamento para os grandes centros pode ser consequência deste movimento de *invisibilização* e anonimato, uma vez que o centro da cidade é caracterizado pelo movimento de pessoas que não se olham, que não param. O centro é marcado pela circulação, pela permanência temporária, pelos circuitos de transição que se esvaziam quando as lojas e escritórios fecham. Os moradores de rua que se confundem com os não moradores de rua pela aparência e roupas também adotam este hábito, obedecendo ao comando repressivo: “circule”. Aqueles que apresentam uma aparência característica pela falta de banho, roupas limpas, cuidados com a barba e cabelos geralmente costumam estar cabisbaixos, encolhidos, encostados em cantos, sentados em degraus de portas fechadas, adotando as posturas que preconceituosamente se espera deles. A contradição se verifica no comportamento rebelde, daquele que usa sua imagem para o achaque, daquele que se expõe na sua *pior performance* enquanto integrante da sociedade. É notório que o uso de drogas contribua para esta atuação uma vez que este uso é um coadjuvante na “queda” para a rua.

Nesta condição a cumplicidade entre iguais aparece quando se chama o outro de “irmãozinho de rua”, “sofredor que nem eu” ou termos similares. A associação da situação de rua a “sarjeta”, a “queda”, a “perdas” convida o sujeito a buscar o fortalecimento pela solidariedade. A atitude solidária entre amigos norteia as negociações justas na convivência diária como no caso de uma saída temporária da rua: “É, eu comprei uma parte de lá... (...) pegando a parede do prédio, até... Eu comprei não, quem comprou foi o Chiquinho, ele comprou um espaço grande. Eu como, eu como morava no miolo do... . No miolo do prédio não tinha janela, era ruim pra mim trabalhar. (...) Aí o Chiquinho comprou e falou: “- (...), *eu vou dividir essa parte, eu vô, se você quiser ficar com uma, que cê falou que tinha vontade de morar pro lado aqui. Então eu vou dividir e você faz o seguinte, eu compro o material, cê divide, e faz as divisórias, põe o quarto no meu lado, nesse faz o seu. Aí você entra aqui e me dá o espaço onde você mora pra mim, pra mim vender*”. Aí eu negocie assim com ele, daí ele vendeu o espaço que era meu, eu entrei no dele, fechei tudo. Aí com o tempo eu fui fazendo, fui fazendo minhas reforma lá e, fechei. (...) Porta e tudo. E foi. Aí depois o Chiquinho cansou, já comprou uma parte embaixo, uma outra parte maior lá, pegou, dividiu também, vendeu pra um amigo lá dele... O Chiquinho é cheio de rolo né, meu! O Chiquinho é meio doido”.

Ele ficou dois anos morando no local e saiu depois que “os cara ficavam extorquindo”: “um deles mora lá, alguns deles, mas tem uns dois ou três que não mora lá, mas é tudo né, que tá comandando o prédio ali, é pra negócio de vender droga, esse negócio aí, né? (...) Lá é um espaço que eu comprei, na época que eu comprei paguei trezentos reais. Como era um espaço alto, daí eu dividi ele e fiz o mezanino, fiz uma escada pra subir lá em cima. Aí eu trabalhava em baixo e dormia em cima (...). Foi uma antiga gráfica. Então aí os cara invadiram lá e começaram a entrar, aí depois foram vendendo espaço, vendendo espaço, vendendo espaço”.

Este sujeito encontrou uma alternativa de moradia e espaço profissional, mas diante de um assassinato no local e da cobrança mensal que considerava injusta, preferiu “vender” o espaço por “duzentos reais”: “agora é trinta reais a cada quinze dias. Sessenta, meu! Os cara tão cobrando aluguel agora; tão cobrando aluguel de um negócio que não é deles. (...) Não, não vale. Eu não dou, eu não dou, não dou. Eu vou trabalhar pra dar dinheiro pra malandro? Não, eu não, num dou”.

A associação entre a solidariedade e pobreza também está relacionada à condição de liminaridade e *communitas*, como também podemos observar nas referências de Turner às ordens religiosas monásticas e mendicantes. A solidariedade espontânea também surge na *intera*⁵⁰ das rodas de pinga quando uma pessoa com mais dinheiro se dispõe a pagar várias garrafas de bebida para o grupo; quando alguém precisa de cuidados médicos; quando precisam de acolhimento numa maloca; quando precisam de informações ou ajuda para chegar a lugares que não conhecem; quando precisam de proteção diante da ameaça de terceiros; ou quando oferecem aconselhamentos, consolo emocional e partilham ofertas de trabalho.

A solidariedade que aparece em circunstâncias como na redistribuição de artigos conseguidos por doações, principalmente alimentos, também pode ser observada sob outro ponto de vista: o acúmulo de bens como roupas, calçados e utensílios gera diferenças e desperta a cobiça de outros, principalmente daqueles que furtam para subsidiar a droga. Não havendo como manter estes bens em segurança, o acúmulo torna-se incompatível com situação de rua, tornando a solidariedade inerente à própria precariedade.

Neste cenário o princípio da justiça pode ser percebido quando o sujeito pratica a solidariedade não somente por sentimentalismo, ingenuidade ou pelo imperativo da segurança, mas pela postura ética e pela noção dos direitos que percebe em si e no outro: “a gente recebe, tem que ajudar os outros também, né!”. Esta noção de justiça implica em procedimentos concretos como a rejeição daqueles que nunca contribuem com a *intera* e nem se esforçam para conseguir o dinheiro ou através da proteção àqueles que apresentam alguma fragilidade pela idade ou condição física. Não observamos a formação de grupos de revide de ações violentas injustas, mas se isto ocorre o sujeito que comete violência injustamente passa a ser discriminado pelo grupo.

Entre as pessoas mais jovens usuárias de drogas “pesadas” como o crack, a formação de grupos acontece pelo companheirismo e cumplicidade, mas os critérios éticos e morais são menos aparentes. A noção de justiça aparece em penalizações

---

⁵⁰ A *intera* (com acento na segunda sílaba) é o recurso de contribuições individuais para se ajuntar dinheiro suficiente para comprar algo de uso coletivo. O termo é normalmente utilizado para se referir à contribuição de alguns centavos para a compra de uma garrafa de pinga, em torno de dois reais conforme o tamanho.

desproporcionais ao fato causador porque se conhece ou para evitar “o veneno do outro”, podendo culminar na “cabeça decapitada”.

Enquanto os grupos de rua se auto regulam por princípios desta natureza, as pessoas observam o mundo a sua volta, lêem os jornais e revistas abandonados nas praças ou encontrados no lixo, assistem os programas televisivos em lugares públicos e se relacionam com as instituições sociais. Salvo empregadores temporários, estas instituições constituem o contato mais palpável com a estrutura social para muitos e neste sentido também são depositárias das projeções do que se percebe como injustiça das quais são vítimas. Portanto, é comum que se sintam vulneráveis aos procedimentos injustos destas instituições. Alguns não concordam e recriminam a postura de “abaixarem a cabeça” para tudo o que acontece, mas como um usuário que relatou a perda da vaga no “hotel social” porque saiu em defesa de um amigo, para garantir um lugar para ficar não poderá mais se envolver em nada, para não criar nenhum problema: “não vou mais falar o que eu penso”. Outro usuário coloca a sua crítica à instituição nos seguintes termos: “eles trabalhavam pelo salário deles (...) não trabalhava no sentido da melhoria do ambiente que significava uma melhoria pro usuário, né, não fazia isso... até hoje continua assim (...) eu percebia esse lance deles aí, só que eu falava muito (...) quando eu falava, o usuário tudo tá presente ouvindo né. Então eles sentia que eu tava queimando eles, né, então no outro dia eu já não entrava mais... não deixavam eu entrar, arrumava algum pretexto, né, então eu estava rompendo com isso. Cada perca dessa eu estava na rua, certo”.

Rituais de uso e funcionalidade

“... a droga eu sei que é uma coisa que é proibida. (...) Portanto, ela é do mal (...). Agora a bebida, eu bebo ela porque ela é liberada... (...) ó: cair dentro de uma cela é foda, meu! Porque eu caí uma vez; fiquei seis dias preso. Cadeia pra mim é um inferno! (...) A droga é até melhor que a bebida! Cê quer saber... Eu não digo a pedra, droga forte: pedra, cocaína; cheirar cocaína... mas fumar uma maconha é bom... É bom porque maconha, ela... pra mim, ela é um... assim,

um... uma droga que ela... é boa; deixa a gente na paz... tranqüilo. Então ó, eu acho que... pra mim dá inspiração pra mim trabalhar, fazer minhas coisas”.

Neste recorte o sujeito, “que já foi usuário de drogas” indica a relatividade de uma escala funcional dos estados alterados proporcionados por *bebida, maconha* e drogas fortes como *pedra e cocaína*. Noutro trecho, já citado, ele afirma: “a bebida pra mim é calmante, é um remédio pra mim”. Aqui ele menciona que a preferência pela bebida é circunstancial, devido à sua legalidade. Quando fala que *a droga é até melhor que a bebida*, ele se remete a uma funcionalidade cognoscível que poderia ser satisfeita, pelo menos em parte pela maconha. Um dos entrevistados que tem histórico de bebedor compulsivo declarou que já se encontra a mais de um ano sem ter problemas com a bebida, tendo restringido este uso a algumas cervejas no fim de semana, que não impede o trabalho regular. Relata que “queima a erva” de vez em quando, mas o faz geralmente sozinho, a última vez que convidou um amigo este o repriminou, apesar de continuar com o padrão de bebedor compulsivo. A maconha aparece como droga secundária tanto por usuários de bebidas como por usuários de crack e cocaína.

O uso da bebida cumpre um papel que não lhe é exclusivo. A sua livre circulação e preço mais acessível a torna um recurso mais fácil diante de demandas físicas, emocionais e sociais, como demonstraremos através dos próximos relatos.

Orlando afirma que não precisa ir atrás da bebida, a bebida vai até ele. Ele é considerado uma boa companhia para os amigos, é sincero, compreensivo, crítico, se impõe pelo tom de voz e postura, tem conhecimento da rua, tem histórias e gosta de contá-las. Como costumava dizer “quarenta anos não são quarenta dias”: o pai foi morto a tiros, viveu na Febem, participou de “zoadas”, aprendeu a disciplina e o valor do trabalho através de procedimentos corretivos quando era criança, conheceu o suborno quando trabalhou de fiscal da prefeitura. Chegou a morar em apartamento próprio, mas sempre esteve próximo de circuitos considerados perigosos. Ao visitar um amigo na cadeia, também encontrou preso o irmão que não via há muitos anos. Começou a beber abusivamente depois de adulto, ficou sem beber enquanto freqüentava o AA, mas preferiu a bebida e a rua. Também ficava sem a bebida por vários meses enquanto freqüentava assiduamente algumas instituições sociais ou

durante alguns períodos de tratamento de saúde. Gosta de samba, canta e se arrisca na batucada, é emotivo e respeitoso como ouvinte, é articulado como contador de casos. Bebe muito, acompanha qualquer um sem deixá-lo bebendo sozinho. É calmo, terno, sabe pedir desculpas e, além disso, sua estatura inspira segurança. Com este perfil, não lhe falta bebida, costumava catar latinhas para conseguir algum dinheiro, mas devido a problemas de saúde, não trabalha mais.

Encontramos pessoas fixadas em malocas em torno das quais giram outros freqüentadores menos assíduos. Costumeiramente são pessoas que estão na rua há bastante tempo ou que são queridas por um carisma pessoal. No caso de Orlando, ele oferece a “hospitalidade”, faz os *aviões* para comprar a bebida e trazê-la até a maloca ou guardá-la para que sempre haja alguma quantidade disponível para aqueles que saem em busca de dinheiro ou doações.

As pessoas que ficam na maloca, geralmente têm uma garrafa guardada sob o colchão ou dentro de sacolas. Nas malocas usam-se garrafas grandes como garrafas pet de dois litros, enquanto as pessoas que circulam muito costumam carregar uma ou duas garrafas pet de 600 ml ou menores, usando embalagens sucos e água mineral reaproveitadas, distribuídas pelos próprios vendedores, que vendem a granel. Sabe-se que estas bebidas não oferecem boa qualidade, mas são muito mais baratas, chegando a um real as garrafas menores. Raramente observamos o uso de bebidas de marca ou outros tipos de bebida nas malocas, como ocorreu numa visita ao pátio do colégio, um homem que pagava bebida para os demais pediu que para ele trouxessem vinho: “desta pinga, eu não tomo”.

No relato de Marcos, também se percebe o uso diferenciado da bebida. O encontramos sóbrio, de passagem pelo Pátio do Colégio, em companhia de um colega que bebericava uma garrafa de 600 ml. Segundo outro amigo que chegou mais tarde, “ele bebe e não fica bêbado”. Segundo ele, procura não beber, mas sempre que fica na rua, acaba bebendo. Ficou na rua nos últimos dias e “bebeu todos os dias”: “ontem, trouxe uma garrafa de conhaque”. Enfatiza que no bar um copo de pinga custa 1 real, eles compram a garrafa de 600 a 900 ml por 1,60, ou 1,80. Mesmo assim ele diz que evita tomar este tipo de pinga muito barata, porque sua qualidade não é boa. Bebe a “51”, que é melhor, mas é mais cara. Segundo ele, mais

de “noventa por cento” das pessoas que estão na rua bebem, mesmo que não sejam “alcoólatras”, por causa do frio, para acompanhar os colegas ou para se animarem.

CARNEIRO (2006) identifica modalidades de consumo de “diversos tipos de bebidas alcoólicas” e “muitas substâncias vegetais psicoativas”, que iam “além do uso simplesmente festivo, recreativo ou hedonista” (p.15). No início da era moderna muitas destas substâncias eram consideradas como “fonte de energia, de vigor, de calor e de equilíbrio dos “humores” e “temperamentos” (p.14). Na sociedade Européia medieval, a cerveja tinha a fama de álcool “benigno” em relação às bebidas mais fortes como a aguardente, devido seu valor nutritivo e baixo teor alcoólico (SCHIVELBUSCH, 1995, p.37):

“Antes de que las bebidas calientes no alcohólicas – café, te y chocolate – llegaran a ocupar um lugar fijo em la dieta europea, el alcohol desempeñaba um papel cuya enorme importância nos resulta hoy difícil de imaginar. (...) Durante la segunda mitad del siglo XVII (...), uma família inglesa consumia três litros de cerveza por dia y persona, niños incluidos. Aunque ya por entonces existían cervecerías comerciales, la preparación de esta bebida formaba parte de las tareas domésticas, como hacer el pan o la matanza, e incumbia al ama de casa” (p.36).

A contextualização da bebida em rituais de sociabilidade aparece em diversos estudos em diferentes culturas e momentos históricos. RAMINELI (2005) analisou os registros da produção e o uso de bebidas alcoólicas a base de mandioca e outros produtos naturais como milho, abacaxi, jaboticaba e caju, entre os índios brasileiros no período da colonização. Na cauinagem tupinambá, por exemplo, bebiam nos ritos de passagem, nas cerimônias de guerra, em cerimônias antropofágicas e em outros momentos decisivos para a comunidade. A produção e o uso coletivo eram cercados de regras e controles sociais, circunscrevendo-os ao contexto religioso, de sociabilidade e entretenimento ritualizado.

Com a introdução de técnicas de destilação pelos portugueses, a produção e consumo de licores e aguardentes, e até de vinhos, se expandiu ao longo do período colonial, estendendo o uso ritualizado a festejos e lugares públicos. Inicialmente, o uso excessivo prejudicial à saúde, à moral e às economias locais era imputado aos

pobres e escravos, mas foi sendo paulatinamente incorporado aos registros dos costumes das elites coloniais popularizando-se entre o fármaco e a droga (VENÂNCIO e CARNEIRO, 2005). “Assim, a aguardente de cana, bem como as outras aguardentes confeccionadas com os frutos da terra serviam como alimento básico diário ou complementar; eram utilizados como oferendas e gentilezas; participavam da comensalidade e de outros rituais domésticos, dependendo da origem e da condição social dos envolvidos” (ALGRANTI, 2005, p.86). Em outro artigo pertencente à historiografia das bebidas alcoólicas, MOTT (2005) levantou o uso do “vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-brasileiros à época da Inquisição”, “observando o vinho como um ingrediente presente nas refeições ou merendas dos sodomitas mantidas antes ou depois da consumação de atos homoeróticos, quer na residência de um dos amantes quer em tabernas ou em outros locais públicos” (p.51).

As formas de uso observadas no contexto da rua indicam sua funcionalidade, principalmente quando observamos práticas similares às observadas em outros contextos de sociabilidade. A *intera* equivale ao “dividir a conta” das rodas de cerveja entre amigos como é disseminado entre a classe trabalhadora urbana nos finais de expediente ou nos encontros de fim de semana. A participação nas despesas predispõe cada pessoa a uma vinculação com o grupo, que pode ser traduzida pela lealdade e cumplicidade entre seus componentes. O acesso à bebida em várias malocas aonde o sujeito vai passando reflete seu grau de aceitação nestes grupos, proporcionando-lhe a sensação de reconhecimento por suas qualidades.

As rodas de pinga são animadas com conversas, músicas, piadas, notícias e entre pessoas mais íntimas também se observa momentos de lamentações, reflexões, desabafos, sendo este um espaço de trocas indispensável para muitos que não contam com muitas alternativas de interação social e emocional. Beber em grupo em bares e festas proporciona, segundo depoimentos, entrar em contato com aspectos genuínos de si e do outro de forma não conseguida por outras vias. Na situação de rua, os grupos de bebedores substituem, de maneira explicitamente referida por muitos deles, as relações familiares perdidas e preenche, desta forma, a lacuna deixada pela dificuldade de constituírem novas famílias.

Recentemente começamos a observar a utilização de copinhos plásticos para se servir a bebida. Esta mudança revela a agregação de um procedimento que evoca o cuidado com a higiene, maior atenção com o próprio corpo e critérios de partilha. Os copinhos são fornecidos nos bares junto com a bebida, indicando também a mudança nas relações entre o usuário e o fornecedor do produto. A performance implícita neste tipo de partilha, principalmente entre os grupos que circulam pelo Pátio do Colégio, atribui certa formalidade ao gesto, também marcado pela formalidade dos trajes sociais de empresários e funcionários do poder público que também circulam pelo local. Na região do Glicério o copinho plástico é utilizado mais raramente. Numa das poucas vezes que notamos sua utilização, eu havia convidado um entrevistado para nos sentarmos numa mureta a certa distância da maloca, onde havia menos barulho e pudéssemos obter uma gravação com maior qualidade. O sujeito, que intercala períodos de muita bebida e períodos de abstinência, disse que estava bebendo pouco naqueles dias. A certa altura ele foi até a maloca e voltou com um copinho cheio, sentou-se ao meu lado e ficou bebericando. Nesta representação, no que Goffman identifica como *região de fachada*, ele apresenta o uso socialmente aceito entre pessoas que se encontram ocasionalmente em virtude de alguma afinidade. Vínhamos acompanhando-o há muito tempo, mas quando convidado a se apresentar e falar de suas experiências numa entrevista formal, ele assume uma nova linguagem comportamental, do jeito que ele é quando se distancia do convívio da maloca ou do jeito que gostaria de ser, independentemente de onde se encontre.

Quando uma pessoa serve a outra, o gesto de dar e o de receber se destaca como expressão simbólica da interação estabelecida. A formalidade do gesto também pode estar associada aos locais e situações onde as pessoas estão mais expostas à observação de transeuntes. No Glicério, entramos em contato com malocas fixas e pessoas que estão no local há mais de 10 anos. As malocas são muito freqüentadas e é comum se observar o uso de garrafas maiores, de até 2 litros. A visitação constante implica na necessidade de guardar as garrafas diante da presença de pessoas não aceitas pelo grupo ou simplesmente para que o dono da bebida tenha uma reserva para a noite e para os momentos de partilha com o grupo mais reduzido que mora no local.

O uso individualizado também foi observado como estratégia de dissimulação, principalmente entre usuários de instituições sociais que às vezes mantêm uma garrafa escondida em algum lugar combinado por um grupo de amigos, que é visitado por cada um deles para o consumo individual sem chamar a atenção de outros freqüentadores ou funcionários. A sacola com os pertences pessoais, ou “galo”, também serve para guardar a bebida, o que se torna mais uma razão para que os guarda-volumes das instituições fiquem geralmente na entrada, obrigando os freqüentadores a deixar a bebida quando entram, para participar de suas atividades.

De maneira geral, o costume de beber se torna um problema quando deixa de ser limitado aos encontros sociais e passa a ocorrer em casa, no trabalho, onde os controles externos não o atingem. Quando existe pressão de parentes ou amigos para controlar o uso, costuma-se beber às escondidas, mantendo-se a bebida sempre disponível por perto. Na rua, onde o privado e o público se mesclam, os rituais de uso coletivo se descaracterizam em algumas situações, na medida em que o acesso permanente à bebida na maloca inibe a adoção de critérios quanto à forma de beber. Mesmo assim algumas pessoas adotam horários específicos, como depois do trabalho, ou evitando o uso individualizado.

O uso descontrolado chega a situações extremas como no caso de Vinício que atribuiu a perda da visão ao álcool. Enquanto vivia nas malocas, participava das rodas de bebidas rotineiramente, intercalando períodos de abstinência ou de uso reduzido quando se filiava à organizações da rede assistencial. Quando passou a viver com uma mulher num quarto alugado (despesa assumida pela família) passou a beber mais. Ela não bebia, mas também não exercia nenhuma autoridade sobre ele, exceto pelos conselhos inócuos para que ele deixasse de beber. Ele chegou a beber álcool puro, na falta de bebida e num destes momentos, “a vista escureceu” repentinamente.

Em relação a outras drogas observamos rituais e funcionalidades semelhantes, que se ampliam a jovens que transitam temporariamente pelas malocas sem, no entanto, pertencerem a este contexto. A ilegalidade torna o uso coletivo da maconha restrito a locais privados ou locais públicos onde o policiamento é menos ostensivo. Rômulo bebe, mas não faz uso de drogas, ao mencionar a preferência por albergues,

disse que já usou pensões baratas, que “cobram 4 ou 5 por dia”, mas não gosta do ambiente que encontra nelas: “tem muito maconheiro”.

Os locais de circulação de jovens que vivem na rua ou jovens cujas famílias vivem na baixada do Glicério, se constitui como um reduto de uso permissível, sentados em calçadas ou degraus de imóveis pouco utilizados, à luz do dia e mesmo na presença de transeuntes em ruas de pouco movimento com a Rua São Paulo, Rua dos Estudantes e adjacências. O cigarro de maconha também é um artifício para a queima da pedra de crack tornando-a ainda mais popular, além de servir para ocultar o uso da pedra.

Algumas pessoas procuram ocultar o uso da maconha, mas não o associam a um problema. Rodrigo viveu um tempo frequentando albergues, mas ao falar da maconha se referiu aos aprendizados com uma gangue de periferia nos primeiros anos da adolescência. Ele atribuía à maconha o aguçamento da percepção, principalmente quando circulava com os amigos por território de gangues rivais, o que requeria maior cuidado com os gestos e palavras e atenção com as pessoas que encontrava para não se exporem ao perigo. No período que viveu entre a população de rua, o uso de drogas não era assumido publicamente. Outras pessoas também atribuíram a motivação de uso à participação em grupos de amigos. Em um caso, houve uma associação do uso à estimulação sexual, inclusive para a prática homossexual.

O uso coletivo do crack é perceptivelmente maior na região conhecida como cracolândia, apesar de inúmeras ações da prefeitura para inibir a circulação de usuários e o uso nas ruas. Apresentamos a seguir parte do relato de uma das visitas realizadas nas imediações da Praça Princesa Isabel, com interventores da ONG *É de Lei*, antes do anoitecer, em 11.10.07: *na metade da quarteirão havia um grupo de umas vinte pessoas e outras transitando entre o grupo e as quadras seguintes, pelo menos duas carroças de catadores circulavam pelo local. Parte do grupo estava protegida dos olhares mais curiosos por um caminhão estacionado do lado esquerdo da rua. Entre o caminhão e a parede extensa sem portas ou janelas ficava o grupo, alguns sentados, outros em pé encostados à parede e outros circulando entre uns e outros, cochichando, repassando pedras ou cachimbos. Os transeuntes passavam pela rua, sem movimento de veículos ou pelo outro lado da rua, poucos olhavam*

para o grupo. As pessoas do grupo eram jovens e negros na sua maioria, poucos de pele clara. Exceto pela presença de um ou outro com roupas mais limpas, a maioria usava roupas escurecidas e gastas pelo uso, formando um cenário de maltrapilhos com os cabelos despenteados, mãos escurecidas de fuligem, com aparência de quem está na rua há muito tempo e sem banho há vários dias. Apenas um jovem branco com roupas limpas, de bermuda clara se destacava do restante do grupo. Justamente este, conversou com alguns deles e alguns minutos depois, permaneceu em pé, ocultando o rosto por outros três que formavam uma pequena roda para protegê-lo, enquanto um deles encobria o rosto curvado do jovem com a aba do casaco surrado, elevada à altura dos ombros. Assim permaneceram por alguns minutos. Quanto ao restante do grupo, interagiam entre si, sentados na calçada ou no meio fio ou mesmo em pé em pequenos grupos. Outros permaneciam sozinhos, porém não mais que poucos metros dos demais. Podiam-se ver eventualmente dois ou três usando o cachimbo abertamente, de frente para a rua, ou voltando-se para a parede, quando aspiravam a fumaça. Fazia frio, alguns estavam agasalhados e outros em mangas de camisa.

Mais à frente outro grupo transitava no meio do cruzamento, dispersando-se na próxima quadra. Uma jovem aparentando 16 anos, com roupas e a pele ensebadas, falava incessantemente: “me dá um real, ... eu quero um real, ...dá um real, eu quero um real...”. Somente afastou-se quando percebeu que não conseguiria o dinheiro com o grupo, caminhando para o outro lado do cruzamento em direção ao restante do grupo. Caminhava com alguma dificuldade, com um olhar perdido, as pernas entreabertas, indicando possíveis ferimentos nos genitais. Sequer sinalizava perceber a nossa presença e os olhares sobre ela, sem dar ouvidos à oferta de diálogo e camisinhas distribuídas gratuitamente.

No próximo quarteirão, encontramos-nos ao lado de uma praça cercada por uma tela. Dentro da praça, crianças brincando, pessoas circulando ou conversando sentadas nos bancos e um gari varrendo a área próxima à cerca. Do lado externo, na calçada, outro grupo de pessoas com as mesmas características do grupo anterior. Era como uma nuvem humana de cor cinzenta pelas roupas ou pela cor da pele. Sentados ou em pé, onde um ou outro expunha o uso do cachimbo em mãos escurecidas. Uma mão ocultando parte do cachimbo e na outra o isqueiro. O

varredor da praça, do outro lado da cerca comentava a cena, com frases de críticas: “é uma pouca vergonha...”, “... em vez de trabalhar...”. Ele relatou que passou pela mesma situação: usou crack por muitos anos, foi parar na prisão, perdeu bens e família, mas recuperou-se e hoje trabalha como varredor de rua. Acha que para parar tem que ter “vergonha na cara...”. Sua crítica é severa e culpabilizante, atribuindo a cada um a responsabilidade pelo uso da droga ou pelo seu abandono.

Alguns quarteirões à frente, próximo à antiga rodoviária que deu lugar a um centro comercial, outro grande grupo de usuários. Estavam nos dois lados da rua, sentados nas calçadas, circulando entre bares próximos, sentados na soleira de estabelecimentos comerciais fechados. Ao conversar com alguns deles, diziam que encaravam sua situação como um grande problema, mas achavam-se ajustados àquela realidade, falaram das perdas familiares, das dificuldades como a violência e da amizade entre eles.

Na época desta visita, vários prédios da região encontravam-se interditados pela prefeitura com paredes de tijolos fechando suas entradas. Alguns foram demolidos até o final desta pesquisa. Eram hotéis ou estabelecimentos comerciais irregulares que possivelmente estavam atrelados ao consumo ou à distribuição de drogas, como foi relatado por usuários. Alguns hotéis com diárias muito baixas, da ordem de dez reais se prestam ao consumo privativo de drogas sem o incomodo e exposição das ruas. Uma jovem que frequenta a região circulava pelas ruas com roupas limpas. Tinha uma mochila às costas, sua fala era articulada e falava de seus planos de regularizar os documentos e continuar os estudos, mas segundo afirmava, o problema era à noite, quando não resistia ao uso do crack. Afirmava que durante o dia não usava, tinha vergonha. Mantinha a esperança de reverter a situação e mudar sua vida, mas admitia que isto não seria fácil.

O uso em grupos menores oferece a possibilidade de cuidados recíprocos que atuam como mecanismos de controle. Junior, 25 anos, branco, olhos azuis, magro, conversou conosco no Pátio do Colégio. Estava com roupas limpas, tirou um maço de cigarros, e enquanto fumava, ia falando sobre sua vida. Disse que é da Mooca, que viveu lá e que sempre gostou do local. Falava de uma maneira apaixonada, citando familiares, amigos e a ex-namorada, contextualizando sua história no passado, no presente e no futuro, mas ele próprio se apresentava como um

observador do cenário social e familiar de origem, excluindo-se em função do uso de drogas: “não são os amigos que se afastam da gente, é a gente que se afasta deles”. No último ano ele ficou em situação de rua, passou por alguns albergues e estava dormindo em um quartinho alugado por duzentos reais, se alimentando nos locais que distribuem comida, na rua ou em instituições sociais. Quando tinha dinheiro se alimentava em estabelecimentos comerciais. Naquele dia, por exemplo, dizia ter almoçado no “Bom Prato da Liberdade”. Falou bastante da ex-namorada, que veio de uma situação de pobreza extrema, conquistou uma boa condição de vida e hoje tem uma loja de roupas: “Ela me ajudou muito, mas desta vez, ela não conseguiu me ajudar”. No seu discurso ele justificava o uso das drogas com a sua situação em relação aos familiares. Mencionou também que passou por tratamento e já conversou com muitos psicólogos. Começou a usar eventualmente quando tinha uns 17 anos, mas foi no último ano que passou a usar mais intensamente. Disse que gosta da rua. Não precisa se preocupar com conta de água, etc. Pagava 200 reais de um quartinho, onde o amigo Paulo, que estava na rua há três meses, também dormia. Disseram que se ajudam para segurar a vontade de usar o crack.

O “afastamento” proposital do contexto social de origem ocorre em diversos casos, gerando um misto de arrependimento e evitação do assédio das pessoas que procuram intervir com o resgate destas situações. Numa visita ao Glicério conversei com um jovem que aparentava pouco mais de vinte anos. Inicialmente, apresentado como Gordinho, falou que aprendeu a beber com o pai desde os treze anos, mas não usava drogas, mas depois de alguns minutos ele se emocionou, começou a soluçar, levando as mãos ao rosto. Falou que estava usando drogas: “pedra, ... eu preciso de ajuda..., eu quero me levantar..”. Ele falou da sua dificuldade com o uso de crack, lembrando da família com mulher e uma filha, sem dar muitos detalhes. Curiosamente, quando um participante da conversa falava que estava com saudade da família, inesperadamente, um carro de passeio, relativamente novo, com dois jovens no banco da frente, desviou-se um pouco do fluxo de veículos e parou à nossa frente. O motorista saiu do carro, apontou para o gordo e disse num tom seco, “vem cá, entra aí”. Sem titubear ele deu a volta no carro, abriu a porta de trás dizendo: “vem [citando o seu nome], vem comigo”. Foi até o rapaz, segurou-o ríspidamente pela manga da camisa e conduzindo-o apressadamente para o banco traseiro do

carro: “entra aí”. Fechou a porta e voltou para a direção do veículo. Demonstrava autoridade em relação ao rapaz e convicção sobre suas atitudes. O outro rapaz que estava no banco do carona, acompanhava o movimento com o olhar com um leve sorriso no rosto. O carro saiu tão rápido como chegou. Um ano depois, o encontrei no mesmo local. Ele apareceu à procura de bebida três vezes na maloca em que eu estava recusando-se a conversar: “... eu não quero falar de família” e, sorrindo, saiu em direção à outra maloca onde usam crack. Disseram que ele estava ali há uns quatro dias: “hoje mesmo a mulher dele passou aqui procurando ele, ele se escondeu para eles não acharem”.

O uso compulsivo aparece em relatos individuais, como o de um sujeito que, segundo ele, estava usando crack há vinte e quatro horas continuamente. Dizia que ficava sem comer ou dormir nestes períodos e usava a droga até a completa exaustão, quando o organismo não agüentava mais de fome e sono. Quando recuperado e com dinheiro suficiente para comprar mais pedras voltaria a usar no mesmo ritmo. Neste caso, ao iniciarmos a conversa, eu estava sentado numa mureta com um conhecido dele, quando ele se aproximou. É interessante notar que espontaneamente arranjou um papelão e sentou-se sobre ele no chão, portanto abaixo do nível em que estávamos sentados. Como estava esgotado fisicamente é natural que se sentasse. Preferir o chão à mureta era uma forma de manter a configuração triangular que permitiria interagirmos numa conversa a três. Entretanto além destas considerações percebemos o seu interesse pelo contato social e a percepção de si associada à menos valia pelo uso compulsivo da droga. Apesar da condição de inferioridade “encenada” na postura assumida, o relato do seu “ritual de uso” era seguro e objetivo. Demonstrava o quanto o comportamento estava inserido e fora apropriado por ele, ainda que os efeitos do uso recente do crack devam ser considerados ao avaliar a segurança e firmeza do seu depoimento.

Lia Cavalcanti, que coordena as atividades do centro de redução de danos do Espoir Goutte D’Or em Paris, ressaltou no seu depoimento o quanto o uso do crack se sobrepõe às referências de estabilidade do sujeito, desconectando-o das formas de sociabilidade até então conquistadas. Ao exemplificar a compulsividade do uso, citou relatos de pessoas que gastam tudo o que tem nas temporadas de uso, em casos extremos a pessoa se coloca de joelhos procurando por fragmentos que tenham caído,

“ciscando” o chão, depois que acaba a droga, o que é conhecido como “síndrome da galinha”. Num artigo que relaciona a globalização ao uso de drogas (CAVALCANTI, 2005), a autora afirma que os usos próprios e particulares de cada cultura estão cada vez mais reduzidos, atingindo públicos com as mesmas características sócio-demográficas e com o mesmo tipo de consumo e risco, diante da ausência de políticas públicas sociais para enfrentar o problema.

Sacramentos e significância

“Eu comecei muito cedo o uso de drogas e álcool, eu sou um cruzadão, ...o cruzadão pro mundo das drogas, como se chama, ...uma pessoa que usa qualquer tipo de droga ou de bebida, é um cruzadão, chama-se cruzadão no mundo das drogas, (...) ... qualquer um tipo... eu já usei crack, cola, maconha, é ... só, por enquanto, graças a Deus não pretendo mais usar nada né, cola, crack e maconha, essas as drogas que eu já usei, (...) bebidas, quase todas, só que não tenho tendência para bebida não sou viciado em bebida, porque se eu beber eu tenho que usar droga e se eu não usar droga eu não bebo e se eu não beber eu não uso droga. Então eu não tenho vínculo com bebida porque a bebida é apenas um complemento pra droga. (...) Eu comecei a usar com dezenove anos”.

Quando Hugo ia à boca para sair da solidão, ele encontrava na droga o mediador para experiências que o confortavam. Os efeitos das interações químicas eram complementados com o encontro com pessoas que lhe proporcionavam bem estar, seja pelo “tapinha nas costas” seja pelo acesso a mulheres mais jovens. Este discurso, citado anteriormente, pode conter elaborações assimiladas nos processos terapêuticos com os quais ele já teve contato. De qualquer forma, quando ele apresenta a identidade do “cruzadão”, traz elementos de rituais de uso particulares que o autoriza a incorporar este personagem. A imagem de “super-homem” já lhe era familiar no contexto de origem através “do andar armado”, de “homens que seduziam as mulheres”, fazendeiros que imperavam social e economicamente. Estas

imagens referenciais, opostas à privação e subserviência vividas na infância, portanto moralmente aceitáveis dentro do seu sistema de valores, encontravam ressonância no universo das drogas. Uma vez ultrapassado determinados limites, como usar “qualquer um tipo”, ele se habilitava a ser um “cruzadão”, obtendo o *merecido* reconhecimento.

O sujeito afirma que não tem problema com a bebida, o seu problema é a droga, mas se “não beber, não usa a droga”. Entrar no circuito dos estados alterados de consciência usando a bebida como porta de entrada, não lhe parece um problema. O problema é deslocado para a compulsão: “... eu tenho que usar...”; e para o autocontrole em relação ao uso, que sob o seu ponto de vista existe com a bebida, mas não com a droga. O uso controlado da droga diz respeito à frequência e intensidade de uso, tanto quanto em relação ao tipo de substância utilizada, como também aparece na fala de bebedores que se percebem em vantagem moral em relação a usuários de drogas por não usarem substâncias ilícitas e em alguns casos admitindo que “a droga é até melhor que a bebida”. No caso acima, o autocontrole aparece como uma ambigüidade em relação ao uso ilimitado que o permite se identificar como um “cruzadão”.

Também observamos certa ambigüidade nos relatos dos efeitos das substâncias utilizadas. Para jovens que já tiveram contato com a criminalidade, a cocaína é considerada um estimulante. Em experiências como assaltos e “zuação”⁵¹, por exemplo, ela trazia coragem. Nestes casos ela é referida com um recurso para se ultrapassar as barreiras morais, autorizando o indivíduo a fazer o que ele “não teria coragem para fazer” sem o seu uso. Observamos o mesmo processo em usuários de bebidas alcoólicas que as utilizam como desbloqueadores da censura e amarras emocionais e manifestam comportamentos violentos sem terem usado drogas consideradas estimulantes, revelando tensões internas anteriores ao uso. Noutros casos a “recaída” no uso do álcool ocorre quando o indivíduo experimenta um nível de tensão emocional, recorrendo-se a ele como um relaxante.

Um catador de materiais recicláveis relatou o uso como uma condição para “ter coragem” de mexer nos lixos, à procura de latinhas de alumínio. Sem a bebida

---

⁵¹ Zuar, zoar ou fazer zoeira, são gírias utilizadas em diversas situações e também se refere a comportamentos inconseqüentes, não bem definidos, fora das regras e condutas comumente aceitas, que podem trazer incômodos ou prejuízos para terceiros.

ele sentia vergonha. Noutro caso observado, o sujeito estava há doze dias sem beber, segundo o seu relato. Disse que havia bebido naquele dia porque tinha ficado “invocado” com a abordagem de policiais. Os policiais teriam perguntado a ele se tinha usado alguma “química”, e ele “se saiu bem” da situação dizendo que só bebia pinga e “com pinguço eles não mexem, deixam pra lá”. Depois desta abordagem policial ele foi até o bar e bebeu “uma 51”. Sob o efeito da bebida ele costuma ficar falante, com gestos largos e bem humorado, assumindo quase sempre o controle do diálogo com seus interlocutores. Não se interrompe muito para ouvir os outros, mas vai falando e interagindo com os demais em função do que falam, conduzindo a conversa, elevando a voz, aparentando alguma agressividade, quando quer chamar a atenção sobre si. Neste caso, através da bebida, ele passa a ter um comportamento tão ostensivo quanto ele sentiu por parte dos policiais que o abordaram, assumindo uma postura oposta àquela que havia assumido forçosamente diante deles.

Os significados destes comportamentos nos circuitos relacionais do sujeito extrapolam a causalidade farmacológica, razão pela qual procuramos perceber o sentido simbólico do uso e sua significância para o usuário. O conceito religioso de sacramento nos remete ao simbolismo atribuído ao uso ritualístico de alimentos de maneira geral e em particular aqueles que podem alterar a consciência.

Referindo-nos às citações de Aldous HUXLEY (1983, p.185),

“Na Grécia antiga, por exemplo, o álcool etílico tinha seu lugar na religião estabelecida. Dionísio, ou Baco, como era chamado com frequência, era uma verdadeira divindade. Seus devotos dirigiam-se a ele como *Lusios*, “Libertador”, ou como *Theoinos*, “Vinho de Deus”. Este último une o suco da uva fermentada e o sobrenatural numa única experiência pentecostal. Eurípedes escreve: “Nascido deus, Baco é vertido como libação aos deuses, e através dele os homens recebem o bem.””

Pela tradição cristã, o início e o encerramento da vida pública de Jesus envolvem cerimônias, onde o vinho, enquanto sacramento, marca o início e o fim de seu ministério. Nas bodas de Caná, o Cristo promove a transubstanciação da água em vinho. Na Santa Ceia o vinho é utilizado na sua última reunião com os apóstolos em “memória” de sua missão e compromisso dos discípulos à sua causa. Segundo

João Evangelista, Cristo explica: “O espírito é o que vivifica; a carne para nada aproveita; as palavras que eu vos disse, são espírito e vida” ⁵².

Citando Freud, o historiador Henrique CARNEIRO (2005, p.15) lembra que:

“as drogas ocupam um lugar de primeira importância na economia libidinal de todos os povos, ao ponto de chegarem a ser divinizadas. Muitas drogas são consideradas os próprios deuses corporificados (...) A capacidade de produção de estados de “intensidade”, denominados êxtase, destinou às drogas o papel de gêneros de primeira importância na cultura religiosa e filosófica de quase todas as sociedades”.

O uso de bebidas sagradas como a Jurema e a Ayahuasca, com potentes psicoativos, entre remanescentes de nações indígenas do norte e nordeste brasileiras, tem sido alvo de recentes pesquisas antropológicas que resgatam a identidade espiritual pertinentes a elas. A “memória” de tradições enraizadas em diferentes linhas doutrinárias é sintetizada nos termos que as identificam segundo aspectos botânicos, rituais e características dos espíritos que as encarnam. Esta percepção tridimensional é de certa forma, equivalente à proposta de Zinberg, considerando-se ainda o elemento transpessoal de ordem metafísica da cosmologia destas crenças. Nos rituais de pajelança, são utilizados psicoativos naturais na forma de chás, rapés, colírios ⁵³, em diferentes graduações conforme o teor do princípio ativo. Os curandeiros cantam e dançam em torno de uma fogueira, evocando espíritos curadores enquanto todos os participantes são convidados a usar a “medicina natural”, sacralizada e referida como o “tesouro que os colonizadores não subtraíram das terras brasileiras”. Através do ritual que dura toda a noite, os cantos em língua nativa são intercalados com músicas em português onde se evoca a saúde, alegria, respeito à natureza, laços de amizade e solidariedade.

A história das bebidas alcoólicas e drogas e suas representações sociais, políticas, morais e institucionais é permeada de significados ora agregadores ora desagregadores, convivendo às vezes simultaneamente. O vinho trazido da Europa

⁵² João 6, 64 – Bíblia Sagrada, edições Paulinas, traduzida da Vulgata por Matos Soares.

⁵³ Conforme observamos no ritual de pajelança realizado em São Paulo em dezembro de 2008 por um grupo de xamãs indígenas herdeiros de conhecimentos tradicionais dos índios Kontanawa, vizinhos da Reserva Extrativista do Alto Juruá, considerados extintos até 2002. A bebida sagrada comumente conhecida como Ayahuasca é denominada por eles como Uni. Também utilizaram o colírio Sananga e rapés feitos com ervas psicoativas.

nas primeiras décadas da colonização “era buscado y temido, deseado y rechazado a la vez” (MANCERA, 1991). Para os religiosos que o sacralizavam, era também a origem de múltiplas “faltas contra a castidade”. Desta forma, o pulque ⁵⁴ indígena passou a representar a porta de entrada dos pecados, misérias, violências e enfermidades, para indígenas que “*vivian perdidos em el anonimato de la miséria, sujetos a la rutina de um tiempo que para ellos se repetia sin esperanza. (...) Como sabían que emborracharse estava prohibido, embriagar-se em las festas equivalia, además del gusto de beber, a cometer um pequeno ato de rebeldia y protesta contra las nuevas autoridades que se imponían*” (ibidem, p.119).

Enquanto os vinhos carregavam o status de bebidas alimentares e medicamentosas na corte de D. João V em tratado de 1721 (ALMEIDA e col, 2004), a aguardente de cana se fazia presente nas sociedades escravistas, intermediando as relações de produção, promovendo o intercâmbio com os quilombos, como moeda para o tráfico. Também era associado a “danos à saúde (...), desordem e rebeldia” (GUIMARÃES, 2005, p. 105).

A associação da bebida, principalmente destilados, às classes populares mais pauperizadas (EHRENBERG, 1995), se compõe com o marketing alcoólico do uso público ou coletivo, como observamos no período deste estudo, como a mega estrutura para exibição da história do futebol e exibição dos jogos da copa 2006 no Vale do Anhangabaú (Folha de São Paulo, 28.06.06). Em meio a mensagens explícitas de incentivo ao consumo “com moderação” de cerveja através de balões, palanques e quiosques, vendedores oficialmente uniformizados conviviam com o comércio informal, onde ambulantes comercializavam vinhos, destilados e bebidas artesanais mais baratas. Ehrenberg associa o álcool ao “relaxamento social”, onde os destilados figuram na interseção entre o alimento e o psicotrópico, enquanto as drogas, por sua vez, são mais associadas ao uso privado.

As dinâmicas sociais trazem em seu bojo condicionamentos de ordem estritamente pessoal que prolongam o drama social vivido e o uso da droga: Elilton veio de uma família pobre do nordeste, bebe desde os doze anos de idade, mas começou a beber intensamente depois da morte do pai, alguns anos depois, quando já

---

⁵⁴ Segundo Sônia Corcuera de Mancera, o Pulque, tradicionalmente fabricado pelos índios, continha um teor alcoólico de quatro por cento do seu volume, em comparação com os dez por cento no vinho de uva (p.120).

morava só no Rio de Janeiro. Ele encontrou uma garrafa de pinga junto às ofertas destinadas a entidades espirituais numa encruzilhada (prática comum em cerimônias religiosas do candomblé e umbanda) e no curto diálogo com ela determinou seu vínculo com a bebida para os próximos anos: “Você matou meu pai, mas não vai me matar. Vou beber até os quarenta anos, depois eu paro”. Hoje ele tem 47, já passou por vários tipos de tratamentos e continua a beber, numa aparente batalha contra um inimigo que “matou” o pai.

Ainda que haja uma personificação da bebida, ele dialoga com o algo desconhecido. Na Umbanda e no Camdomblé, as oferendas religiosas são direcionadas a entidades espirituais, invisíveis à maioria das pessoas. Segundo a cosmologia espírita estas entidades estão em diferentes patamares de desenvolvimento espiritual e a crença reencarnacionista permite a compreensão de um mundo espiritual que comporta espíritos que ainda experimentam a conexão com a natureza corpórea e fontes de prazer conhecidos no passado.

A oferenda de bebidas tem o caráter simbólico, tanto quanto as oferendas de alimentos, mas em alguns rituais de possessão o médium faz o uso da bebida enquanto está incorporado pelo espírito e, segundo o ponto de vista de alguns médiuns e religiosos, é o próprio espírito que comanda o uso e usufrui dos efeitos deste uso. Neste caso a compulsão, a responsabilidade e o controle do uso são divididos com os espíritos presentes no ritual.

Enquanto sacramento e inserida no contexto ritualístico a bebida evoca determinadas entidades, as bebidas mais leves para espíritos femininos como as pombas-gira e as bebidas destiladas, com maior teor alcoólico, para espíritos masculinos como os caboclos e exus. Enquanto psicoativo, a bebida induz ao transe mediúnico, mas a incorporação do espírito pode anteceder o uso e neste caso é o espírito incorporado que solicita ao médium que faça o uso. Segundo o sistema de crenças da possessão, o uso desritualizado pode indicar a presença de um espírito obsessivo, ou seja, que atua através do indivíduo, sem o seu consentimento ou consciência, antecipando o seu pensamento e influenciando sobre sua vontade. Neste sentido, sob estas crenças, o uso danoso é visto como perda de autonomia do sujeito em relação às manifestações espirituais negativas.

Elilton é católico, não aceita as explicações espiritualistas para o uso e tem procurado ajuda terapêutica profissional para o seu problema. Na sua narrativa, entretanto ele personifica o mal que o aflige e o desafia. Ele procura superar o pai e consegue identificar a batalha que ele travou e que perdeu. O tempo que ele se dá até os quarenta anos indica uma contradição da sua vontade, entre o beber e o deixar de beber. A maturidade da meia idade lhe daria condições para entender e superar a necessidade do uso imposta sobre a vontade, possibilitando a transição para além da liminaridade e do uso compulsivo. Segundo os princípios antropológicos, o período dos três setênios compreendido entre os vinte e um aos quarenta e dois anos é o período da consolidação do sujeito no mundo ao término do qual ele já deveria estar com a situação social, familiar e profissional consolidadas. Neste caso, beber até os quarenta anos também indica o tempo que seria gasto para se entender a natureza do problema enfrentado e a complexidade da travessia pela condição liminar.

A desconstrução de conceitos herméticos em torno do uso das bebidas e drogas têm confrontado supostos consensos sobre entidades nosológicas como o alcoolismo e a dependência química, apontando equívocos originários dos interesses antagônicos entre o indivíduo e sociedade, e ainda devido a conhecimentos parciais do comportamento humano, reduzido aos aspectos fisiológicos. Para CARNEIRO (2002, p.14), “as drogas fazem parte da cultura. A cultura da droga é estética, religiosa, científica e política”, acrescentando ainda, que “no processo fundador da psicologia como ciência no século XIX, as drogas representam o principal instrumento tecnocientífico para o conhecimento da mente humana”. Dentro das abordagens médicas, FIORI (2007) identifica diferentes posições associadas à medicina “tradicional” e médicos ligados às estratégias de Redução de Danos, forjadas “justamente num campo de intersecção entre as ciências médicas, a saúde pública, a psicologia e as ciências sociais” (p.97). Considerando a “importância do triângulo substância-indivíduo-contexto” para todos os médicos inseridos na sua pesquisa, ele constatou que “a cisão fundamental entre eles parece se dar, na verdade, nas ênfases colocadas em cada um dos vértices do triângulo: a parte “tradicional” da medicina enfatiza as reações fisiológicas (substância), e os médicos ligados à RD dão grande importância aos outros dois, ou seja, ao indivíduo e às suas relações sociais” (p.109).

O caráter social do uso de álcool se contrapõe aos enquadres generalizantes ou reducionistas do uso excessivo. NEVES (2004) salienta os dilemas enfrentados pela pesquisa antropológica diante da imagem negativa associada e incorporada pelo bebedor, invocando a complexidade do beber enquanto um ato social. O uso “patológico” constitui um “problema a partir da confluência de domínios biológicos, psicológicos e sociais” (p.7).

“Retribuindo-lhe o caráter social, não é possível se abster de compreender os modos moralizantes de representação do alcoolismo: seus efeitos sobre a construção das relações sociais e sua atribuição como fator dissolvente de unidades sociais fundamentais como a família, ou perturbador do exercício de papéis básicos como trabalhador – esposo”. (...) Sendo “definido como doença, por um lado está em jogo o poder de quem diagnostica e reivindica a legitimidade do enquadramento social. Definido como produto de uma vontade lábil ou do desabono da pessoa moral, está em jogo, por outro lado, o poder de quem desmoraliza” (p.11). “Como a ingestão de bebida alcoólica, mesmo a considerada abusiva, constitui um ato social, a qualificação do abuso nada mais é que a denuncia coletiva da transgressão das regras a ele inerentes” (p.12).

Pautando-se nestes temas para a construção do objeto de pesquisa no campo da saúde indígena na região do Alto Rio Negro, SOUZA e GARNELO (2006, p.289) tratam a categoria “beber problema” a partir da ótica nativa, decompondo-a em cinco eixos principais: uso em situações tidas como inadequadas; consumo de substâncias vistas como impróprias; apresentar comportamento disruptivo quando alcoolizado; ter consequências adversas do beber; e beber de tal forma que seja um mau exemplo para os outros.

Ao nos aproximarmos da rua procuramos identificar o usufruto da bebida e da droga, manifesta de maneira explícita ou subliminar aos discursos assimilados em unidades interventoras e centros de ressocialização. Somente quando deixamos de restringir o problema do sujeito à droga, e deixando de percebê-la necessariamente como problema, conseguimos o mergulho na subjetividade do sujeito em busca da significância deste uso na historicidade de sua existência. Como referido por

LEITÃO (2003, p.121) “em sua raiz etimológica, existência é aquilo que está fora do magma, aquilo que se autonomiza do indiferenciado”.

5 A EXPANSÃO DE SI

“As escapadelas de si acontecem porque existem mais coisas em “si” do que o “eu”, um enorme oceano que só se explora quando se está “fora de si”, posição privilegiada da qual se vê a distância que o separa do “eu”. Bebe-se para evocar o “eu” porque evocar é viver, esquecer é morrer. É esse “fora de si” que permite a redescoberta do “eu”, de um “eu” que é “mosca morta” quando faz jejum do vinho, de um “eu” que o vinho ajuda a “avivar”” (PAIS, 2006, p.134) ⁵⁵.

O contato do ser humano com psicoativos naturais e com formas cerimoniais de uso, presente em todas as culturas, está relacionado ao aprofundamento das experiências de si através de mergulhos em esferas da consciência dificilmente exploradas por outros meios. O reduzido potencial psicoativo de determinadas substâncias, como estimulantes a base de cafeína, tabaco e bebidas alcoólicas as tornaram populares e o seu uso, que além de vulgarizado, é incentivado pela indústria do consumo e pelo hedonismo cultural contemporâneo. Não obstante ao baixo “teor psicoativo” das bebidas alcoólicas, se ingeridos em grande quantidade e continuamente, destilados principalmente, tem o efeito similar às outras drogas, não nos seus efeitos bioquímicos, mas no potencial de estimulação de processos subjetivos e articulação de padrões comportamentais coerentemente ativos ou reativos ao meio que o cerca.

Na medida em que tanto as “drogas pesadas” como a “pinga” proporcionam ao sujeito entrar em contato consigo mesmo, interessa-nos seu aspecto operativo na promoção ou na corrupção do cuidado de si e do autoconhecimento.

Para Michel FOUCAULT (2004), as formas com as quais o indivíduo lida consigo mesmo, se insere no contexto de

“quatro grupos principais de “tecnologias”, cada um deles uma matriz de razão prática: (1) tecnologias de produção, que permitem produzir,

---

⁵⁵ Trecho do capítulo *Peregrinando tabernas: fugas de si mesmo*, onde o sociólogo José Machado Pais explora o consumo de álcool enquanto possibilidade de “refúgio em relação às fragilidades da vida”, tomando-se como pontos de observação, tabernas e tascas da cidade de Lisboa.

transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas dos signos, que permitem utilizar os signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; (4) tecnologias de si que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade” (p. 323).

O conhecimento de si e o cuidado de si se intercambiam na sua análise, destacando-se o “preocupar-se consigo mesmo” enraizado na filosofia grega como “um dos mais importantes princípios das cidades, uma das principais regras para as condutas sociais e individuais, e para a arte da vida”. Em *Alcibiades I*, de Platão, aparecem as questões de que si é este que se deve cuidar, e em que consiste este cuidado. Em seu caráter reflexivo significa “o mesmo, mas também conduz à noção de identidade. Este segundo significado altera a questão “o que é o si” para “qual é o fundamento no qual poderei encontrar minha identidade?”” (p.331). O si deve ser encontrado num princípio anterior ao próprio corpo e distinto de todos os instrumentos dos quais ele dispõe, como vestimenta, ferramenta ou posses,

“não um princípio do corpo, mas da alma. É necessário preocupar-se com a alma – essa é a principal prática do cuidado de si. Este é o cuidado da prática e não o cuidado da alma como substância. (...) A alma não pode conhecer a si mesma, a não ser ao olhar para si em um elemento similar, um espelho. Assim, ela deve contemplar o elemento divino. É nesta contemplação divina que a alma poderá descobrir regras que sirvam de base para o comportamento justo e para a ação política” (p.332).

No pensamento grego o “conhecimento de si torna-se o objeto da busca do cuidado de si”. “Alcibiades compreende que deve cuidar de si por meio do exame de sua alma” (ibidem). Foucault ainda recorre neste texto à espiritualidade cristã e aos princípios monásticos investigando diferentes formas de revelação de si. Estas

práticas fazem emergir características de personalidade e comportamentos equivocados em relação ao bem estar próprio ou coletivo ou, por outro lado, moralmente reprovados, mas passíveis de modificação através de penitências, privações ou rituais de purificação. Outro elemento discutido na ascese religiosa se refere à consciência dos fluxos de pensamento e controle dos bons e maus pensamentos. Conhecendo-os encontra-se a porta de entrada para as falhas e fracassos pessoais e as estratégias para sua superação e a expansão de si.

Juntem-se às práticas espiritualistas, as técnicas meditativas, psicológicas e epistemológicas e temos os recursos dispostos pela natureza humana para o exercício do autoconhecimento. Considerando a disponibilidade de psicoativos naturalmente encontrados ou manipulados em todas as partes do globo, temos os recursos dispostos pelo meio ambiente ou desenvolvidos pelo ser humano para a intensificação de suas experiências subjetivas. A busca de si traz a possibilidade da autossuperação e ultrapassando os limites da própria existência o indivíduo pode contactar o transcendente e satisfazer sua busca de sentido para a vida.

Jonathan OTT (1998) identificou o início de uma “ciência das plantas psicotrópicas” e da “farmacêutica celestial” invocada por Baudelaire, na Escócia e Alemanha de 1855 através da obra pioneira *The Chemistry of Common Life* de James F. Johnston, em Edimburgo e “*Die Narkotischen Genußmittel und der Mensch* (Exquisitices narcóticas e o homem) de Ernest Freiherr Von Bibra, em Nuremberg. Em 1860, surgia em Paris *Les Paradis Artificiels*, e em Londres, Cooke publicou *The Seven Sisters of Sleep*, igualmente dedicado aos psicoativos. Ott explora as práticas xamanicas com o cacto peyote trazido ao meio científico por Louis Lewin (1850-1929) em 1888 e por Arthur Hefter (1860-1925) que isolou os alcalóides do cacto mexicano e teve o mérito de fazer a primeira “viagem” enteogênica com um composto quimicamente puro, em 1897. Façanha semelhante se daria com a descoberta do LSD-25 por Albert Hofmann em 1943, um alcalóide artificial muito mais potente que a mescalina de Hefter e sintetizada totalmente em laboratório. Com a publicação *Phantastica*, Lewin classificou as substâncias psicoativas em cinco categorias: *eufórica*, *fantástica*, *embriagantes*, *hipnótica*, e *excitantia*, englobando desde os estimulantes à base de cafeína até os derivados do ópio, como a heroína. No ano de sua morte, em 1929, ele ainda publicou uma importante monografia sobre

a ayahuasca. Segundo Ott, o livro pioneiro de Lewin é considerado, de maneira geral, a primeira revisão ampla da psicofarmacologia e da etnofarmacognosia.

Tais estudos contrapõem a perspectiva farmacológica conservadora à expansão de si, ou expansão da consciência de si, induzida pelo uso de psicoativos. As substâncias consideradas enteogênicas colocam seu usuário em contato com elementos arquetípicos que ampliam o sentido da existência humana, revelando traços divinizantes das experiências humanas alçando o xamanismo ao status de religião primordial. Avançando neste sentido, Gordon Wasson que foi iniciado com o cogumelo “derrumbe” em 1955, consumiu décadas de pesquisas antes e depois de sua iniciação até que pudesse associar o *Divino Cogumelo da Imortalidade*, o enteogênico *Amanita muscaria*, à divindade Védica *Soma* (1968). Ele desenvolveu um significativo inventário do uso sacramental deste psicoativo ao redor do mundo, que teria sido substituído ao longo da história por sacramentos placebo ou simbólicos, que teriam tomado o lugar do êxtase dos brâmanes indianos de três milênios atrás (WASSON, 1996). O preconceito moralista anti-embriaguês neste campo disciplinar, como explica Ott, remonta a 1951, quando Mircea Eliade, importante conhecedor do xamanismo asiático, associou o álcool destilado e o tabaco, introduzidos na Sibéria do século XVII ao *Amanita muscaria*, enteógeno primordial do xamanismo asiático, desqualificando desta forma a espiritualidade tradicional associada à sua utilização sacramental.

Como é referido por HUXLEY (1983, p.185), “as tentativas para fundir a intoxicação pela droga com a intoxicação-por-Deus” está presente “em muitas sociedades em vários níveis de civilização”. “Ele acreditava que o alcoolismo e outras formas de dependência a drogas eram uma consequência de anseios de autotranscendência, tanto quanto a teologia mística, os exercícios espirituais e a ioga” (introdução do editor, p.181). Ele também se refere a William James que experimentou dois psicoativos: “óxido nitroso e o peiote”, fazendo referência aos *aspectos metafísicos da dependência*:

“A influência do álcool sobre a humanidade deve-se inquestionavelmente ao seu poder de estimular as faculdades místicas na natureza humana, normalmente esmagadas pelos frios fatos e secas críticas da hora sóbria. A sobriedade diminui, discrimina e diz não. A

embriaguês expande, une e diz sim. É, na verdade, o grande excitante da função Sim no homem. Tira seu devoto da gélida periferia das coisas para o seu âmago radiante. Torna-o, naquele momento, uno com a verdade. Não é por mera perversidade que os homens correm atrás dela. Para o pobre e iletrado, ela toma o lugar dos concertos sinfônicos e da literatura, e é parte do mistério e da tragédia mais profundos da vida (...). A consciência embriagada é uma pequena parte da consciência mística, e nossa opinião total sobre ela tem que encontrar seu lugar em nossa opinião do total muito maior” (p. 183).

Sob a denominação ‘estados místicos de consciência’, William James (JAMES, 1902, p.366), caracterizou as experiências nestes estados alterados em função de: 1- *inefabilidade* – são mais associados aos sentimentos e percepção subjetiva que aos estados do intelecto, o que os tornam inexprimíveis pela palavra e incompreensíveis em toda a sua totalidade por quem não viveu a experiência; 2 – qualidade *noética* – se refere aos estados de iluminação e revelações em mergulhos profundos na verdade, insuficientemente elaboradas pelo intelecto discursivo mas cheias de significados e importância, que conduzem a um curioso senso de autoridade; 3 – *transitoriedade* – não podem ser sustentados por muito tempo ⁵⁶, após determinado limite, os *estados místicos* se desfazem na realidade comum do dia-a-dia e geralmente o seu registro na memória não tem a mesma qualidade da experiência vivida; quando estes estados se repetem pode haver um desenvolvimento contínuo em relação à importância e riqueza interior experimentadas; e 4 – *passividade* - quando um determinado nível de consciência é atingido, o místico sente como se estivesse suspenso e algumas vezes arrebatado por uma força superior. Esta última peculiaridade, segundo James, relaciona os estados místicos com fenômenos conhecidos de personalidade secundária ou alternativa, tais como discursos proféticos, escrita automática, ou transe mediúnicos, mas estas ocorrências podem não ter significado para a vida do sujeito. O que ele refere como

---

⁵⁶ James se refere à duração destas experiências a no máximo duas horas, salvo raras exceções. Sob o efeito de psicoativos utilizados sucessivamente em longos rituais religiosos, experiências semelhantes podem durar várias horas ou se encadearem por vários dias. Experiências desta natureza sem o uso de psicoativos são encontradas em relatos de experiências místicas como na “Autobiografia de um Iogue” de Paramahansa Iogananda (1946) e literatura similar da autoria de místicos historicamente reconhecidos.

estados místicos deixam um rastro de conteúdo na memória com a noção de sua importância e são capazes de modificar a realidade interior do sujeito entre períodos de recorrência.

Os psicoativos têm sido, desta forma, apresentados como uma trilha que, passando pelos campos místicos, leva ao paraíso. Ilustrativamente, na cerimônia descrita por Wasson, a índia xamã mazateca Maria Sabina, que lhe ministrou os cogumelos sagrados numa aldeia de Oaxaca era:

“El chaman, el centro de los anhelos y aflicciones de la humanidad, que se remonta a la edad de piedra y Siberia. Ella era la religion encarnada. Era el hierofante, el taumaturgo, la psicopompa en la que los problemas y aspiraciones de innumerables generacionaes de la familia de la humanidad habian halado, y seguian hallando, su alivio” (apud OTT, 1998, p.100) ⁵⁷.

Os (curtos) circuitos da droga

Na pensão perto da antiga rodoviária, “tinha dezenas de quartos: (...) o primeiro andar era só prostitutas”. Josimar ficava com elas e começou a usar cocaína e crack em bacanais na pensão: “ficava com tesão no início, mas depois da segunda pedra, o toquinho não subia mais. As mulheres ali, com os peitos assim... era muita mulher mano. Via as pessoas transando...”. Por causa das drogas perdeu o trabalho e o dinheiro. Fechou contas em “três bancos”. Perdeu tudo e ficou na rua. Fala que é alcoólatra, mas não é viciado, porque gosta de beber mas pára quando quiser ⁵⁸.

---

⁵⁷ “O xamã, centro de desejos e sofrimentos da humanidade, que remonta à Idade da Pedra e Sibéria. Ela era a religião encarnada. Era o hierofante, o taumaturgo, a psicopompa na qual os problemas e aspirações de inúmeras gerações da humanidade haviam buscado e ainda encontravam seu alívio”. Hierofante – do grego *hierophántes*, pelo latim *hierophante* – O sacerdote que presidia ao mistério de Elêusis, na Grécia antiga. Taumaturgo – do grego *thaumatourgós* – aquele que faz milagres; Psicopompa – do grego *psychopómpos* – Na mitologia antiga, condutor das almas dos mortos, epíteto de Hermes, Caronte, Apolo, Orfeu. Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2ª Edição. Nova fronteira.

⁵⁸ Jovem, 23 anos, usuário de bebidas alcoólicas. Segundo seu relato, atualmente não usa outras drogas. Vive na rua com a mulher.

Para Josimar, o uso de cocaína e crack na pensão da cracolândia o conduziavam ao paraíso. Um paraíso de mulheres, de poderes e prazeres. A referência ao passado em relatos como este revela um perfil de pessoas que deixaram ou se esforçam para deixar o “vício”, neste caso, se refere a relatos de experiências em períodos anteriores à ida para as ruas. As experiências de usuários que continuam usando drogas nas ruas são mais introspectivas, partilhadas em pequenos grupos e costumam ser intercaladas com períodos de abstinência em clínicas religiosas. De maneira geral, fazem referência à “zoeira”, mergulhos nas esferas do prazer e ultrapassagem de uma barreira cognitiva, percebendo-se numa dimensão espiritual viável dentro dos seus sistemas de crenças e representações da realidade. Geralmente são jovens, em alguns casos em torno dos trinta anos e mais raramente em torno dos quarenta.

Hugo conheceu as drogas depois dos 20 anos e usa há mais de 15 anos. Relata períodos que “trabalhava de dia e zuava a noite todinha”, fica até “cinco dias sem dormir, só ligado”: “se chamar para qualquer parada, eu vou”; “no meio do meu tratamento aqui dentro da instituição, consegui trabalhar numa empresa que era todo mundo viciado e eu, pra atrapalhar, era viciado também, era 24 horas no ar, não sei como é que eu resistia tanta coisa, trabalhar e usar droga ao mesmo tempo”. “Fui autuado com o artigo 10, porte de arma ilegal, eu andava armado né, 24 horas, ia trabalhar armado, ia pra boca armado, ia pro forró armado”. Não teve êxito na única tentativa de assalto, estava armado, mas “não sabia como abordar a vítima”: “não sabia como fazer, não consegui”. “Furto, eu já cometi vários pequenos furtos. Cometi, hoje eu não cometo mais, graças a Deus. Não preciso mais disso. Eu passo até fome, porque se eu fosse roubar eu não estava ali no albergue, entendeu”.

Quanto aos prazeres da droga, as referências são geralmente envoltas por um clima de mistério ou mascaradas pelos discursos oriundos da institucionalização sobre as “perdas”, a “doença”, o “vício” ou a “dependência”. Mas serve para “espantar a solidão”, ter uma “companhia do seu lado”: “já usei droga com a filha de um juiz de direito (...), tinha 16 anos, encontrei na boca”. As aventuras e experimentações sexuais fora da rotina habitual incluem a liberdade para saciar os desejos reprimidos como a participação em bacanais, práticas da homossexualidade ou simplesmente pela escolha ou aceitação de parceiros que não escolheriam ou que não os aceitariam quando sóbrios.

A dimensão espiritual frequentemente referida pela literatura das drogas, costuma ocorrer entre usuários da rua. Termos *paraíso* e *divino* ocorrem espontaneamente, mas é mais comum referirem a termos como *prisão* e *inferno*, principalmente quando o relato está associado aos julgamentos e percepção de não usuários. Também fazem referência a “um contato físico e espiritual” com outros usuários: “quem disse usa disso cuida”, “ela usa, ela sabe que ela tá carente, naquele dia ela não usou mas ela sabe que você tá usando, você tem”. Ao se falar em espiritualidade, nota-se um cuidado na distinção entre o sagrado e o profano, como na referência a um estranho que indicara um local de tratamento: “acho que foi um poder superior que fez com que eu conversasse com ele, quando eu falo para você poder superior você pode pensar que eu tenho parte espiritual, que sou um macumbeiro, não tem nada a ver, poder superior é um ... tipo de um anjo da guarda (...); eu sou cristão, cristão significa que é crente; crente todo mundo é, mas eu sou cristão batizado nas águas da assembléia de Deus, isso eu tenho muita honra de falar para você, tenho vocação para isso”.

Não podemos elevar estas drogas à categoria dos enteógenos, como esclarece Wasson. O uso da pinga, do crack, da maconha ou da cocaína em hotéis de alta rotatividade ou debaixo de viadutos cinzentos e empoeirados, com carros e buzinas ao lado, cheiros nem sempre agradáveis, cores quase sempre ausentes, oferece estímulos radicalmente distintos dos rituais constituídos na historicidade de culturas que exigem cuidados como alimentação, abstinência sexual, paramentos adequados, símbolos ritualísticos, icaros, mantras e ritmos harmônicos que modelam a experiência vivida. Nas práticas ritualísticas o xamã utiliza estes recursos como estabilizadores da experiência, alternando momentos de concentração, ritmos estimulantes ou relaxantes, invocação de forças masculinas ou femininas, guerreiras ou consoladoras, curadoras ou protetoras. Também é possível que a combinação de diferentes alcalóides presentes nos vegetais psicoativos funcione como estabilizadores da experiência de êxtase, ao contrário das substâncias sintetizadas que privilegiam determinados efeitos.

Ultrapassando-se a barreira cognitiva da realidade tangível, a trilha que conduz à esfera espiritual pode levar ao paraíso, ... ou, geralmente no caminho de volta, ao inferno: “após a droga vem a depressão, vem o desespero, vem a mágoa,

vem a raiva de mim, vem o ódio e vem ... a vontade de desistir ... de viver, e de abandonar isto aqui que é o tratamento, que eu já abandonei uma vez”. Numa conversa com outro usuário de crack após o uso, ele resmungava com a voz distorcida, dirigindo-se a personagens que só ele via: “vocês vieram me buscar, vocês não vão me levar não!”

A visão de bichos, demônios e outras alterações visuais e auditivas com conteúdos opressivos também aparecem nos relatos de crises de abstinência, como também pudemos presenciar algumas vezes entre usuários de bebidas alcoólicas. Um jovem que descera a rua correndo de demônios que o perseguiam estava transpirando, com as feições transtornadas, em pânico. Tinha diagnóstico de esquizofrenia, era usuário de álcool com histórico de uso de crack no passado e seus amigos referiram o retorno do uso de drogas antes de criar problemas com traficantes e ser assassinado a tiros no Glicério. Um homem de meia idade, que intercalava períodos de abstinência e períodos de uso, passava por crises durante três a cinco dias cada vez que interrompia o uso: certa vez o observamos em cima de uma cadeira, no canto de uma sala tentando se defender de uma ameaça invisível, mas real na sua percepção. Via trabalhos de macumba em lugares ao redor do seu espaço de circulação rotineira. Outro falava explicitamente e coerentemente de um mundo de sombras. Não é raro que tais sombras e perseguidores sejam emoldurados por lembranças do próprio passado, carregando-as de significados e sentidos relacionados ao drama social ou a experiências pessoais.

Desta forma, encontramos relatos de pessoas que classificam tais experiências como alucinações sem nenhuma conexão com a realidade, outras as explicam como fragmentos da memória ajuntados de maneira aparentemente desconexa, onde algumas cenas são ressaltadas e distorcidas. Outras pessoas as explicam como revelações de uma realidade espiritual invisível, perceptível somente nestes estados e na qual se sentem prisioneiros.

De volta à sobriedade, a plasticidade dantesca destas visões e sensações é claramente distinguida da materialidade do real. A Florença de Dante Alighieri, no século XIV também se distingue da realidade das ruas de São Paulo, salvo pela convivência com conflitos e corrupção nas esferas de poder, e diferenças sociais decorrentes de injustiças e distribuição desigual de renda. A percepção subjetiva da

realidade das ruas, entretanto, apresenta componentes não menos infernais que a trajetória do poeta. São relatos de solidão, abandono, desrespeito, dificuldade para conseguir água, banho, sanitários, segurança. As relações sociais são recheadas de acusações e desqualificações despropositais como a forma de serem despertados “às 5:30”, relatada pelo usuário de um albergue da periferia: “vamos levantar seus porra!”. Nas manifestações de revolta e agressividade, quando são ameaçados de denúncia à polícia ou retaliações das instituições, resumem a situação numa frase: “não tenho nada a perder!”

O isolamento reflexivo na rua ou as reflexões proporcionadas nos círculos de discussão sócio-educativos ou terapêuticos contribui para o reconhecimento de situações concretas de privação, de necessidades, de desejos e das relações entre elas. DaMATTA (2000) distingue o *individualismo*, enquanto “uma sofisticada elaboração ideológica”, da *individualização*, experiência universal da condição humana. O reconhecimento e institucionalização da experiência da *individualidade* permitem “a experiência fundamental de estar fora-do-mundo e, portanto, livre de obrigações sociais imperativas e rotineiras” (p.10). Analisando o carnaval e rituais de iniciação, DaMATTA conclui que é “a experiência de estar fora-do-mundo que engendra e marca os estados liminares, não o oposto. (...) É, em uma palavra a individualidade que engendra a liminaridade (sic)” (p.23). O anonimato da rua e a especificidade das experiências de alteração da consciência promovem um duplo distanciamento: o da rede de relações de suas origens e o da realidade objetiva. Consolida-se, desta forma, rupturas de laços e vínculos sociais que oferecem critérios de conduta e padrões de moralidade.

Paulo vivia numa família e contexto religioso que proibiam o sexo antes do casamento. Um relaxamento de proibições desta natureza poderia oferecer-lhe a possibilidade de ter relações com a namorada sem a culpa do pecado. Estar no mundo da família, cerceado pelos seus valores morais, significava estar fora do mundo de sua faixa geracional. Entrar na sintonia dos amigos implicava em ceder à “fornicação” e, portanto, sair do círculo religioso regulado por valores morais restritivos. A experiência da individualidade o transporta ao espaço ambíguo das contravenções, onde ele continuou tendo a referência moral do grupo de origem, mas experimentou ser parte de outro mundo ao desrespeitar um código de conduta

fazendo sexo com a namorada. O uso do crack, no seu caso, começou quando ele experimentou esta ambiguidade mergulhando em formas de prazer proibidos. Indo para a rua, ou melhor, sendo expulso de casa, ele deixou para trás os controles familiares, de amigos e religiosos.

O real, antes ou depois da *ruptura* social pode ser percebido como inadequado, indesejado e tão prejudicial como a droga que estimula o sujeito a este julgamento. Se isto ocorre, o prazer individualizado, induzido quimicamente, oferece uma alternativa mais interessante, do ponto de vista do sujeito, do que a realidade primeira. Depois da experiência confortante, estimulante, prazerosa, sem cobranças e compromissos morais que a droga proporciona, o sujeito volta ao cotidiano, sem o conforto de uma casa, sem o suporte familiar e social. As decepções com o mundo que o rodeia pode levá-lo a concluir que “o inferno é aqui”, reafirmando a *ruptura* com a realidade e imergindo numa situação de *crise*, de maneira similar à trajetória estudada por Victor Turner ao tratar dos dramas sociais.

Analisando-se os estados alterados comportamentais e de consciência vividos na rua com a referência dos estados místicos identificados por William James, eles são igualmente *inefáveis*. São ondas de força inexplicáveis de passam por todo o corpo, energizando-o a uma potência inconcebível com os recursos ordinários da memória e da imaginação. Não são traduzíveis pela linguagem e sem os recursos literários e mitológicos são praticamente incomunicáveis.

O traço de inefabilidade do álcool aparece em casos de alcoolização extrema e nas síndromes de abstinência. As pessoas entram em mundos invisíveis projetados fantasticamente com elementos fragmentados de sua memória, com percepção visual e auditiva alteradas, como cenas recheada de “bichos”, ameaças fictícias, desejos de salvação de pessoas em perigo imaginário, “fios saindo do corpo”, “pontos de macumba”, “exus” e “pombas-gira” entrando no corpo a procura de sexo ou violência. As cenas vividas podem ser descritas com detalhes durante ou depois da experiência ao contrário das experiências de êxtase obtidas através de substâncias estimulantes do sistema nervoso. Ainda assim tratam como inexplicáveis as sensações de poder, opressão, angústia, medo, ameaça.

O segundo aspecto referido por James é a qualidade noética, da imersão em esferas do conhecimento que traz a compreensão de fenômenos “insuficientemente

elaboradas pelo intelecto discursivo”. O jogo de forças vivido por Hugo com a cocaína, o estrategismo belicoso de Rodrigo com a maconha quando circulava pelo território de gangs adversárias ou perto de policiais, o entendimento da natureza da fornicação por Paulo com o crack, o jeito de viver “assim no mundo” de Luis com o uso simultâneo ou não de todas estas drogas, os colocam em contato com níveis de compreensão diferenciados em relação aos não usuários. Em relação ao uso do álcool, quando o sujeito está sóbrio, às vezes sequer se lembra do que viveu na embriaguês. Ao se lembrar de algum comportamento inadequado pode se envergonhar e se referir à falta de sentido do vivido dando gargalhadas de si mesmo. Entretanto, quando alcoolizado, filosofa, explica a própria realidade sob parâmetros emocionais e em certos casos parecendo ter descoberto uma nova chave para a interpretação da realidade que vive ou para o sequenciamento de fatos já vividos.

O terceiro aspecto, a transitoriedade, parece óbvia diante da compulsividade dos usos. Mesmo que os ganhos sejam associados simplesmente à penetração em bolhas emocionais de experiências cronologicamente regredidas, as alterações sensoriais e de percepção da realidade em estados alterados de consciência não se sustentam por muito tempo. O estado alterado de consciência é por definição, temporário. Voltar ao estado ordinário de consciência significa voltar para uma situação incômoda que pode implicar em estados depressivos já que a consciência da precariedade em que se encontra também aumenta.

O quarto aspecto, da passividade, se refere igualmente à sujeição de forças externas a si mesmo, incontrolláveis. Geralmente a *fissura* pelo uso tem sido associada à necessidade orgânica e tem sido associado à dependência química, mas também é explicado por alguns como uma sujeição a entidades ou forças espirituais de ação sub-reptícia na vontade da pessoa.

O exercício da subjetividade pressupõe o substrato dos processos neuroquímicos, dos quais ressaltamos igual complexidade e variabilidade. Do ponto de vista farmacológico a metabolização das drogas envolve processos variáveis desde a absorção e distribuição no organismo. Para drogas como o álcool, já ocorre alguma metabolização no estômago e intestino, mas depois da absorção pela corrente sanguínea, passará pelo fígado antes de chegar ao cérebro. A metabolização consiste na reestruturação molecular da substância através de reações químicas controladas

por enzimas específicas, como a álcool desidrogenase que remove o hidrogênio da molécula de álcool e a transforma em acetaldeído, que por sua vez será convertida em acetil coenzima pela acetaldeído desidrogenase. A exposição prévia a uma substância que usa determinada enzima altera o nível de produção daquela enzima, como acontece com as enzimas catalisadoras do álcool no fígado. Os metabólitos, produtos da metabolização, são de maneira geral, mais úteis e menos tóxicos ao organismo do que a substância original, mas outras substâncias como o THC, princípio ativo da maconha, geram metabólitos que podem ser mais ativos do que a droga original da qual ele se constitui.

No caso das drogas inaladas, como a maconha, quando o material desidratado é queimado, o ingrediente ativo permanece na fumaça, como vapor ou em pequenas partículas de cinza. Em contato com a umidade das paredes pulmonares, ele se dissolve e cai na corrente sanguínea. Ao contrário do que acontece com os gases, as partículas da droga na fumaça não serão revaporizadas e permanecerão no sangue até que sejam excretadas por outros meios, como no sistema de filtragem do fluxo sanguíneo pelos rins. As drogas aspiradas podem entrar em contato com terminações nervosas específicas das vias respiratórias que se interligam diretamente ao cérebro. De maneira geral são absorvidas pelas mucosas nasais e pelas superfícies pulmonares e a administração intravenosa a coloca diretamente em contato com a corrente sanguínea. Desta forma, a combinação de inúmeras variáveis dos mecanismos de absorção e excreção da substância, influencia do ponto de vista fisiológico, a variabilidade dos efeitos de uma mesma droga entre indivíduos e para um mesmo indivíduo ao longo do tempo (McKIM, 2000, p.6-ss).

Os mecanismos de ação de cada uma destas substâncias não são completamente conhecidos, pois cada droga pode conter inúmeros ingredientes ativos que interagem com múltiplos sistemas orgânicos. A sua interação com o sistema nervoso influencia diretamente as funções cognitivas, sensoriais e a memória através de alterações da dinâmica dos neurotransmissores entre as sinapses nervosas. São conhecidos dezenas de neurotransmissores e os neurônios são classificados de acordo com os neurotransmissores que eles liberam. Os colinérgicos liberam acetilcolina, os adrenérgicos liberam epinefrina, também conhecido como adrenalina. Os dopaminérgicos usam a dopamina, os serotoninérgicos usam a serotonina e assim

por diante. Ainda que cada neurônio libere sempre o mesmo transmissor, o seu efeito em diferentes células pode ser diferente dependendo da natureza do receptor. Dentre outras funções, as substâncias administradas de fora do corpo que chegam às sinapses podem alterar o seu funcionamento mimetizando os neurotransmissores e ocupando os receptores que causam o efeito da droga, intensificando tais efeitos ou bloqueando o efeito de determinados transmissores ao ocupar seus receptores (ibidem, p.61-ss).

A ação de inúmeras drogas é associada ao sistema límbico, abaixo do córtex, devido sua importância nos controles emocionais, motivacionais e abrigamento dos chamados centros de prazer. Uma das mais complexas estruturas do sistema límbico é o hipotálamo, que desempenha uma “função importante no processo motivacional por exercer um controle no sistema nervoso autônomo (SNA) e endócrino. Assim, durante um comportamento motivado, o hipotálamo comanda as respostas do SNA ou endócrina para ajudar na execução desse comportamento” (VASCONCELOS, 2002).

Desta forma, encontramos nos estudos comportamentais e psiquiátricos a base explicativa para a atribuição do uso recursivo das drogas às dinâmicas neuroquímicas e a possíveis falhas neste sistema. Ao nos contrapormos ao reducionismo biológico, verificamos que o uso de psicoativos naturais, ritualística e socialmente integrados sob mecanismos de autocontrole e controles sociais culturalmente desenvolvidos não apresentam o risco de dependência, como observado por Wasson e pesquisadores contemporâneos dos enteógenos.

Entre usuários de drogas também existem controvérsias quanto aos mecanismos de adicção, dependência e padrões de uso considerados danosos. FERNANDEZ (2007) desenvolveu sua pesquisa com consumidores de cocaína em São Paulo, elencando características que distinguem consumidores *hard* dos consumidores *light*. Segundo sua análise, a tipologia de uso “varia entre dois extremos: o uso compulsivo e disfuncional num pólo e o uso controlado ou moderado e funcional”. Ele define “o uso *light* como aquele que teve pouca ou nenhuma consequência decorrente deste consumo, e o uso *hard* como aquele que acarretou as piores, tais como longos períodos de encarceramento e/ou problemas físicos e de saúde associado ao consumo” (p.284). Quanto aos consumidores *light*:

“Esses sujeitos possuem suprimento estável, compram com dinheiro do próprio salário e não têm problemas financeiros para adquirir esse produto, geralmente consomem na proporção de 1g a 5 g por semana, produtos com maior qualidade e quantidade, e nunca encontraram problemas com a marginalidade e a repressão. Portanto, poderíamos caracterizar esse estilo *light* com um recorte de classe social, cuja principal regra de consumo é de que não atrapalhe as atividades dos trabalhos e interfira na execução das atividades e compromissos cotidianos” (p.286).

Os depoimentos obtidos por Fernandez também se referem à diversidade das motivações e dos efeitos, seja como potencializador da capacidade profissional e outras atividades, estimulação sensorial, experiências de êxtase ou produção de sentido para a própria vida.

O circuito religioso

““...porque se preocupa comigo? Eu já morri!”. Uma noite de muito frio, (...) estava gelado e inerte debaixo do viaduto, sozinho, sem os colegas, misturado à terra e às baratas. Os que passavam riam-se do maloqueiro: “Se acabou na cachaça!”; “Este não mexe mais!”. (...) Chegamos ao Pronto Socorro, (...) deixamos o telefone para que nos avisassem durante a noite ou no próximo dia. O médico nos disse que não chegaria até lá. Já não tinha nenhum reflexo. Mas acerquei-me de Joãozinho e falei-lhe de umas poucas coisas, entre elas, quem foi que mais uma vez havia teimado em preocupar-se com ele e que esperava que ele melhorasse. Mas quando lhe disse: “Joãozinho, vamos rezar uma Ave Maria a Nossa Senhora Aparecida, para você ficar bom”, que Joãozinho chorou. (...) Hoje está vivo, mora com a mulher e filhos, levando muitas noites e dias de luta e trabalho” (CASTELVECCHI, 1985, p.87).

Na primeira parte deste capítulo apresentamos o que é referenciado por iniciados em cerimônias tradicionais como *ampliação da consciência*, conseguida

em estados alterados de consciência, compreendidos pelo acesso a outros níveis sensoriais, de memória, de compreensão da realidade e de interação com realidades metafísicas. São alcançados através de experiências místicas, geralmente associadas a grupos monásticos e pessoas com talentos especiais, principalmente para a prática meditativa; ou através de práticas de cunho xamânico intensificadas pelo efeito de psicoativos naturais. A adoção de psicoativos populariza as experiências iniciáticas, isentando o sujeito de longas trajetórias de autoconhecimento e ascese como condição para se atingir tais estados. Enquanto um fenômeno social presente em inúmeras culturas, representa uma demanda da natureza humana por autoconhecimento e ultrapassagem dos próprios limites.

A expansão de si, pode se restringir a sensações: de ser maior, mais forte, mais amável, mais poderoso, mais sábio, ou simplesmente mais alegre. Procuramos demonstrar até aqui que estas sensações podem ser atingidas através das bebidas e drogas sintéticas de baixo custo como reafirmam alguns estudos sociais, históricos, psicológicos e farmacológicos sobre o tema.

Neste tópico procuramos ressaltar a intercessão entre os círculos religiosos e usuários de álcool e drogas, constituindo um circuito alternativo que se encontra na base das relações que institucionaliza o morador de rua como alvo de intervenções sociais. Estas intervenções contribuem para o afastamento da bebida e das drogas oferecendo igualmente a possibilidade de experiências místicas que atribuem novos significados à vida do sujeito.

Nenuca, como ficou conhecida a Freira Castelvechi, foi a primeira missionária a organizar um programa de atenção sistemática e integral ao morador de rua. Com o lema beneditino “ora et labora” buscava com os moradores de rua atribuir sentido à vida através do cotidiano do trabalho e da vida religiosa. Os encontros religiosos incorporaram elementos da cultura popular com rituais e convivência que visavam a reconstrução das relações familiares e fortalecimento dos vínculos, como voltaremos a tratar adiante.

As referências, práticas e crenças religiosas indicam a penetração das religiões no contexto da rua, em primeiro lugar assumindo papéis institucionais para a criação e coordenação de programas de atenção básica com a prestação de serviços

de alimentação, banho, higiene e abrigo em locais fixos; ou através de grupos que prestam serviços, principalmente alimentação na própria rua.

Encontramos referências ao catolicismo, pentecostalismo, espiritismo e umbanda, onde o trabalho evangelizador apresenta certa ambiguidade: ao mesmo tempo em que assume um cunho moralizante em relação ao uso, também oferece a possibilidade de reflexões sobre si. A ação moralizante reforça o reconhecimento das dificuldades do sujeito como moeda de troca pelos serviços prestados induzindo a internalização da menos valia decorrente do uso. Por outro lado, reflexões pedagogicamente construídas permitem a condução do sujeito ao reconhecimento das potencialidades e recursos espirituais que permitirão a disciplina da abstinência.

Apesar do caráter moralizante em relação ao uso de álcool e drogas, ressaltamos que as religiões oferecem alternativas de expansão de si. O termo genérico *expansão de si* foi propositalmente escolhido para tratarmos ainda da organização para o trabalho, autoconhecimento, ou arrebatamento religioso.

A menção a “noites e dias de luta e trabalho”, por Nenuca, se relaciona aos esforços para a organização dos catadores de materiais recicláveis, que se iniciou nos anos 80, focalizando a atividade profissional já encontrada nas ruas. Enquanto as oficinas de laborterapia atuavam como recurso terapêutico já naquela época, o surgimento de associações e cooperativas, como a precursora Coopamare, em São Paulo, promoveu o movimento afirmativo que alçou um grupo de catadores da condição de desqualificação profissional a posições de liderança amplamente reconhecidas. O reconhecimento profissional atua na afirmação identitária da categoria dos catadores que em consequência de suas lutas políticas desenvolveram programas de capacitação, reciclagem e o fortalecimento de grupos de outras regiões do país.

Os integrantes destes grupos relatam a presença da bebida no contexto da rua e o seu uso por eles próprios, alimentando conflitos e reações inadequadas no ambiente de trabalho. Por outro lado, o trabalho apresenta demandas organizacionais, preparo para palestras sobre meio-ambiente em escolas públicas, encontros com representantes do poder público, preparação de seminários e organização de estratégias para a conquista de espaços de trabalho e inclusão nas políticas públicas ambientais. Estas demandas promovem o sujeito a uma condição

incompatível com o uso abusivo de bebidas e drogas. Os trabalhadores associados e cooperados que fazem uso são abordados em programas de intervenção como acontece em instituições similares, mas a exemplo da atuação diferenciada das lideranças, observamos que esta atuação preenche determinadas lacunas existenciais antes preenchidas somente pelo uso da bebida.

Os programas pedagógicos atuam na linha do autoconhecimento procurando suprir o sujeito com informações sobre a saúde e os danos das drogas, gerando espaços de orientação e discussão sobre questões coletivas e individuais. Os discursos evangelizadores oferecem ao sujeito novos papéis na cosmologia religiosa, entretanto podem reproduzir a fala da estrutura social, a fala do poder, cultivando o caldo de cultura que opta pela narrativa do sofrimento, associando o indivíduo ao seu fracasso. Quando a moral religiosa justifica a pessoa na situação de uso pode involuntariamente contribuir para sua identificação com o uso, cultivando o sofrimento e alimentando os discursos de impotência como uma moeda de troca para a obtenção de favores institucionais.

O terceiro aspecto da expansão que estamos tratando trata-se do *arrebatamento*. Ouvimos este termo de um jovem, ex-usuário de drogas, ex-trafficante e beneficiário de programas públicos municipais. Segundo ele, só quem já passou pela experiência sabe o que é, mas atribui sua “salvação” a este tipo de *milagre*. Através do que ele identifica como uma intervenção divina na sua vida, ele deixou o mundo do tráfico, das drogas e da delinquência, substituindo a gratificação das drogas pela gratificação do pertencimento e da fé religiosa. O tempo em que passou na rua, vinculado a instituições assistenciais era para ele um período de depuração para organizar a vida, uma fase na qual a inserção religiosa tornara imprescindível.

Um pastor evangélico nos falou de suas preleções com usuários de drogas citando a “ação do espírito santo” conduzindo sua fala e sua postura. Em situações específicas ele menciona o ritualismo exorcizante que, todavia, requer o esforço e a dedicação do sujeito para se libertar das influências do mal. As experiências desta natureza são tidas como experiências místicas onde a pessoa adota um discurso diferente do que lhe é usual, apresentando um entendimento mais abrangente, otimista, e transformador sobre as coisas e sobre as relações com outras pessoas.

Para o psicanalista Luigi Zoja, “a necessidade arquetípica de transcender o próprio estado a qualquer preço, mesmo às custas de meios danosos para a saúde física, é particularmente forte em quem mais sofre de uma condição insignificante, sem identidade e papel precisos” (ZOJA, 1992, p.21). Para Zoja, a intensificação do uso das drogas pode ser justamente em decorrência da falta do sagrado na vida cotidiana: “se realmente na base da iniciação à droga está uma necessidade de se transcender e uma nostalgia do sagrado, então também a liberação dela pode ser conseguida com um salto qualitativo correspondente, que transcenda a situação anterior” (p. 18).

A despeito das inúmeras intervenções religiosas de católicos, espíritas, evangélicos e pentecostais com os consumidores de álcool e drogas que vivem nas ruas, encontramos também dois grupos ecléticos que ministram o enteógeno Ayahuasca a moradores de rua. Como se trata igualmente de um psicoativo e rituais que conduzem aos estados alterados de consciência e privilegiam o autoconhecimento e os processos iniciáticos, focalizaremos este tema a seguir.

O caminho iniciático do Santo Daime⁵⁹

“Aquele dia foi feroz, aquele trabalho lá. Eu vi coisa aí do arco da velha. Tudo em relâmpago... (...). Bem no lugar onde eu tava sentado tem um tronco de madeira bem no vitrô assim, sabe o que eu vi naquele tronco? Aquele tronco começava a se mexer assim, virava uma cobra e descia assim... Eu pensava assim: “-Que loucura meu Deus do Céu” Eu olhava aquele quadro de homem alado, tudo pondo a mão pra fora do quadro assim... “-Ave Maria”, eu falei. Eu tava até meio... Eu falei: “-Não, mas isso aí num existe, isso num é verdade”. (...) Ah, muito pesado, eu tomei o chá mais uma vez e num quis mais não. Mas o Gabriel melhorou porque ele fala pra mim: “-Pedro, olha irmão, o médico me cortou o meu remédio...” Porque às vezes eu acho que ... Bom ele teve fé na religião né, ele gosta... (...) O Roberto melhorou bastante, o Roberto é doido

---

⁵⁹ Este sub capítulo foi utilizado na produção do artigo **Alcohol, crack and therapeutic effects of Santo Daime in homelessness** (Varanda e Adorno, 2008).

também ... Então, o Roberto conseguiu pará com bebida, com droga, com tudo, meu! Cigarro, tudo. E o Gabriel, o médico cortou [o remédio] dele porque a potência viral dele caiu. Caiu, diminuiu bastante. Então ele tá botando uma fé que a religião tá curando ele ... Ele segue, ele segue a religião certinho lá. (...) Eu num quis mais não”⁶⁰.

Trataremos a seguir do uso do psicoativo Ayahuasca, incorporado à corrente doutrinária Santo Daime, evocando a experiência com alguns moradores de rua que vivem na Baixada do Glicério que acompanhamos por alguns anos a partir de 1996. Cinco moradores de rua que participaram destes processos fazem parte do nosso atual universo de pesquisa, dois deles continuam participando de rituais religiosos com o Santo Daime e um deles frequenta uma Igreja Pentecostal. Focalizaremos principalmente a funcionalidade do processo iniciático na expansão de si comparativamente à experiência de uso de bebidas e drogas. Abordaremos o abandono ou restrição do consumo de drogas resultante do uso deste psicoativo, ressaltando que um estudo completo das intervenções terapêuticas e sua eficácia entre moradores de rua deveriam considerar a existência de inúmeras clínicas e programas que focalizam o problema.

O processo iniciático desenvolvido na clínica Takiwasi, Tarapoto, Peru, desde os anos 90 (MABIT, 1996), oferece o acesso ao uso da Ayahuasca dentro de rituais tradicionais da Amazônia Peruana, e de forma concomitante a períodos de desintoxicação, também realizados com o uso de plantas vomitivas e purgativas. Desta forma a utilização deste psicoativo oferece ao usuário a alternativa de transitar pelos circuitos psicodélicos, indo além dos limites atingidos com o uso de outras drogas, como a pasta básica de cocaína, mais comum na região.

O chá Ayahuasca possui agentes psicoativos como a dimetiltriptamina (DMT) e beta-carbolinas que interagem com a monoaminoxidase (MAO) e processos serotoninérgicos que atuam na regulação do humor. Também provoca o aumento das atividades eletroencefalográficas (EEG) alpha (8-13 Hz) e theta (4-8 Hz) e

---

⁶⁰ Relato referente a um ritual religioso com ingestão do chá Ayahuasca num grupo de cinco pessoas, sendo dois moradores de rua usuários de bebidas alcoólicas. O evento aconteceu há aproximadamente dez anos atrás. O sujeito entrevistado continua em situação de rua fazendo uso de bebidas alcoólicas.

possivelmente atua no sistema límbico, permitindo o acesso aos conflitos emocionais (HOFFMANN et al, 2001).

Os estados de consciência alterada se assemelham a estados de meditação profunda. O indivíduo “pode ter profundos insights sobre seus padrões comportamentais e aprender a integrar conteúdos inconscientes a um nível mais elevado da consciência”. Em termos neurológicos, isto significa trazê-los ao “nível neocortical, onde os problemas podem ser processados, entendidos e integrados” (ibidem). Os efeitos terapêuticos, inclusive em relação ao uso de álcool, tem sido registrados em diversas pesquisas sobre sua farmacologia (LABIGALINI, 1998; MCKENNA, CALLAWAY & GROB, 1998; GROB et al, 1996).

O uso tradicional da Ayahuasca foi incorporado por correntes religiosas que nasceram na região norte do Brasil no início do séc. XX (LABATE, 2004) sob a denominação de Santo Daime. “Santo Daime” não se refere exclusivamente ao chá. O termo compreende uma cosmologia advinda do cristianismo, que se abriu a referências doutrinárias espíritas, umbandistas e xamânicas. Trabalha-se em sessões consideradas como “trabalhos espirituais” com o pressuposto de que a consciência humana se manifesta diferentemente em estados alterados de consciência, quando é possível interagir conscientemente com seres de um universo espiritual de “luzes” e “sombras”.

Ao discorrer sobre o “discernimento” nos “Exercícios Espirituais”, o santo católico Inácio de Loyola (1548), falava em “duas bandeiras” de “bons e maus espíritos” (IDIGORAS, 1991). A umbanda e o Kardecismo sistematizaram estes conceitos, aproximando-se das concepções espiritualistas orientais, que nomeiam e explicam a natureza das influências espirituais externas ao indivíduo. Pelas concepções xamânicas e umbandistas, as entidades espirituais também compreendem seres da floresta e outros, advindos de “planos astrais”, como também aparece nas culturas indígenas e africanas, constitutivas da religiosidade popular brasileira.

Segundo os relatos estudados, os “espíritos”, cujo contato é referido nos estados alterados de consciência sob o efeito do chá ayahuasca, se vinculam ao sujeito por uma espécie de frequência vibracional, determinada pelas suas qualidades ou defeitos, o que significa que pode ser ajudado ou perturbado por eles.

Há indícios do uso dessa substância na civilização Inca ou em períodos anteriores, entretanto a corrente doutrinária a que nos referimos surgiu no início do século passado, a partir das experiências de Raimundo Irineu Serra (1892-1971), um trabalhador que migrou do nordeste brasileiro para o oeste amazônico e lá teve contato com o chá tradicionalmente usado por curandeiros de origem indígena (MORTIMER, 2001). “Mestre Irineu” como ficou sendo chamado, usou o chá e entrou em contato com entidades espirituais que lhe instruíram sobre a doutrina religiosa, transmitindo-lhe novos rituais de preparação e utilização da bebida e um conjunto de 132 hinos que compõem o hinário “o Cruzeiro”, montado ao longo de sua vida: “o mestre anunciava que o Daime ia ser um prodígio”, segundo Luiz Mendes, contemporâneo do Mestre Irineu. Outros líderes religiosos passaram por experiências semelhantes, compondo até hoje milhares de cantos (de forma similar aos icaros – cantos xamanicos, usados por ayahuasqueiros peruanos), que contem as mensagens da doutrina religiosa. Sebastião Mota Melo (1920-1990), discípulo do Mestre Irineu, transferiu a liderança religiosa de uma das correntes mais conhecidas do Daime ao seu filho Alfredo Gregório de Melo (1950), que lidera este trabalho em dezenas de países cumprindo a missão de “doutrinar o mundo inteiro na ordem do pai criador”⁶¹.

O processo iniciático no Santo Daime se resume às sessões espirituais onde se ingere o chá ritualmente ao som dos hinários específicos para cada ritual, conforme o calendário de cada Igreja, no mínimo concentrações realizadas quinzenalmente que duram aproximadamente 4 horas, intercalando-se cantos e orações a momentos de silêncio onde se permanece sentado. Outros rituais são realizados em períodos normalmente mais longos, até mais de doze horas, conforme o tamanho do hinário, onde se usam danças circulares em torno de uma mesa no formato de estrela de seis pontas. Algumas sessões são abertas às manifestações mediúnicas, sempre antecedidas ou encerradas com orações e invocações que delimitam o contexto ritualístico. As “sessões de cura” compreendem hinários específicos ou seleções de hinos e períodos de “concentração” em silêncio.

---

⁶¹ Hino 10 – Hinário Nova Era, Alfredo Gregório de Melo - Padrinho Alfredo

O “Hinário de Cura” do Padrinho Sebastião ⁶², se inicia com o convite a um “exame de consciência”, evoca os espíritos curadores, apresenta “ensinos”, chaves para se entender o “sofrimento”, reconhecer as “culpas”, se “arrepender” e “pedir o perdão”. Modelos de “amor”, “harmonia” e ideal comunitário, se encontram, ao longo dos hinos com o reconhecimento do “poder de Deus” e do poder de “cada um”, enquanto “filhos de Deus”.

“Poder” e “Força” são conceitos que se mesclam às “forças” inteligentes evocadas do plano metafísico e são explicitadas continuamente em diversos hinários, vinculando-se, na esfera do sujeito, ao “trabalho”, “disciplina” e disponibilidade para “seguir no caminho reto”. Em termos sócio-terapêuticos, a elaboração de tais conceitos pode ser determinante para o desenvolvimento de autocontrole, baseado na moral cristã, explicitada num grande repertório de “mirações” ⁶³, conformadas pela cosmologia do Santo Daime e desfiadas ao longo dos hinos.

Os hinos são desta forma, mediadores de um “poder superior” que se revela através do Santo Daime, transformando-se em guias de meditação e roteiros codificados para as reflexões sobre as experiências pessoais: “Eu vivo na floresta, eu tenho os meus ensinos, eu não me chamo Daime, eu sou é um ser divino...” ⁶⁴.

Além das “limpezas” ⁶⁵, o efeito mais contundente do chá são as “mirações”. Sob o ponto de vista da psicologia transpessoal, este tipo de efeito é reconhecido como uma zona de intersecção entre o self e um plano da supra consciência, conceitos pertinentes às teorias junguianas e a concepções espirituais mais recentes.

A metrópole de São Paulo abriga hoje diversos templos e locais de utilização cerimonial da Ayahuasca. Entre as Igrejas do Santo Daime, que seguem a orientação do Cefluris, o centro eclético coordenado pelo “Padrinho” Alfredo, o “Céu de

---

⁶² <http://www.santodaime.org/arquivos/audio/oracao/oracao06.htm>.
<http://www.santodaime.org/origens/sebastiao.htm>. Cefluris, 2008.

⁶³ Alguns entrevistados narram suas mirações como se estivessem narrando os seus sonhos, em alguns casos com uma riqueza de detalhes que evocam cenas de um passado realmente vivido. De maneira geral as pessoas relatam percepções visuais, auditivas, táteis, olfativas que expressam uma realidade específica, com algum significado para o sujeito.

⁶⁴ Hino 1, Segunda parte do Hinário de Cura. Padrinho Sebastião.

⁶⁵ As limpezas identificam processos de purificação espiritual que são somatizadas em reações orgânicas involuntárias como chorar, vomitar e defecar. Também podem ser feitas coletivamente através do elemento ritualístico da defumação com a queima de ervas medicinais e cantos apropriados: “Nossa Senhora defumou seus filhos amados, para deles todo o mal retirar...”.

Maria”, liderado por Glauco Villas Boas desde 1993, tem a referência histórica de contato com usuários de crack:

“O ponto em frente à USP exigiu mesmo muita coragem. Quando foi alugada, [em 1993] a casa estava ocupada por meninos de rua. Na frente dela trabalhavam prostitutas e travestis. A cada trabalho os vizinhos chamavam a polícia. Um clima meio dark, digamos. “Mas tinha uma luz que transcende essa trevinha”, diz Glauco. “era o amor de Cristo, mesmo, que eu sentia. Quando abri o portão daquela casa tinha dez meninos de rua ali no fundo, numa fuinha, atocaiada. Um pacotinho, de presente, pronto para começar o trabalho. Lembrei-me do banquete de Cristo, quando Ele convidou todo mundo, mas estavam todos ocupados com seus negócios. E aí Ele chamou o povão, os simples, os desvalidos. Quando o Céu de Maria abriu ali, senti que tinha a força da caridade contra a miséria humana. Dois daqueles meninos estão comigo até hoje”⁶⁶.

Quando Glauco identificou a casa com a qual “havia sonhado” para ser o primeiro templo oficial da igreja, descobriu que ela havia sido “consagrada à Virgem Maria” pelas freiras que lá haviam morado e também descobriu que novos hóspedes haviam chegado antes dele: meninos “que estavam fugindo de casa” ou “simplesmente vivendo na rua”, usavam a casa enquanto estava desocupada, para usar crack. Não era sua intenção trabalhar com moradores de rua, mas acolheu os meninos: “os que concordaram em participar das sessões com Santo Daime foram ficando, (...) dois deles participam da Igreja até hoje”. As declarações de “cura” encontradas em outras igrejas são similares. Um homem casado e com filhas, que passou por este processo numa igreja de outra cidade, afirmou que “tinha perdido tudo, a mulher, os filhos e todos os bens para as drogas”: “depois da primeira sessão, eu já parei, depois da quarta sessão, eu estava curado, só o cigarro que eu ainda usei um tempo”. Na perspectiva de Glauco “... o que falta é um espaço onde se pudesse trabalhar com este povo (...), um sítio onde as pessoas pudessem ficar, sem voltar para o seu ambiente, aí as curas seriam muito mais rápidas. As igrejas seguem um calendário, não podem oferecer este suporte”.

---

⁶⁶ Os traços do espírito. Matéria jornalística de Inês Castillho. In: <http://www.ceudemaria.org>

A experiência de Takiwasi e outros centros terapêuticos como Rinquia, inspirou o desenvolvimento do método utilizado nos trabalhos com moradores de rua que entrevistamos, permitindo a utilização de um suporte terapêutico tradicionalmente consolidado. O projeto foi iniciado em um sítio onde havia funcionado uma das primeiras Igrejas do Daime de São Paulo, incorporando-se preparativos oriundos dos xamanismo Peruano: *desintoxicação* através de caminhadas, banhos de cachoeira, bebidas vomitivas e purgativas; *dieta* com alimentação sem sal, gordura e açúcar; e *isolamento* em alojamentos individuais.

Este trabalho era realizado com o suporte de em torno de 5 Daimistas. Grupos que atingiam até 12 moradores de rua e de albergues, salvo raras exceções, usuários de álcool ou drogas, participavam de uma caminhada até o local e somente participavam das sessões espirituais os que demonstravam interesse pelo ritual, de 1 a 5 moradores de rua em cada sessão. Alguns nunca chegaram a tomar o chá, mas participavam das outras atividades desenvolvidas no local. Nestes momentos ficavam sós ou conversavam, fazendo piadas e partilhando suas histórias de vida uns com os outros.

No período de dieta de até sete dias, que eles fizeram em diferentes momentos, ficavam alojados em casas ou barracas isoladas sem serem perturbados e pelo menos uma vez por dia, recebiam a visita de um monitor que lhes trazia água, aveia ou mandioca cozida somente com água, sem sal, óleo ou qualquer outro tempero. Ao mesmo tempo em que experimentavam uma precariedade alimentar maior do que a vivida na própria rua, identificavam-se com o fundador da doutrina, que passou por experiência semelhante personificando o próprio Cristo e atualizando o jejum que antecedeu sua vida pública, no contexto dos seringais amazônicos.

O alimento insosso era acompanhado pela atenção exclusiva em determinadas horas do dia e vinham acompanhados de histórias e de uma escuta qualificada. O espaço, vizinho de reservas naturais, com trilhas, acesso a nascentes, um pequeno lago, água corrente e cachoeiras, transformava-se num pequeno paraíso se comparado à vida nas ruas, em meio aos paredões de concreto dos viadutos. Estas paisagens evocavam-lhes cenas da infância e de um paraíso perdido, facilitando a sensação de ser filho da terra e com direitos antes insuspeitados. Neste reduto, o sujeito podia deixar suas angústias e se perceber no mundo e num outro mundo

diferente daquele urbano onde ele clama pelo reconhecimento e possibilidades de sobrevivência dignas.

Nos trabalhos espirituais o sentimento comunitário ecoava pelas relações dentro das cerimônias e fora dela. Mesmo sendo um morador de rua, Roberto e Gabriel tinham pleno acesso à casa do líder religioso e usavam deste privilégio para transitar entre a rua e uma sociedade que antes do Daime lhes parecia distante e indiferente: “este povo está precisando de afago (...), quer o carinho e o cuidado”, afirma De Lucca. As mensagens ritualísticas do Daime propõem ao sujeito abandonar o “mundo de ilusão” e trocar o anonimato da cidade pelo reconhecimento numa comunidade que o acolhe e o reconhece como um irmão.

Dois entrevistados que deixaram de usar os albergues públicos e a rua como local de dormida, abandonaram o consumo do crack e da bebida e continuam participando das sessões espirituais. Roberto dorme numa pequena e precária construção de um terreno baldio. Com a falta de luz elétrica e o rigor do inverno, perdeu a imunidade até manifestar a tuberculose, da qual já se curou. Ganha algum dinheiro com a coleta de materiais recicláveis e recebe ajuda de doações. Nas horas de folga se solidariza com um grupo de catadores no qual é visto como uma liderança, conselheiro e agente de reivindicações junto à prefeitura para a manutenção do espaço ocupado pelo grupo sob o viaduto. Roberto foi impedido de frequentar algumas instituições sociais da vizinhança desde que apresentou comportamentos agressivos sob o efeito do uso de crack. Alguns agentes sociais ainda reclamam de seu comportamento, que “incomoda” e “dá trabalho”, mas conquistou a confiança dos moradores de rua com os quais convive: “ele nunca mais usou droga”, “virou outra pessoa”.

Gabriel também é considerado “curado” pelos amigos. Livrou-se da fama de bebedor, assumiu o tratamento para o HIV, consertou os dentes, arranjou um barraco numa favela e trabalha numa “oficina de geração de renda” de uma instituição social. Está no 2º ano do segundo grau, “repetindo (...) para aprender melhor”, segundo ele. Eventualmente bebe, principalmente quando viaja para visitar os parentes durante as festividades de final de ano ou em algum outro evento social, mas sempre recupera a sobriedade logo em seguida, dizendo ter desenvolvido o auto controle em relação ao uso da bebida.

O terceiro sujeito entrevistado também participou de trabalhos espirituais na Igreja “Céu da Mantiqueira”, a 130 km de São Paulo, tendo também participado de um dos “feitios” do daime. O Feitio é um dos rituais mais complexos da doutrina religiosa: envolve a coleta do cipó e da folha; a minuciosa limpeza deste material; a maceração do cipó; o cozimento do chá; e o seu acondicionamento. As tarefas são distribuídas entre os homens e mulheres, e organizadas através de operações distintas, onde se distinguem também as diferentes funções atribuídas aos participantes. O cuidado e arrumação do local e dos utensílios lembram a organização do ambiente doméstico e demonstra a viabilidade do ideal comunitário propagado pela doutrina.

Antes de passar pela experiência com o Santo Daime, os períodos de bebedeira implicavam na perda da vaga no albergue e de tudo o que conseguia ajuntar nos períodos de sobriedade que durava até aproximadamente quatro meses. Ele relata uma predileção por bicicletas mas perdeu a conta das que perdeu, que foram roubadas ou trocadas por bebida. Depois de um longo processo de recuperação, passou a cuidar melhor da kitinete onde mora com o aluguel pago pela prefeitura. Começou a vender sanduíches entre os ambulantes da Rua 25 de Março, montou um carrinho na oficina de solda da instituição que freqüentava, contratou uma ajudante, melhorou seu negócio e ajuntou o dinheiro suficiente para comprar uma velha perua a prestações. No final de 2008, ele havia quitado carro, fazia carretos de pessoas e mercadorias, tinha uma namorada e um sonho de viajar com o carro, conhecendo outras cidades do país. Relata beber algumas cervejas nos finais de semana, mas afirma que é diferente, porque a cerveja é mais suave e “na segunda feira está trabalhando de novo”.

Estas pessoas se aproximaram do Daime através do contato com pessoas ou grupos que lhes serviram de referência e que se dispuseram a estabelecer vínculos qualificados, demonstrando o reconhecimento de seus direitos e qualificações e incentivando as mudanças de comportamento. A partir dos rituais tradicionais, várias igrejas do Santo Daime desenvolveram programas terapêuticos direcionados a usuários de drogas e de bebidas alcoólicas, utilizando-se de outros recursos

terapêuticos naturalistas complementares como o kambô ⁶⁷, florais e plantas medicinais, bem como métodos convencionais como os psicoterapêuticos. Segundo lideranças religiosas, o “vício” do álcool é mais difícil, mas várias pessoas passaram pelo “processo” e continuam freqüentando a igreja. Em Igrejas como o “Céu da Mantiqueira”, o entorno na área rural facilita o isolamento oferecendo recursos como ocupações no trabalho agrícola. Em Sorocaba, criaram uma “clínica” para as pessoas que queriam tomar o chá para resolver problemas como “as drogas e as depressões”. A primeira vez que tomam o chá, se abstêm de rituais, segundo o líder religioso Fernando Dini, “para evitar a relação com a religiosidade”: “para o cara surdo falar o que? ...depois é que nós vamos falar sobre espiritualidade”. Uma clínica que também procura privilegiar o processo terapêutico foi montada nos arredores da Vila Céu do Mapiá, centro espiritual do Santo Daime, pelo psiquiatra Fábregas, com o apoio da Universidade de Madrid.

Segundo Dini, existem aqueles que tomam o daime e não voltam mais, aqueles que continuam tomando por algum tempo e depois assumam outras responsabilidades ou linhas religiosas, e os que se filiam às igrejas de origem: “mesmo que não recupere imediatamente (...) ele viu um luz (...) ninguém sai incólume da experiência”. As sessões convencionais “não são formatadas para os moradores de rua, mas recebem a presença de muitos deles”.

Sob o efeito do chá, o sujeito sai do controle da própria racionalidade e mergulha na sua consciência. Como afirma De Lucca, “o Daime não o torna bom, mas intensifica o ser, bom ou mal, explicitando um poder sobre si e sobre o outro”. O sujeito conversa mais profundamente consigo mesmo ou com versões de si mesmo, através de suas mirações. Ao evitar a categorização das mirações, os daimistas se isentam de confundir experiências tidas como contatos com seres do mundo espiritual com aquelas que revelam conteúdos inconscientes ou projeções mentais. Podem personificar aspectos da própria personalidade ou reflexos da personalidade daqueles com quem se relaciona. Isto inclui masculinidade, feminilidade, sabedoria, agressividade, paciência, força, fraqueza. Por exemplo, um

---

⁶⁷ O kambô é a secreção extraída da rã *Philomedusa Bicolor* e aplicado sobre pequenas escamações feitas na pele, também provoca intensa reação orgânica e induz a “limpezas” e a estados alterados de consciência.

deles se viu como uma mulher quando olhou no espelho, outro se contorcia no chão, sentia que era o “bicho” dentro dele.

As imagens descritas também podem se relacionar aspectos das trajetórias pessoais, das vivências na situação de rua ou elementos dos “dramas sociais” vividos. O entendimento destas experiências permite ao sujeito escolher um novo rumo para a vida, tomando decisões mais coerentes com este rumo a cada dia. Rafael se lembra de uma recaída com a bebida, quando levou uma “maloqueira”⁶⁸ para seu quarto. No dia seguinte, teve que jogar toda a roupa de cama fora para se “livrar das muquiranas”: “nunca mais!”. O efeito da bebida “favorece o mergulho”. O sujeito mergulha em si, encontra o que ele é e não sabe e se encontra com o que ele pode vir a ser. A letra de um hino indica a coexistência de aspectos humanos e divinos em cada um: “me encontrando, encontrar-vos-ei”. Encontram-se referências arquetípicas que lhe servirão de esteio para a reestruturação de sua personalidade e das relações que mantém com o meio externo: “eu tomo daime para ver os meus defeitos, eu tomo daime para eu me corrigir, não tomo daime para me engrandecer, porque o grande é Jesus, está aqui...”

Na cosmologia do Santo Daime, existe uma hierarquia espiritual, mas todos são “filhos”, o que lhes confere a identidade de “filho de Deus” e garante o acesso ao “pai” e a “mãe divina” quando se está limpo. O álcool e a droga são considerados impurezas e com elas o acesso espiritual é restrito aos espíritos inferiores. Se curar, significa desenvolver o “discernimento” para se afastar destes “maus espíritos”, afastá-los de si ou ainda aprender a conviver sem se sujeitar a eles. Se o sujeito vive na dependência destes espíritos que o convidam permanentemente a se embriagar ou se alcoolizar, resta o recurso de solicitar a ajuda dos “espíritos de luz”: “Eu peço ao meu São Miguel, para vós com a sua espada, ajudai a dominar este povo, para seguir numa boa estrada. Para seguir nesta boa estrada, do mestre que nos ensina, é cumprir todos os mandamentos, contidos aqui nesta doutrina”⁶⁹.

Como “filho de Deus”, e soldado de um exército espiritual, o sujeito assume uma identidade que se confronta com os papéis de carente, doente, assistido,

---

⁶⁸ Termo usado pejorativamente para indicar mulheres que vivem nas ruas, sem cuidados com a higiene e com as roupas.

⁶⁹ Hino 4, Hinário do Padrinho Valdete.

dependente e se confronta com “um mal que se alimenta de nossas fraquezas (...), quando praticamos algo que fere a nossa consciência” (DINI, 2006, p.137). Com a consciência de uma nova identidade o sujeito começa a rejeitar os preconceitos que são projetados continuamente sobre ele. Ele passa a fazer parte da estrutura social rejeitando a posição de *outsider*. Na precariedade econômica em que se encontra, a reestruturação da vida é lenta e difícil. Eles também se referem ao enfrentamento de opositores com a complacência e perdão, o que inclui entidades espirituais e pessoas.

A conversão é seguida de uma nova percepção de si mesmo, onde ocorrem alterações cognitivas e de identidade, como também foi verificado por STADTLER (2002) em relação ao pentecostalismo. “Traços de personalidade” como as mudanças de temperamento e reorientação da agressividade para atividades produtivas, também foram acompanhadas pela afirmação de uma nova “identidade social” expressa em “vínculos comunitários, sentimentos de pertinência, papéis desempenhados e percepção do mundo para fora do grupo religioso”.

As trajetórias consideradas de “conversão” religiosa têm ganhado espaço na reflexão antropológica a partir da grande expansão das religiões pentecostais. Elas têm sido estudadas a partir de sua eficácia na vida cotidiana e para o contexto do aqui e agora (STADTLER, 2002; MAFRA, 2001; BIRMAN, 1996). Em relação ao uso de álcool e drogas a abstinência busca resolver um problema moral e não do uso em si. A religião possibilita a recomposição moral do sujeito, enquanto a experiência do Santo Daime busca pela sua própria ritualidade uma moralização do uso. A especificidade do Daime reside na idéia de regulação do próprio “transe”, como continuidade da experiência da expansão de si a partir da ingestão de um psicoativo, assim requalifica a vivência religiosa da “posseção”, como nos cultos afro-brasileiros. A “posseção” assim como a “salvação” no Daime se integram ao significado e na ingestão de uma substância, a partir da qual a experiência das “mirações” propõem um exercício de separação e inclusão do que é vivenciado como uma emoção negativa e uma emoção compartilhada pelos adeptos do ritual.

6 OS ENFRENTAMENTOS

*“Não há sentido em tentar mudar o mundo.
Ele é incapaz de mudar, porque é meramente um efeito.
Mas, de fato, há sentido em mudar os teus pensamentos sobre o mundo.
Aqui estás mudando a causa, o efeito mudará automaticamente”⁷⁰.*

Nesta parte procuraremos situar a funcionalidade do uso de drogas na situação de liminaridade, diante dos tratamentos do consumo prejudicial. Não obstante os mecanismos de autocontrole e uso monitorado pelos colegas em determinadas situações, procuramos identificar formas de controle do uso promovidas institucionalmente, principalmente Alcoólicos Anônimos e intervenções religiosas. Ressaltamos a experiência pioneira do Centro Comunitário da OAF – Organização de Auxílio Fraternal, que serviu de inspiração para as casas de convivência dos anos 90 e atuais núcleos de serviço da rede pública de assistência social de São Paulo, e a experiência do EGO - Espoir Goutte d’Or de Paris. Encerramos com uma análise baseada no caráter processual destas intervenções, nos princípios da convivência e consideração das trajetórias individuais.

Os primeiros serviços para a população de rua em São Paulo surgiram de parcerias da sociedade civil com a ordem religiosa Oblatas de São Bento, como aparece no relato autobiográfico de Nenuca (CASTELVECCHI, 1985):

Em maio de 1968 “ao começar o frio em São Paulo, uma pessoa amiga ofereceu uma casa velha, que estava para ser demolida. Poderíamos usá-la como dormida. Não digo albergue, por causa da precariedade do empréstimo. O prazo não seria suficiente para organizarmos o uso do casarão na forma de albergue. Somente uma dormida em cima de papelões. Dávamos graças e alegria por estarmos debaixo de um teto.

---

⁷⁰ Um Curso em Milagres. Foudation for Inner Peace. Edição de 1994. P. 39.

Várias pessoas mobilizaram-se para as necessidades mínimas: abrir e fechar a casa, organizar o rodízio da limpeza, estar atento ao ambiente para que não surgissem brigas graves.

Logo o velho casarão começou a funcionar. O inverno vinha rigoroso, intensificando-se as rondas, saídas às ruas, de noite, levando lanche e agasalho aos que dormiam ao relento. Nená imaginou uma ronda especial. Dispôs-se a ir diariamente ao casarão, levando chá, café ou o mais que tivesse para os que iam dormir lá, com frio e sempre com um pouco de fome, mas levando também um tempo para conversar, interessar-se por partilhar o acontecido durante o dia, histórias sempre mais de sofrimento do que de esperança” (p.85).

Nesta época a OAF – Organização de Auxílio Fraternal, braço jurídico da congregação religiosa, passou a servir de *ponte* entre a classe média e os pobres, dando vazão à benemerência institucional através da criação de programas de *rua*, *albergue*, *casa de meninos*, *oficina abrigada etc.*, que floresceram nos anos 70. Em 77, quando o trabalho técnico e burocrático já revelava a perda de contato com o sujeito, uma revisão crítica da institucionalização num momento de efervescência da Teologia da Libertação conduziu o grupo religioso ao fechamento de todas as instituições assistenciais vinculadas, substituindo o “fazer para” pelo “fazer com” os pobres, rompendo-se parcerias com a sociedade civil e priorizando a organização comunitária dos moradores de rua sob a perspectiva de seus direitos, articulação política e participação social.

A Missão, evento anual que durava vários dias, passou a ser “o momento forte que congregava todas as forças do movimento do povo da rua. Durante quatro anos a Missão aconteceu no velho casarão da Florêncio de Abreu, até que em 83 foi na rua, no local da antiga rodoviária do Glicério. A partir da rua, a Missão vai ganhando importância em sua dimensão pública e política. Suas repercussões ainda são imprevisíveis. Mas o povo vai revivendo sua cultura, guardada em sua memória histórica. (...) ... o povo vive a Missão também como festa. (...) Em cada passeata que fazemos vejo a pobreza desafiando os ídolos da opressão. No dia Sete de Setembro

de 1983 éramos 500 pessoas cantando, levando cartazes e gritando frases como ‘SOMOS UM POVO QUE QUER VIVER’ e ‘QUEREMOS SER TRATADOS COMO GENTE’” (p.123).

Norberto BOBBIO (1992) acompanhou a constituição do Estado de Direito ao longo dos anos 60, 70 e 80⁷¹ que concretiza o “abstrato sujeito ‘homem’” através de contornos específicos “com relação seja ao gênero, seja às várias fases da vida, seja à diferença entre estado normal e estados excepcionais na existência humana”(p.62). A partir do pensamento de Kant, Bobbio professa sua *quase crença no gênero humano* defendendo a tese de que o “debate sobre os direitos do homem (...) pode ser interpretado como um “sinal premonitório” (*signum prognosticum*) do progresso moral da humanidade” (p.52).

Diante de distintos interesses sociais como interesses do poder público, advindos de procedimentos burocráticos ou de movimentos reivindicatórios de um segmento social em detrimento dos interesses de outros segmentos sociais, faz-se necessário o adequado balanceamento das concessões a cada um destes grupos, e não raro, a restrições na atribuição dos direitos de uns e de outros. Desta forma, segundo Bobbio, conclui-se que não se trata da busca de um fundamento absoluto e sim de fundamentos que salvaguardem interesses distintos.

A gestão dos recursos públicos envolve o planejamento orçamentário considerando-se as obras que funcionam como vitrine eleitoral, aquelas que se tornaram mercadoria política, e os serviços urbanos indispensáveis, entre eles a assistência. A manutenção da imagem da assistência social benemérita é permanentemente contraposta às denúncias de violação dos direitos, aumento da população de rua, burocratização da administração pública, cargos técnicos utilizados com interesses políticos e imaturidade metodológica por falta de estudos, que quando realizados ficam limitados ao contexto da militância política e acadêmica.

A Política Nacional de Assistência Social regula a ações de assistência através do SUAS – Sistema Único de Assistência Social que as organiza em dois tipos de proteção social para indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade social: a Proteção Social Básica, como os programas de proteção à família é direcionada para toda a coletividade urbana e a Proteção Social Especial é

---

⁷¹ Cf.: Sobre os Fundamentos dos Direitos do Homem, de 1964; Presente e futuro nos direitos do homem, de 1967; A Era dos Direitos, de 1987; Direitos do Homem e da Sociedade, de 1988.

direcionada praticamente às situações de rua. Como a imagem do desamparo suscita estímulos emocionais negativos nos formadores de opinião, a ginástica financeira dos planos orçamentários deve ainda criar a ilusão populista de atenção prioritária aos carentes, mesmo que isto não aconteça de fato como demonstra a superexposição de agentes sociais no circuito turístico e político da área central da cidade.

Instituições com vocação missionária entre Católicos, Evangélicos e Metodistas, buscaram a partir dos anos noventa criarem fóruns de discussão que incentivaram programas de desenvolvimento pessoal, campanhas, e articulações sociais em busca de direitos, resultando em conquistas para a rede de assistência social e avanços na área da saúde. Os grupos assistenciais espíritas e pentecostais também cresceram neste período, resultando em ações localizadas ou itinerantes como entre outros grupos, porém menos comprometidas com o debate coletivo.

O modelo e os procedimentos de convênios para a transferência de subsídios públicos para organizações não governamentais e organizações da sociedade civil também transferiu para estas organizações a responsabilidade técnica das intervenções necessárias, estendendo a elas a responsabilidade pelas questões referentes a álcool e drogas. O sistema de convênios herdou o modelo das creches que eram anteriores à existência de albergues e núcleos de serviço, quando ainda não havia critérios bem delineados para as políticas de “proteção social especial”. Além da distribuição de recursos ser definida em função de uma produtividade dada pela quantidade de atendimentos realizados, os convênios são pautados tanto pela distinção entre os beneficiários quanto pelos métodos de operacionalização da política pública.

No nível municipal, a virada do século foi marcada pelo surgimento da lei de atenção aos moradores de rua. Em 2006 o único serviço público municipal voltado exclusivamente para usuários de álcool e drogas adultos da população de rua e mantido com recursos da assistência social foi fechado porque tinha um custo per capita superior aos albergues e núcleos de serviço.

Em 2008, por ocasião da 6ª visita do presidente Lula à festa de Natal com moradores de rua e catadores de São Paulo, o texto da “Política Nacional para

Inclusão Social da População em Situação de Rua”⁷² encontrava-se na fase de finalização. A questão do uso abusivo de álcool e drogas permeia o documento, mas o caráter estratégico da política nacional, a complexidade e falta de consenso quanto à abordagem desse problema justificam que ele seja tratado superficialmente. É interessante observar que o texto reflete o nível de compreensão e abordagem já existentes em iniciativas de intervenção localizadas principalmente em São Paulo e Belo Horizonte, como a abordagem nas ruas. Considerando a experiência do trabalho do CAPE - Centro de Atenção Permanente e Emergencial da prefeitura de São Paulo, montado até 2008 com o escalonamento de aproximadamente 300 profissionais e recursos técnicos compatíveis, este tipo de abordagem pressupõe o confronto com o uso de álcool e drogas, mas acaba funcionando como uma interface entre a rua e as instituições de assistência social, resguardando-se de executar intervenções de saúde. O programa “Agente na Rua”, considerado um modelo de intervenção em saúde com visitas do agente de saúde na rua, tampouco contempla intervenções em relação ao consumo de drogas ou ações terapêuticas específicas. A preocupação maior da saúde é com as co-morbidades relegando-se a questão do consumo de álcool e outras drogas às instituições conveniadas que operam de maneira limitada, com recursos suficientes para prestar serviços de abrigo, alimentação e higiene. Em relação a este modelo, tudo o que não é coberto pelas custas do convênio é, hoje, tratado como contrapartida da instituição conveniada, incentivando-se o enfoque sobre o consumo de drogas como uma questão menor, sem a adequada alocação de recursos para a prevenção, tratamento ou redução de danos.

O acompanhamento terapêutico de usuários de álcool e drogas é realizado em diversas instituições através de reuniões de esclarecimento, aconselhamento e intervenção terapêuticas, dentro das restrições orçamentárias de cada programa para a manutenção de profissionais especializados ou ainda de acordo com a disponibilidade de voluntários que acompanham algumas pessoas ou pequenos grupos. A última versão do texto em questão, consultada em janeiro de 2009

---

⁷² Documento resultante de uma pesquisa nacional sobre a população de rua e inúmeros encontros de lideranças de instituições sociais e articulações do Movimento Nacional da População de Rua, submetido à Consulta Pública no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (www.mds.gov.br) no final de 2008, antes de sua finalização.

pressupõe transtornos mentais decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas e subentende o encaminhamento dos usuários aos CAPS/AD. A contextualização do consumo coletivo de drogas também é ignorada, como se o uso fosse somente um problema individualizado, a não ser pela formação de grupos de autoajuda, terapêuticas de grupo e laborterapia em associações e grupos de trabalho cooperativado. O consumo coletivo requer, entretanto, abordagens coletivas e itinerantes onde estes grupos estão radicados, nas vias públicas onde experiências similares demonstram que estas intervenções seriam viáveis.

Estudos relacionados ao uso de drogas na rua (ADORNO, 1997; SILVA, 2000; GREGIS, 2002; CEBRID, 2004) remetem às diferentes categorias de moradores de rua e às formas de interação destes grupos com os segmentos sociais estabelecidos. Diferentes tipos de drogas entre os mais jovens podem se relacionar não somente com as questões etárias, mas também apontar uma mudança significativa do perfil de moradores de rua nos próximos anos. Comportamentos de risco induzidos pelo uso precoce (STUEVE e O'DONNELL, 2005) exigirão uma revisão sistemática das práticas adotadas no âmbito das políticas públicas até o momento.

Intervenções e controle sociais

*“Quando no vazio da noite a solidão bater,
diga: “Eu vivo, eu quero viver!””
Elisabete⁷³*

As intervenções sobre o uso de álcool e drogas referidas pelos entrevistados são em grande parte derivados da doutrina dos Alcoólicos Anônimos ou de orientações religiosas. Em menor número encontramos referências a clínicas e comunidades terapêuticas no entorno da cidade, tratamentos médicos ambulatoriais, oficinas de laborterapia, atendimento individual voluntário e reuniões temáticas onde a questão é discutida, seja nos albergues, núcleos de serviços, organizações de

---

⁷³ Mota, Maria Elisabete Lima (1987, p.72). Ex-moradora de rua.

catadores e igrejas. Os critérios de utilização e as regras de convivência das instituições atuam como controles sociais. As ofensivas policiais atingem, enquanto mecanismos de controle, somente os usuários de drogas ilícitas, quando o uso é muito evidente e implica em aglomerações em locais de grande circulação.

O sujeito alvo destas intervenções pode ser classificado, segundo à sua dinâmica de movimentação, em três categorias elementares. A dos *maloqueiros*, das pessoas que se vinculam a um grupo que usa um local fixo na rua para dormir e para passar a maior parte tempo; a dos frequentadores de albergue que usam preferencialmente os albergues como local para dormir ou passar o dia, considerando-o em muitos casos, como moradia; e a das pessoas que circulam pela cidade durante o dia, comumente frequentando núcleos de serviços e comunidades religiosas que abrem somente durante o dia e “acampando” durante a noite na proximidade de malocas estabelecidas ou em lugares utilizados praticamente só a noite como o Pátio do Colégio. Desta forma as intervenções e controles, às vezes, associadas aos critérios de participação nas organizações sociais e religiosas atingem diferentemente cada uma destas categorias e em menor escala, os *maloqueiros*, mais vinculados aos grupos que passam a maior parte do tempo nas ruas.

Para muitos, os grupos de AA e NA são sinônimo de tratamento, para outros são lembranças de experiências úteis em alguns momentos da vida, enquanto outros rejeitam as técnicas utilizadas para não se exporem, pela “dificuldade de falar em público” ou por não estarem suficientemente motivados para tal: “tenho muita desconfiança do meu sigilo ser quebrado, tenho medo de alguém sair comentando a respeito de mim, porque eu já me sinto um lixo, eu nunca me valorizei, me sinto um trapo, tenho medo de outras pessoas começarem a falar de mim (...) a partilha que me atrapalha, porque o NA tem regulamento e tem, como é que se diz? tem disciplina”.

A “irmandade” surgiu justamente da constatação de seus fundadores, o corretor da Bolsa de Nova York Bill Wilson e o médico de Akron, Estado de Ohio, Bob Smith, de que “conseguiram ficar sem beber durante bons períodos depois que passavam algum tempo conversando e compartilhando seus problemas” (CAMPOS, 2004, p.1380). Desde sua fundação em 1935 nos Estados Unidos, a doutrina desenvolveu técnicas disciplinatórias constituídas sobre bases morais e espirituais, com um aumento progressivo de seus membros, os quais passaram, segundo os

dados levantados por Campos, de 100 em 1940, para 476 mil em 1980, para 979 mil em 1990, estimando-se 2.215.293 membros e 100.103 grupos em todo o mundo em 2002. No Brasil, desde o primeiro grupo em 1947, surgiram 5.700 grupos, com um total de 120 mil membros.

Os depoimentos nas reuniões proporcionam o “efeito espelho”, isto é a, “a identificação com as histórias e experiências dos outros membros que estão na mesma situação” (ibidem, p.1381), afirmando a identidade do “doente alcoólico em recuperação”. A situação limite motivadora para o ingresso na “irmandade” é conhecida como

“fundo-do-poço”, uma metáfora “central no campo semântico de AA, expressando a decadência física e moral do indivíduo e a situação de liminaridade social em que se encontra, permitindo ao alcoólico uma síntese de seu estado de dependência e o reconhecimento de que ‘perdeu o controle sobre o álcool’, possibilitando, ao mesmo tempo, a expressão de suas aflições e a elaboração de um sentido para a experiência do alcoolismo” (ibidem, p.1383)

Uma vez entendida como doença a compulsividade no uso de quaisquer substâncias ou em comportamentos como o jogo, o sexo e a alimentação, tira a responsabilidade do sujeito, remetendo o comportamento *doentio* “ao terreno da fatalidade e da aleatoriedade”. Entretanto, Campos observa que no interior de uma “efetiva cultura de recuperação”, o membro de AA “se responsabiliza pelo cuidado de si mesmo” “ao mesmo tempo em que (re)significa suas experiências e reforça seus laços, com o objetivo de alcançar a sobriedade” (p.1386).

Estes estudos comprovam a efetividade da proposta terapêutica dos AA e grupos congêneres. Elementos desta abordagem são utilizados inclusive por terapeutas particulares e em clínicas especializadas na “recuperação” de “dependentes”. Todavia, considerando a relação entre a liminaridade da situação de rua e a cronificação do uso de álcool ou drogas como demonstramos até aqui, os critérios dos AA não seriam suficientes para o diagnóstico fatalista da “doença” para todos os bebedores encontrados na situação de rua, e nem todos eles se ajustariam ao enquadre individualista do AA, pelo menos enquanto houver questões macro estruturais diretamente envolvidas no mecanismo gerador desta situação.

O incentivo à multiplicação de grupos de AA nas instituições serve, por outro lado, a outros propósitos: oferecem uma proposta de intervenção a custo praticamente nulo, com a disponibilidade de ex-bebedores que tomam este trabalho como uma missão de vida, isentando o poder público da sua contrapartida; preenche a agenda de programas sociais de instituições que são solicitadas a prestar contas aos técnicos que monitoram os convênios; e medicalizam os beneficiários associando o uso “patológico” à resistência em participar destas reuniões.

Quando procuramos o Escritório Central dos AA em São Paulo constatamos que os grupos de alguns albergues fracassavam exatamente porque a participação não era espontânea ou porque não havia “incentivo” dos coordenadores da instituição para que seus beneficiários fossem assíduos. Deparamo-nos com certo desvirtuamento dos propósitos da “irmandade” pelos seus anfitriões na rede pública através do direcionamento da ação solidária destes grupos para a moralização e controles coercitivos do uso de bebidas alcoólicas. Isto também aparece em críticas a tratamentos clínicos: “em um mês, vi o psiquiatra duas vezes (...), as oficinas são boas (...), mas lá é só AA”. Por outro lado, para pessoas como Fernando, a participação em reuniões do AA em diversos grupos o mantinha ocupado e lhe conferia especial importância por uma atividade tão valorosa segundo o seu ponto de vista. Outro sujeito que conhecemos há alguns anos descrevia então a sensação de ameaça que pairava sobre sua cabeça quando bebia, o uso compulsivo em fases intercaladas de abstinência era como uma prisão da qual ele não conseguia sair. Alguns anos depois, no curso desta investigação, o encontramos participando de reuniões do AA “todos os dias da semana”, assumindo o trabalho missionário de divulgar a doutrina a outras pessoas, lembrando ainda o fato de ter saído das ruas e a satisfação em viver com a família. Queremos dizer com isso, que de uma forma ou de outra, muitos moradores de rua se beneficiam destas intervenções.

No tocante às intervenções religiosas, como abordamos anteriormente a questão da conversão, resta dizer que as representações religiosas para os usos, usuários e para as drogas geram nuances nas intervenções tecnicamente qualificadas dos equipamentos públicos considerando que, via de regra, são grupos religiosos que assumem a direção técnica das instituições conveniadas, com a participação ou não da sociedade civil nos níveis decisório, pedagógico e metodológico. Apesar da

limitação de recursos, utilizam-se técnicas terapêuticas variadas que são conduzidas por poucos profissionais ou voluntários, como oficinas de trabalhos manuais, mutirões, passeios, teatralizações, festas, jogos, brincadeiras, orientação, aconselhamento, incentivo ao trabalho e geração de renda.

Com o estranhamento do sujeito liminar em círculos “inseridos” “estruturalmente” e estabelecidos na cidade, o morador de rua procura as portas que estão abertas geralmente motivado pelas necessidades básicas, em primeiro lugar, de alimentação. A maioria dos programas voltados para algum tipo de recuperação e, portanto, de interesse do sujeito para o seu desenvolvimento pessoal, considera a situação do frequentador e prevê o fornecimento de alguma alimentação, banho, distribuição de roupas obtidas por doação e eventualmente subsídios como transporte para a procura de emprego e suporte para outros encaminhamentos de saúde. Estes subsídios são benefícios considerados secundários, mas na realidade são prioritários para o indivíduo de acordo com a urgência de suas necessidades. Assim, a presença destas pessoas nos ofícios religiosos costuma ser tranquilamente encarada com uma contrapartida obrigatória pela obtenção de outros benefícios. Na medida em que a diversidade das influências religiosas ameace as suas crenças de origem, o sujeito se torna insensível às tentativas de conversão, tomando-as como referências filosóficas e morais para as reflexões que expliquem sua situação na perspectiva mágica ou do aprimoramento moral, seja pela lógica do fatalismo, da purificação do espírito, da reencarnação ou da suscetibilidade a obsessões espirituais.

O caráter religioso proporciona algum controle simbolizado subjetivamente quando a crença na onipresença divina é reforçada. Quando esta onipresença é cultuada pela obrigatoriedade de participação em muitos ofícios religiosos ao longo do dia isto pode se tornar um incômodo para quem normalmente vive alheio à ritualidade das comunidades religiosas. A referência de passagens em clínicas de recuperação geralmente inclui o incômodo desta ritualidade, mas por outro lado a experiência da diversidade também é referida como curiosa e salutar em muitos casos, a exemplo da Toca de Assis. Este nome é dado ao albergue do Bairro Santa Cecília coordenado por um grupo de noviços franciscanos invariavelmente paramentados conforme a ordem religiosa. O local se assemelha aos conventos

católicos, inclusive com espaços de devoção mantidos por vinte e quatro horas e dormitórios comuns para os religiosos da ordem.

Enquanto as abordagens de grupos itinerantes são preponderantemente voltadas para a caridade e focalizadas no suprimento da carência individual, as organizações fisicamente estabelecidas geralmente procuram preservar o caráter técnico metodológico de suas intervenções optando estatutariamente pelos processos sócio-educativos transformadores. A falta de recursos para se imprimir o profissionalismo desejado se alia aos preconceitos de alguns profissionais pouco qualificados que costumam ser lembrados pelos usuários destas instituições pelas posturas truculentas e estigmatizantes, como já referimos anteriormente. Além disso, a impessoalidade inevitável nos equipamentos sociais que atendem até mais de mil pessoas por dia se contrapõe a controles sobre o uso de drogas que perdem o sentido educativo comportamental pretendido.

Os núcleos de serviço, que funcionam durante o dia, costumam promover encontros regulares com a ajuda de voluntários, psicólogos, terapeutas ocupacionais e oficineiros e desenvolvem atividades coletivas tendo em vista a redução do consumo de bebidas alcoólicas. É interessante observar que o interesse do poder público que coordena os contratos de convênios é manter esta população fora das vias públicas onde comprometem a estética urbana e neste sentido, incentiva a proliferação de programas, valorizando a capacidade institucional de fixar estas pessoas com uma programação atrativa, o que nem sempre é fácil e por vezes redundante no desvirtuamento dos programas de enfrentamento da questão das drogas.

Os casos que exigem intervenção medicamentosa são encaminhados à rede pública de saúde ou a parceiros como centros de saúde de universidades ou de grupos privados. Os reguladores químicos medicamentosos e a sua difusão no mercado atingem principalmente as categorias economicamente estabelecidas, mas também são disponibilizados em unidades públicas da rede de saúde. Estas unidades são abertas a toda população e algumas delas oferecem bons atendimentos aos moradores de rua. A unidade mais referenciada pela facilidade de acesso, qualidade e diversidade de atendimento é o CRATOD, já apontado anteriormente. Algumas unidades de CAPS/AD também são mencionadas.

A particularidade de unidades como o CRATOD e CAPS/AD é que oferecem serviços qualificados com atendimentos individuais e coletivos enquanto o sujeito se encontra vinculado à sua rede de sobrevivência. Os centros de recuperação em sítios e fazendas concentram suas atividades por períodos de variam de um a vários meses e geralmente atendem pessoas pagantes que tem suporte familiar. Após longos processos de desintoxicação e abstinência, ao final da internação, o sujeito deixa o local para redirecionar a vida junto de familiares mas os moradores de rua costumam voltar para o contexto de origem: a rua e o albergue, relatando a dificuldade de manter a abstinência sem a mudança do contexto.

O conjunto destas intervenções não logra resultados significativos se considerarmos que o objetivo é abstinência total, mas de maneira geral estão inseridas nas trajetórias individuais e contribuem para reflexões posteriores. Pessoas que abandonaram o uso se reportam a intervenções do passado que passaram a fazer sentido em outro momento da vida. As organizações sociais valorizam estas experiências contratando pessoas que deixaram o uso e assumiram uma nova postura. Estes assistentes têm custo operacional mais baixo e são ao mesmo tempo experientes no relacionamento com o público alvo, seus pares de outrora. Também verificamos que é mais raro que as pessoas desenvolvam o autocontrole do uso sem abandonar definitivamente a droga utilizada: a título ilustrativo citamos o caso de um homem adulto que parou com a pinga, mas toma “algumas cervejas” nos fins de semana e relata o uso eventual de maconha, vivendo hoje com trabalho permanente e renda suficiente para sua manutenção. Ele valoriza a assistência social, a assistência psicológica, o suporte institucional durante vários anos e ainda valoriza a participação em atividades religiosas, hoje mantida com o incentivo da namorada.

Do Centro Comunitário ao EGO

“Olha, se todo mundo lutar, mas lutar limpo, a miséria de São Paulo, vai acabar. Porque uns que tem, vão se sentir feliz em repartir. É o que se precisa... Não é dar, não é jogar não, é repartir. Eu tenho dois pãezinhos eu dou um prá você, eu tenho um grão de arroz, eu reparto no meio. Pelo menos é assim que eu vejo a vida. É assim que eu vivo”.
Cinira⁷⁴.

A pedagogia utilizada nos programas de intervenção merece um estudo particular, mas ressaltaremos aqui apenas alguns aspectos situando-os em duas experiências modelares distantes geograficamente e quanto ao apoio governamental, uma em Paris e outra em São Paulo. O EGO - Espoir Goutte d’Or, é coordenado pela brasileira Lia Cavalcanti, consultora da Comissão Européia em Programas de Educação, Prevenção e Redução de Riscos, radicada em Paris desde 1987. O Centro Comunitário, em São Paulo, ao qual nos referimos antecedeu as “Casas de Convivência” e os atuais Núcleos de Serviço mantidos pelo poder público municipal e, no mesmo local, deu lugar ao programa de “repúblicas” da OAF – Organização de Auxílio Fraternal, tendo sido coordenado pela Freiras Dalva Ivete de Jesus e Regina Maria Manoel.

O EGO foi apresentado por Lia numa conferência na Faculdade de Saúde Pública no dia 30 de julho de 2008⁷⁵ e acolheu minha visita em agosto de 2008. Quanto ao Centro Comunitário tenho registros pessoais de participação voluntária de 1991 a 1996, além de documentos da instituição levantados na pesquisa. Ambas demarcam minha trajetória com os moradores de rua até o momento e são referenciadas segundo os propósitos deste estudo, e neste capítulo, para explicitar formas de enfrentamento.

Ao identificar o início de intervenções sistematizadas sobre a população de rua em São Paulo, fizemos referências ao surgimento da congregação religiosa Oblatas de São Bento e OAF, precursoras de programas comunitários e articulação política de moradores de rua e catadores de materiais recicláveis em São Paulo e

⁷⁴ Cinira, moradora de rua, integrante do “Centro Comunitário” 15.07.93 (ROSA, 1995, p.70-71).

⁷⁵ Seminário Internacional sobre “Políticas Públicas na França e União Européia: as drogas e a saúde pública, prevenção, redução de risco e tratamento”
in (<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2008/jusp838/pag03.htm>)

outras cidades como Belo Horizonte. Em São Paulo este foi o fundamento do centro comunitário, que resultou de uma fase de imersão na rua em 1978, inicialmente ajudando a preparação coletiva de uma sopa comunitária com as sobras de uma feira livre, todas as quartas-feiras, na Baixada do Glicério, no mesmo local aonde iam nascendo as primeiras malocas em lugares públicos mais visíveis no centro da cidade.

A sopa comunitária preparada inicialmente em latas de óleo de 18 litros passou a aglutinar dezenas de moradores de rua requerendo utensílios apropriados e uma logística de planejamento, distribuição de tarefas e momentos avaliativos entre eles. Em 1991, a casa que servia de base para este e outros programas sócio-educativos e religiosos constituía o Centro Comunitário instalado à Rua dos Estudantes. Era uma das antigas repúblicas de estudantes que havia sido reformada transformando-se o quintal aos fundos num grande salão comunitário. A casa geminada tinha uma única porta de entrada. Subindo alguns degraus saltava-se uma pequena mureta que impedia a entrada de água das enchentes, passava-se por um pequeno corredor com um cômodo do lado direito, uma saleta que dava acesso a um cômodo menor e ao grande salão retangular dos fundos. Estes dois cômodos tinham acesso privativo e serviam de almoxarifado ou para usos diversificados ao longo dos anos. O salão maior dava acesso por uma porta à direita nos fundos à despensa onde se guardavam os mantimentos e utensílios de cozinha e da “Sopa”, e por um portal mais largo à esquerda a dois banheiros e a uma pequena área externa com tanque. O salão era parcamente mobiliado com mesas e bancos simples de madeira, uma pia para lavar as mãos de um lado na parede da frente e uma pia de cozinha com bancada nos fundos. A geladeira ficava na despensa privativa, mas as mesas, bancos, prateleiras enfeitadas e um grande fogão à lenha invariavelmente aceso no meio do salão o transformava numa grande cozinha, ao estilo das grandes fazendas do interior.

O local era aberto três vezes por semana, visando evitar a relação de dependência. Pretendia-se que fosse uma referência para seus freqüentadores e para as pessoas que já haviam deixado a rua para ocupar quartos em cortiços e moradias coletivas que eram organizadas na vizinhança. Às terças e sábados o centro era aberto no período da tarde e na quarta-feira servia de suporte para a sopa

comunitária, sediando as reuniões avaliativas que aconteciam no final do dia. Em todos estes dias o local era utilizado para banhos, lanches e reuniões. Em determinados dias havia distribuição de roupas e objetos obtidos através de doações. Havia conversas individuais, mas os programas deviam ser coletivos e com a participação dos membros da “comunidade”. Dentre as pessoas que frequentavam o local, um pequeno grupo de pessoas mais assíduas constituía a comunidade. Formavam equipes para realização da “sopa”, para a manutenção do local, organização de festas, momentos recreativos e grupos de música. O canto estava presente em todos os momentos. Ensaíavam músicas populares regionais de cunho religioso, político ou folclórico, que eram apresentadas por uma banda com violões, timbas e instrumentos rudimentares como chocalhos feitos de latas e tampinhas de garrafa. Nas apresentações especiais em festas e nas visitas a comunidades religiosas, escolas e eventos pastorais, as roupas eram caracterizadas com adornos e adereços que davam um especial destaque ao grupo e às performances como danças e encenações, rotineiramente utilizadas nas celebrações religiosas.

Os momentos recreativos incluíam o acesso à TV em horários restritos, priorizando-se a convivência e atividades coletivas. Enquanto esperavam na fila do banho, e intercalando outras atividades se utilizavam jogos de mesa como dama e dominó. Estes momentos se estendiam a passeios promovidos para fora da cidade com banhos de rio, almoços especiais e dinâmicas voltadas à recuperação da autoestima, trocas de experiências de vida e desenvolvimento da autonomia.

As dinâmicas de grupo eram cuidadosamente preparadas segundo princípios metodológicos consolidados: reconhecimento, pertencimento, justiça, livre expressão, etc., e utilizavam recursos audiovisuais, cartazes, desenhos, pinturas, movimentos, depoimentos, e outros recursos procurando-se resgatar a história do sujeito, seus valores e qualificações. Os aniversários eram profusamente comemorados bem como o eram o nascimento de filhos, estes mais raros entre participantes assíduos. Especial atenção era dada aos ritos funerários com o reconhecimento e despedida das pessoas falecidas, acompanhando-se os enterros realizados pelas funerárias municipais.

A disciplina era mantida com a autoridade conquistada pelos monitores, entretanto naquela época, até o início dos anos 90, os frequentadores geralmente

faziam uso somente de bebidas alcoólicas. Isto não impedia as brigas e discussões, mas ao menor sinal de atrito entre as pessoas havia a intervenção de alguém. Muitos ficavam longos períodos sem beber, mas o local não discriminava a participação de alcoolizados a não ser que se apresentassem muito agressivos. O contrato de respeito às regras e a revisão destas regras era permanentemente repassada com o propósito de reeducação comportamental.

Alem destes aspectos pedagógicos os membros da comunidade recebiam atenção especial para resolver problemas com documentação, contato com familiares, orientação para o trabalho e suporte para moradia, principalmente quando a pessoa decidia interromper o uso da bebida.

As intervenções realizadas no contexto da população investigada: “povo de rua” e “albergados” são geralmente difusas ou concentradas em pequenos períodos. Algumas pessoas conseguem se beneficiar de um conjunto de intervenções, participando simultaneamente de reuniões em albergues, programas da laborterapia em núcleos de serviços, encontros de catadores, reuniões de AA, mas geralmente estas intervenções atingem diferentes públicos. A assistência social nos albergues atende centenas de pessoas por noite, com equipes reduzidas ⁷⁶. Nos núcleos de serviços dia, atende-se menor quantidade de pessoas, mas raramente menos que 100 pessoas por dia.

A atenção integral e pertencimento a um grupo articulado oferecendo suporte integral como aos membros do Centro Comunitário permite a fixação de um novo padrão comportamental que com o tempo vai se cristalizando. Mais do que preencher a agenda do sujeito o objetivo é geralmente ajudá-lo a recompor sua vida segundo interesses que não lhe sejam estranhos, com atividades que valorizem seus potenciais e qualificações. Este tipo de intervenção é centrada na pessoa e concentra grande investimento em cada caso, não necessariamente financeiro, mas com atenção qualificada: física, emocional e espiritual.

O modelo de atenção do EGO apresenta algumas similaridades pedagógicas em relação às intervenções observadas em São Paulo, mas possui particularidades da abordagem da questão do uso de drogas, destacando-se a integração da assistência aos cuidados de saúde segundo o modelo de redução de danos. Este centro fica

---

⁷⁶ A lei nº 12.316/97 determina abrigo público em equipamentos sociais para até 100 pessoas.

localizado próximo ao circuito turístico de Paris, nas cercanias da Basílica de Sacré Couer, numa região mais pobre e deteriorada. A organização agrupa várias frentes.

O centro de atendimento aos moradores de rua ocupa uma parte do térreo de um antigo prédio de seis andares. A porta de entrada dá acesso a um salão para a recepção e atividades coletivas com amplas janelas numa lateral, mesas e cadeiras coloridas e uma bancada onde ficam as garrafas de chá. O acolhimento, segunda Lia não tem “nenhuma exigência, mas não pode consumir dentro”. Além dos sanitários, a outra lateral dá acesso a uma biblioteca com mesas e cadeiras que servem à leitura e atividades com grupos menores. A divisória de vidro serve de mural para a programação dos “ateliês” e fotos do “teatro”: “uma das conquistas do trabalho foi a formação, há oito anos, de um grupo de teatro dos usuários, do qual participavam prostitutas e travestis. A trupe montou peças em teatros comerciais para o público em geral. Numa delas, adaptou *A miséria do mundo*, texto de Pierre Bourdieu, mesclando cenas da vida e do cotidiano dos integrantes. Em 2008, porém, não houve grupo de teatro. ‘Nosso público sabia ler e escrever. Mas, neste ano, são todos iletrados e analfabetos’, diz Lia”⁷⁷.

O salão também dá acesso à cozinha através de um balcão que ocupa a sua lateral. Ao fundo estão um escritório, arquivos, sala para atividades educativas e terapêutica e salas de atendimento de enfermaria e atendimento médico.

O trabalho de redução de danos é desenvolvido em outra unidade a algumas ruas dali. O balcão de atendimentos é utilizado para os atendimentos rápidos como a troca de seringas, cachimbos e outros utensílios para usuários de crack e logo atrás um escritório com computadores, materiais informativos, e acesso ao subsolo onde uma sala de estar serve de exposição para pinturas realizadas pelos usuários do local e computadores na bancada que ocupa toda a extensão frontal. Em nossa visita acompanhamos o atendimento de um imigrante negro, usuário de crack, há muitos anos na rua. Ele estava no subsolo, deitado sobre uma maca num pequeno cômodo que servia de enfermaria. Seus pés eram raspados pacientemente pelas mãos habilidosas que retiravam as calosidades que ocupavam toda a planta e bordas. O procedimento é comum por ficarem semanas sem retirarem os sapatos.

---

⁷⁷ Matéria de Paulo Hebmuller sobre a conferência acima citada, no site referenciado. Nota no início deste tópico.

Os materiais educativos incluem cartilhas: com indicações de outros serviços e em várias partes da cidade, tais como locais onde se vestir, comer e tomar banho com informações sobre o local, horários de atendimento e tipo de serviço prestado, critérios de participação em relação a sexo e idade; informações sobre serviços itinerantes que percorrem vários circuitos da cidade, atendendo em pontos específicos em cada dia da semana; contos em quadrinhos sobre as DSTs esclarecendo os sinais de manifestação, tipos e complicações; esclarecimentos sobre as drogas de síntese, descrevendo os riscos, o perigo das “descidas”, momentos de depressão com sintomas de stress, angústia e paranóias, objetivando o entendimento do fenômeno e aconselhamento para evitar ou minimizar a depressão. Em relação ao uso das drogas, as cartilhas procuram esclarecer aspectos neurofisiológicos do uso, locais e formas de uso que reduzam a suscetibilidade aos efeitos negativos.

Enquanto em São Paulo os serviços oficiais encaram o uso das drogas segundo o modelo biomédico, deslocando-os dos programas de assistência social através dos encaminhamentos aos CAPS AD, em número insuficiente, observamos que o EGO integra o atendimento sócio-educativo ao atendimento à saúde, vinculando as orientações ao enfoque da redução de danos numa atenção preventiva e incondicional, evitando-se o julgamento moralizante e respeitando a liberdade de escolha do sujeito. O apoio da gestão municipal, ainda que insuficiente para todas as necessidades, se reflete na qualidade de infra-estrutura, recursos técnicos e profissionais, diferentemente de São Paulo, onde muitos serviços são mantidos com quantidade insuficiente de profissionais e em locais insalubres.

Em ambos os casos descritos observamos a naturalidade do trabalho com pessoas que vivem em situações limites, sem julgamentos preconcebidos, intervenções *in loco* com orientações pedagógicas definidas e grande diversidade de instrumentos. Visam a transmutação do pensamento do sujeito para que ele ressignifique o referencial de si mesmo e passe a ser dono da própria vida. Por outro lado são solidários aos usuários diante das dificuldades conjunturais que minam os projetos de ascensão social e econômica destas pessoas e diante da sedução do uso.

O crack é na opinião de Lia, “a droga do aqui e agora por excelência. Ele destrói as relações comunitárias e sociais e gera a disseminação da violência”, “é a substância funcional dos nossos tempos”, regidos pelo imediatismo e pelo

individualismo ⁷⁸. A interação de programas de redução de danos com a assistência permite o acolhimento dos usuários de crack e intervenções positivas sobre o uso. Em São Paulo ainda se verifica certo nível de obscuridade em relação à droga na rede de assistência e saúde. Nas unidades públicas de saúde e nos albergues principalmente, salvo algumas exceções, ainda se rejeitam o uso e o usuário da droga.

A saída pelos princípios

*“Um dos saberes primeiros, indispensáveis a quem, chegando a favelas ou a realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser, pretende que sua **presença** se vá tornando **convivência**, que seu estar no **contexto** vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da História como possibilidade e não como **determinação**. O mundo não é. O mundo está sendo”.*

Paulo Freire ⁷⁹

Os primeiros anos de discussão do Fórum Nacional de Estudos da População de Rua, que incluíam as experiências pioneiras de São Paulo e Belo Horizonte levaram ao consenso de princípios metodológicos (MUNHOZ, 1997) como o *reconhecimento*. O negro no alto batucando no último degrau do monumento do Pátio do Colégio, a auto apresentação do poceiro, o desejo de ter a vida transformada em livro, a referência recursiva da exposição de esculturas em feiras universitárias possuem diferentes significados e podem ser entendidos como expressão simbólica da necessidade de reconhecimento numa contra referência à condição *outsider*. Reconhecer a individualidade do indivíduo na sua historicidade representa um compromisso ético com a alteridade e com a sua percepção enquanto sujeito.

Houve cisões irreparáveis na esfera familiar e na esfera da personalidade. São pessoas que passaram pela experiência da desfiliação, da criminalidade, da homossexualidade culpabilizada, do consumo proscrito de psicoativos e outras

---

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Pedagogia da Autonomia, FREIRE (1997, p.85).

experiências que lhe conferem uma identidade diferenciada em relação ao padrão moral e cultural de origem. Procuram o reconhecimento nas bandeiras lançadas por movimentos sociais, nas esferas espirituais das diferentes crenças religiosas ou na abstração do próprio imaginário. O discurso das perdas é recorrentemente utilizado, e neste inventário chegam a concluir que determinadas perdas se referem ao que nunca tiveram, revelando assim carências essenciais, anteriores ao uso e às vezes, justificando-o.

Em nossos estudos, mesmo considerando a limitação do trabalho de campo, identificamos princípios que agregam os grupos das malocas e permitem o compartilhamento de estratégias de sobrevivência. O que identificamos como respeito, por exemplo, advém da liberdade para diferentes formas da expressão da sexualidade, liberdade para a adoção de diferentes estilos de vida e diferentes investimentos entre o trabalho e o lazer implicando que o uso recreativo, mesmo que intenso, nem sempre é considerado um problema para o sujeito. A respeito disso, lembramos a clássica referência de Geertz ao índio bêbado e a máquina de hemodiálise que revela o *princípio* “de o sujeito continuar a ser quem é, independentemente de quem os outros quiserem que ele seja – era o seguinte: sou mesmo um índio bêbado, já faz um bom tempo que sou assim, e pretendo continuar a sê-lo enquanto vocês conseguirem me manter vivo, amando-me a essa sua maldita máquina” (GEERTZ, 2001, p.78).

Também referimos a processos de transformação da autoimagem através do reconhecimento do sujeito pelos seus potenciais e desejos, como na forma que um empresário empreiteiro encontrou para resolver o problema de um funcionário que mergulhou na bebida a ponto de ser recomendada a sua demissão. Ele fez o contrário, o promoveu dando-lhe um posto de operador de uma máquina que lhe exigiria a sobriedade. Diz que fez um contrato com ele: “para ficar aqui, não pode beber, você topa?” Ele topou e não bebeu mais.

Enquanto a liminaridade de Van Gennep se relacionava à transição dos ritos de passagem, Turner trouxe “uma nova concepção processual da vida social” (CABRAL, 1996, p.31), definindo como liminar “tudo o que está nas margens” (ibidem). Na medida em que a situação de rua possa ser configurada a partir do modelo analítico do *drama social*, observamos na situação de rua a *crise*, durante a

qual existe a tendência de que a *ruptura* com as estruturas sociais aumente e se estenda, culminando com o antagonismo entre a situação de rua e as posições que estes sujeitos ocupavam ou poderiam ocupar fora das ruas. A aceitação das regras e critérios de participação dos programas sociais nas instituições públicas proporciona a sensação de uma *ação reparadora*, terceira fase do *drama social*, quando ocorre uma busca de mecanismos que limitem a extensão da crise. Entretanto a subserviência e passividade instituída pelo papel de beneficiário das instituições públicas transferem a *reparação* para a autoridade institucional, a cuja sabedoria metodológica e benevolência o beneficiário se submete.

As reflexões feitas entre os moradores de rua costumam limitar a situação de *crise* ao desconforto das rupturas, justificando o uso da bebida, e mais raramente do crack, como uma forma de inserção no universo das ruas e aceitação dos códigos de sobrevivências da maioria dos grupos que se constituem nesta situação. O conforto proporcionado pelos estados de consciência e percepção alterados atua desta forma, como uma *reparação* do desconforto oriundo das perdas do trabalho, da moradia, da família e da posição social de provedor, principalmente para quem vive literalmente das ruas e mais distante das instituições sociais. Mas, de fato, o drama social não pode ser reparado artificialmente, da mesma forma que não o fazem os programas assistenciais compensatórios que apenas minimizam as dificuldades de sobrevivência.

Na medida em que a fala do sofrimento e da carência se institucionalizam, o consumo de drogas de maneira geral se torna uma moeda de troca para a obtenção de benefícios e um instrumento reativo ao acrisolamento experimentado por não conseguirem atender às expectativas de abandono do consumo. O *desfecho*, quarta fase do *drama social*, ocorre através da reintegração ou do reconhecimento e legitimação da cisão irreparável entre as partes destoantes (TURNER, 1994, p.41). Enquanto as intervenções geralmente focalizam a “reintegração social” entendida como um retorno a uma situação de estabilidade perdida, o sujeito pode dificultar este retorno quando internaliza a exclusão e se exclui. Somente quando compreender e dominar estes mecanismos ele poderá avançar neste processo, rompendo com os estigmas e se emancipando da atribuição de papéis depreciativos que lhe são impostos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso abusivo de álcool e drogas é apontado pela OMS como um dos maiores desafios para a saúde pública. As consequências negativas sobre a saúde física e emocional atuam consequentemente na situação econômica e social e por isso tem sido considerado uma patologia. Os sintomas decorrentes da intoxicação por substâncias agressivas à fisiologia humana a tornaram alvo da biomedicina que busca o agente patogênico na substância e transforma o usuário em vítima ou o vitima pela sua vulnerabilidade fisiológica. Com as contribuições da psicologia, esta vulnerabilidade foi estendida à dinâmica psíquica sob comando e responsabilidade do sujeito, porém sujeita a padrões e condicionamentos de ordem cultural e moral. As ciências sociais e políticas transferem o foco para a coletividade e contribuem para percebermos o espelhamento das estruturas sócio-econômicas e das zonas de vulnerabilidade relacionadas à pobreza nos usos individuais do corpo.

A associação entre populações vulneráveis e o uso abusivo e endêmico de drogas tem sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas, como por exemplo, na saúde indígena e em determinados grupos migratórios. As questões colocadas por estas pesquisas suscitam a controvérsia sobre a atribuição de responsabilidades, por envolver a relação entre o sujeito que vive na zona de vulnerabilidade e quem vive fora dela, podendo este ter alguma responsabilidade sobre o que acontece com aquele, o que lhe daria direitos enquanto integrante de uma ordem social única que se articula sobre ambos.

Desta forma, nos parece equivocado reduzir o problema à esfera individual, bem como o limitar à constelação relacional atual do sujeito. O estigma de culpabilização das pessoas pela situação de degradação em que se encontram extrapola as relações institucionais e se imprime no senso comum, alimentado pelas referências midiáticas e justificativas oficiais das lacunas das políticas públicas.

Na esfera da individualidade o recurso químico se associa às relações de subalternidade e limitações de escalada socioeconômica deixando o sujeito às voltas consigo mesmo com a auto imagem estigmatizada da menos valia. Tendo a

alternativa de navegabilidade regressiva no seu repertório emocional e mergulhos nas esferas de prazer e conforto, o sujeito imerge em si mesmo vivendo experiências indescritíveis, a não ser pelos papéis desempenhados dentro das performances urbanas. Também promove o alívio do sofrimento físico e psíquico, a mediação das relações sociais, adquirindo uma finalidade específica nas estratégias de sobrevivência na rua como moeda de troca para a obtenção de favores e reconhecimento. Mesmo quando o uso é anterior à situação de rua, acreditamos que a degradação e destituição viciam as relações institucionais estabelecidas quando a pessoa é colocada no lugar da carência, da impossibilidade, da incapacidade, do não merecimento e, de maneira geral, de dependência. Acredito que esta situação estimule o consumo desregrado e danoso, cronificando a relação entre o sujeito e a droga.

A questão ética que surge ao ampliarmos a análise das funções e significados do consumo desregrado às relações sociais se torna mais complexa porque envolve a autonomia de cada um para lidar com os seus desejos, seus potenciais, suas dores e suas carências, mesmo quando estas são decorrentes dos mecanismos de articulação da sociedade ou decorrentes dela mesma. Compreender o sujeito que vive em situação de rua, significa primeiro compreender o que significa esta situação como um signo da modernidade. É um não lugar dentro da estrutura social articulada pela lógica do capital e do mercado, mas um lugar historicamente constituído no exercício da alteridade por pessoas desqualificadas educacional e profissionalmente. A desqualificação e a degradação econômica não são os únicos fatores determinantes para a situação de rua nem esgotam o perfil desta população, mas são indícios da necessidade de estudos mais amplos que caracterizem mais precisamente a sua condição deficitária. Hoje estas pessoas vivem da sobra, do descarte, da solidariedade, da assistência pública ou de trabalhos precários parcamente remunerados. Transitam pelas ruas enquanto incapazes de se relacionar com o sistema produtivo, mas de maneira geral desenvolvem estratégias de sobrevivência e estilos de vida onde experimentam prazeres, satisfações, realizações e sentimentos dos quais se orgulham, alimentando sonhos e buscando sentido para a vida.

Compreender o sujeito também implica em aprofundar o seu sistema de crenças e a noção de valores sob os quais ele se percebe e percebe o meio em que

vive. A subjetividade no entendimento do que seja a responsabilidade consigo mesmo e a responsabilidade social no contexto de menos valia norteiam as alterações da percepção a partir do *não lugar* da liminaridade. As cosmologias religiosas lhe atribuem status e lugares proporcionando relações de pertencimento e parâmetros morais e comportamentais, como também o fazem os grupos de autoajuda. Por outro lado, as referências emocionais ou arquetípicas acessadas em estados alterados induzidos pelos psicoativos, dos quais tipificamos o álcool, a maconha, o crack e a cocaína, lhe oferecem projeções de elementos constitutivos de sua memória e personalidade com as quais ele lida recorrentemente, ou de anseios mais profundos, como a criação, a liberdade, o poder, a justiça, a autonomia, geralmente precarizados nos enquadramentos sociais e econômicos que lhes restaram. Antes de ser uma fuga desses enquadramentos, a alteração de consciência é uma procura da satisfação destes anseios.

A medicalização do modo de vida e do consumo de álcool e drogas como demandas para a “saúde mental” está direcionada a uma recuperação “higiênica” da população de rua à qual se aliam as práticas coercitivas das instituições públicas, que explicam certa rejeição destas instituições. Além dos modelos de autocontrole e auto regulação ortodoxos encontramos outras abordagens, como apontam as pesquisas sobre a farmacologia de psicoativos naturais testados empiricamente, e intervenções terapêuticas associadas a rituais e processos religiosos presentes nos circuitos de “conversão” e de “cura”.

Acreditamos que as questões contemporâneas como a dos circuitos de rua e do consumo de drogas no campo da saúde pública requer a superação do enfoque hermético da perspectiva biomédica através da recuperação da historicidade do sujeito e incorporação de abordagens interdisciplinares e inovadoras na constituição de um sistema de cuidado de si disposto para os diferentes públicos.

8 REFERÊNCIAS

- Adorno RCF. Os imponderáveis Circuitos dos Vulneráveis Cidadãos: Trajetórias de Crianças e Jovens das Classes Populares. In: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Cidadania, Verso e Reverso**. São Paulo: Imprensa Oficial; 1997/1998. P. 93-109.
- Algranti LM. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América Portuguesa. In: Venâncio RP, Carneiro H. **Álcool e Drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; 2005. P. 71-92.
- Almeida MMS; Neto AS; Megale H. **Âncora Medicinal**. São Paulo: Ateliê Editorial; 2004.
- Alvarez AMS. **Resiliência e Encontro Transformador em Moradores de Rua na Cidade de São Paulo**. São Paulo; 2003. [Tese de Doutorado em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP].
- Bastide R, Fernandes F. **Branco e Negro em São Paulo**. Ed. Global. São Paulo; 2008.
- Becker HS. **Outsiders** – Estudos na Sociologia do Desvio. New York: The Free Press; 1973.
- Birman P. **Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens**. In: Religião e Sociedade. 1996.
- Bobbio N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus; 1992.
- Bourgois F. **In Search of Respect: Selling crack in El Barrio**. Cambridge University Press; 1995.
- Burkhard G. **Bases Antroposóficas da Metodologia Biográfica**. São Paulo: Antroposófica, 2002.
- Cabral JP. **A difusão do limiar: Margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea**. Mana 2 (1): 25-57, 1996.
- Campos EA. **As representações sobre o alcoolismo em uma associação de ex-bebedores: os Alcoólicos Anônimos**. Cadernos de Saúde Pública 20 (5): 1379-1387, 2004.
- Campos EA. **O alcoolismo é uma doença contagiosa? Representações sobre o contágio e a doença de ex-bebedores**. Ciência & Saúde Coletiva, 10(sup) 267-278, 2005.
- Carneiro HS. **O Sonho e o pesadelo**. In: Nossa História – Ano 3, Nº 33. São Paulo: Vera Cruz; 2006.
- Carneiro HS. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: Venâncio RP, Carneiro H. **Álcool e Drogas na história do Brasil**. P.11-24. São Paulo: Alameda; 2005.
- Castelvecchi G. **Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria**. São Paulo:

- Paulinas; 1985.
- Cavalcanti L. La relación entre globalización y reducción de daños. In: **II Symposium Internacional sobre “Reducción de riesgos: globalización y drogas”**. P. 83-89. Cuaderno Del Instituto Vasco de Criminologia. San Sebastian, nº 19; 2005
- CEBRID. **Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua nas 27 Capitais Brasileiras**. São Paulo: Cebriid-Unifesp; 2004.
- Cerclé A. **El Alcoholismo**. Buenos Aires: Siglo XXI Ed.; 2001.
- Ciampa AC. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- Cohen E, Barret J. **Conceptualizing Spirit Psession: Ethnografic and Experimental Evidence**. Ethos – Journal of Society for Psychological Anthropology. Vol 36, nº 2, 2008. P.246-267. American Anthropological Association.
- DaMatta R. **Individualidade e Liminalidade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade**. Mana 6 (1) 7-29, 2000.
- Dawsey, JC. **O teatro dos bóias frias: repensando a antropologia da performance**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: UFRGS; 2005.
- Denzin NK, Lincoln YS. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin NK, Lincoln YS. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed; 2006. P.15-41.
- Dini F. **Histórias para acordar gente grande**. Sorocaba: Paratodos; 2006.
- Douglas M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva; 1976.
- Ehremberg, A. **L’individu incertain**. Paris: Calmann-Levy; 1995.
- Elias N, Scotson, JL. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar; 2000.
- Escotado, A. **História General de las drogas**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- Fernandez OFRL. **Coca-Light? Usos do corpo, rituais de consumo e carreiras de “cheiradores” de cocaína em São Paulo**. Salvador: 2007. [Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia].
- Foucault M. **Tecnologias de si, 1982**. Verve, 6: 321-360. São Paulo: PUC; 2004.
- Freire P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra; 1997.
- Freire P. Making history and unveiling oppression. In: Dulwich Centre Journal. **Homelessness**. Richmond (Austrália); 1999. P. 37-39.
- Gambini R. **Espelho Índio: a formação da alma brasileira**. São Paulo: Axis Mundi; 2000.
- Geertz C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar; 2001.
- Giddens A. **A Terceira Via**. Trad. de MLXA Borges. Rio de Janeiro: Record; 1999.
- Giorgetti C. **Moradores de Rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, Educ;

- 2006.
- Giorgetti C. **Poder e Contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris**. São Paulo: Educ; 2007.
- Goffman E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes; 1975.
- Goffman E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar; 1982.
- Gregis C. **Fissura na Rua: Corpo e ritual de uso de droga injetável entre meninos de rua**. Porto Alegre; 2002. [Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Grob C, McKenna D, Callaway J, Brito G, Neves E, Oberlaender G, Saide O, Labigalini E, Tacla C, Miranda C, Strassman R, Boone K. **Farmacologia Humana da Hoasca, Planta Alucinógena usada em contexto Ritual no Brasil**. J. Nerv Ment Dis 184:86-94. 1996.
- Grof S. **Beyond the brain: Birth, Death and transcendence in psychoterapy**. New York: University of New York; 1985.
- Guimarães CM. Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais. In: Venâncio RP, Carneiro H. **Álcool e Drogas na história do Brasil**. P.93-122. São Paulo: Alameda; 2005.
- Hoffmann E, Hesselink J, Barbosa Y. **Effects of a Psychedelic, Tropical Tea, Ayahuasca, on the Electroencephalographic (EEG) Activity of the Human Brain During a Shamanistic Ritual**. MAPS, vol XI, nº 1. 2001.
- Huxley A. Drogas que Moldam As Mentes dos Homens. In: Horowitz M, Palmer C. (org). **Moksha: Textos sobre psicodélicos e a experiência visionária 1931-1963**. Rio de Janeiro: Globo; 1983.
- Idigoras I. **Inácio de Loyola sozinho e a Pé**. São Paulo: Loyola; 1991.
- James W. **The Varieties of Religious Experience: A Study in Human Nature**. Versão eletrônica: Pennsylvania State University; 2002. In: [<http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/wjames/Varieties-Rel-Exp.pdf>]
- Labate B.. **A Reinvenção do uso da Ayahuasca nos centros urbanos**. São Paulo: Mercado das Letras; 2004.
- Labigalini E. **O uso da Ayahuasca em um contexto religioso por ex-dependentes de álcool**. São Paulo; 1998. [Dissertação de Mestrado pela Escola Paulista de Medicina].
- Leitão E. Toxidependência: a vida em risco ou o risco de viver. In: Baptista M, Cruz MS, Matias R. **Drogas e pós-modernidade**. P. 119-123. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2003.
- Loschiavo MC. **Cidades de Plástico e Papelão: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio**. São Paulo: FAU/USP; 2003. [Tese de livre docência pela Universidade de São Paulo].
- Loschiavo MC. Discarded Products Design and Homeless Materials in Global Cities. In: **City and Culture, Cultural Process and Urban Sustainability**. Ed

- Louise Nystrom and Collin Rudge Karskrona. The Environmental Council, 1999, pp 261-269.
- Mabit M. **The Takiwasi Patient's Journey**. MAPS – Multidisciplinary Association for Psychedelic Studies. Vol 6 nº 3, 1996.
- Mafra C. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Zahar; 2001.
- Mancera SC. **El Fraile, El indio y El Pulque**. México: Fondo de Cultura Economica; 1991.
- McKenna D, Callaway J, Grob C. **The scientific investigation of Ayahuasca: a review of past and current research**. The Heffer Review of Psychedelic Research (I):65-77, 1998.
- McKim WA. **Drugs and behavior: an introduction to behavioral pharmacology**. 4th ed. New Jersey: Prentice Hall; 2000.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília; 2008.
- Mortimer L. **Nosso Senhor Aparecido da Floresta**. São Paulo: Céu de Maria; 2001.
- Mota MEL. **Ave Vagueira**. São Paulo: Edições Paulinas; 1986.
- Mota MEL. **Declaro que estou em tormento - poesias da sarjeta**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; 1987.
- Mott L. *In vino veritas*: vinho e aguardente no cotidiano dos sodomitas luso-brasileiros à época da Inquisição. In: Venâncio RP, Carneiro H. **Álcool e Drogas na história do Brasil**. P.47-70. São Paulo: Alameda; 2005.
- Munhoz JV. **População Adulta de Rua – Uma Proposta de Metodologia Sócio-Educativa**. Rio de Janeiro: Nova; 1997.
- Nasser ACA. **Sair para o Mundo – Trabalho, família e lazer na vida dos excluídos**. São Paulo: Hucitec; 2001.
- Neves DP. **O trabalhador que não deu certo**. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v.1, n.4, 1983.
- Neves DP. **Alcoolismo: acusação ou diagnóstico?** Cad. Saúde Pública [online]. 2004, v. 20, n.1.pp. 7-14. Issn0102-311x.
- Ott J. **Pharmacophilia: O los Paraísos Naturales**. Barcelona: Phantástica; 1998.
- Pais JM. **Nos rastros da solidão: Deambulações sociológicas**. Porto: Ambar; 2006.
- Paugam S. The Spiral of precariousness: A multidimensional approach to the social disqualification in France. In: **Beyond the threshold: The measurement and analysis of social exclusion**. Bath: Policy Press; 1996.
- Paugam S. O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais. In: **As Artimanhas da Exclusão – Análise Psicosocial e ética da Desigualdade Social**. São Paulo: Vozes; 1999.
- Pizá G, Barbosa GF. **A violência silenciosa do incesto**. São Paulo: Imprensa

- Oficial; 2004.
- Raminelli R. Da etiqueta canibal: beber antes de comer. In: Venâncio RP, Carneiro H. **Álcool e Drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; 2005.
- Romaní O. **Las Drogas – Sueños y Razones**. Barcelona: Ariel; 1999.
- Rosa CMM. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec; 2005.
- Rosa CMM. Org. **População de Rua Brasil Canadá**. São Paulo: Hucitec; 1995.
- Sarti CA. **A família como espelho: um estudo da moral dos pobres**. São Paulo: Cortez; 2003.
- SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Caracterização Sócio-econômica dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo** [Relatório Executivo]. São Paulo: 2000 e 2003.
- SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Censo e dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo** [Relatório Executivo]. São Paulo: 2000 e 2003.
- SAS - Secretaria Municipal de Assistência Social. PLAS – **Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2002-2003**.
- Schivelbusch W. **História de los estimulantes – El paraíso, el sentido del gusto e la razón**. Tradução de M. Faber-Kaiser. Barcelona: Anagrama; 1995.
- Schwandt TA. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: Interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: Denzin NK, Lincoln YS. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. P. 193-217. Porto Alegre: Artmed; 2006.
- SENAD – Secretaria Nacional Anti Drogas. **I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Brasília: Senad; 2007. In: [www.obid.senad.gov.br].
- Sennett, R. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. São Paulo: Record; 2001.
- Silva SL. **Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack**. São Paulo; 2000. [Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
- SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Estudo dos Usuários dos Albergues Conveniados com a Prefeitura**. São Paulo: Prefeitura; 2006. In: [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisa/0001].
- SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. PLAS – **Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo; 2006. In: [http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/servicos/populacao_Rua/0002].
- Snow DA, Anderson L. **Desafortunados**. Trad. de S Vasconcelos. Petrópolis: Vozes; 1998.
- Souza MLP, Garnelo L. **Desconstruindo o alcoolismo: notas a partir da**

- construção do objeto de pesquisa no contexto indígena.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, ano ix, nº 2; jun 2006.
- Sposati A. **A Política de Assistência Social na Cidade de São Paulo.** Observatório dos Direitos do Cidadão. São Paulo: Pólis/PUC-SP; 2002.
- Stadtler H. **Conversão ao pentecostalismo e alterações cognitivas e de identidade.** Revista de Estudos da Religião, nº 2, PP 112-135. São Paulo: PUCSP; 2002.
- Stueve A, O'Donnell LN. Early Alcohol Initiation and Subsequent Sexual and Alcohol Risk Behaviors Among Urban Youths. In: **American Journal of Public Health**, vol95, nº5; 2005.
- Turner VW. **O Processo Ritual – Estrutura e Antiestrutura.** Petrópolis: Vozes; 1974
- Turner VW. **Dramas, Fields, and Metaphors – Symbolic Action in Human Society.** Ithaca and London: Cornell University Press; 1994.
- Turner VW. **Frame, Flow and Reflection: Ritual and Drama as Public Liminality.** Japanese Journal of Religious Studies 6/4, December, 1979. In: [<http://www.ic.nanzan-u.ac.jp/SHUBUNKEN/publications/jjrs/pdf/107.pdf>]
- Varanda W, Adorno RCF. **Alcohol, crack and therapeutic effects of Santo Daime in homelessness.** Artigo apresentado na ‘The 10th Biennial Conference of the European Association of Social Anthropologists (EASA)’. Ljubljana, Slovenia: 2008.
- Varanda W, Adorno RCF. **Descartáveis Urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** Saúde e Sociedade V. 13, n. 1, p. 56-69. São Paulo: USP e APSP; 2004.
- Varanda W. **Do Direito a Vida à Vida como Direito - Sobrevivência intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo.** São Paulo; 2003. [Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].
- Vasconcelos SMM, Feitosa LB, Felix PA, Aguiar LMV, SouzaFCF, VianaGSB. **Motivação, vias neuronais e drogas de abuso.** Revista de Psiquiatria Clínica. Vol 29, nº3. In: [<http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol29/n3/130.html>]. São Paulo; 2002.
- Velho G. **Estilo de vida urbano e modernidade.** Estudos Históricos, vol 8, nº 16, pp. 227-234. Rio de Janeiro; 1995.
- Venâncio RP, Carneiro H. **Álcool e Drogas na história do Brasil.** São Paulo: Alameda; 2005.
- Vieira MAC, Bezerra EMR, Rosa CMM. **População de Rua – Quem é, Como Vive, Como é Vista.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec; 2004.
- Vieira MAC. **Trecheiros e Pardais.** In: Simpósio Internacional Migração: Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais. Universidade de São Paulo. São Paulo: 1999.
- Wasson RG. La Búsqueda de perséfone . In: Wasson RG, Kramrisch S, Ott , Ruck CAP. **La Búsqueda de perséfone: Los enteógenos y los Orígenes de la religión.** México: Fondo de cultura Econômica;1996.

WHO. **Neuroscience of psychoactive substance use and dependence**. Genebra: WHO; 2004.

Yazbek MC. **Assistência Social na cidade de São Paulo: a (difícil) construção do direito**. São Paulo: Instituto Pólis; 2004.

Zinberg, N. **Drug, Set and Setting**. New Haven: Yale University Press; 1984.

Zoja L. **Nascer não basta**. Trad. Ferreira RL. São Paulo: Axis Mundi; 1992.

9 DADOS CURRICULARES

Walter Varanda

Possui graduação em Engenharia Industrial Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1983), graduação em Psicologia pela Universidade São Marcos (1997) e mestrado em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública / Universidade de São Paulo / SP (2003). Empreendedor social, fellow da Ashoka, atuou profissionalmente com projetos para a população de rua em organizações sociais e prefeitura de São Paulo.

Endereço para acessar este CV:
<http://lattes.cnpq.br/4928735927225285>

Dados pessoais

Nome	Walter Varanda
Nome em citações bibliográficas	VARANDA, W.
Sexo	Masculino

Formação acadêmica/Titulação

2005 - 2009	Doutorado em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> Liminaridade social, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua, <i>Orientador:</i> Rubens de Camargo Ferreira Adorno.
2001 – 2003	Mestrado em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> Do Direito a Vida à Vida como Direito - Sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo, <i>Ano de Obtenção:</i> 2003. <i>Orientador:</i> Rubens de Camargo Ferreira Adorno. <i>Palavras-chave:</i> vulnerabilidade; direito; moradores de rua; saúde pública. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Saúde Coletiva / <i>Subárea:</i> Saúde Pública. <i>Setores de atividade:</i> Desenvolvimento Urbano; Cuidado à saúde das populações humanas.
1993 - 1997	Graduação em Psicologia. Universidade São Marcos, UNIMARCO, Brasil.
1979 - 1983	Graduação em Engenharia Industrial Mecânica. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC MG, Brasil.

Rubens de Camargo Ferreira Adorno

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1977), mestrado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1992) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1992). Atualmente é professor associado da Universidade de São Paulo, atuando principalmente nos seguintes temas: exclusão social, saúde pública, uso de álcool e drogas, gênero e juventudes. Em termos metodológicos vem trabalhando com a contribuição teórica das ciências sociais e humanas no campo da saúde pública, e nas chamadas abordagens qualitativas na pesquisa.

Endereço para acessar este CV:
<http://lattes.cnpq.br/7427719296567082>

Dados pessoais

Nome	Rubens de Camargo Ferreira Adorno
Nome em citações bibliográficas	ADORNO, R. C. F.
Sexo	Masculino
Endereço profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Materno-Infantil. AV. DR. ARNALDO Nº 715 CERQUEIRA CÉSAR 01246-904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30834117 Fax: (11) 30850240

Formação acadêmica/Titulação

1997	Livre-docência. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> Qualidade de Vida e Formas de Vida Ameaçadas: a saúde e o cenário contemporâneo, <i>Ano de obtenção:</i> 1997. <i>Palavras-chave:</i> Sociedade Contemporânea; Reflexividade Social; Exclusão Social; Saúde Pública. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Saúde Coletiva / <i>Subárea:</i> Saúde Pública. <i>Grande área:</i> Ciências Humanas / <i>Área:</i> Sociologia / <i>Subárea:</i> Sociologia da Saúde.
1989 - 1992	Doutorado em Saúde Pública . Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> A Trajetória do Movimento e da Participação: A Conduta dos Atores Sociais na Saúde, <i>Ano de Obtenção:</i> 1992. <i>Orientador:</i> Aracy Witt de Pinho Spínola. <i>Bolsista do:</i> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. <i>Palavras-chave:</i> Movimento Social e Saúde; Participação e Saúde; Municipalização e Saúde. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Saúde Coletiva / <i>Subárea:</i> Saúde Pública. <i>Grande área:</i> Ciências Humanas / <i>Área:</i> Sociologia / <i>Subárea:</i> Sociologia da Saúde.
1987 - 1992	Mestrado em Saúde Pública . Universidade de São Paulo, USP, Brasil. <i>Título:</i> Educação Em Saúde, Conjuntura Política e Violência do Transito: O Caso da Cidade de São Paulo, <i>Ano de Obtenção:</i> 1992. <i>Orientador:</i> Marcia Faria Westphal. <i>Palavras-chave:</i> Métodos de Educação; Prevenção de Acidentes; Violência do Transito. <i>Grande área:</i> Ciências da Saúde / <i>Área:</i> Saúde Coletiva / <i>Subárea:</i> Saúde Pública / <i>Especialidade:</i> Promoção Em Saúde.
1986 - 1986	Especialização em Saúde Pública. (Carga Horária: 1150h). Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública, USP-FSP, Brasil.
1973 - 1977	Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.